

Realidades & Ficções I

Volume 12, Nº 1, Ano 2014



Calibán

Revista Latino-Americana
de Psicanálise





Calibán

Revista Latino-Americana
de Psicanálise

Calibán

Revista Latino-Americana
de Psicanálise

Volume 12, Nº 1, Ano 2014

ISSN 2311-3642

Publicação oficial da Fepal
(Federação Psicanalítica da América Latina)

Luis B. Cavia 2640 apto. 603 esq. Av. Brasil,
Montevideo, 11300, Uruguay.
revista@fepal.org

Tel: 54 2707 7342. Telefax: 54 2707 5026.

www.facebook.com/RevistaLatinoamericanadePsicoanalisis



Federação
Psicanalítica
da América Latina

Comissão Diretiva da Fepal

Presidente

Abel Mario Fainstein (Asoc. Psic. Argentina)

Suplente: Fernando Weissmann (Asoc. Psic. Argentina)

Secretaria Geral

Jeanette Dryzun (Asoc. Psic. Argentina)

Suplente: Dario Alberto Arce (Asoc. Psic. Argentina)

Tesouraria

Liliana Tettamanti (APdeBA)

Coordenador Científico

Sergio Lewkowicz (Soc. Psic. de Porto Alegre)

Suplente: Zelig Libermann (Soc. Psic. de Porto Alegre)

Diretora da Sede

Susana Garcia Vázquez (Asoc. Psic. del Uruguay)

Suplente: Ana Maria Chabalgoity (Asoc. Psic. del Uruguay)

Diretora do Conselho Profissional

Amelia Jassan (Asoc. Psic. Mexicana, A.C.)

Suplente: Alexis Schreck Schuler (Asoc. Psic. Mexicana, A.C.)

Diretora de Comunidade e Cultura

Mónica Cardenal (Asoc. Psic. de Buenos Aires)

Suplente: Nara Amália Caron (Soc. Psic. de Porto Alegre)

Coordenador de Crianças e Adolescentes

Sérgio Nick (Soc. Bras. de Psic. do Rio de Janeiro)

Suplente: Maria Cecília Pereira da Silva (Soc. Brasileira de Psicanálise de São Paulo)

Diretor de Publicações

Luis Alejandro Nagy Urbina (Soc. Psic. de México, A.C.)

Suplente: Alejandro Martini Morel (Soc. Psic. de México, A.C.)

• As opiniões dos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade e não refletem necessariamente as dos editores da publicação. Permitida a reprodução, desde que seja citada a fonte e somente com autorização expressa e por escrito dos editores.

• Os editores fizeram o possível para entrar em contato com os detentores dos copyrights das imagens utilizadas. Se você é responsável por alguma dessas imagens e não entramos em contato, por favor, comunique-se conosco através do nosso correio.

Editores

- Mariano Horenstein (Argentina), Editor-chefe.
- Laura Verissimo de Posadas (Uruguai), Editora-chefe suplente.
- Raya Angel Zonana (Brasil), Editora associada.
- Andrea Escobar Altare (Colômbia), Editora associada.

Comissão executiva

Gloria Gitaroff (Argentina-Editora da seção *Bitácula*), Admar Horn (Brasil), Marta Labraga de Mirza (Uruguai-Editora da seção *Cidades Invisíveis*), Sandra Lorenzon Schaffa (Brasil-Editora da seção *De memória*), Fernando Orduz (Colômbia-Editor da seção *Textual*), Lúcia Palazzo (Brasil-Editora da seção *Vórtice*), Jean Marc Tauszik (Venezuela-Editor da seção *Clássica & Moderna*), Laura Verissimo de Posadas (Uruguai-Editora da seção *Argumentos*), Raya Angel Zonana (Brasil-Editora de *Dossiê*).

Conselho de editores regionais

César Luís de Souza Brito (SPPA), Helena Surreaux (SBPPA), Candida Holovok (SBPSP), Viviane Frankenthal (SBPRJ), Maria Arleide da Silva (SPR), Miriam Catia Bonini Codorniz (SPMS), Claudia Borensztein (APA), Cristina Bisson (APdeBA), Eduardo Kopelman (APC), Rosa Amaro (SPM), Ana María Pagani (APR), Julia Braun (SAP), Marta Labraga de Mirza (APU), Marta Guzmán (APCH), Jorge Bruce (SPP), Carlos Gómez-Restrepo (Socolpsi), Rómulo Lander (Spdec), Paolo Polito (AsoVeP), Julia Casamadrid (APM), Adriana Lira (APG).

Revisão da versão em espanhol: Andrea Escobar Altare.

Revisão da versão em português: Raya Angel Zonana.

Colaboradores: Natalia Mirza (APU), Noemí Chena (APC), Iliana Horta Warchavchik (SBPSP), Raquel Plut Ajzenberg (SBPSP), Regina Weinfeld Reiss (SBPSP), Osvaldo Canosa (APA), Verónica Ester Díaz (APdeBA), Adriana Yankelevich (APdeBA), Eloá Bittencourt Nóbrega (SBPRJ), Wania Maria Coelho Ferreira Cidade (SBPRJ), Analía Wald (APA), Vivian Schwartzman (SPP), Alfredo Valencia (APM), Helena Surreaux (SBPPA), Natalia Barrionuevo (APC), Marcelo Marques (APF).

Logística & Comercialização: Jorge Federico Gómez.

Tradução, correção e normalização de textos: Denise Mota, Natalia Mirza, Alejandro Turell, Nadia Piedra Cueva, Néstor Gamarra, Ana Tanis, Gastón Sironi, Sandra Lorenzon Schaffa, Janisa Antoniazzi, Camila Barretto Maia, Regina Reiss, Marta Labraga, Analía Wald, Isabelle Vallantín.

Projeto gráfico: Di Pascuale Estudio [www.dipascuale.com].

Índice

6	Editorial
7	Heródoto, Tucídides e a psicanálise <i>por Mariano Horenstein</i>
15	Argumentos
16	Psicanálise <i>criolla</i> <i>por Jorge Bruce</i>
35	A formação analítica em tempos da psicanálise plural <i>por Alberto C. Cabral</i>
55	Realidade e ficção. Pessoas (história), objetos internos (fantasias inconscientes), personagens (escolha do elenco) <i>por Antonino Ferro</i>
76	Realidades e ficções na sexualidade e da sexualidade na psicanálise. Ficções, fantasias e realidades <i>por Raul Hartke</i>
98	Realidades e ficções. Qual ficção? Qual realidade? <i>por Elías Mallet da Rocha Barros</i>
108	Diversas formas de realidade e ficção <i>por Julio Moreno</i>
119	O Estrangeiro
120	Realidade e ficção <i>por Elvio E. Gandolfo</i>
127	Textual
128	“Em produção clínica, os latino-americanos ultrapassaram a Europa, enquanto ela continua os desprezando” <i>Entrevista com Élisabeth Roudinesco</i>

- 143 Vórtice: O dinheiro em psicanálise
- 144 **Do capital ao pulsional: sobre o valor do dinheiro na psicanálise**
por Eloá Bittencourt Nóbrega e Wania Maria Coelho Ferreira Cidade
- 151 **Amor de transferência e dinheiro**
por José Sahovaler
- 154 **Uma saca de sal, uma libra de carne? O dinheiro na psicanálise**
por Celmy Araripe Quilelli Corrêa
- 158 **Dinheiro em psicanálise. Uma esfera de muitas facetas**
por Maria Elisabeth Cimenti
- 162 **“Os diamantes (e o dinheiro) são os melhores amigos de uma mulher”:** reflexões sobre o acordo de dinheiro no enquadre psicanalítico
por Francesco Castellet y Ballarà
- 167 **Ouro ou vil metal no progresso do processo analítico**
por Federico Aberastury
- 170 **O dinheiro frente à psicanálise**
por Ruth Axelrod
- 174 **Poderoso cavalheiro “Dom Dinheiro”**
por Osvaldo Canosa
- 178 **Encontro marcado**
por Cintia Buschinelli
- 181 **Dinheiro na relação analítica: algumas questões**
por Anette Blaya Luz
- 185 Dossiê: A época da psicanálise
- 187 **Psicanálise e pedagogia. Ensaio a partir de uma página aparentemente em branco**
por Graciela Frigerio
- 195 **Arquitetura e psicanálise: múltiplos interesses**
por Jorge Mario Jàuregui

- 200 **O segredo nos olhos**
por Roger Alan Koza
- 207 **Psicanálise e literatura: convergências, divergências**
por Judith Rosenbaum
- 216 **O interesse da psicanálise pelo direito:
algumas reflexões sobre a dominação**
por Hélène Tessier
- 225 **Fora de Campo**
- 226 **A escrita em psicanálise: sobre o discurso freudiano**
por Joel Birman
- 239 **Cidades Invisíveis**
- 240 **Buenos Aires, quando eu volto a te ver...**
por Monica Vorchheimer
- 247 **Clássica & Moderna**
- 248 **Willy Baranger e a psicanálise de hoje**
por Marcelo Viñar
- 255 **Bitácula**

Editorial



Cildo Meireles: *Zero dollar* (lito offset sobre papel, edição ilimitada, 6,5 × 15,5 cm cada nota, 1978-84).

Heródoto, Tucídides e a psicanálise

*No hago más que luchar siempre con la tensión entre ficción y realidad para encontrar la verdad.**

ENRIQUE VILA-MATAS

O CAMPO DE TRABALHO E DE REFLEXÃO dos psicanalistas latino-americanos, estimulado durante dois anos pelo encontro que será realizado em setembro em Buenos Aires, está concentrado, em pleno trabalho a partir do par ficção/realidade. Por esse motivo o escolhemos como tema dos dois números de *Calibán* deste ano. Como psicanalistas escrevemos muito a partir desse par temático, especialmente próximo à nossa estranha prática, e há muito para ser dito sobre isso, a partir de todas as filiações teóricas às quais pertencemos.

Apesar de ser necessário, às vezes, afastar-se do próprio campo para entendê-lo melhor.

Procuremos, então, algum estranhamento inicial, apelando –abusando de um certo esquematismo– a dois proto-historiadores gregos: Heródoto e Tucídides. Heródoto, considerado o pai da História, narrou os estragos do encontro entre o Ocidente, os gregos, e os “bárbaros”, o Império Persa, e desse modo, a partir das suas crônicas de viagem onde reunia depoimentos, entrevistava testemunhas e registrava lendas, ocupou-se de retratar “o Outro”. Construiu assim o primeiro relato histórico formal, os nove livros da sua *História*. Foram escritos em um estilo digressivo, onde o aspecto anedótico das pequenas histórias se entrelaça com os grandes episódios da grande História, onde estão registrados tanto detalhes pitorescos como datas e lugares, onde a fábula –esse outro nome da história– encontra espaço ao lado dos fatos.

Seu sucessor Tucídides, pelo contrário, narra a Guerra do Peloponeso, entre Atenas e Esparta, mas sobretudo –para além do foco diferente da sua tarefa de historiador– realiza uma forte crítica ao método de Heródoto, colocando-se a si próprio como um historiador mais objetivo e, conseqüentemente, mais científico, um observador que expurgava dos relatos seu estofado novelesco e transcrevia documentos e discursos de um modo científico. Pela sua ótica, com certeza Heródoto era um charlatão e ele, um sábio e responsável homem de ciência.

Sem forçar demais as coisas, poderíamos situar Heródoto do lado das *ficções*, enquanto Tucídides se sentiria confortável junto às *realidades*.

Caberia conjeturar, por que não, um campo psicanalítico que –obrigado a escolher entre uma e outra, e tensionando a corda pelos extremos– se deixe tentar pela tentativa de entender a cura como a redução progressiva das ficções que estruturam a vida do neurótico às realidades que o esperam no final do caminho.

* “Não faço mais do que lutar sempre com a tensão entre ficção e realidade para encontrar a verdade”, em tradução livre.

Em outro extremo, podemos imaginar uma fração de psicanalistas que entendem que a ficção forma parte da mesma realidade, que não há realidade a não ser ficcional e que, em todo caso, aceitando essa crua evidência, trata-se de poder revelar a partir de algo –e, especialmente, tender a– um saber fazer melhor com essas ficções.

Talvez a única coisa que alinhava a série de textos excelentes que publicamos em **Argumentos** –a primeira parte dos textos pré-publicados do XXX Congresso Latino-Americano– seja a impossibilidade de uma distinção clara e precisa entre realidade e ficção.

De um modo ou de outro, todos esses agudos artigos fazem-nos pensar em uma psicanálise que, se for fiel à verdade da sua prática, está mais na trilha de Heródoto do que na de Tucídides, apesar do que desejaríamos ou inclusive apesar do que nos conviria enquanto coletivo profissional.

Se nos sentimos um pouco incômodos dedicando nossas vidas a um ofício instável que presta tanta ou inclusive mais atenção às incoerências do sonho do que às certezas do eu vígil, aos pequenos rumores do que às grandes declarações, aos detalhes do que às panorâmicas, cujos históricos –como bem sabia Freud– leem-se melhor como fábulas do que como casuística científica... Se não nos acostumamos completamente a habitar esse terreno de areias movediças e de poucas certezas mais do que a fé no inconsciente e a confiança em um dispositivo tão simples como maravilhoso, deveria nos reconfortar saber também o que a moderna historiografia pôde descobrir até mesmo no artífice da objetividade histórica.

Porque é claro o modo como Heródoto trabalhava, bastante próximo de como fazia Freud: confiava no que escutava sem submeter isso a crítica nem filtro nenhum, prestava atenção da mesma forma tanto aos produtos da imaginação como à narração estrita dos fatos. Mas acontece também, contra todo prognóstico, que aquele Tucídides tão amante das realidades como crítico do seu antecessor não parece ter ficado totalmente imune ao terreno ficcional.

Há algo da máscara –científica *avant la lettre*– de Tucídides que cai quando começa a aparecer que –depois do esforço em relatar apenas fatos e discursos, depois da minuciosidade em evitar distrações e digressões, depois da crítica ao caráter anedótico e da precisão metodológica da qual se gabava– seus escritos mostravam algumas regularidades sugestivas. Por exemplo, os discursos que transcrevia em seu purismo objetivista, mesmo atribuídos a sujeitos diferentes, pareciam-se demais entre si... e consequentemente, supõe-se, ao seu autor. E, frente à pretensa narrativa exata dos fatos inevitáveis, diante do *maremágnum* de relatos contraditórios de Heródoto, hoje em dia nota-se um cuidadoso trabalho de seleção, de omissões e mudanças, de juízos sub-reptícios e de interpretações que remetiam a um ponto de vista determinado politicamente e alinhado com o poder.

Nesse sentido, é evidente que há uma confiança de Heródoto na ficção que não se encontra talvez em Tucídides. No entanto, isso não o aproxima nem mais nem menos das complexas realidades que ambos pretendem historiar. O *desejo do historiador* aparece de um modo ou de outro. E como observou com clareza Michel De Certeau, historiador e psicanalista,¹ existe algo negado no discurso científico que assume forma ficcional, de literatura. E nesse sentido a

1. De Certeau, Michel (2007). *Historia y psicoanálisis* (p. 21), México D.F.: Universidad Iberoamericana.

ficção não é estranha ao real e, pelo contrário, pode estar –como Jeremy Bentham queria– mais próxima do real que o discurso “objetivo”.

O dinheiro como ficção

Um exemplo evidente de como uma ficção pode ter efeitos na realidade, tanto simbólicos como imaginários e inclusive reais, é o dinheiro.

Essas notas com que nossos analisandos nos pagam a cada sessão, essas notas mais ou menos limpas ou amassadas que colocamos no bolso dia após dia e com as quais os analistas ganhamos a vida, não são outra coisa além de ficções.

Neste número de *Calibán*, em **Vórtice**, tentamos desdobrar de modo coral e plural alguns, apenas alguns dos pontos de vista a partir dos quais podemos falar de um assunto do qual, curiosamente, não se fala muito. Não se fala muito em termos teóricos –proporcionalmente a outros assuntos que são objeto da discussão analítica–, apesar de sabermos do peso libidinal que ocupa nas curas, apesar de nos reservarmos o pagamento na mão e pessoalmente a cada sessão, apesar de nos referirmos a ele, seguindo o sábio conselho freudiano, com a menor hipocrisia possível. Não se fala muito em termos teóricos apesar de ser, sim, motivo frequente de conversas informais entre analistas que, como os integrantes de qualquer outra profissão liberal, nos encontramos obrigados a intercambiar nosso saber por metal, ou melhor, por papel.

Isso com que nossos pacientes nos pagam (apesar de pagarem também com muito mais do que o seu dinheiro) é uma ficção. Nada a encarna melhor do que o dólar. É em dólares essa medida comum, essa *lingua franca* das transações econômicas, com que fizemos uma comparação sucinta e apenas aproximativa de honorários em diversas cidades, e é em dólares que são medidos, geralmente, as rendas e os gastos não só na nossa região, mas sim no mundo inteiro. As reservas soberanas dos países costumam estar “lastreadas” em dólares, como se houvesse uma realidade mais sólida –em divisas– para sustentar nossas às vezes débeis moedas nacionais. As mesmas divisas obtêm, por sua vez, garantia de bens que se valorizam e que são ambicionados como o ouro (ainda que também tenham ocupado esse mesmo lugar a prata, o sal, inclusive o gado). Assim, uma “ficção” como o papel moeda circulante aparece sustentada em uma “realidade” aparente como várias toneladas de ouro em um cofre que não possui menos valor ficcional por ocupar esse espaço real ou por ser um mineral precioso e escasso extraído das entranhas da terra.

Aumentando ainda mais essa tensão entre realidade e ficção, é curioso e ilustrativo saber em que consiste o lastreamento dos dólares no único país onde são impressos legalmente, os Estados Unidos. Mais de um leitor poderia pensar que a garantia é em moedas estrangeiras, mas não é assim. Ou poderia-se pensar que são lastreados em sólidos lingotes de ouro, mas também não é assim. A garantia dos dólares norte-americanos é... nenhuma, ou apenas a confiança gerada pelo Tesouro de um país poderoso. Já há muitos anos, desde 1971, a Reserva Federal abandonou o ouro como garantia da moeda que emite, levando a um extremo, assim, o valor ficcional das notas verdes que muitas vezes orientam nossas vidas. Existe ali, por trás desses pedaços de papel verdes e seus similares –cheques, dinheiro eletrônico, bônus ou *bitcoins*–, um pouco disfarçado, um certo *nada*.

Isso é o que evidencia a obra de Cildo Meireles, *Zero dollar*, que ilustra estas linhas. E também o que o sugestivo trabalho que Pablo Boneu –argentino nômade residente no México– mostra através das suas *Instrucciones para destruir dinero*, que dialoga com os textos de **Vórtice**.

Por trás da máscara, não há nada

Adotemos, novamente, Heródoto e Tucídides como metáforas para pensar dois modos de nos aproximarmos da realidade. Poderíamos supor que, para Tucídides, uma selva de imaginações embaça a abordagem da realidade, e cabe a ele, então –ao historiador–, o trabalho de desinfetá-la de toda contaminação ficcional, depois do que apareceria, nua e radiante, a realidade real.

Heródoto, pelo contrário, como o imaginamos, não se preocuparia muito com isso. Sem deter-se sobre se o que lhe contam é verdade ou não, anota. Dá assim o mesmo estatuto à realidade que à ficção e, nesse sentido, não considera que haja uma máscara que cubra o real e que lhe caiba arrancar.

Muitas vezes no nosso trabalho ajudamos os sujeitos em análise a tirar algumas máscaras... apenas para descobrir que aparecem outras. Nosso ofício está mais perto da ideia da máscara como lugar de onde a verdade pode ser dita –tal como emerge da entrevista com Juan Villoro que aparecerá no próximo número de *Calibán*– do que da ideia da máscara como disfarce, como falsidade. Não há realidade, a não ser mascarada, ficcionalizada, e por trás da máscara não cabe encontrar uma realidade última, senão esse nada que a ficção do di-nheiro vela um pouco, e que o emparenta com o objeto evanescente que funciona como centro gravitacional da prática analítica.

Algo disso parece nos mostrar o artista guatemalteco Luis González Palma na fotografia que aparece na capa deste número e na série de fotografias que –algumas solitariamente, outras, junto a Graciela de Oliveira– aparecem nas segunda e terceira capas: longe de qualquer aposta realista, suas obras são verdadeiras ficções, inventos produzidos para poder dizer a verdade.

Os artistas pegam sempre um atalho para agarrar essa verdade, sempre dita pela metade, mestiça entre a impossibilidade de ser dita completamente e a necessária roupagem ficcional, que nós tentamos apreender com esforço, passo a passo, a cada análise.

A arte –como Heródoto– não faz muita diferença entre a realidade e a ficção, sabe que a realidade é ficcional tanto como a ficção é real. Picasso –de quem Lacan usou a prescrição metodológica que nos cai tão bem: *encontrar*, mais do que procurar– sabia bem disso quando dizia que “a arte é uma mentira que nos faz ver a verdade”²

O modo como a psicanálise mudou o mundo

Desde o início deste milênio, ao se completar um século da invenção da psicanálise, multiplicam-se os encontros que giram ao redor dos escritos fundadores da nossa disciplina, tais como o texto inaugural, *A interpretação dos sonhos* ou *Introdução ao narcisismo*. Cabe esperar que nos próximos 20 anos nos disponhamos

2. Declarações feitas a Marius de Zayas em 1923, publicadas em maio desse mesmo ano na revista *The Arts* de Nova York.

a reler outros tantos, de *Além do princípio do prazer* a *Construções em análise*. Sempre é oportuno reler Freud e sempre encontramos ali mais do que o que fomos buscar.

De nossa parte, não permanecemos alheios a essa tentação e tanto este número de *Calibán-RLP* como o próximo ecoarão os artigos freudianos recentemente centenários. Só que os adotaremos um pouco como uma desculpa para entrar de cabeça na nossa contemporaneidade. Aproveitaremos algumas pedras do canteiro freudiano como estímulos para produzir, para pensar.

Em *O interesse científico da psicanálise*, artigo publicado em 1913 a pedido de uma revista científica italiana, *Scientia*, Freud –que já contava com a fundação da sua doutrina e ao mesmo tempo tentava que o mundo visse seu potencial– fazia conjecturas sobre as possíveis contribuições a várias disciplinas. O que fizemos a partir de *Calibán* foi pegar esse bastão para avaliar, um século mais tarde, o que ficou daquele projeto freudiano, ou seja, quanto das suas expectativas de transformar ou pelo menos incidir no mundo se realizaram ou não. Em que medida a psicanálise transformou ou influenciou artes e ciências tão diversas como a linguística ou a biologia, a história da arte ou a sociologia, a antropologia ou o direito não é algo que os psicanalistas possamos dizer. Não podemos porque o risco é ficarmos em discursos autocondescendentes onde acreditemos ter viajado a lugares onde somos reconhecidos minimamente; ou, pelo contrário, onde podemos ignorar um rastro fértil traçado pela descoberta do inconsciente onde não imaginávamos. Portanto, convidamos prestigiosos intelectuais que irão desfolhando, no nosso **Dossiê**, a incidência que a psicanálise teve em suas respectivas disciplinas.

Neste número de *Calibán*, começamos pela pedagogia, pelo direito, pelo cinema, pela literatura e pela arquitetura, com textos sob responsabilidade de estrangeiros ao nosso campo –ainda que, pelo que veremos, nem tanto– como o crítico de cinema Roger Koza ou a especialista em educação Graciela Frigerio, ambos da Argentina, ou a jurista canadense Hélène Tessier, ou o conhecido arquiteto e urbanista argentino, mas radicado no Rio de Janeiro, Jorge Jáuregui, ou a literata paulista Yudith Rosenbaum. E isso só para começar, porque iremos traçando, a partir deste e também no próximo número, um panorama que mostre o modo como a psicanálise mudou –talvez– o mundo no último século.

O relato real

Em **O Estrangeiro**, o escritor –argentino, residente em Montevidéu– Elvio Gandolfo aborda o mesmo tema que os autores de **Argumentos** e escreve –a partir do lugar de quem ganha a vida elaborando ficções– um ensaio encantador sobre a forma como realidade e ficção se cruzam, sobre a impossibilidade de uma verdadeira diferenciação.

Seu texto se ajusta perfeitamente à seção que o abriga, que tem por função nos questionar, a partir do exterior da prática analítica, para fazer repensar o que acontece no interior dessa prática. As peripécias de um escritor no momento de construir seus personagens, o “peso do real” nas suas referências e os “ataques de ficção” que o acometem, o afã de ser fiel e ao mesmo tempo a necessidade de evitar tornar reconhecível um personagem, aproximam de um modo surpreendente o analista que escreve (e, conseqüentemente, constrói) um caso clínico do escritor de ficção.

Realidade e ficção funcionam mais como na figura topológica da banda de Moebius: lá não há descontinuidade e a realidade tal como a conhecemos está tecida pelo relato, e qualquer relato –Gandolfo demonstra isso bem– obtém seus materiais no canteiro da realidade. Não há realidade –para nós, pelo menos– fora da possibilidade de relatá-la: um analisando no divã conta sua realidade refletida pelo seu fantasma; tanto o sonho que às vezes nos conta como as peripécias do seu dia ou inclusive a narrativa que nós mesmos podemos fazer de uma sessão ao construí-la como caso clínico são relatos.

Mas relatos *reais*, para citar o oxímoro com que Javier Cercas *cercou* a crônica, com precisão: relatos que são inventos, mas inventos que sustentam uma aposta ética, a da fidelidade ao real. E nessa aposta, pela via do rodeio da ficção, conseguem destilar algumas gotas de verdade das quais sentimos falta nos relatórios etnográficos, nas descrições que objetivam encaixes tipológicos ou nas transcrições obsessivas pelas quais o cientificismo tem uma fraqueza. Uma história clínica analítica, a de Dora ou a do pequeno Hans ou qualquer uma das que construímos diariamente são, a seu modo, *relatos reais*, crônicas dessa viagem que fazemos com nossos analisandos para ajudá-los a se converterem no que são de verdade.

O afã historizador atravessa este número também de outra maneira, ao contar com uma entrevista com Élisabeth Roudinesco, responsável por algumas obras canônicas sobre a história de uma disciplina que dá lugar à história como poucas. A entrevista que publicamos em **Textual** é a primeira que fazemos nessa seção com alguém que é psicanalista, além de historiadora, e a primeira feita com alguém de fora da América Latina. Sua perspectiva é duplamente valiosa porque, a partir da autoria, junto a Michel Plon, do *Dicionário de psicanálise* e de outros projetos, tem uma amplidão de olhares incomparável sobre o estado da psicanálise no mundo, mantendo-se, além disso, alheia a olhares que, por lealdade a uma ou a outra instituição, poderiam empobrecer a leitura do conjunto.

Como Roudinesco não se caracteriza exatamente por ser complacente, podemos levar a sério o que afirma com relação à psicanálise da nossa região e à sua potência clínica, às vezes ignorada ou inclusive menosprezada em outras regiões.

Em **Fora de Campo**, publicamos, em consonância com o modo particular que a clínica psicanalítica exige para ser contada, o texto de uma conferência realizada por Joel Birman no Rio de Janeiro, em uma das felizmente já habituais apresentações de *Calibán* que vêm acontecendo tanto na *Cidade Maravilhosa* como em Porto Alegre ou em São Paulo, em Buenos Aires ou em Córdoba, em Madri, Montevideu, Cidade do México, Lima ou Montreal. Lá, o que uma vez foi um sonho –ou seja, uma ficção–, o de ter uma revista latino-americana que circule amplamente, que encontre seus leitores e faça com que nos conheçamos entre nós e fora do nosso continente, começa a se tornar uma realidade.

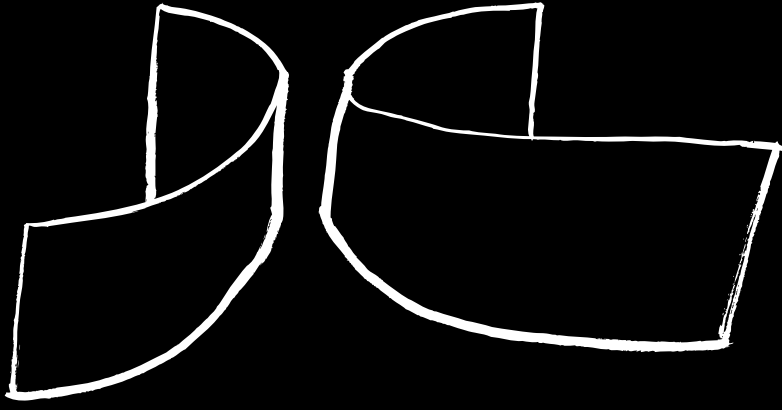
Em **Clássica & Moderna**, Marcelo Viñar põe em dia outro mestre latino-americano que, para honrar a estrangeiria sempre inerente ao lugar do psicanalista, nasceu na França: Willy Baranger.

Completa este número, além da nossa **Bitácula** de viagem, com dados e sugestões de leitura, uma crônica sobre Buenos Aires, outra das nossas **Cidades**

Invisíveis –tão ficcional como real–, onde nos encontraremos, os psicanalistas latino-americanos, no final do inverno, para continuar o debate ao qual, a partir das páginas de *Calibán*, da aposta desejante e comprometida dos que trabalhamos nela, tentamos contribuir e estimular.

Mariano Horenstein

Editor-chefe de *Calibán-RLP*



Argumentos

Psicanálise *criolla*

“Ócios são o que me permitem os estudos mais severos; mas o que pode haver de bom nas Índias? O que pode haver que contente os europeus que desta sorte duvidam? Julgam-nos sátiros, presumem-nos tritões, que brutos de alma, em vão tentam negar-nos máscaras de humanidade”.¹

JUAN DE ESPINOSA MEDRANO,
El Lunarejo. Cuzco, 1652.

“Os malvados espanhóis que conquistaram a América são vossos antepassados, não os meus.”

JAVIER CERCAS, escritor espanhol,
respondendo por Skype a uma entrevista
de Gabriela Wiener, escritora peruana. 2013

A questão colonial

A primeira menção em documentos oficiais no Peru à palavra *criollo* aparece em 1567 (Lavallé, 2011, p. 442) e designava os espanhóis nascidos na América. Desde então, o termo sofreu uma evolução considerável.

No Peru, por exemplo, fala-se de “comida *criolla*” para referir-se à gastronomia litorânea, cujos pratos emblemáticos são o ceviche e o *lomo saltado* (lombo refogado). É interessante observar que ambos são produtos de fusões culinárias: o primeiro, entre a cozinha peruana e a japonesa, e o segundo, entre a peruana e a chinesa. E quando dizemos peruana estamos aludindo, certamente, a uma história complexa na qual estão intimamente entrelaçadas a conquista, a colonização e a independência que funda as repúblicas no território das antigas colônias, com exceção do Brasil, cuja história difere nesse exato ponto, já que nesse país não se deu uma guerra de independência (Sader, 2011, p. 624). Em uma perspectiva diametralmente oposta, em meu país, no Peru, usa-se o termo *criollo* para referir-se à picardia ou à esperteza de indivíduos da costa, em oposição à suposta ingenuidade ou preguiça mental dos migrantes andinos, chamados pejo-

* Sociedad Peruana de Psicoanálisis.

1. Tradução livre, baseada em uma das interpretações propostas por John Beverley em seu *Essays on the literary baroque in Spain and Spanish America* (2008, p. 128).

rativamente de *cholos* ou *serranos*, não tanto por sua procedência geográfica, mas em alusão a uma imaginária condição de inferioridade racial (Bruce, 2007). Essa mesma “esperteza *criolla*” é associada por cientistas sociais contemporâneos, e cada vez mais pelo público em geral, aos fenômenos da anomia e do “*achoramiento*”²

Ou seja, enquanto em um caso privilegia-se a integração positiva que gera identificação, reconhecimento e até uma pujante atividade econômica em torno do desenvolvimento da gastronomia tanto em nível nacional como internacional, no outro caso impera a discriminação racista que reforça preconceitos e barreiras estamentais, estancando o desenvolvimento de uma sociedade democrática. A polissemia do termo *criollo*, tendo em vista esses exemplos que poderiam facilmente aumentar de número, é eloquente.

Mas o que fazem estas considerações iniciais em um texto sobre psicanálise latino-americana, destinado a um congresso sobre realidades e ficções?

Meu ponto de partida é o de que a psicanálise latino-americana, à qual estou chamando *criolla*, desenvolveu-se em muitos sentidos à margem dessa história, dessas origens, dessa identidade flutuante por definição. Ao contrário, caímos na ilusão de uma identidade coerente, unificada, francamente contraditória em relação às premissas psicanalíticas que colocam em evidência a frágil e a ilusória unidade do Eu. Se pegarmos um texto latino-americano aleatoriamente, na maioria dos casos, a não ser pelas referências à procedência do autor, poderíamos pensar que se trata do escrito de um europeu ou de um norte-americano. Como se o que acontecesse no âmbito do consultório ou, o que é ainda mais significativo, na mente do analista e do paciente fosse independente (a palavra aqui não é casual) do lugar histórico onde transcorrem esses processos analíticos. Como se a condição pós-colonial fosse contingente. A tese que parece subjazer a esse enfoque é a da universalidade do inconsciente, assim como a da transferência e a do conflito, para citar alguns dos conceitos essenciais da tarefa psicanalítica.

Gostaria de trazer algumas ideias a esse respeito, com a esperança de que gerem uma discussão entre nós. Tenho para mim que a clínica ou a teoria, o pensamento clínico, para usar a feliz expressão de André Green (2002), não existem fora dessas coordenadas historizadas e, ao contrário, estão profundamente determinadas por elas. No primeiro número da revista da Fepal (Bruce, 2012b), propus, como uma homenagem crítica ao falecimento de Green (que foi meu analista na França), algumas reflexões vinculadas à sua exitosa assimilação à psicanálise francesa e europeia, produzindo a obra admirável e indispensável que conhecemos, mas ao preço de uma forclusão de suas origens egípcias.³

2. O termo “*achoramiento*” é uma gíria usada no Peru para referir-se a uma atitude transgressora e agressiva, observada, há alguns anos, em migrantes do campo à cidade, dos quais se esperava submissão e obediência.

3. É sugestivo o paralelismo com a tese de Freud, em *Moisés e o Monoteísmo* (Freud, 1939), sobre a origem egípcia, e não europeia, do fundador do judaísmo.

uma “psicanálise” superssexualizada, alheia aos vínculos amorosos, particularmente aos da transferência, e exterior ao enquadre. Até onde se sabe, a maioria de nós trabalha respeitando as regras do tratamento psicanalítico, tal como vem evoluindo desde então, em particular com o desenvolvimento, iniciado nesse mesmo ano de 1910, da contratransferência. No entanto, somos, sim, esses psicanalistas selvagens no sentido dado por El Lunarejo, só que não percebemos ou não queremos perceber. Por isso mesmo o nome da revista *Calibán* é particularmente feliz ao fazer referência ao personagem de *A tempestade*, de Shakespeare, com suas conotações selvagens e em particular canibais, retomando um aspecto essencial da cultura brasileira em relação à simbologia do canibalismo. É a isso que aludo quando tento reivindicar o termo *criollo* para a psicanálise latino-americana. Quando Freud detalha, no final de sua vida, praticando o estilo tardio (Said, 2009), o que espera de um psicanalista, escreve o seguinte em *Análisis terminable e interminable*:

É, portanto, razoável esperar de um analista, como parte de suas qualificações, um grau considerável de normalidade e correção mental. Além disso, ele deve possuir algum tipo de superioridade, de maneira que, em certas situações analíticas, possa agir como modelo para seu paciente e, em outras, como professor. E, finalmente, não devemos esquecer que o relacionamento analítico se baseia no amor à verdade -isto é, no reconhecimento da realidade [o destaque em itálico é meu]- e que isso exclui qualquer tipo de impostura ou engano (Freud, 1937/1973, p. 3361).

Ressaltei a menção do reconhecimento da realidade que Freud faz nesse ensaio crepuscular porque quero atingir os vasos comunicantes entre realidade psíquica e material, social e histórica. Said, em outro texto, *Freud and the non-European* (Said, 2003), faz referência à alucinação negativa para descrever a forma como o Estado de Israel atua em relação à Palestina. De minha parte, recorri a essa mesma metáfora psicanalítica ao focar uma atitude análoga a respeito dos já mencionados *cholos* em meu texto dedicado a analisar, de um ponto de vista psicanalítico, o racismo em nossas sociedades (Bruce, 2007).

Pois bem, outra das conotações do selvagem para os colonizadores é a da figura demoníaca. Esta se encontra implícita nas lamentações de El Lunarejo, ao constatar que os conquistadores julgam-nos sátiros, tritões ou brutos. Portanto, é útil assinalar aqui três tentações que nos acometem quando nos encontramos, como pretende este texto, nessa fronteira, no limite imaginário entre o social e o mais íntimo (que não é o mesmo que o individual):⁶

6. Rosine Perelberg faz uma útil distinção entre identidade e identificação, em paralelo com a de indivíduo e pessoa (Perelberg, 2008, p. 68). No entanto, a distinção que ela opera é entre uma identidade unida e outra desunida, dividida. Existe uma terceira opção que me proponho a explorar aqui: a de uma identidade quebrada, fragmentada.

-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
- Em primeiro lugar, a tentação de reduzir a experiência humana a uma infinita série de variações em torno da onipresença do conflito. Seria atentar contra o paradigma da complexidade que Edgar Morin exige-nos respeitar, não sem razão.
 - Em segundo lugar, deve-se ter cuidado com o amálgama entre os conflitos individuais e os sociais. Essa é uma pirueta hermenêutica que pode terminar em um grande tombo, se não se tem o devido cuidado.
 - Por último, a eterna tentação de deixar-se seduzir pelo canto da sereia da moda dos conflitos sociais, particularmente na América Latina, como explicação de tudo o que ocorre em nossa região.

Uma vez tomadas essas precauções (ou, se preferirem, formulados esses encantamentos contra os maus espíritos), permitam-me apresentar-lhes duas vinhetas clínicas que, a meu ver, evidenciam os desafios que se apresentam aos analistas latino-americanos tanto devido à história da qual procedemos e à qual pertencemos, como aos emergentes, nos vários sentidos dessa palavra dentro e fora da psicanálise, dessas histórias, dessas sociedades. Refiro-me concretamente às novas classes médias que estão surgindo em nossas cidades, em nossos consultórios, em nossas mentes. Refiro-me também ao sintoma, acima mencionado, que emerge dessa negação da condição pós-colonial e de suas determinações em cada um de nós.

O caso de Simón

Admito ter uma afeição especial por pessoas que apresentam essas misturas culturais e geracionais. Penso em Simón, um jovem cujos pais são filhos de migrantes provenientes de zonas andinas. Isso, que em muitos aspectos da vida de Lima costumava ser uma desvantagem (e em vários sentidos discriminatórios ainda é), permitiu-lhes desenvolver uma atividade comercial próspera, que consiste em negociar terrenos em zonas de Lima que foram tomadas por várias ondas migratórias iniciadas na década de 40 do século XX. Não me refiro às zonas de moradia que se encontram fora do perímetro urbano, os chamados “*conos*”, localizados na periferia da cidade, mas a lugares em zonas mais cêntricas, de intensa atividade comercial, com habitações precárias e carentes de serviços adequados. Isso os torna inseguros e insalubres e, por esse motivo, são evitados por negociantes de raízes mais tradicionais, aos que convém chamar de comerciantes de *real state*, devido ao modelo alienado que orienta seu trabalho.

Em contrapartida, os pais de Simón tiveram a clareza e a determinação de incursionar precisamente nesses lugares abandonados pelos referidos comerciantes, espantados pelas condições tanto do lugar quanto das pessoas que ali se instalam. Em outras palavras, o

que o racismo e o classismo deixaram de lado, como resíduos desvalorizados, foi aproveitado por esse casal, que soube tirar proveito desses pontos cegos da sociedade tradicional de Lima, muito antes que as grandes empresas locais compreendessem o lucro cessante gigantesco que significava abandonar o florescente mercado de consumo representado por essas ondas migratórias antes desprezadas e hoje, cada vez mais, cobiçadas por seu grande poder aquisitivo. Isso permitiu, a esses migrantes sem preconceitos e audazes, acumular um capital respeitável, em um trabalho com comerciantes de varejo para quem vendem, por exemplo, espaços em mercados ou centros de venda dos mais diversos produtos.⁷

Mas Simón, que, graças, entre outras coisas, à prosperidade de seus pais, teve acesso a uma educação sofisticada nas melhores universidades do Peru, percebe as graves deficiências, em termos de gestão, do esforçado trabalho de seus progenitores. Entra, então, em conflito com eles. Propõe que usem ferramentas mais avançadas, assim como técnicas de negociação com os bancos dos quais seus pais desconfiam e aos quais resistem. Ainda que Simón entenda os temores de seus pais, já que, afinal, a posição econômica privilegiada de sua família foi construída precisamente sobre esses pontos cegos da sociedade peruana, racista, excludente e estamental, ele também é consciente de que o modelo de seus pais está chegando a um ponto de obsolescência, ou até de ineficiência.

Aqui se combinam elementos da história pessoal com outros da história social e econômica. Não é tarefa do psicanalista tentar explicar a Simón esses segundos elementos, mas é inevitável que eles se façam presentes no vínculo entre nós. Com isso, o conflito passa à intimidade do consultório. Ou talvez deva dizer que o conflito transfere-se para mim, na medida em que sou eu quem deve decidir quais são os limites de minha intervenção.

Desse modo, a “realidade peruana” exige respostas por parte do analista. É inútil pretender permanecer neutro diante de uma situação na qual o desafio consiste em encontrar as linhas que demarcam as áreas da experiência humana que não se deixam capturar. Mas isto é precisamente o que torna apaixonante esse trabalho: sua constante mobilidade e sua capacidade inesgotável de fazer perguntas que não têm respostas pré-concebidas.

Talvez seja isso o que me motiva a escrever estas linhas. A busca de uma clareza incerta e por vezes efêmera como a chama de um

7. Vale a pena visitar, em Lima, o centro comercial chamado Polvos Azules, uma referência à antiga rua do centro histórico onde se situava antes de ser transferido para sua localização atual. É um autêntico cafarname, onde se pode encontrar uma infinidade de produtos que vão desde um par de tênis até um sofisticado equipamento de fotografia ou de som, passando por todas as cópias piratas imagináveis de filmes. Há também muitos estandes com filmes comerciais, blockbusters, séries de televisão e pornografia. Outros especializados em cinema cult, com filmes que deixam boquiabertos os amigos cinéfilos de outros países. Esse lugar expressa claramente as aceleradas e complexas transformações de nossas sociedades.

fósforo de madeira.⁸ O caso de Simón me exige de continuar divagando em torno de perguntas cujas respostas tenham derrubado as certezas de pensadores de todas as épocas e latitudes. Fato é que nós, humanos, arranjamo-nos como podemos, quando podemos.

Retornando ao dia a dia do consultório: à medida que se agravam as dificuldades de gestão dos pais, tornam-se mais agudas as diferenças entre eles e Simón. Isso traz uma consequência econômica imediata: fica cada vez mais difícil para Simón conseguir pagar suas sessões. Este é um paradoxo que parece familiar aos analistas e psicoterapeutas: quanto mais os pacientes precisam de ajuda, mais costuma ocorrer de se acentuarem suas dificuldades econômicas. Essa condição introduz elementos do conflito na situação terapêutica, que deverão ser trabalhados *para além do princípio de realidade*.

Isso supõe um desafio complexo para ambos integrantes do par analítico. O paciente deve enfrentar os sentimentos confusos gerados pelo atraso dos pagamentos (desde a culpa até o gozo transgressor). O analista, por sua vez, tem que ser capaz de sustentar a tarefa analítica apesar do mal-estar ocasionado por não poder receber a remuneração combinada, assim como pelos fantasmas concomitantes (por exemplo, que o paciente deixe de vir, *diga o que disser o analista*). Da mesma forma, deve ser colocada a questão dos limites dessa variável. No entanto, insisto, é preciso manter o enquadre no meio dessa turbulência. Para entender melhor a dimensão conflitiva e seus diversos registros já mencionados nos âmbitos interno e externo, individual e social, retornemos ao caso de Simón.

É visível o incômodo que lhe produz encontrar-se no meio de uma crise familiar, cujas arestas econômicas encontram-se acompanhadas por um aumento palpável da tensão no lar, que é compartilhado com seus pais e com suas duas irmãs. Os três integrantes da fratria estão vinculados à empresa familiar, apesar de cada um ter estudado uma coisa: biologia, comunicação e administração de empresas. Mas um laço invisível e potente os mantém presos ao núcleo familiar, embora todos pudessem, por suas idades (os três acima dos 30), estar vivendo em uma casa própria. Ainda que morem em uma residência cômoda e espaçosa, Simón transmite uma sensação de aprisionamento e saturação, comparável, usando suas palavras, à experiência de uma prisão.

Embora insista que meu consultório é um espaço de liberdade, onde pode evocar, sem restrições, os afetos negativos e os conflitos que toda essa crise lhe gera, sinto que a prisão, paulatinamente, está se apoderando de nosso espaço. Como se visse crescer grades nos

8. No Peru comercializam-se, há décadas, fósforos de madeira cuja marca e emblema é precisamente uma lhama, o camelídeo, em um jogo de palavras que costuma passar despercebido por ser tão familiar (N.T.: Em espanhol, “llama” pode significar “lhama” ou “chama”). Vale a pena lembrar, como uma anedota, que na Plaza San Martín, uma das mais importantes praças do centro de Lima, há uma estátua de uma mulher que ostenta um camelídeo na cabeça: diz-se que pediram ao escultor que colocasse uma “llama”, no sentido de chama, mas a linguagem fez seu truque. A imagem do efêmero como a chama de um fósforo de madeira é de William Faulkner.

vidros de minhas janelas, aprisionando-nos, os dois, em um confinamento asfíxiante e desprovido dos suprimentos que antes nos faziam sentir seguros e nutridos. É aqui que a metáfora do dinheiro torna-se portadora dessas labirínticas encruzilhadas iluminadas pelos trabalhos de Cornelius Castoriadis.

Até que, um dia, Simón anuncia que não poderá continuar a vir, pelo menos até que sua família volte a ter ganhos substanciais, pois no momento têm apenas dívidas e uma ameaça cada vez mais aterrorizante, como uma tempestade que obscurece o horizonte, de falência total.

Eu também via chegar esse fenômeno atmosférico.

Mas a tempestade que eu previa desencadeava-se no consultório.

Buscarei introduzir aqui alguns elos entre a situação familiar de Simón, levando em conta sua crise econômica e vincular (os conflitos que surgem entre eles a partir das ditas dificuldades), e a situação de Simón em seu tratamento comigo. Se tivéssemos que dar um nome à corrente formada por esses elos, seria provavelmente “dívida”. A dívida contraída por seus pais, uma vez que se aventuraram em um negócio cujo investimento saía completamente dos limites com os quais eles estavam habituados a lidar, é a que lhes coloca na situação de insolvência atual. Por outro lado, como produto desse estrangulamento econômico, Simón encontra-se sem meios para poder enfrentar o pagamento das sessões.

Nesse momento, encontrei-me sob fogo cruzado. A empatia que sentia por meu paciente impelia-me a não abandoná-lo nessa crise, o que significava que ele contrairia uma dívida crescente comigo. Por outro lado, as exigências do enquadre psicanalítico questionavam-me, lembrando-me de que é preciso respeitar esse enquadre para que a cura se dê. Esse é um beco sem saída que todos os psicanalistas conhecem e no qual cada um deve encontrar seu caminho em função das circunstâncias únicas de cada caso clínico. Foi-me muito útil, ao explorar esse beco, o que Lacan considerava indispensável no processo analítico, um debate recente entre psicanalistas membros da IPA, realizado pela Internet.⁹ Nesse frutífero intercâmbio de ideias, partiu-se de um trabalho do analista argentino José Bleger (1969), *Teoría y práctica del psicoanálisis: La praxis psicoanalítica*, cuja obra não deixa de nos surpreender passados tantos anos de seu precoce falecimento (morreu aos 49 anos de um infarto). Quem promoveu esse encontro foi Haydée Faimberg, que redigiu um comentário *ad hoc* ao texto de Bleger¹⁰ sobre o impasse em que me encontrei com Simón, a saber:

A originalidade absoluta de José Bleger consiste em reconhecer e definir um enquadre trazido pelo paciente que é, a

9. lapdebate@googlegroups.

10. Faimberg, H. (2013). El pensamiento dialéctico de José Bleger. Publicado on line en lapdebates@googlegroups. Traduzido originalmente do francés.

princípio, 'mudo', até que, em determinado ponto da análise, começa a falar -contanto que o analista seja capaz de 'ouvi-lo'. Em toda sua obra, Bleger irá afinando o fundamento teórico que torna inteligível a existência desse segundo enquadre. O reconhecimento (tanto por parte do analisando como por parte do analista) desses dois enquadres como sendo dois, e não apenas um, *abre um hiato, uma diferença, por onde se criam as condições para que seja possível que o analisando reconheça, como veremos, a alteridade do analista, que o analista é um 'outro'*.

Em outras palavras, existe o enquadre formulado pelo analista, mas, na penumbra do não dito, oculta-se o enquadre trazido pelo paciente. Esse segundo enquadre é mudo (o que faz com que nos perguntemos sobre sua relação com a resistência e até, eventualmente, com a pulsão de morte, mas essa é outra discussão que nos desviaria de nossa incumbência). Já citei extensamente o comentário de Faimberg não apenas pelo seu enorme interesse, mas também porque ela se refere a um caso de Bleger, citado pelo autor no texto que embasa a discussão pela internet, em que precisamente um paciente deste último contrai uma dívida com seu analista e apressa-se em pagar. No mencionado texto de Bleger, ele faz uma afirmação que foi comentada por Ricardo Bernardi em um importante texto dedicado a analisar a vigência do trabalho de Bleger: "A teoria desenvolvida e explicitada nem sempre coincide com a teoria implícita na prática" (Bernardi, 2009, p. 226). Claramente, essa ideia de Bleger antecipa um dos pontos centrais da reflexão psicanalítica dos anos posteriores.

A partir de então, Bleger começa a escutar o enquadre mudo do paciente, que obviamente deixou de sê-lo, pois começa a "falar", e isso traz uma reviravolta inesperada ao tratamento, permitindo que Bleger possa interpretar essa pressa como uma tentativa do paciente de apagar uma marca familiar dolorosa. Não vou me aprofundar aqui nessa direção. Quero retornar a Simón. Ao contrário do paciente de Bleger, o meu afirma que não pode pagar sua dívida comigo e por isso propõe que suspendamos o tratamento até que possa assumir esse pagamento. A encruzilhada em que me coloca, o dilema que me suscita, aparece em uma primeira leitura como um problema exclusivamente material. De fato, nosso acordo contratual estipula um pagamento por sessão. Inclusive, se eu optasse por dar-lhe crédito e continuar o tratamento sem interrupções, pouparia (e o termo aqui não é casual) ambos de termos que escutar esse enquadre do paciente que, sem dúvida, contém valiosas informações sobre o vínculo transferência-contratransferência. A saber, aquilo que o paciente atribui a mim inconscientemente, aquilo que eu atribuo inconscientemente ao paciente, criando entre os dois um campo em que interagimos.

A essa altura, o leitor terá adivinhado que o tratamento não se interrompeu. O que aconteceu foi que, inspirado no relato do caso de Bleger, o processo tomou um rumo distinto daquele por onde vinha transcorrendo. O desafio consistia, a meu ver, em manter o enquadre que nos permitisse continuar a análise, sabendo que as condições econômicas do paciente (e as de sua família que, como terá observado o leitor, não estava ausente do tratamento) o estavam desgastando. Pois da mesma forma que os questionamentos de Simón sobre a metodologia do trabalho de seus pais, aquela mesma que lhes havia permitido ter um nível de vida privilegiado, mas que hoje alcançava um ponto de inviabilidade, desestabilizavam os laços familiares, agora esse momento de inflexão se transferia para a intimidade do consultório. No entanto, com um acréscimo para a tese da psicanálise *criolla*: eu represento para Simón, por minha aparência “ocidental”, pela localização de meu consultório, por minha reputação etc., essa classe social da qual seus pais desconfiam e que, pensam, é a que está levando-os à falência. Simón não compartilha dessa crença de maneira monolítica, mas é inimaginável que não esteja contaminado por ela.

Mas a análise de Simón não é o assunto central dessa já prolongada digressão, e sim o entrelaçamento entre as mudanças sociais, familiares e individuais, assim como os conflitos que a sobreposição e o encavalamento desses registros artificialmente separados inevitavelmente ocasionam. Também isso foi antecipado por Bleger, inspirado em outros analistas da chamada psicanálise do Rio da Prata (como Pichon-Rivière), com suas propostas dos pontos de vista situacional, dramático e dialético, substituindo, talvez, os pontos de vista da metapsicologia freudiana clássica.

Frequentemente, quando se lê a literatura psicanalítica, tem-se a impressão de que tudo acontece exclusivamente no campo criado entre o analista e seu paciente. Do ponto de vista técnico, essa ideia pode ser sustentável. Mas, do mesmo modo como cada vez mais se exploram as esferas do não dito (verbalmente) e daquilo que é expresso por outras vias na intimidade do consultório¹¹, bem como a teoria implícita que informa o trabalho do analista, tal como antecipava Bleger em seu texto citado, proponho que seja útil e até indispensável considerar da mesma forma essas evoluções que conflitam, no significado mais fecundo da palavra, com nosso trabalho como analistas integrantes não apenas de uma sociedade analítica, mas de uma sociedade em seu sentido mais amplo.

Introduzirei agora um segundo exemplo clínico, que já citei antes (Bruce, 2012a), e que espero que nos ajude a esclarecer algo dessa proposta assumidamente titubeante de uma psicanálise *criolla*.

11. Esse é precisamente o enfoque que desenvolvem os autores citados abaixo, no mencionado texto do serviço PEP da International Psychoanalytical Association: Non-Interpretive Mechanisms in Psychoanalytic Therapy: The ‘Something More’ Than Interpretation”, Daniel N. Stern, Louis W. Sander, Jeremy P. Nahum, Alexandra M. Harrison, Karlen Lyons-Ruth, Alec C. Morgan, Nadia Bruscheilerstern and Edward Z. Tronick

Marco não hesitou um só momento. Soltou uma sonora e alegre gargalhada e me respondeu:

“De nenhuma maneira, doutor!”

O brilho dos seus olhos (nossas sessões são cara a cara) enquanto pronunciava essa sentença lapidar referendava o entusiasmo de sua negativa. Parecia dizer, e de fato mais tarde disse, que se fizesse semelhante coisa perderia todo o prazer de poder me contar, de poder exibir a magnitude de seu triunfo e manifestar a imensa superioridade que isso lhe conferia. Minha pergunta ameaçava destruir o andaime que com tanto trabalho ele havia construído até poder chegar a Lima, a meu consultório, a mim, ao *doutor* Bruce.

No entanto, esse seu gozo não estava, por definição, isento de conflito. Em El Milagro continuam morando seus pais e uma irmã, além de outras pessoas com as quais mantém diversos graus de vinculação, como uma ex-namorada, a quem costuma se referir com nostalgia e até com uma elevada dose de sentimentalismo. Mas esse é um custo que Marco está disposto a arcar para não renunciar essa pena, esse castigo aos “pobres maus”. Com isso, eu confirmava, por outro lado, seu pertencimento a essa comunidade de origem. Sua própria “maldade”, da qual me fazia, o “doutor”, testemunha, notário, certificador:

“Os pobres são maus, doutor (eu também): anote”.

Agora buscaremos identificar o ponto em que se entrelaçam a primeira e a segunda parte dessa trama entre o público e privado.

Acontece que essa tensão pelo modelo hegemônico tem diversos efeitos na mente dos indivíduos. O caso de Marco anuncia-nos, parafraseando a mídia publicitária que, pelo menos no meu país, costuma perpetuar esses estereótipos (Bruce, 2012a), alguns deles. Uma primeira leitura coloca-nos em contato com o mecanismo de identificação com o agressor, ao destacar essa desconfiança básica com relação aos pobres: a carência econômica os perverte e os transforma em maus. “Ficam ruins”, diz Marco.

Na mente de Marco, são porosas e difusas as diferenças entre os indivíduos que integram o conjunto, no sentido matemático do termo, dos pobres. Permitam-me recorrer nesse momento à noção de “dispositivo” de Michel Foucault. Paul Veyne (2008), em um livro recente sobre o pensamento e sobre o autor de *História da loucura*, define-o nos seguintes termos: “O dispositivo é menos o determinismo que nos produz do que o obstáculo contra o qual reagem ou não reagem nosso pensamento e nossa liberdade. Estes se ativam contra ele na medida em que o próprio dispositivo é ativo; trata-se de um instrumento ‘que tem sua eficácia, seus resultados, que produz algo na sociedade, que está destinado a ter um efeito’” (p. 143).¹³

Isso que chamamos de “mente de Marco” é o cenário no qual se podem observar os embates do dispositivo. Tal espaço encontra-se

13. Tradução para o português de Marcelo Jacques de Moraes. Veyne, por sua vez, cita uma publicação que é uma coletânea de textos de Foucault, *Dits et écrits* (2001).

abalado pelo choque com esses consideráveis obstáculos que são a subalternização ou a desapareição, em virtude da alucinação negativa antes mencionada, no universo sociossimbólico.¹⁴

Mas o que faz o psicanalista nessa trama entre o social e o individual? (Permitam-me, mais uma vez, usar essa visão esquemática forçada para que possamos avançar mais rapidamente).

Para Marco, o doutor Bruce é uma figura idealizada e purificada das intenções avessas dos pobres que povoam El Milagro. Pelo menos isso é o que anuncia seu discurso. Seria a minha missão a de colocá-lo a salvo mediante meus sofisticados equipamentos analíticos, tirando-lhe, definitivamente, de El Milagro? Ou ele corre o risco de retornar, em virtude dessa mesma mágica, à verdade de suas origens malvadas e condenadas?

Em suma, serei eu parte do dispositivo, tal como Zizek recorre à figura do agente Smith ao analisar o filme *The Matrix* (Zizek, 2005)¹⁵, ou serei o sócio capaz de fazê-lo entrar nesse clube privilegiado de nobres de Lima?

Em todos os casos, sou instrumental para os objetivos conscientes e inconscientes de Marco. E ao mesmo tempo sou uma engrenagem do dispositivo. Ambos estamos, diria Foucault, submersos no aquário. Apenas perceberemos quando as primeiras mudanças começarem a ser produzidas. As mudanças às quais se refere o filósofo francês verificam-se na esfera social, mas essa ideia pode ser aplicada proveitosamente às mudanças no decorrer do processo analítico transferencial e contratransferencial. Para isso é indispensável que eu me dê conta de quem é meu interlocutor.

Posso fazê-lo? Sei fazê-lo? Quem é Marco para mim?

Marco é um emissário do inframundo que se apresenta, ávido, voraz e gravemente ferido, pedindo uma isenção que lhe permita continuar desfrutando dessa *jouissance* narcisista sem a culpa que o atormenta. Sente, e não lhe falta razão para isso, que teve méritos para que lhe seja concedida essa graça. Pensa, e aí ele me utiliza como agente refletor de sua potente vontade de sobrevivência, que sou a pessoa indicada para operar o “milagre” de absolvê-lo sem desapoderá-lo. Em outras palavras, acredita que meus poderes permitirão que ele perpetue a recusa sem passar pela castração simbólica.

Eu o acolho. Ofereço-lhe um lugar para se reinventar. Mas tenho que frustrá-lo, não posso esquecer. Essa é a condição (enquanto isso, o dispositivo vigia). Conseguirá Marco saber com quem está falando? Acredito que já sabe, mas tem medo, resiste a saber. Renunciar a esses papéis alternativos que me atribui representa um risco. Ele é

14. No mundo literário, são abundantes as referências ao que Foucault denomina “dispositivo”. Duas vezes por mês coordeno um fórum teatral após a apresentação no Teatro La Plaza, talvez o mais importante do Peru. Neste mês discutimos a peça *Casa de bonecas*, de Ibsen, um exemplo claro do que estamos enunciando. A casa de bonecas aprisiona todos, não apenas a protagonista Nora, que se atreve a abandoná-la no final.

15. Especificamente o capítulo IV, intitulado *Matrix* ou os dois lados da perversão.

tomado pelo mesmo temor da impotência que se pode verificar na penumbra associativa dos comerciais criados para vender um produto, ao mesmo tempo em que procuram consolidar um aparato ideológico irremediavelmente fissurado, mas ainda operativo, como esses calhambeques (automóveis velhos) que continuam circulando e prestando serviços de transporte coletivo em El Milagro. Os mesmos que a polícia persegue implacavelmente para conseguir “coimas”.¹⁶

Poderíamos continuar nos perguntando se em alguma dimensão Marco e eu sentimos que o pagamento das sessões constitui essa “coima” que lhe permite aceder ao mundo excludente que o havia confinado em El Milagro.

Culturas de ficção ou de fricção?

Desejo iniciar esta parte final do meu trabalho deixando claro que não me sinto, de modo algum, alheio ao processo de alienação que reside no núcleo daquilo que chamei de psicanálise *criolla*. Morei 13 anos na França, analisei-me com um analista francês (mas de origem egípcia, como já vimos), fiz minha pós-graduação na Universidade de Paris, cidade onde também tive filhos e trabalhei. Meu retorno à América Latina, ao Peru, à Lima de Fujimori e de Montesinos, significou um processo de adaptação trabalhoso e não isento de angústias. Basta dizer que durante algum tempo negava-me a ir ao teatro, uma de minhas paixões atuais, como se pode inferir da atividade mencionada linhas atrás, porque me parecia de uma qualidade muito inferior ao de Peter Brook ou de Giorgio Strehler, ao qual havia me habituado em Paris. O mesmo me acontecia em uma série de outros campos que não vem ao caso mencionar aqui. Vale citar apenas um: o da teoria psicanalítica. Durante um tempo considerável, meus artigos e livros, aulas e intervenções de todo tipo vinculadas à psicanálise estavam recheadas de citações que não chamaria de europeias: francesas *tout court!* E pior, as referências estavam no idioma original, pois eu procurava, como continuo fazendo, os textos na edição francesa.

O mais importante era que minha mente funcionava nessa frequência. Como se continuasse vivendo em Paris e, o que é ainda mais grave, como se fosse francês (obtive nacionalidade francesa, mas é claro que um passaporte é um documento, não uma identidade). Essa colonização mental foi se modificando progressivamente, conforme me concentrava no desafio de tentar analisar não apenas meus pacientes, mas a problemática pós-colonial de nossas sociedades, dentro e fora do consultório. Deveria dizer que uma coisa levou-me à outra, mas esse processo tornou-se evidente apenas de modo gradual. Então descobri uma riqueza de reflexão extraordinária

16. A palavra “coima” é uma gíria que designa o pagamento de um estipêndio a um funcionário público, em particular, mas não exclusivamente, à polícia, em um ato de corrupção que permite a evasão da lei.

em uma série de autores latino-americanos. Inicialmente nas ciências sociais, depois na própria psicanálise, e em primeiro lugar nos psicanalistas de meu país, como Max Hernández ou Moisés Lemlij, que devem ter passado por um processo análogo ao meu, pois se formaram na sociedade britânica, em Londres, na geração que me precedeu. Suas obras têm um caráter mais histórico, centrando-se em mitos incas e pré-colombianos ou na obra de Inca Garcilado de la Vega. Sem dúvida, eles abriram um caminho. Max Hernández acaba de publicar, nessa linha psico-histórica, uma obra de envergadura (*En los márgenes de nuestra memoria histórica*) que está destinada a se tornar uma referência não apenas no campo na psicanálise (Hernández, 2012).

Por motivos similares, pareceu-me tão estimulante o grupo de debate online, primorosamente coordenado por Gustavo Jarast, suspeito que com um trabalho hercúleo de tato e moderação, pois nós analistas não somos imunes aos transbordamentos que se apresentam em qualquer grupo humano. O fato de tantos analistas de diferentes regiões terem encontrado no trabalho de José Bleger uma matéria de discussão e análise interminável, parafraseando Freud, pareceu-me uma prova irrefutável do vigor do pensamento não apenas do Rio da Prata, como também da fecunda tensão que alimenta nossa busca de identidade. Fui um espectador silencioso, mas o impacto sofrido por essas trocas foi considerável.

Contudo, também é preciso mencionar que, a cada vez que tive o privilégio de ser convidado e de ter comparecido a algum congresso de psicanálise em algum país latino-americano, constatei que essa propensão a citar autores europeus e, nos últimos anos, em particular os franceses mantém-se incólume. A tal ponto que em um desses encontros me permiti a amável ironia de dizer em público que não me sentia em uma província¹⁷ latino-americana, mas em Lyon ou Bordeaux. Tal como a moda de citar Melanie Klein ou Bion, o mais provável é que esta também ceda a alguma outra corrente em voga no futuro. Mas esse claramente não é o ponto. Neste mesmo texto citei e continuarei citando uma série de autores europeus indispensáveis. Em nome de qual fanatismo regional deveríamos nos privar do pensamento e da obra de Lacan, Green, Winnicott, Bion, Kernberg ou Ogden?

Todos esses autores parecem-me de imprescindível utilidade para compreender casos como os de Marco e Simón. Mas há dimensões desses casos que requerem um olhar especificamente latino-americano. Um olhar que provém de nossa história e de nosso presente, de nossos desafios atuais e futuros.¹⁸ O mais relevante, no entanto, é o processo de descolonização do conhecimento. Nós, psicanalistas latino-americanos, temos, em muitos sentidos, continuado a pensar

17. Palavra que deriva de pro vinci, no Império Romano: onde vivem os vencidos.

18. Foi o mexicano Leopoldo Zea que criou o aforismo: “A América Latina é um continente sem história porque aqui o passado e o presente são uma mesma coisa”. O historiador peruano Heraclio Bonilla observa que a frase alude ao fato de que a história reproduz o passado, reitera-o e reintegra-o (Bonilla, 2011). Uma espécie de compulsão à repetição.

e a trabalhar como se esse processo, essa ficção colonial que consumia, e continua a consumir, pensadores e intelectuais de outras especialidades, não nos afetasse no mais profundo de nossa identidade e de nossa prática.

No texto anteriormente mencionado de Ricardo Bernardi (2009), o autor uruguaio menciona uma parte descritiva desse processo, mas, como não é o objetivo de seu trabalho comentar a vigência de Bleger, não extrai consequências do mesmo. Afirmo Bernardi:

O predomínio indiscutível das ideias kleinianas e o surgimento de promissoras e originais contribuições dos autores locais deram lugar, nessa década e nas seguintes, a uma variedade de abordagens inspiradas em autores como: Bion, Winnicott e em especial autores franceses, entre os quais se destaca Jacques Lacan. Essas mudanças levaram a uma situação de pluralismo, no sentido da coexistência de múltiplas abordagens e posturas psicanalíticas. Grande parte da contribuição inovadora dos pioneiros,¹⁹ que vai muito além do enquadre kleiniano, também sucumbiu diante da inundação das novas influências (Bernardi, 2009, p. 225).

Ao ler a citação acima, vem à mente a *boutade* de Octavio Paz, que sustenta que a América Latina é o “Extremo Ocidente”. Também nos lembra do clássico texto de Edward Said (2002), *Orientalismo*. É verdade que cada colônia tem sua especificidade, como afirma a historiadora argentina Beatriz Bragoni (2011). Venezuela, Brasil ou Peru provêm de histórias particulares, apesar de seus traços unificadores. No entanto, não é menos verdade, como nos lembra a própria Bragoni, que:

Pensar o colonialismo hoje não supõe apenas reconhecer os legados como barreiras ou obstáculos no desenvolvimento das sociedades contemporâneas, ou seja, um ponto de origem comum que determina, antecipa e organiza o processo posterior ainda reconhecendo as diferenças de cada caso e lugar; *supõe, sobretudo, aprimorar os instrumentos conceituais e metodológicos para capturar a extrema complexidade das comunidades criadas pelo colonialismo e avançar na compreensão de lógicas que o superem e cresçam independentemente dele* [os destaques em itálico são meus] (Bragoni, 2011, p. 21).

Espero ter deixado claro que não pretendo propor, muito menos impor, um discurso militante. Careço das certezas que conduzem a esses extremismos. Mas tenho, sim, uma série de questionamentos às diversas estratégias com que nós, analistas latino-americanos,

19. Bernardi se refere aos pioneiros latino-americanos.

temos enfrentado nossa formação, nossa teoria e nossa prática. Em suma, nossa identidade analítica. Uma identidade que pensamos ser unificada e integrada, mas que se trata, provavelmente, de um processo não apenas dividido, como talvez fragmentado. Isso se deve ao fato de que, em muitos sentidos, atuamos como se a *dramática* de nossas sociedades, parafraseando Bleger, não ingressasse na *dramática* de nossa tarefa com nossos pacientes, nos limites de nossos consultórios.

Os casos de Marco e de Simón podem, certamente, ser tratados com as ferramentas tradicionais da psicanálise contemporânea. No entanto, há algo essencial nessas pessoas que escapa de um tratamento convencional. Desde suas origens de classe até seus conflitos étnicos. Marco, por exemplo, relata-me em uma sessão seu incômodo em um restaurante de Lima que, para mim e para muitos colegas, pareceria completamente inócuo por seu caráter informal e barulhento (é um desses lugares em que, por um preço fixo, pode-se servir reiteradas vezes de uma comida internacional tão variada como medíocre). Mas esse lugar fica em uma zona exclusiva, o que para Marco é intimidante. Sente que o olhar com repúdio e desdém. Paradoxalmente, não se importa em aparecer em programas de televisão de grande audiência, explicando as pesquisas que realiza em bairros como aquele do qual provém, enfrentando os questionamentos de jornalistas conhecidos por suas perguntas incisivas. Enquanto nesse contexto fica como peixe na água, pois domina seu trabalho com muito mais informação e profundidade que os jornalistas, no restaurante é um peixe fora d'água: um *cholo* desapoderado.

O caso de Simón é ainda mais sutil. Por ter sido criado em um meio econômico abastado, não sofre esses processos de autodiscriminação tão intensos como os de Marco. No entanto, pouco a pouco se abre um campo em suas associações, no processo da transferência, um incômodo diante de moças da classe alta, principalmente com certos traços físicos que ele chama de “europeus”. Na medida em que minha aparência coincide, em diversos graus, com a desses personagens ameaçadores para eles dois, é na transferência que se pode e deve abordar essas questões nas quais se entrelaçam as histórias pessoais e sociais, a realidade psíquica e a material. E assim procuro fazer. Ao mesmo tempo, não deixo de me perguntar como posso integrar esses dois aspectos que tentei evocar nas páginas deste texto no núcleo do meu trabalho analítico.

Penso, como Oscar Terán, citado por Bragoni (2011, p. 28), que somos culturas de fricção entre civilização e barbárie. Entendo que nós, psicanalistas latino-americanos, refugiamo-nos na ficção de sermos impermeáveis a essa hibridez que nos revela García Canclini (2001). Ainda assim, tenho a esperança de que essa Fepal do século XXI nos proporcione os espaços propícios para abordar essa recusa e transformá-la de modo criativo e fecundo.

Resumo

O texto aborda a problemática da alienação pós-colonial na psicanálise latino-americana. Em muitos sentidos, o trabalho analítico em nossas sociedades continua se desenvolvendo como se elas fossem réplicas das sociedades onde se encontram os principais centros de produção de teoria e técnica psicanalíticas. Não apenas seguimos fielmente o pensamento dos grandes analistas europeus, como o fazemos em detrimento das obras criadas em nossas regiões. Essa negação de nossa história e cultura tem sido colocada em xeque pela emergência de uma série de pacientes característicos de nossas complexas realidades, bem como intimamente ligados à problemática latino-americana. É nessa especificidade que devemos encontrar as chaves para delinear uma psicanálise que emane de nossa experiência e, sem desconhecer as contribuições dos grandes pensadores de outras latitudes, continuar construindo um pensamento clínico que contemple quem somos e onde vivemos.

Palavras-chave: Cultura, Alienação. **Candidatos a palavras-chave:** Pós-colonial, Criollo, Especificidade.

Abstract

The text addresses the problem of alienation in postcolonial Latin American psychoanalysis. In many ways, the analytical work in our societies continues to unfold as if they were replicas of the main production centers of psychoanalytic theory and technique. We do not only follow faithfully the thinking of the great European analysts, we do so at the expense of the work created in our region. This denial of our history and cultures is defied by the appearance of a lot of patients of our own complex realities, and closely linked to Latin American issues. We must find the keys to a psychoanalysis flowing from our experience and, while acknowledging the contributions of great thinkers elsewhere, continue to build a clinical thought according to who we are and where we live.

Keywords: Culture, Alienation. **Candidates to keywords:** Post-colonial, Creole, Specificity.

A formação analítica em tempos da psicanálise plural

Mahler uma vez apontou que “o elemento mais importante da música não se encontrava nas notas”. Também o elemento mais importante da psicanálise não se encontra nos livros. Não pode compor aquele que não tiver a música dentro de si; os cursos de psicanálise devem existir, mas com o objetivo de formar analistas, pois o que se pode “ensinar” é apenas uma pequena parte da educação analítica.

TH. REIK

Vou começar apresentando um registro de *surpresa* compartilhado por vários colegas, participantes de uma oficina que oferecemos no último Congresso de São Paulo (2012) sobre os três modelos de formação vigentes na IPA. Tentarei, posteriormente, examinar os fundamentos dessa surpresa, fazendo uso (e espero que não abuso) dos termos propostos pela Secretaria Científica da Fepal: ficções e realidades.

A surpresa em questão surgiu ao longo da leitura da apresentação de Marie France Dépaux, diretora do instituto belga de psicanálise. Mais precisamente, ao escutar que dez institutos europeus utilizam o assim chamado “modelo francês”. Os dois grupos de estudo da IPA na Turquia, em processo de institucionalização, também parecem se inclinar a adotar esse modelo.

Tornava-se evidente, à luz das palavras de M. France, que o “modelo francês” havia se expandido para além das fronteiras francesas. De tal forma que, se um etnólogo se interessasse por registrar o que está ocorrendo na “tribo IPA” desde 1930, certamente poderia constatar uma perda gradual e significativa do papel, em outros momentos decisivo, desempenhado pelos *standards* de Eitington.¹ Essa tendência acentuou-se mais a partir de 2007, ano em que a vigência dos três modelos foi sancionada pelos estatutos da IPA.

* Associação Psicanalítica Argentina.

1. O modelo francês e o uruguaio coincidem, com algumas diferenças, em um efeito de desinstitucionalização da análise de formação. Para ambos modelos, transitar pelas instituições é uma exigência inevitável, mas as mesmas deixam que a experiência seja pautada pela dupla analista-colega em formação. O modelo britânico, por sua vez, sustenta o cumprimento estrito dos standards como critério para reconhecer uma análise didática.

Mas voltemos à nossa surpresa: minha impressão é que ela não se explica meramente pela irrupção de um saber (em nosso caso, de dados) até aquele momento desconhecido. Os que, como eu, cursaram uma faculdade de medicina certamente se lembrarão das horas de leitura em um clima muito mais próximo do aborrecimento do que de uma surpresa permanentemente renovada ante cada linha que trouxesse o nome de alguma nova referência anatômica, até então ignorada.

Em nossa prática cotidiana, ao contrário, estamos familiarizados com o surgimento do efeito surpresa (no analisando, assim como em nós mesmos) como resposta a uma interpretação eficaz. Estamos também expostos ao mesmo registro durante as supervisões, bem como em alguns momentos (não tão frequentes, mas sempre memoráveis) da nossa mal chamada “formação teórica”, seja em espaços compartilhados (seminários ou grupos de estudo), seja na privacidade da cerimônia de leitura (e não apenas de textos psicanalíticos).

Todas essas situações comportam a irrupção de um saber até então ignorado..., mas que ao mesmo tempo tem a capacidade de promover uma mudança subjetiva em quem o recebe. Uma mudança que determina que, em algum ponto, não sejamos mais exatamente os mesmos que éramos antes da irrupção daquele saber que, por isso mesmo, nos surpreende. Em outras palavras: é surpresa aquele novo... que nos transforma, também, em algo (ou alguém) novo.

É nesse ponto que a noção de “formação teórica” pode veicular uma rejeição da *disposição subjetiva ao efeito de surpresa* que sustenta o encontro com um texto psicanalítico quando o sujeito² desse encontro está passando por uma análise de formação. São coordenadas que favorecem a expectativa de que esse encontro *sob transferência* precipite “momentos memoráveis”. Essa rejeição, retomaremos a questão mais adiante, pode sustentar uma concepção da formação que obscureça sua especificidade psicanalítica, assimilando-a às modalidades de aquisição de saberes e destrezas próprias de outras disciplinas. Já podemos observar que a *ficção* de que é possível a “formação teórica” em nosso campo não é inócua, ao contrário, acarreta consequências.

Mas voltemos agora à nossa oficina em São Paulo. Minha impressão é que a surpresa antes mencionada foi consequência do impacto que as palavras de M. France produziram ao abalar uma *ficção* solidamente instalada entre nós: aquela que continua fazendo a galáxia IPA girar ao redor do sol excludente que durante décadas constituíram os *standards* de Eitington. Poderíamos dizer: como se a novidade de 2007 e a consequente irrupção dos modelos francês e uruguaio (com seus efeitos de desinstitucionalização da análise de formação) tivessem tido para muitos colegas um destino de *non arrivéé*.

2. Poderíamos dizer, também, o objeto do encontro, porque, afinal, quem encontra quem nessas situações?

Como se pode intuir, a perspectiva de análise que escolhi não é tanto a de opor ficções e realidades, mas, ao contrário, a de colocá-las em série. Mais precisamente, a de valorizar o poder das *ficções* para configurar o que habitualmente consideramos *realidades*.

Essa orientação é convergente com a abordagem que propõe Lacan (1959/1988) dos termos “fictício” e “ficção”, tal como é trabalhado por Jeremy Bentham, o criador do utilitarismo. Lacan alerta contra o sentido pejorativo que o termo pode adquirir coloquialmente e que acompanha a atribuição ao fictício da falta de importância própria daquilo que carece de estatuto de realidade. É por esse motivo que Lacan assinala que, para Bentham, “*fictitious* não quer dizer enganoso”. Ao contrário, no emprego que o filósofo inglês faz do termo “fictício”, Lacan reconhece o mesmo sentido que ele lhe outorga em sua afirmação de que “a verdade tem estrutura de *ficção*”. É sabido o valor que Lacan atribui a essa verdade “ficcional”: um chamariz, por assim dizer (dado que não existe a “Verdade” última que perseguimos: pensemos nas versões sucessivas da lembrança encobridora), mas com um poder determinante como organizador da relação do sujeito com o mundo. Tão determinante como pode ser o próprio inconsciente. Recordemos, nesse sentido, sua afirmação de que “o inconsciente é um deixar a verdade falar” (Lacan, 1965/1980a). Em consonância com nossa posição, poderíamos dizer: “É um deixar falarem aquelas ficções que para o sujeito ganham estatuto de verdade”.

É por esse motivo que, ao longo de sua análise do pensamento de Bentham, Lacan irá progressivamente remetendo a noção de “fictício” ao seu conceito de “ordem simbólica”. Particularmente, no que se refere ao poder a ele atribuído de organizar e modelar a cena –fictícia, como toda cena–, ao mesmo tempo singular e historicamente condicionada, na qual o sujeito recorta e enquadra aquele fragmento do real que então pode reconhecer e apreender como “seu mundo”.

Abordada a partir dessa perspectiva, a noção de *ficção* encontra-se também em uma sugestiva referência de Borges (1952/1996). Recordemos que, citando S. Coleridge, Borges afirma que os homens nascem aristotélicos ou platônicos. Diz ele que para estes últimos “as classes, as ordens e os gêneros *são realidades*”, e proporcionam “um mapa do universo”. São, evidentemente, construções da linguagem (as classes, as ordens e os gêneros não são um produto natural), mas nem por isso são artifícios meramente “ilusórios e enganosos”. É por isso que podemos reconhecer nelas as ficções de Bentham e de Lacan, com seu poder modelador e, mais, autenticador daquilo que reconhecemos como “a realidade”.

Os que conseguiram, até aqui, vencer o torpor da leitura devem ter percebido as ressonâncias freudianas desse poder autenticador da realidade. São elas que nos permitem inscrever nossas ficções na mesma linha de pensamento que levou Freud (1921/1986b), em dado momento de sua reflexão, a localizar no Ideal a função de *exame da realidade*.

É uma hipótese que combina muito bem com a observação que fazemos cotidianamente em nossos consultórios: o neurótico não pode ver além de seus próprios preconceitos. São esses mesmos preconceitos, sustentados por traços do Ideal, que recortam, selecionam e organizam (platonicamente) as figuras visíveis de sua realidade, sobre um fundo renegado de invisibilidade.

Agora podemos adensar um pouco mais nossa afirmação inicial, a de que as palavras de M. France haviam abalado uma ficção profundamente arraigada em muitos de nós. Equivale a dizer que sacudiram um preconceito solidamente instalado (também no setor da comunidade analítica não pertencente à IPA), segundo o qual a especificidade constitutiva da IPA como associação e, mais ainda, os elementos determinantes daquilo que a IPA reconheceria como especificidade psicanalítica em uma *talking cure* estariam dados pela obediência aos *standards* de Eitington.

Trata-se de um preconceito sustentado no movimento silencioso através do qual os *standards* foram deslizando no imaginário de muitos colegas para o lugar assinado pela primeira acepção do termo inglês: “estandarte” ou “emblema”. Nele reconhecemos o traço do ideal em torno do qual se constitui o grupo: em nosso caso, o grupo analítico..., mas como formação de massa. É compreensível, então, que nesse contexto de interrogação qualquer questionamento dos *standards* pareça inquietante e, no extremo, promova fantasias de dissolução. O rigor dessa lógica de massas alimenta não apenas a reticência como a resistência de muitos de nossos colegas em debater com profundidade o efeito facilitador ou obstaculizador que a fidelidade aos *standards* imprime às análises de formação.

Minha impressão é também a de que em segmentos importantes de nossas instituições foi se configurando, em torno dos *standards*, um fenômeno semelhante ao que Haydée Faimberg (2004) descreve como “idolatria”. Isto é, o estatuto particular que pode adquirir no psiquismo do analista “um texto, uma ideia ou *uma concepção particular de nosso trabalho*” (o itálico é meu) quando seus conteúdos estão a serviço de “organizar nossa identidade”. Nessas situações, precisa Haydée, “certos discursos na boca do paciente ou na boca de outro analista” podem despertar angústia ao suscitar “um temor inconsciente a colocar em risco uma filiação analítica particular, explícita ou implícita”. Algumas controvérsias teórico-clínicas, conclui Haydée, podem ser vividas nesse contexto como uma “ameaça ao ser do analista”.

Se, realmente, os *standards* foram inadvertidamente promovidos à condição de traços identificatórios em torno dos quais muitos de nossos colegas consolidam sua identidade analítica (individual e grupal), torna-se mais compreensível a *surpresa paulista* e, além dela, que a determinação da IPA de 2007 tenha tido, e continue tendo até agora, dificuldades para ser cabalmente registrada.

A posição analítica é ensinável?

Vou me referir agora a uma ficção com graus variados de presença em nossas instituições: pode se expressar de diferentes formas, em geral articuladas com o que se costuma entender entre nós como “formação teórica”. No extremo, pode-se enunciá-la em termos de que a *posição do analista seria suscetível de ser “ensinada”*. Isto é, que seria factível uma aquisição operativa do saber psicanalítico, prescindindo daquelas mudanças de posição subjetiva que tornam possível sustentar o lugar do analista e que somente pode ser alcançada através de uma análise de formação.

Em nosso contexto cultural, a difusão dessa ficção se vê facilitada pelo crescente prestígio do modelo universitário de ensino e se expressa na oferta cada vez mais abundante de mestrados, cursos breves de bacharelado e cursos de especialização que têm a psicanálise como objeto de estudo. É um processo do qual nossas instituições também participam, cada vez mais decididamente, movidas, entre outras razões válidas que Abel Fainstein (2013) desenvolve em profundidade, pela expectativa de promover transferências genuínas com nossa disciplina, também nos populosos claustros universitários. Isso ocorre mesmo quando os fatos revelam (especialmente entre as novas gerações de graduados) que essa oferta em “formato universitário” costuma entrar em competição com a formação analítica “tradicional”.

Uma competição “desleal”, poderíamos acrescentar, dado que se duz aos que se iniciam, parafrazeando Zygmunt Bauman (2006), com a proposta de um compromisso mais *líquido*. Em outras palavras, um compromisso que permitiria contornar os custos econômicos, mas também, nestes tempos urgentes, a morosidade própria do requisito “anacrônico” da análise pessoal, evadindo, por sua vez, a *sólida* ancoragem no “vértice” (Bion) que singulariza nossa clínica, que faz dela uma “terapêutica que não é como as outras” (Lacan, 1955/1980b, p. 92). O corpus teórico psicanalítico fica assim equiparado a todas as outras destrezas e técnicas que a universidade oferece, em consonância com as exigências de uma época empenhada na promoção desse homem unidimensional e “sem atributos” que inquietava Robert Musil (2004).

Mencionamos anteriormente o prestígio crescente do modelo universitário, que dá respaldo à ficção que estamos abordando. É um prestígio que muitas vezes aparece “naturalizado”, limitando assim as possibilidades de formular um olhar crítico que responda pela especificidade da nossa disciplina. E que permita, ao mesmo tempo, incorporar, por exemplo, a análise dos efeitos de época cada vez mais determinantes do discurso universitário sobre os processos de constituição de subjetividades (Lacan, 1970/1992), bem como seus efeitos disciplinantes e segregativos no campo dos saberes, abordados por Michel Foucault (1976/2000). Uma de suas consequências, o desaparecimento do “sábio *aficionado*”, de forte presença

nos séculos XVIII e XIX, e com tantas ressonâncias com o lugar social do psicanalista, não deixa de ser uma advertência em relação aos efeitos potenciais da antinomia entre discurso analítico e discurso universitário.

Certamente não se trata de questionar aqui *toda* a relação entre as instituições psicanalíticas e a universidade. Essa relação já é um fato e é, além do mais, *inevitável* devido ao império das próprias condições de seleção e reconhecimento que a universidade impõe no campo dos saberes e que ameaçam com sua lógica de exclusão aos que ficam às suas margens.³

Entretanto, embora seja inevitável, essa relação pode transitar por vias muito diferentes. O trabalho de A. Fainstein citado anteriormente analisa exaustivamente esses caminhos e eleva a uma condição paradigmática as vias até agora projetadas pela Associação Psicanalítica Argentina, pela Associação Psicanalítica do Uruguai e pela Associação Psicanalítica de Buenos Aires. Depreende-se de seu texto, com clareza, que cada um desses caminhos comporta riscos e obstáculos de diferentes envergaduras no que tange à aposta das nossas instituições na difusão da psicanálise.⁴

Não me deterei nesse ponto; interessa-me, no entanto, deixar assinalada aqui a importância de expor nossa relação com a universidade *a partir de uma posição mais consciente dos seus riscos*. Especialmente em relação aos “efeitos rebote” sobre nossos dispositivos de formação. Refiro-me aqui aos “efeitos rebote” que alimentam as diferentes versões da ficção que nos ocupa, da lógica expansiva e abrangente que é própria dos modelos de ensino universitário.

Podemos registrar os efeitos pregnantes dessa lógica, por exemplo, no pulular de propostas orientadas a enquadrar a produção escrita psicanalítica (e não só a dos colegas em formação) dentro do esquema das exigências próprias do *cânone* universitário.

É possível observar essa lógica também em uma preocupação que circula com insistência em nossos institutos, segundo a qual não se poderia completar a formação analítica sem haver estudado, nesse percurso, alguns textos, conceitos ou autores considerados fundamentais. Nesse sentido, entendem-se os receios e questionamentos que despertam os dispositivos de liberdade curricular que, para alguns, poderiam admitir e até mesmo estimular percursos de formação que omitissem esses degraus básicos.

Parece-me que seria conveniente abordar essa problemática assinalando a diferença entre um *modelo universitário de ensino* e o que

3. Luis Camapalans Pereda (2012) aborda a mesma análise, ainda quando difere parcialmente de A. Fainstein na valorização dos riscos envolvidos em cada um dos modelos.

4. É um divisor de águas para o qual chamou a atenção, enfaticamente, Madé Baranger (2003): “A formação analítica nunca pode ser confundida com um modelo universitário. Desconhecer essa aporia redundante em banalização e superficialização da psicanálise, afastando-a cada vez mais do inconsciente, transformando em lembrança intelectual o que alguma vez foi descoberta” (p. 1048).

entendemos mais precisamente como *processo de formação analítica*.⁵ Certamente seria desaconselhável tentar aprovar um curso universitário esquivando-se do estudo em profundidade de uma das unidades temáticas que fazem parte de seu programa. É igualmente difícil conceber que alguém possa licitamente obter um título universitário sem ter sido aprovado devidamente, e na sequência prevista, em todas as matérias do *currículo*.

Mas a responsabilidade que nossos institutos têm é distinta: o que hierarquizamos é a criação do enquadre mais adequado para promover, nos que recorrem a nós, aquelas *transformações subjetivas* necessárias para adquirir um *saber fazer com o próprio inconsciente* (uma “purificação” do próprio inconsciente, dizia Freud, 1912/1986a) que permita sustentar a posição de analista.

É por esse motivo que insistimos na importância do nosso clássico tripé, e é por isso também que, embora nem sempre explicitemos, não valorizamos *igualmente* o peso dos seus três componentes. Desde Freud, uma das poucas (senão a única) coincidências implícitas entre as distintas correntes e instituições analíticas tem sido a de *privilegiar a importância da análise de formação* no processo de devir analista. Privilégio que, em alguns modelos formativos, pode se equiparar, talvez, ao outorgado às supervisões, mas que é claramente diferente do lugar secundário que concedemos ao ensino teórico.

No entanto, vez ou outra retorna essa ideia sobre a qual acredito ser conveniente continuar a refletir. Tenho a impressão de que sua insistência responde à incidência e ao prestígio cada vez mais forte em todos nós do modelo universitário, com sua concepção sistematizada, progressiva e sequencial do ensino e da aprendizagem, assim como com seus *padrões* de excelência. Mas, sobretudo, trata-se de uma alternativa sustentada pela ilusão de que a teoria psicanalítica constitui um corpo de saber *unificado, coerente e sistemático* (voltaremos a esse tema posteriormente) e que, por isso, seria suscetível de ser apreendida por um programa de estudo adequado. Um saber que poderia (assim como em certas “técnicas”) sustentar e garantir por si mesmo o exercício correto de nossa prática.

É no contexto dessa ficção que ganha força a ideia de que, sem a leitura do texto X, ou sem o manejo adequado do conceito Y, configura-se uma espécie de buraco negro na formação do futuro analista. Mas será que estamos realmente convencidos de que um analista que não tenha estudado, por exemplo, os escritos metapsicológicos teria um desempenho em sua prática clínica pior do que outro colega que os tenha estudado minuciosamente? (Poderíamos dizer o mesmo

5. Aqui apenas evoco os conceitos de ensino e transmissão, que abordei mais detalhadamente na seção Vórtice da revista *Calibán*, nº 1. Acrescento somente que se associam à tensão entre as noções de training e formação analítica, que Fernando Weissmann apontou ser fonte de veementes debates entre colegas norte-americanos e franceses no *Board* de Ensino da IPA (comunicação pessoal). A primeira delas tende a conceber a psicanálise como uma destreza técnica passível de ser incorporada, prescindindo daquelas transformações no ser mais íntimo do praticante, que ressoam, por sua vez, na noção de formação.

onde Foucault inscreve a psicanálise: aquela sustentada pela convicção de que o sujeito, *tal como ele é*, é incapaz de chegar à verdade. Nenhum ato de conhecimento poderia, por si só, permitir esse acesso sem ser acompanhado por uma *mutação* no próprio ser do sujeito: aquela, nem mais nem menos, que esperamos da análise de formação.

A perspectiva que Foucault chama de “moderna”, entretanto, é outra: esforça-se por precisar as condições metodológicas *internas* ao processo de conhecimento que permitiriam o acesso à verdade, sem se ocupar das mutações subjetivas que a tornariam possível. É esse o momento a partir do qual se torna desnecessária essa preliminar lógica, imprescindível para a espiritualidade, que é a mutação subjetiva. É também nesse momento que se assentam as bases para a autonomização do que hoje entendemos como “formação teórica”. É uma distinção que pode nos ajudar a discriminar, no processo de formação de analistas, uma perspectiva mantida sobre a dimensão *artesanal* da transmissão de outra, mais próxima do discurso universitário, que se mantém sobre os efeitos de uma escala *fordista* de ensino.

A tese de Foucault é a de que no próprio coração da psicanálise podemos reencontrar o nexo que a conecta com a espiritualidade. Mais precisamente, na pergunta sobre o *preço* que o sujeito deve pagar, em termos de transmutação do próprio ser, para tornar possível o acesso à verdade. No nosso jargão, que com certeza não é o de Foucault, essa problemática aparece formulada, por exemplo, em torno da questão da queda de identificações e do levantamento de repressões, que aproximam o sujeito de “sua” verdade inconsciente e que definem o progresso da cura.

A exaustividade desse processo, definitivamente um saldo e uma medida da eficácia da análise de formação, responde pelos graus de autonomia que o sujeito pode obter sobre seu enredo edípico. Trata-se, no extremo, das margens de autonomia que o habilitarão, como analista, a sair ao encontro do “ser verdadeiro” (Lacan, 1960/2003) de seu analisando. Ou seja, para desprender-se do gozo derivado do aprisionamento da singularidade absoluta do Outro, nas redes dos próprios *clichês* edípicos residuais. Trata-se de um movimento (depois voltaremos a esse tema) intimamente ligado ao *processo identificatório* que a análise de formação deveria ajudar a consumir. Uma tarefa que não pode ser substituída pelo efeito iluminante de nenhuma “aprendizagem”...

Uma ficção “universitarizante”

Vou me servir de uma feliz coincidência temporal para abordar outra formulação da ficção à qual viemos nos referindo (na realidade, já esbarramos com ela ao longo desse nosso percurso). Mas vamos à coincidência em questão: acontece que nosso Congresso da Fepal de 2014 coincide com o 40º aniversário de um documento que contribuiu em muito para a definição do perfil atual (e com certeza contribuirá com o futuro) da instituição da qual sou membro: a APA.

Trata-se do *Manifesto* de 1974, redigido por Jorge Mom, Madé e Willi Baranger (1974/1982).

Em outro lugar (Cabral, 2002) fiz referência a seus alcances e, sobretudo, àqueles aspectos que ainda hoje despertam resistência. Gos-taria de me deter aqui em uma formulação cuja atualidade não deixa de surpreender:

A *aparente* aceitação de um pluralismo ideológico em nossa instituição entra em evidente contradição com o princípio implícito que rege nosso ensino: o de que se pode *ensinar* psicanálise como um *corpo conceitual e teórico coerente e constituído*. Se renunciamos a essa *ficção*, cabe-nos introduzir uma modificação estrutural em nosso sistema de ensino [o itálico é meu]. (Cabral, 2002, p. 438).

Como vemos, os redatores do *Manifesto* parecem compartilhar o caráter estruturante e organizador que outorgamos às ficções, e que as tornam mais que concepções meramente enganosas ou equivocadas. A ponto de considerar a efetiva renúncia à ficção que questionam como uma preliminar lógica e necessária no caminho de promover “modificações estruturais” no sistema de ensino vigente naquele momento. Os autores parecem ter claro, também, que explicitar uma ficção até aquela ocasião *implícita*, isto é, permitir, parafraseando Freud, seu ingresso na “grande corrente associativa” do debate institucional, pode contribuir para desgastar a subsistência de sua eficácia, alimentada por sua condição de invisibilidade.

Tenho a impressão de que continua pendente entre nós a renúncia à *ficção* de que é possível “ensinar” a psicanálise como um saber “coerente e constituído”. Uma ficção que, já em 1974, não era nenhuma novidade. É sugestivo, nesse sentido, que Franz Alexander (1985), responsável pela área de seminários do Instituto de Berlim, em sua contribuição para o volume comemorativo de seu décimo aniversário, se lembrasse das advertências freudianas voltadas a evitar que a nova disciplina, “pressionada pelas necessidades de seu próprio ensino”, pudesse ser prematuramente estabelecida por uma “sistematização escolástica” que contribuísse para sua “esclerose”.

Nesse impulso anterior à “sistematização escolástica”, que já despertara receios em Freud, podemos reconhecer as marcas também precoces da atração pela “universitarização” (aqui me permito um neologismo) do saber psicanalítico. Esse impulso é ainda mais intenso em nossos dias, em consonância com a “ascensão ao *zênite*” do discurso universitário: uma das marcas de época que especificam o “giro cultural” contemporâneo (Jameson, 1999).

O renovado vigor da ficção que estamos considerando reconhece, portanto, um disparador *exógeno* ao movimento próprio da nossa disciplina. Poderíamos inclusive dizer que esse impulso à “conversão universitária” (Campalans Pereda, 2012) do saber psicanalítico en-

contra-se na *contramão* desse movimento interno. Um movimento cuja direção aparece designada por uma confluência sugestiva entre analistas das mais distintas filiações transferenciais e institucionais, que concordam ao destacarem o *caráter plural* da psicanálise contemporânea. Nesse sentido, pronunciou-se J. A. Miller (2003), fundador da AMP, J. Allouch (2003), presidente da ELP, e, vários anos antes, R. Wallerstein (1988), então presidente da IPA.

Interessa-me assinalar que, nesse contexto, a ficção homogeneizante de “um corpo conceitual coerente e constituído” corresponde à ilusão de um *common ground* que renega a condição multidialetal, controversa e inclusive antagonica que define nosso *corpus* teórico na atualidade.

É fato que a queda dessa renegação leva alguns colegas a deplorar melancolicamente a “babelização” atual de nossa disciplina. Mas seu estatuto de arquipélago (des)integrado em uma multiplicidade de ilhotas é provavelmente a condição que melhor responde ao caráter descentrado, evanescente e a-conceitual do inconsciente. Podemos, certamente, arrancar-lhe fragmentos de saber (é disso que se constituem as distintas correntes analíticas), que subsistirão rebeldes, afortunadamente, a toda tentativa de “fixação esclerosante”. Ou seja, a construir com eles um todo sistematizado, congruente com as exigências de ensino próprias do modelo universitário.

Por outro lado, admitir sua autonomia conflitiva abre a possibilidade de fortalecer um trabalho sobre nossas diferenças, familiarizando nossos associados com um multidialetismo que, ainda que aceitemos zonas de incomensurabilidade, possa enriquecer tanto a escuta clínica como suas possibilidades de se interessarem pelos testemunhos dos colegas que sustentem transferências diferentes das suas. Que permita, por esse mesmo caminho, o trabalho de elaboração das vertentes idealizadas da transferência com os próprios mestres: um trabalho a ser consumado eletivamente (retomarei mais adiante essa questão) na própria análise de formação.

É uma perspectiva que entusiasma os que estão convencidos de que o futuro do movimento psicanalítico não é responsabilidade excludente do círculo de seguidores, por maior que seja, de tal ou qual autor pós-freudiano. E que, por isso mesmo, consideramos imprescindível fortalecer as condições e os dispositivos que nos permitam capitalizar os lucros (e deixar de lamentar os inconvenientes) da dispersão própria dessa “psicanálise em plural” que constitui o traço atual da nossa disciplina.

Lealdades, razão psicanalítica e razão institucional

Recuperemos o fio da observação de Foucault, que enfatizava as aderências da psicanálise com o campo da espiritualidade e seus requisitos iniciáticos de conversão subjetiva. Foucault acrescenta que a psicanálise, em sua curta história institucional, não conseguiu conceitualizar *de maneira explícita* a relação orgânica que a conecta com

a espiritualidade. Assinala também que a consequência desse *déficit* seria a tendência de substituir a questão das transformações subjetivas necessárias para aceder à verdade por critérios de *pertencimento* a um grupo.

A tendência apontada por Foucault converge com o diagnóstico de Bernfeld (1952), quando aponta (concordando com outros analistas pós-freudianos) que as ricas controvérsias suscitadas desde seu início pela formação analítica tenderam historicamente a serem simplificadas e relegadas a segundo plano – depois da criação do Instituto de Berlim – em prol da garantia depositada no pertencimento a uma escola ou instituição, enquanto respeitassem certo *cânone*. É aqui que nos reencontramos com nossos conhecidos *standards*.

A consequência de reduzir a espessura dessas problemáticas a estreitos *critérios de pertencimento* não foi mais que, no dizer de Foucault, o esquecimento na teoria psicanalítica das relações entre sujeito e verdade. Com as consequências, como veremos, que isso acarretou sobre a prática: o embotamento de sua eficácia e seu gradual deslizamento em direção a distintas modalidades de sugestão e doutrinação.

José Bleger (1969), em um texto que ainda hoje é provocativo, também entreviu os efeitos dessa retração preguiçosa nos critérios de pertencimento ao assinalar que:

... nas organizações, as questões formais vão ganhando terreno e assim o psicanalista acaba por se definir como “o profissional incluído no Roster da Associação Psicanalítica Internacional”, a definir a psicanálise como “aquilo que se ensina em seus institutos”, um membro titular como aquele que “passados x anos e tendo apresentado...”. E a formalização desemboca na burocracia (p. 301).

Nessa perspectiva, certamente inquietante, recuperar a distinção entre *análise de formação e análise didática* permite reabrir essas ricas controvérsias, prematuramente clausuradas, às quais se referia Bernfeld. Acredito que se trata de retirar do didático e dos parâmetros que o definem o valor de resposta última aos desafios colocados pela análise de formação. Recolocá-la, então, como *uma* das tantas respostas possíveis (historicamente determinada e por isso mesmo contingente)⁷ pode contribuir para evitar o deslizamento que denunciava Foucault e sobre o qual alertava Bleger.

Aponta na mesma direção o esforço de desvincular os *standards* do seu lugar de *estandartes*. Minha impressão é que isso é uma preliminar necessária para abrir um debate sobre sua pertinência, sem ser restringida por tabus ou por preconceitos, no sentido de otimizar a eficácia da análise de formação. Um debate que também não tenha

7. Em algum lugar, W. Benjamin elogia a função do “agente retardador” em alguns percursos históricos inevitáveis.

seu alcance ofuscado pelo efeito de aplainamento decorrente da sua redução a critérios meramente quantitativos. Nessas circunstâncias, o debate tende a tomar a forma de uma controvérsia teológica, quando não de uma guerra entre religiões. É o que acontece quando é concebido apenas como uma disputa entre os crentes na frequência de quatro, três ou duas sessões semanais, como se fossem caminhos excluídos da formação, erigida nesse lugar de *versão moderna da salvação*, nesse deslizamento.

Os colegas M. Viñar, C. Fulco, C. Iriarte e M. Casas de Pereda, em 2005, ao expor os fundamentos do modelo uruguaio de formação, fazem ressoar esse deslizamento quando afirmam:

Como [no modelo uruguaio] a análise é pessoal e extrainstitucional, teoricamente a autoridade institucional não conhece a frequência semanal em que se dá. [...] O consenso que deriva de nossa experiência, tão válido ou solipsista como os “fundamentalistas da alta frequência”, é que essas condições de trabalho, em sua flexibilidade, permitem a regressão e os aspectos mais resistidos da transferência, com as mesmas possibilidades de êxito ou fracasso que com a imposição de alta frequência instituída como standard obrigatório [o itálico é meu]. (“Después de Berlín”, 2011, p. 126).

Essa controvérsia pode, no entanto, recuperar sua espessura conceitual na medida em que se instale sobre o fio cortante da pergunta com relação aos *fundamentos que determinam a especificidade psicanalítica* de uma cura. É uma pergunta que nos permite retroceder no esquecimento institucional da nossa conexão com a espiritualidade. É também uma pergunta que, por sua própria envergadura, torna mais visível a pequenez preguiçosa daquelas respostas centradas nos aspectos formais ou quantitativos do enquadre, que imitam as definições burocráticas às quais Bleger aludia ironicamente. Interessa-me também destacar a direção na qual se inscrevem as propostas de distintos autores que, para além de suas diferenças, parecem respeitar as dimensões da pergunta que tentam responder.

Entre os muitos elos de uma série que seguramente pode ser ampliada, vou mencionar apenas: a noção de “vértice analítico” (Bion), discriminado de outros possíveis vértices que podem precipitar efeitos de “torção”; a proposta de formalização do “discurso analítico” (Lacan), enquanto sustentado por uma lógica singular que o diferencia daquela própria de outros discursos; e a proposta de desconstrução do enquadre analítico, sugerida por Green, que busca precisar melhor os mecanismos de sua especificidade, assim como da eficácia que promove.

Note-se que, em sua heterogeneidade, essas três propostas compartilham o gesto de *escapar da identificação do praticante com certos conceitos teóricos*, sejam quais forem, como alternativa para

definir a especificidade psicanalítica de uma prática. Esta passa a ser determinada pela particularidade da posição ou escuta do analista, de tal forma que cada proposta fixa suas próprias coordenadas. É um gesto orientado na contramão do impulso à “conversão universitária” e da supervalorização do saber teórico que lhe é inerente, como vimos anteriormente. Uma supervalorização à qual por vezes o próprio Freud sucumbiu – recordemos seus esforços para fundar a condição psicanalítica de uma prática em conceitos promovidos à condição de *shibboleths*.

Detenhamo-nos na proposta de Green por um momento. Paralelamente a outros autores que abordaram a mesma problemática com outras ferramentas conceituais, Green distingue dois planos no enquadre analítico: chama-os de *matriz ativa e estojo*.

O primeiro, edificado na observância das regras da associação livre e da atenção flutuante, define para ele a especificidade do diálogo analítico. Distribuindo *posições subjetivas muito precisas*, que permitem sustentar ambas as “regras”, entre os dois *partenaires*. O estojo, por sua vez, corresponde ao aspecto variável do enquadre e inclui, entre outros aspectos, a frequência das sessões. A flexibilidade do estojo permite sua adequação aos requerimentos sempre variáveis da clínica: mais do que afetar, que seria a preocupação de certas ortodoxias, na realidade preserva a eficácia da matriz ativa, esta comprometida pela rigidez do *packaging*.

Na recente reunião de Institutos de Psicanálise da Fepal, T. Devoto (“Cambio cultural”, 2011, p. 118) oportunamente recordou a posição de J. Sandler: “A psicanálise é aquilo que praticam os analistas”. Sua coincidência com uma conhecida formulação de Lacan (1955/1980a): “Uma psicanálise é a cura que se espera de um psicanalista” (p. 340) é tanto mais surpreendente quanto são divergentes os pressupostos teóricos de ambos autores. Do nosso ponto de vista, diríamos que as duas formulações transmitem uma confiança idêntica no *saber-fazer* do analista, que lhe permitiria preservar a especificidade da experiência, instrumentando modificações do estojo ao compasso das exigências contingentes da clínica.

É uma perspectiva que vai ao encontro da proposta de deslocar os *standards* do lugar de “modelo *sine qua non*”, diria Madé, para especificar o que é uma cura psicanalítica, o que permite também tornar mais visíveis os fundamentos daquilo que evoquei em outra ocasião (Cabral, 2012) como sendo o *paradoxo* próprio da análise didática. Desde o princípio, ela esteve marcada por um *plus* de expectativas frente às análises comuns: ao estar dirigida para a capacitação de futuros analistas, sempre se esperou dela *algo mais* que uma mera resolução sintomática. E foi justamente nos *standards* (no “estojo *standard*”) que se depositou a garantia desse *plus* de eficácia.

No entanto (e aqui reside o paradoxo), são múltiplos os testemunhos de analistas de diferentes orientações que relatam um de-

sencanto notório em relação a essas expectativas, e que se expressa, por exemplo, no anseio de que as análises didáticas transcendam “as dificuldades geradas por seu próprio enquadramento, para torná-las mais ‘psicanálises comuns’” (Galli, Martinto de Paschero & Solvey, 1984). Ou como observa O. Mezan (1991): “Os próprios procedimentos destinados a assegurar a boa formação do psicanalista possuem a capacidade de prejudicá-la ou distorcê-la gravemente” (Weissman, 2002, p. 300). O paradoxo da análise didática parece ilustrar, então, a sabedoria que encerra a velha advertência do dito popular espanhol: “que o melhor não conspire contra o bom”.

Essas considerações são, certamente, as que levaram Ralph Greenson a emitir seu juízo lapidar, que colocava a análise didática como “o fator mais distorcionante e perturbador do desenvolvimento e do progresso da psicanálise” (Dubcovsky, 1981, p. 18). De acordo com o autor, diríamos que, mais que uma análise de *formação*, a análise didática implicaria uma *deformação* da análise.

Arminda Aberastury (1959) adotava esse critério, a ponto de considerar a análise didática um “*inimigo da tarefa de curar*”. Ángel Garma (1959) compartilha essa opinião e atribui à distorção implícita o fato de que a análise didática, diferentemente das análises comuns, “*é imposta pelas normas de formação*”.

Do ponto de vista do candidato, essa é a tese de Garma, essa imposição tende a provocar uma burocratização da sua demanda de análise, já que promove sua subjetivação em termos de “mais um requisito que deve ser cumprido” para completar a “carreira” de analista. Minha impressão, entretanto, é que os efeitos dessa imposição são *ainda mais determinantes do lado do didata*. A lealdade exigida aos *standards* institucionais limita sua capacidade de flexibilizar o estojo das curas que conduz, condizendo com as contingências da clínica. E é claro que um estojo rígido realiza perfeitamente a imagem e os efeitos do leito de Procusto...

O analista que conduz uma análise de formação que, em virtude das exigências institucionais, deve se ajustar a um estojo preestabelecido fica exposto a *duas lealdades* não necessariamente coincidentes. Por um lado, aquela que se depreende do mandato institucional; por outro, a que prescreve sua ética como psicanalista. Privilegiar uma ou outra obediência constitui uma encruzilhada nem sempre questionada nos institutos. Um dos possíveis caminhos dessa bifurcação desemboca na formação de profissionais comprometidos prioritariamente com a ética psicanalítica. O outro, e aqui temos muito a aprender com os trabalhos de Max Weber sobre a burocracia, aposta suas fichas na reprodução de funcionários úteis à *razão institucional*.

Bernfeld (1952) lembra-nos, a esse respeito, que Freud sempre manteve suas análises de formação livres de qualquer regra ou requisito administrativo, apesar da consternação e do constrangimento

das “autoridades” (como as chamava ironicamente) do Instituto de Berlim. Suas curas não constituíam, a rigor (e felizmente), análises “didáticas”.

Reencontramos aqui a mesma posição freudiana de autonomia (agora em relação ao Outro *institucional*) que lhe permitiu sustentar sua prática mesmo nas piores condições e em “esplêndido isolamento”. Isso nos permite reconhecer que a lealdade aos *standards* institucionais demandada historicamente ao analista didata constitui um obstáculo para o exercício de sua função, na medida em que o analista não consumou *em sua própria análise* esse “abandono da casa paterna” (Freud, 1927/1979a) que o situa em uma posição de *estrangeiridade*.

Essa é a posição que lhe permite se sustentar como analista, mesmo prescindindo das identificações pelas quais se reconhece como *membro de* uma instituição ou grupo. Porque essa modalidade de pertencimento tem um custo: a submissão à exigência de *lealdade* derivada da identificação com os *estandartes* institucionais.

É por isso que os ajustes da subjetividade do analista que esperamos da análise de formação pressupõe, também, a capacidade de transpor o registro identificatório. É isso que permite ao (futuro) analista fazer uso de suas filiações transferenciais, ou mesmo institucionais, sem por isso se converter em um sacerdote. Nos termos do nosso encontro anterior da Fepal: valer-se de suas tradições ao mesmo tempo em que resguarda esse espaço para a invenção que *as preserve da ritualização*.

É também o que pode (nos) habilitá-lo a operar como obstáculo⁸ no processo de fixação esclerosante em nossas instituições, como assinala Bleger:

Existem ao menos alguns aspectos da organização psicanalítica que, não me resta dúvida, vi funcionar de maneira igual em partidos políticos extremos que chegam a uma ortodoxia fechada, impermeável, que traiu a si mesma em seus objetivos e onde o objetivo de *perdurar como organização* se sobrepôs totalmente aos objetivos primeiros para os quais a organização política começou a se constituir [o itálico é meu]. (Bleger, 1969, p. 302).

Nosso recurso para evitar que o desígnio paralisante do “perdurar como organização” termine asfixiando nosso empenho na difusão da psicanálise continua sendo o ajuste do desejo do analista. É esse o saldo que esperamos da nossa análise de formação: tanto melhor quanto menos embotada for sua eficácia pelo peso da razão institucional. Baseados nisso, podemos nos apropriar das palavras de Cervantes que, ao ser desenganado pelos médicos e um dia após receber

8. Em algum lugar, W. Benjamin elogia a função do “agente retardador” em alguns percursos históricos inevitáveis.

a extrema-unção, escreveu ao Conde de Lerma: “E com tudo isso, levo a vida com o *desejo que tenho de viver*”. De nossa parte, aspiramos a conduzir nossas instituições com essa neoformação libidinal que é o desejo do analista, e não com esse mero objetivo de perdurar que afunda suas raízes na autoconservação.

Resumo

Este trabalho propõe recuperar a distinção entre as noções de análise de formação e análise didática. Nessa perspectiva, assinala-se o deslizamento através do qual os standards de Eitington passaram a ocupar o lugar de marca do Ideal, em torno do qual se constituiu, para muitos colegas, a identidade institucional da IPA, assim como sua identidade analítica. Trata-se de um processo que obstrui a possibilidade de um debate profundo sobre sua pertinência. Propõe-se recuperar a transcendência desse debate através de uma discussão mais ampla, que busca precisar os eixos que definem a especificidade psicanalítica de uma cura, uma preocupação compartilhada por vários autores pós-freudianos (Lacan, Bion, Green). Utilizando contribuições de Foucault, trabalha-se a distinção entre as noções freudianas de ensino e transmissão. Nesse contexto, discutem-se os riscos não pensados da incidência do modelo universitário sobre nossos dispositivos de formação, colocando em debate a supervalorização da assim chamada “formação teórica” em nosso clássico tripé. Enfatiza-se a responsabilidade do analista que conduz a análise de formação na promoção de uma posição subjetiva que permita um “além” da referência paterna, no sentido de abrir caminho para uma apropriação criativa (não religiosa) das nossas tradições, em analistas cuja prática é prioritariamente sustentada pela ética que nos é própria, mais do que por sua fidelidade à “razão institucional”.

Palavras-chave: Formação psicanalítica, Enquadre, Desejo do analista, Ensino, Transmissão. **Candidata a palavra-chave:** Análise didática.

Referências

- Alexander, F. (1985). Les aménagements de l'enseignement: Le cursus théorique. In *On forme des psychanalystes: Rapport original sur les dix ans de l'Institut Psychanalytique de Berlin 1920-1930* (pp. 139-146). Paris: Denoël.
- Allouch, J. (2003). Las trifulcas teóricas exhiben salvajismo. *Docta. Revista de Psicoanálisis*, 1(0), 199-204.
- Baranger, M. (2003). Formación psicoanalítica: La reforma del 74, 30 años después. *Revista de Psicoanálisis*, 60(4), 1043-1050.
- Baranger, M., Baranger, W., & Mom, J. (1982). Manifiesto de 1974. In Asociación Psicoanalítica Argentina, *Asociación Psicoanalítica Argentina: 1942-1982*. (pp. 66-67). Buenos Aires: Autor. (Trabalho original publicado em 1974)
- Bauman, Z. (2006). *Amor líquido: Acerca de la fragilidad de los vínculos humanos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Bernfeld, S. (1952). On psychoanalytic training. *The Psychoanalytic Quarterly*, 31(4), 453-482.
- Bleger, J. (1969). Teoría y práctica en psicoanálisis: La praxis psicoanalítica. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, 11(3-4), 287-303.
- Borges, J. L. (1974). El ruiseñor de Keats. In *Obras completas: Otras inquisiciones* (pp. 717-719). Buenos Aires: Emecé. (Trabalho original publicado em 1952)
- Cabral, A. (2002). El manifiesto de 1974 y la polaridad enseñanza-transmisión en la institución analítica. In Asociación Psicoanalítica Argentina, *60 años de psicoanálisis en Argentina: Pasado, presente, futuro* (pp. 433-442). Buenos Aires: Lumen.
- Cabral, A. (2012). Transmisión y enseñanza: Una antigua tensión en busca de nuevas respuestas. *Calibán. Revista Latinoamericana de Psicoanálisis*, (10)1, 108-113.
- Cambio cultural y formación psicoanalítica: Jornadas de Institutos de Fepal. (2011). *Calibán. Revista Latinoamericana de Psicoanálisis*, (10)1, 118-120.
- Campalans Pereda, L. (2012). *Transmisión del psicoanálisis: Formación de analistas*. Buenos Aires: Psicolibro.
- Cervantes, M. (2004). *Don Quijote de la Mancha*. San Pablo: Real Academia Española.
- Después de Berlín. (2011). *Calibán. Revista Latinoamericana de Psicoanálisis*, (10)1, 124-126.
- Dubcovsky, S. (1981). *Psicoanálisis real*. Buenos Aires: La Antorcha.
- Faimberg, H. (2004). Idolatría y discurso narcisista como resistencia a la escucha psicoanalítica. *Revista de Psicoanálisis*, 61(1), 149-157.
- Fainstein, A. (2013). *Institución psicoanalítica, especificidad, obstáculos y políticas: Una experiencia institucional* (Tese de maestrado). Universidad del Salvador, Buenos Aires.
- Foucault, M. (2000). Aula de 25 de fevereiro de 1976. In *Defender la sociedad: Curso en el Collège de France 1975-1976* (pp. 157-174). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. (Trabalho original publicado em 1976)
- Foucault, M. (2002). Aula de 6 de janeiro de 1982: Segunda hora. In *La hermenéutica del sujeto: Curso en el Collège de France 1981-1982* (pp. 39-54). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. (Trabalho original publicado em 1982)
- Freud, S. (1979a). El porvenir de una ilusión. In *Obras completas* (Vol. 21, pp. 1-55). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1927)
- Freud, S. (1979b). Prólogo a Zehn Jahre Berliner Psychoanalytisches Institut. In *Obras completas* (Vol. 21, p. 255). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (1986a). Consejos al médico sobre el tratamiento psicoanalítico. In *Obras completas* (Vol. 12, pp. 107-119). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1912)
- Freud, S. (1986b). Psicología de las masas y análisis del yo. In *Obras completas* (Vol. 18, pp. 63-136). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1921)
- Garma, A. (1959). Algunos contenidos latentes de las discordias entre psicoanalistas. *Revista de Psicoanálisis*, 16(4), 354-361.
- Galli, V., Martinto de Paschero, L., & Solvey, P. (1984). Instituto de psicoanálisis de la Asociación Psicoanalítica Argentina: Un cambio estructural 10 años después. In Federación Psicoanalítica de América Latina (Ed.), *Relatos oficiales* (Vol. 1, pp. 145-158). Buenos Aires: Autor.
- Glover, E. (1970). El efecto terapéutico de la interpretación inexacta. *Revista de Psicoanálisis*, 27(4), 827-844. (Trabalho original publicado em 1931)

-
- Jameson, F. (1999). *El giro cultural*. Buenos Aires: Manantial.
-
- Lacan, J. (1980a). La ciencia y la verdad. In *Escritos 1* (pp. 340-362). México: Siglo XXI. (Trabajo original publicado em 1965)
-
- Lacan, J. (1980b). Variantes de la cura tipo. In *Escritos 2* (pp. 92-97). México: Siglo XXI. (Trabajo original publicado em 1955)
-
- Lacan, J. (1985). El mito individual del neurótico. In *Intervenciones y textos* (Vol. 1, pp. 37-59). Buenos Aires: Manantial. (Trabajo original publicado em 1953)
-
- Lacan, J. (1988). Nuestro programa. In *El seminario de Jacques Lacan, libro 7: La ética del psicoanálisis 1959-1960* (pp. 9-25). Buenos Aires: Paidós. (Trabajo original publicado em 1959)
-
- Lacan, J. (1992). El poder de los imposibles. In *El seminario de Jacques Lacan, libro 17: El reverso del psicoanálisis 1969-1970* (pp. 195-208). Buenos Aires: Paidós. (Trabajo original publicado em 1970)
-
- Lacan, J. (2003). La metáfora del amor. In *El seminario de Jacques Lacan, libro 8: La transferencia 1960-1961* (pp. 47-61). Buenos Aires: Paidós. (Trabajo original publicado em 1960)
-
- Miller, J. A. (2003). El porvenir del psicoanálisis: Debate entre Daniel Widlöcher e Jacques-Alain Miller, coordinado por Bernard Granger e realizado em 1º de junho de 2002. *Revista de Psicoanálisis*, 60(4), 1051-1070.
-
- Musil, R. (2004). *El hombre sin atributos* (Vols. 1-2). Barcelona: Seix Barral.
-
- Wallerstein, R. (1988). ¿Un psicoanálisis o muchos? *Libro Anual de Psicoanálisis*, 4, 1-15.
-
- Weissman, F. (2002). El análisis didáctico y la formación: Una contribución al 60 aniversario de la fundación de APA. In Asociación Psicoanalítica Argentina, *60 años de psicoanálisis en Argentina: Pasado, presente, futuro* (pp. 295-306). Buenos Aires: Lumen.
-

Realidade e ficção. Pessoas (história), objetos internos (fantasias inconscientes), personagens (escolha do elenco)

Acredito que o específico do psíquico seja a renúncia à realidade externa, aos fatos, às pessoas, à história, em função de uma *ficção transformativa* que permita o acesso ao emocional, às narrativas, aos personagens.

O “analista em trabalho” (e, de agora em diante, quando citar o analista e/ou o paciente, sempre vou estar me referindo a “analista e paciente em trabalho em um ambiente apropriado”) deve renunciar à realidade externa, ou melhor, deve fazer o luto da realidade externa, para entrar no mundo desconcretizado, desconstruído e, possivelmente, *ressonhado*, como sugere Tom Ogden (2009), quando afirma que o objetivo da análise é ajudar o paciente a realizar esses sonhos que não consegue realizar sozinho e se tornaram sintomas que somente podem ser resolvidos se forem “sonhados”.

Um conceito idêntico com uma formulação diferente é expresso por Jim Grotstein (2007) quando diz que a mente humana é, ao mesmo tempo, algo que processa estímulos continuamente e uma defesa contra “O” (a Verdade Absoluta, a Realidade Última, a Coisa-em-Si, os Elementos Beta). Grotstein continua afirmando que tudo o que podemos fazer é *transformar em ficção, mitificar* a nossa percepção, a nossa experiência de verdade (“O”).

Isso ocorre ao permitirmos o trânsito de “O” na coluna 2 da grade, a coluna das mentiras, mas também dos sonhos que também são uma mentira em comparação a “O”.

Há uma linda poesia de Szyborska chamada *Conversa com a pedra*. Nessa poesia, há alguém que pede a uma pedra para entrar nela, e a pedra responde que não, que nunca vai conseguir entrar mesmo que tivesse uma capacidade imensa de ver tudo (clarividência), porque não tem a capacidade externa de “participação”. O “fato”, o “evento”, o “dado real”, a “pedra” dos sintomas ou da realidade deve encontrar, na entrada da coluna 2, a capacidade de participação do analista, que define a capacidade de partilhar o relato, a “coisa” manifestada pelo paciente.

* Sociedade Psicanalítica Italiana.

Isso permitirá o acesso ao interior da linha 2, onde encontrará o litotriptor formado pela capacidade de desconstrução, de desconcretização e de ressonar do analista. (Para simplificar, mencionarei muitas vezes o analista e o paciente, enquanto que a minha referência implícita será sempre ao “campo analítico” como algo novo e diferente da soma dos seus constituintes: o que acontece na linha 2 ocorre principalmente em um lugar do campo analítico.)

Depois da participação (uníssono), entram em jogo os *instrumentos ativos* da mitopoiesis subjetiva ou a função alfa, a capacidade de *rêverie* (a *rêverie* de base, a *rêverie* em *flash*, a *rêverie* de construção, a transformação em sonho, a transformação em jogo, o sonho, a fala como se estivesse sonhando de Ogden; Ferro 2009, 2011, 2014).

Além desses instrumentos ativos, temos o que eu chamaria de *atmosferas de base* necessárias para que as transformações possam se realizar. Essas atmosferas de base originam-se das oscilações entre as capacidades negativas e o fato selecionado, entre o Núcleo Autista-Contíguo (P.S., P.D.), entre continente e conteúdo.

O objetivo da análise (além daquilo que já sabemos com relação a remover o véu da repressão, o trabalho de juntar as partes separadas, obter *insight*, trazer o eu para onde havia o ID etc.) consiste especialmente no desenvolvimento desses instrumentos ativos e no desenvolvimento dessas atmosferas adequadas para a transformação. Um ponto de entrada para essa descrição é olhar, por exemplo, como uma “pessoa” dentro da linha 2 se torna um “personagem” da análise, ou, na verdade, um holograma afetivo, que se origina daquilo que o campo precisa expressar, e isso ocorre através da contínua escolha do elenco dos personagens (Ferro, 2013a, 2013b).

Um ponto em que existe alguma discordância com os autores que considero mais próximos, ou seja, Ogden, Grotstein e Green (devo muito a todos e realmente tenho grande afinidade com eles), é a forte presença do conceito de campo desenvolvido por Baranger (1961-1962) e por muitos psicanalistas da América do Sul. Esse conceito tornou-se ainda mais complexo através do fértil acasalamento com o pensamento de Bion (1962, 1963, 1965), em que a grupalidade interna do analista e do paciente dão lugar, no consultório, a um grupo de personagens definidos por mim como os “hologramas afetivos”. Estes são o resultado da *transformação em sonho* do que é dito, feito, experimentado pelas mentes do analista e do paciente, formando uma espécie de mente grupal que desconcretiza e desrealiza as comunicações, transformando-as em uma cena onírica que “ganha vida no consultório” e que leva ao desenvolvimento dos instrumentos para pensar.

De certa forma, é como se o “terceiro analítico” de Ogden (1994) fosse diluído em uma narrativa onírica do funcionamento das duas mentes, que fazem a escolha do elenco dos personagens de que precisam para dar vida a esse sonho que necessita de cuidado e ao qual é preciso, antes de mais nada, dar vida.

Com relação ao conceito extremamente importante de “figuração” de Botella e Botella (2002), diria que se refere ainda de alguma forma a trechos de história (ao limite da história mental), onde o conceito de *rêverie* se refere a algo que tem a ver com o funcionamento real das mentes (pelo menos principalmente a isso).

Um ponto central a destacar é que “cada fala e cada resposta” leva adiante o processo de tornar psicológico o que era um conteúdo caótico e sem sentido.

Como já mencionei, Grotstein (2007) afirma que o que podemos fazer é transformar a nossa percepção, a nossa experiência da verdade (“O”) em ficção. Isso leva-me a refletir sobre *Transformações*, tanto em Bion (1965) quando no capítulo “Transformações” do livro de Grotstein, e sobre a jornada que cada “fato” deve fazer na coluna 2 da grade para ser alfabetizado.

Mas, através do que ocorre a Transformação? A resposta é óbvia, através de “O”, mas o que é “O”? Grotstein sempre nos ajuda a compreender em profundidade que a resposta é dupla. Por um lado, “O” é um termo coletivo para *númeno*: “O” parece ser um termo coletivo que indica os *númenos*, as formas ideais, a Verdade absoluta e a Realidade última, pelo menos a partir do mundo interior; isto é, do inconsciente não reprimido. Por outro lado, um outro aspecto da “O” são os estímulos sensoriais das nossas respostas emocionais às nossas interações com os objetos externos (e internos).

Quem considerou principalmente a primeira hipótese como uma fonte de “O” tem tendência a considerar Bion um místico. Quem deu prevalência à segunda hipótese não deu importância a esse aspecto. Colocaria essas duas maneiras de olhar para a “O” como uma oscilação necessária, como Bion afirma quando sugere que “(...) não se deve escrever um livro intitulado ‘A interpretação dos sonhos’, mas ‘A interpretação dos fatos’, traduzindo-os para a linguagem do sonho (...), para que haja tráfego de mão dupla” (Grotstein, 2007).

Isso nos levaria à necessidade de distinguir duas categorias de elementos beta, que fico tentado a diferenciar como beta1 e beta2. Os beta1 são “o inconsciente não reprimido” e os beta2 são “as impressões sensoriais de significado emocional”. Nesse ciclo, os beta2 seriam transformados em elementos alfa, e os beta1 seriam transformados, de pré-concepções, em realizações (Grotstein, 2007).

O “alimento para a mente” é *desconstruído* em seus elementos e, em seguida, *reconstruído* em elementos mais adequados a serem absorvidos.

O ressonhar contínuo operado pelo campo ou, para simplificar, pelo paciente, que nos informa cada passo “fora de curso” ou o risco de rochas submersas, lembra-nos o texto de Conrad, *O cúmplice secreto*, em que um passageiro clandestino a bordo, em algum momento da viagem, quando a embarcação alcança uma ilha e o navio corre o risco de encalhar nas rochas, salva a embarcação de um desastre, jogando o próprio chapéu na água, o que permite que o capitão entenda as correntes e salve o navio.

O processo de onirização que mencionei é ainda mais complexo e menos fragmentado, abrangendo toda a sessão psicanalítica e a modalidade onírica de viajar nela: a sessão torna-se um sonho produzido pelas duas mentes, sendo continuamente regulado para permitir que as narrativas e as transformações tomem o lugar do “ainda não pensável”. Porém, para que isso possa ocorrer, o campo deve adoecer com a doença do paciente, que somente assim pode ser sonhada (a doença) e transformada (Ferro, 2011).

Pensar os pensamentos, viver as emoções, viver o terror que podemos experimentar, dar-se conta do sofrimento dos outros, entrar em contato e deixar emergir a criatividade em nós mesmos e em nossos pacientes talvez sejam razões suficientes para viver, mesmo que com plena consciência da insignificância da existência humana.

Gostaria de acrescentar que, se aceitássemos a definição de sermos uma aberração da natureza, como já disse Lucrécio, e se estivéssemos cientes do terror que isso gera (tanto mais quanto mais negamos), talvez pudéssemos fazer, como nos lembra Bion, o que fizeram as tropas no front, na terra de ninguém no meio dos exércitos britânico e alemão no dia de Natal: jogar futebol (Grotstein, 2007).

Se pudéssemos jogar com a falta de sentido da vida, talvez horrorizando os fundamentalistas de todos os Estados maiores, abriríamos lampejos de consciência e paz.

Se uma paciente falasse de abusos ou maus-tratos, a nossa escuta poderia ir na direção de desconcretizar, desconstruir e, na medida do possível, ressonhar como um instrumento para reconstruir uma narrativa diferente (e mais tolerável) dos fatos: por exemplo, abrir a reflexão para o que são as emoções (talvez incontrolláveis) a partir das quais a paciente sente-se vítima, ou que tipo de relação com o analista ou com outras identidades potenciais do campo determina isso.

A diluição nas sequências narrativas permite que os “fatos” primeiramente indigestos sejam metabolizados.

Talvez valha a pena lembrar que existem dois locais de criatividade que levam à narração: em primeiro lugar, o modo como a sensorialidade é pictografada, formando pictogramas específicos da mente e, em seguida, a maneira específica na qual esses pictogramas são narrados em sequências narrativas diferentes.

Há uma clara diferença entre fantasias inconscientes compartilhadas, diria quase que fantasias relacionadas à espécie (as fantasias “primitivas”), de um lado e, por outro lado, as sequências de pictogramas (que formam o pensamento do tipo “sonhar acordado”) que são específicas de cada mente e de cada dupla analítica em trabalho de análise ou de qualquer campo que ganha vida.

O limite para o desvio dos produtos narrativos possíveis e para a consequente abertura de mundos é oferecido continuamente pelos sinais dados pelo campo, frequentemente através da boca do paciente, pela boca de outros personagens do campo e, às vezes, através de ré-

veries e sonhos eventuais de contratransferência que se acendem quando a Linha Maginot dos limites do campo tende a render-se às turbulências emocionais.

Dessa forma, observo uma psicanálise que lida com o desenvolvimento das funções (para pensar, sonhar, sentir), e não apenas uma psicanálise que observa os fatos (ou emoções) reprimidos ou divididos.

Além disso, mais do que a descoberta ou a redescoberta do que foi enterrado ou evitado, observo a coformação de novas “ferramentas para pensar” e para as quais o campo saberá abrir significados futuros até a paradoxal possibilidade de transformação de lembranças de fatos que nunca aconteceram, que precipitam experiências reais realizadas na sessão e que são retrodatadas depois no *après-coup*.

Deve-se ressaltar que os elementos beta (a sensorialidade, os fatos não sonhados pelo paciente), desde que o analista busque uma modulação do campo, entram violentamente no paciente e sem possíveis amenizações: o campo é um grande fornecedor, hiper-receptivo para as turbulências que ainda não foram alfabetizadas, com a complicação de que até a subjetividade do analista, as suas turbulências (e as suas defesas contra as turbulências) entram na constituição de um campo que será específico para a dupla.

Os personagens não entram no campo pelas narrações da realidade externa, mas através do processo de “escolha do elenco”, que é necessário para que o campo exprima certas emoções: personagens que são, portanto, “raptados” de outras realidades para viver e dar voz à realidade do campo, mesmo que de maneira ficcional.

Na minha perspectiva, enquanto estamos em análise e até que uma análise faça sentido, não há nada que não tenha lugar no consultório e no campo onírico coproduzido por paciente e analista em um ambiente funcional.

O campo com esse propósito analisa mais os significados a serem gerados, o futuro partindo do aqui e do agora e as evoluções possíveis, incluindo a reescritura de uma história diferente.

Gostaria de mostrar agora algumas sequências clínicas que exemplificam o que está sendo dito:

A) Alfabetizar um sintoma

Um colega relata o seguinte “fato” para supervisão: um paciente o procurou devido a um distúrbio que o levou a muitos especialistas sem sucesso. Sofria de um insuportável “formigamento no pé”, que às vezes o incomodava de forma intolerável.

O paciente relata as consultas neurológicas, as eletromiografias, os dois tratamentos com psicoterapia dos quais desistiu... Fico ansioso porque sinto que não tenho nada a dizer: fatos, fatos, apenas fatos. Nesse meio tempo, meu colega diz que se trata de um paciente muito concreto, factual e, por isso, terrivelmente tedioso, e demonstra uma espécie de dança que o paciente faz com o pé em questão para aliviar parcialmente os sintomas intoleráveis.

(Então penso: “pé adormecido”, caminhar, não pode correr, chutar, o filme *Um homem chamado cavalo...*, mas nada se agrega como uma autêntica *rêverie*. É somente o “Svitol” –lubrificante– que atua nas engrenagens).

Em seguida, fala do seu próprio sentimento de culpa ou vergonha pelo qual se sente às vezes tomado.

Relata que, quando criança, experimentou muitas situações de solidão, abandono, exclusão e fala sobre como não se permitia experimentar emoções. Reprimia as emoções.

Em seguida, fala de alguns episódios de incontinência, de raiva: uma vez, depois de beber, mandou o pai de um amigo para o diabo.

(Configura-se em minha mente algo sobre raiva-incontinência-culpa).

Rapidamente, menciona que um amigo diretor o havia contratado para fazer um comercial sobre o Red Bull, uma bebida energética que está muito na moda entre as jovens gerações.

É somente nesse ponto que o todo, inclusive a dança estranha, se agrega em uma imagem condensada: o touro que “esfrega” as patas dianteiras no chão antes de lançar-se ao ataque.

Além disso, meu colega acrescenta que o paciente às vezes faz uso excessivo de Red Bull.

Organiza-se uma imagem-pensamento, “o fato selecionado”: o Red Bull (o “touro vermelho”), mas como agem os touros antes de atacar os toureiros, ou antes de se inflamar. Como não visualizar a imagem do touro que esfrega o chão com a pata dianteira, como se tivesse um formigamento e precisasse descarregar uma enorme tensão?

Aqui está o Touro Vermelho; foi liofilizado, condensado, materializado no sintoma: agora do que vai se tratar será de permitir que o Red Bull e sua fúria e raiva emergjam da pata –claustro onde havia sido trancado por ter acesso a todas as possíveis histórias que florescem quando transformadas em imagens, palavras, sonho da fúria que o paciente havia sempre temido não ser capaz de expressar.

É a configuração dessa imagem que me permite encontrar um organizador interpretativo do meu pensamento.

Parece-me que aqui vemos a função alfa do campo atual (até mesmo a supervisão pode ser vista como um campo habitado também pelo paciente), que começa a trabalhar em um ambiente que favorece a *rêverie* repentina. Como o “Svitol” (nome de um produto vendido na Itália, que recupera o movimento em fechaduras e chaves enferrujadas), refiro-me ao exercício feito pelo analista de ampliar sua capacidade (e campo) de oscilação NCA-PS-PD (núcleo contíguo-autístico-PS-PD), recipiente/conteúdo, CN/FP (capacidades negativas/fato pré-selecionado).

B) Alfabetização de um fato:

Mario me liga enquanto ainda está no hospital, onde foi internado porque, durante suas férias com a família, foi atingido no peito por

um foguete lançado na festa em que se encontrava em Nice, por ocasião d queima de fogos de artifício; o foguete o atingiu, cortando-lhe o peito, causando queimaduras de segundo e terceiro graus, bem como graves queimaduras em sua esposa.

Diz que os dois estão se recuperando, mas que telefona para saber se as três filhas jovens –que estavam presentes no momento do incidente– haviam ficado traumatizadas.

Marco uma sessão para ele e sua esposa. Os dois comparecem juntos e relatam em detalhes o incidente, que ocorreu devido a um foguete lançado a uma altura baixa, atingindo-os quando estavam na varanda para apreciar o espetáculo.

Tento saber mais sobre as três filhas, que não dão sinais particulares de distúrbio pós-traumático.

Acabo involuntariamente em uma espécie de “conversa livre” (falando como se sonhasse), como diria Ogden (2007), e fico sabendo que, aproximadamente dez anos antes, Mario sofreu outro acidente: tinha sido atropelado por um caminhão em uma área de estacionamento de uma rodovia. Ele descreve, em ambos os casos, o enorme impacto cinético do foguete e do caminhão. Também nessa outra ocasião precisou de reanimação e ficou entre a vida e a morte. Recuperando-se posteriormente. Continuando a conversa livre, relatam que sempre se envolvem em brigas furiosas, estão casados há quase 20 anos; mas dizem ser impossível mudar isso, já que ele é de Nápoles, e ela, de Túnis: duas personalidades passionais e de passionalidade violenta.

Nesse ponto, todo o discurso assume uma Gestalt diferente: que implicações pode ter no desenvolvimento de suas vidas sua tensão emocional de 200.000 volts (que periodicamente os leva ao hospital com queimaduras)?

Quanto essas tempestades emocionais que os atingem são traumáticas e potencialmente perigosas? A escuta que implica uma transformação onírica permite, portanto, uma visão totalmente diferente do problema inicialmente exposto.

Aqui testemunhamos uma *transformação em sonho*, como se o paciente tivesse dito: “tive um sonho em que estava...”. Isso nos permite desconcretizar e dar valor onírico ao texto manifesto depois de estar em unísono com o paciente na sua narrativa expressa inicialmente.

C) Escolha dos personagens

Ou seja, encontrar e importar para o campo os personagens necessários para continuar o sonho/a narrativa.

Eleonora começa a sessão de segunda-feira falando sobre o ódio que tem do próprio marido e de como gostaria que ele morresse, porque é “preguiçoso, arrogante, antipático”. Relata então um sonho em que “batia nele até matá-lo”. O analista, frente às lágrimas da paciente, lhe entrega um lenço de papel.

A paciente continua, falando de Daria, sua filha, que, “agora que engordou alguns quilos, está um monstro, muito gorda, cheia de espinhas...”

Quais são os personagens principais e como considerá-los? Como ocorre a “escolha do elenco”?

Um personagem é o ódio, algo extremamente violento e incontrollável que é ativado internamente. Outro personagem é o marido, que podemos pensar como a versão masculina da terapeuta, que também é odiada porque é preguiçosa (não trabalhou no fim de semana). Então, temos as lágrimas e, finalmente, o lenço (esse personagem também representa a capacidade de acolher e “secar” o sofrimento da paciente).

Após essa operação de limpeza (das lágrimas e do ódio), aparece Daria, ou a maneira como a paciente se vê monstruosa e muito gorda, porque está “inchada de ódio” e de dor.

Os personagens são entendidos “todos” como funções do campo, dos quais é escolhido o elenco sem que haja nenhuma correspondência com a realidade externa ou história: cada personagem é um vagão, um excipiente que carrega o “princípio ativo” que o campo precisa que seja expresso naquele momento, resumidamente: os personagens tornam-se modos expressivos de funcionamentos presentes no campo.

Assim, cada paciente se esforça para encontrar um personagem que corresponda àquilo que ele ou o campo precisa que seja expresso.

Porém, um outro personagem também é o sonho, por meio do qual não só o paciente nos indica o conteúdo (a raiva e o desejo de vingança), mas também que existe um campo capaz de mentalizar, no sentido bem entendido de Grotstein (2009), de Ogden (2009) e também do meu trabalho (2007, 2009): a longa jornada transformadora na coluna 2 e na linha 3 da grade de Bion.

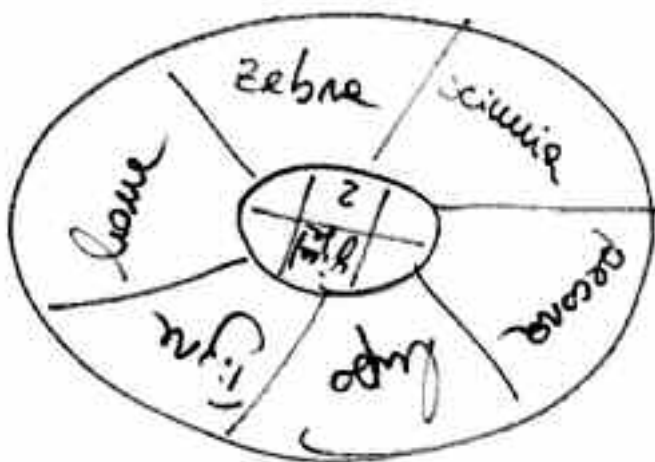
Mesmo aqui a jornada na coluna 2 permite que “pessoas reais” se tornem hologramas afetivos ou mais simplesmente “personagens” emocionais do campo, que lhes dá vida para fazer o próprio campo capaz de narrar a si mesmo: na verdade, a escolha dos personagens necessários para *alfabetizar e transformar em narrações*.

D) Somatização ↔ Dessomatização

Stefania sofre de um problema de calvície que gera muitas dificuldades. Às vezes, há períodos em que seu cabelo fica normal, às vezes, começam a aparecer áreas calvas que se ampliam e, às vezes, essas áreas se unem. Um dia, relata um sonho no qual, de um helicóptero, vê um zoológico com jaulas e animais; os animais são tão peludos que é quase impossível distinguir as espécies. Após um determinado período, decide dar uma outra volta com o helicóptero e percebe que existem várias partes do jardim zoológico em que não há gaiolas nem animais, “parece que tudo foi sugado do terreno”.

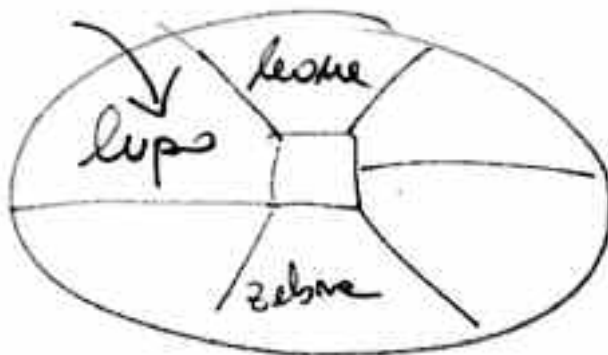
Construí estes dois mapas das situações descritas por Stefania:

O zoológico como aparece na primeira parte do sonho



[N. do T.: onde *scimmia*: macaco;
pecora: ovelha; *lupo*: lobo; *lione*: leão.]

O zoológico como aparece na segunda parte do sonho



Naturalmente, as reconstruções gráficas são minhas, mas a meu ver parecem explicar bem o que a paciente queria expressar: periodicamente as suas emoções são erradicadas ou enterradas e, em seu lugar, permanece o vazio, a área sem pelos.

De vez em quando, desaparecerão os pelos do tigre, do leão, da gazela (cada uma dessas espécies representará uma certa emoção). Cada vez que uma emoção é enterrada, parece que o mapa do couro cabeludo reproduz exatamente o fenômeno.

No curso da sua análise, à medida que as emoções lacerantes (lobos, leões, tigres) ou controláveis e sensíveis (zebras, ovelhas) podem viver e ser inseridas nas narrações, a calvície desaparece.

E) Personagens à procura de autoras e autores à procura de personagens

Para Fabrizio, as recusas sexuais de sua esposa Luciana são extremamente problemáticas. Enfrentou as recusas procurando uma prostituta com a qual também tem conversado bastante. Ao ser questionada sobre o esquivamento contínuo, a esposa alega que a causa é o fato de os filhos, que dormem no quarto ao lado, poderem ouvir os ruídos do casal. Fabrizio tem um sonho em que tem um cartão de crédito com um limite bastante alto.

Comenta esse sonho dizendo que, para evitar a crise depressiva em que se encontra, mais do que a maconha que está usando (uma relação extraconjugal e algumas situações excitantes no trabalho), deve conseguir reencontrar o “valor” que tem dentro de si. Porém, façamos um mapa, acrescentando que Fabrizio viveu um novo momento de desespero com as numerosas recusas da esposa (que lhe disse para procurar uma prostituta, já que o importante para ela era que ele não tivesse uma relação afetiva com outra mulher).

Mapa dos personagens

Depressão	Maconha	Prostituta
Filhos	Cartão de crédito	Relação extraconjugal
Fabrizio	Esposa	?
?	?	?

A parte de baixo do mapa, aquela com os pontos de interrogação, está aberta aos desenvolvimentos e aos novos personagens possíveis que podem ser inseridos no elenco.

A célula da qual gostaria de me ocupar é a da “Esposa”, que é declinável de muitos pontos de vista.

- A esposa é a pessoa que tem uma psicologia própria e problemas a serem questionados e através dos quais Fabrizio pode ser colocado em condições de dialogar.
- A esposa é um objeto interno, exemplo de uma mãe fria e retraída (“Não acredito que uma mulher bonita de quem eu goste possa querer alguma coisa comigo”, diz Fabrizio em um sessão).
- A esposa poderia ser o modo como Fabrizio realiza a escolha de um personagem que tem tanto fobia de sexo com relação

aos aspectos infantis que devem ser protegidos, como fobia de uma intimidade que supera o nível de afeto puro. Esse problema, sob essa ótica, seria também, ou sobretudo, um problema de Fabrizio e que ele mesmo ignora ter.

(Seria possível reescrever a história mudando os dados efêmeros, a narrativa, e deixando inalterados o enredo, a fábula.)

Desenvolvemos ainda mais a célula “Esposa”, seguindo a hipótese de que ela poderia ser o personagem do aspecto autista-aspergeriano ou talvez o aspecto “não relacional” pelo qual Fabrizio ignora ser habitado.

Esposa aspecto autista/não relacional

Em um grau ainda maior de ampliação, a “Esposa” poderia representar um outro modo de funcionamento de Fabrizio que ele não percebe (exceto tangencialmente, quando diz: “Quando me aproximo de uma mulher que me interessa, sempre penso que serei rejeitado”); ou seja, um tipo de aspecto que impede a rejeição, colocando-se na situação daqueles que rejeitam, uma espécie de anestesia preventiva de uma possível dor e de uma dor emocional que poderia se desenvolver.

Aspecto que evita a rejeição, colocando-se em situação de rejeitar

Corresponde às experiências de uma mente do outro > ♂ do que ♀

Em uma ampliação ainda maior (que permanece como parte não analisada/raiva) poderia corresponder ao sentido de

Finitude e solidão de maior intensidade com relação àqueles que habitam cada mente

Será tarefa do trabalho sucessivo ver se o que temos na célula “Esposa” poderá ser desconstruído através da escolha de outros personagens que irão preencher as outras células virtuais abaixo.

Para cada célula, poderia ser realizado um trabalho como o que foi feito para a célula “Esposa”.

Porém, para permitir a transformação, tudo isso deve entrar no campo; a “esposa” deve se tornar um holograma emocional do paciente.

O quanto isso será possível dependerá de Fabrizio e das características da mente do analista. O quanto a mente do analista estará fechada ou aberta? O quanto poderá viver o problema de rejeição/relacionamento/intimidade como um problema do campo? Como isso será desconcretizado e sonhado?

Poderia revelar o sonho de um abominável homem das neves rejeitado por uma exploradora pela qual havia se apaixonado? Uma história do tipo -Tarzan/Jane, nesse ponto, tornaria possível a transformação dessa constelação -(T/J) em +(T/J), em que o acasalamento emocional é tolerado em vez de ser desejado?

Até agora deixei de ressaltar que a coluna 2, em um certo ponto, cruza-se com a linha C da grade de Bion (sequência de elementos alfa, sonhos, mitos), e essa célula de intersecção C2 é muito especial, porque é nela que ocorre o pico das transformações.

F) Escolha do elenco/rêverie/transformações

Se um paciente muito inibido, autoletargizado, fala de catafalco (ou “cadafalso”, como é mais comumente utilizado em português), o que naturalmente me atrai é “falcão” (*falco* em italiano), algo extremamente vital que é englobado e trancado, adormecido no claustro. Posso até não dizer isso para o paciente, mas, a partir daquele momento, buscarei uma maneira de entrar em sintonia sobre/com o “falcão”.

Da mesma forma, o que chamei de “ninhos semânticos” ou lugares do discurso que incluem grandes e outras potencialidades comunicativas me atraem bastante.

Se, em algum momento, pudesse se desenvolver uma hipótese de abuso, o vértice onde me colocaria é: no que eu poderia ter sido abusador ou no que “o falcão” poderia ser (ter sido?) abusador.

Além disso, o que pertence a uma outra realidade histórica externa e temporal pode ser transformado apenas na medida em que habita o campo atual.

Se, em algum momento, o colega de classe pelo qual se sente abusado entrasse na sessão, não poderia ser considerado por mim (até que uma análise fizesse sentido ou até que fizesse sentido manter a ambientação) nada além de um funcionamento assumido, em um lugar do campo e atuado pelo próprio paciente (como potencial identidade perturbadora) ou por mim mesmo (como presença perturbadora para ele).

Se uma analista experiente finaliza a sessão mais cedo com um paciente que fala pouco, não posso deixar de pensar em um abuso silencioso, ao qual a analista está sendo submetida e devido ao qual tenta ocultar o recipiente abusado (ela mesma) do conteúdo abusador.

Lembro-me de um desenho de uma menina, em que havia o tronco e a copa de uma árvore que imediatamente me pareceu um vulcão com a sua erupção de lava. Após dois anos de terapia, apresentou-se como uma paisagem que podia ser vista de uma janela

aberta, de onde se via também uma grande quantidade de pequenas árvores com a copa de lava: o vulcão protoemotivo foi decomposto em muitos vulcões pequenos que podiam ser contidos, como se tivesse sido possível uma “*destormizzazione*” (“destormentação”) do furacão de elementos beta e sua transformação em agregados discretos que pudessem ser contidos e pensados em termos de emoções diferentes e imagináveis.

Em conclusão, gostaria de dizer também que o “psíquico” e o “psíquico grupal do campo” implicam uma renúncia, um luto pela realidade (quando estamos em sessão!) em favor de uma *realidade ficcional recém-nascida*. A capacidade de unísono, os constituintes da atmosfera adequada à transformação, os instrumentos ativos que as permitem são o que possibilitam o desenvolvimento do “jogo psicanalítico” muito sério, por vezes, doloroso e, às vezes, prazeroso. O caminho de O a K é de alguma forma um caminho mentiroso, mas o único ao qual frequentemente podemos nos permitir, exceto nos raros momentos de introspecção ou transformação catastrófica em O.

A realidade deve, portanto, ser sonhada para ser relatada: o próprio Bion diz que os “fatos” devem ser sonhados para chegar ao pensamento. Às vezes – é verdade – a realidade prevalece sobre o sonho; nesses casos, não há nada a fazer a não ser suspender a análise, porque não faria sentido continuá-la, esperando o restabelecimento das condições para voltar ao jogo.

G) Tecendo pensamentos e imagens a meu modo

O trabalho diário que ocorre no campo analítico entre as funções alfa do campo e os conjuntos de ideias impensáveis ou da “O” que quer ser dita parece-me bem ilustrado no desenho seguinte:



Nesse desenho, vemos bem a atividade de tessitura da sensorialidade indistinta, que, na figura, no entanto, já está em um nível de quase-soletramento, em direção à possibilidade de ser incluída em uma estrutura narrativa: basicamente, basta saber trabalhar o tecido e usar as ferramentas do ofício. Contudo, a figura também pode ser vista indo na direção oposta, na direção de uma desconstrução capaz de

libertar da obrigação de reiterar o modo de ser até criar aquela confusão de micro-”narremas”, que pode ser tecida de maneiras totalmente novas e imprevisíveis.

H) Elogio da mentira

Mentir é uma maneira de criar mundos que são mais facilmente habitáveis.

É comum em narrativas, romances ou filmes de ficção científica que uma nave espacial de um mundo inabitável tente chegar à Terra ou vice-versa, que naves espaciais da Terra, uma vez que esta não oferece mais recursos, partam em busca de novos mundos.

A mentira é frequentemente aquela nave espacial ou aquele mundo novo com características que o tornam habitável: essa é uma das muitas defesas que podemos colocar em prática para sobreviver. Temos inúmeros exemplos: desde Ulisses, que diz a Polifemo que seu nome é *Ninguém*, e isso o salva da fúria do Ciclope, quando este, cegado por Ulisses, pede a ajuda de seus irmãos, que perguntam quem o cegou, ao que ele responde: “Ninguém”!

Outro exemplo famoso é o do bispo de *Os miseráveis*, que salva Jean Valjean, que havia roubado todos os seus bens, dizendo aos policiais que haviam capturado Jean Valjean que os bens não eram roubados, mas que haviam sido doados por ele.

Bion, no fundo, reconhece o valor da mentira, tanto através da mentira conhecida/originada como a Metáfora dos Mentirosos, quanto em sua afirmação de que a mentira precisa de um pensador.

Ou seja, em certo sentido e paradoxalmente, a mentira precisa de um pensamento criativo. Consideremos os mundos inventados por quem tem um caso extraconjugal e precisa descrever os mais ricos detalhes, que, de outra forma, não existiriam.

A mentira ou, pelo menos, graduações dela nos salvam da verdade insuportável para o pensamento: de que não há nada depois desta vida, de que vivemos a aleatoriedade mais absoluta, de que não sentimos mais amor por uma pessoa que já amamos e pela qual sentimos só afeto e de que devemos, portanto, deixá-la.

A mentira, o compromisso nos abrem infinitos modos de vida equipados com amortecedores.

Todos os mecanismos de defesa são, basicamente, apenas graduações possíveis de mentiras possíveis, onde a verdade, a “O”, não é somente inconcebível, mas muitas vezes também insuportável.

Considero, portanto, a capacidade de mentir como um dos sinais da chegada à maturidade psíquica e também um sinal (não o único) de possível final da análise.

É claro que aqui não estou me referindo aos que usam a mentira e o ato de mentir como um estilo de vida (Baranger, 1963/2009) a partir de si mesmo, mas refiro-me àqueles que a usam em casos de emergência grave (e, por vezes, crônica) e, acrescentaria, à capacidade de tolerar com elegância esse mecanismo de defesa (Lewkowicz & Flechner, 2005).

Basicamente, cada mecanismo de defesa é uma mentira a respeito de uma verdade intolerável.

Os limites da co-construção: A torre do sino em ruínas

Uma paciente de aproximadamente 35 anos me diz irritada que sua mãe lhe disse que ela: “Já tem idade suficiente para não postergar ainda mais as decisões importantes de sua vida...”

Na sessão seguinte, fala sobre sentir-se irritada sem saber a razão e que seu namorado também anda bastante irritado.

Há um silêncio, e depois lhe digo: “Você quer que eu conte o sonho que seu namorado teve esta noite?”

“O que está dizendo?” Ela tem um ataque paranoico: “Mas o sr. ouviu a nossa conversa no bar enquanto tomávamos o café da manhã?” “Como sabe que meu namorado teve um sonho e me contou sobre isso?”

“Mas, enfim, quer saber ou não?”

“Claro”, responde.

O sonho foi assim: havia um campanário antigo de igreja que foi reformado. Colocaram na torre, onde havia um lugar preparado, um relógio sem ponteiros (como no filme *Morangos silvestres*), e depois foram adicionados os ponteiros que marcavam meio-dia. (Tudo isso é resultado de uma imaginação visual que tive logo no início da sessão).

A paciente ficou atordoada: “Não! Não acredito nisso! O sonho de Enrico foi assim: sonhou com uma igreja antiga em ruínas com a torre do sino que foi restaurada e que você estava lá esperando por mim”.

Respondo: geralmente é o noivo que espera pela noiva, mas tudo bem.

Essa “dança onírica” inconsciente e importante nos levou a retomar o tema da mãe, o tema do tempo, o tema do luto do tempo.

A paciente diz, e eu acho importante, que o relógio marcava 12h, não 7h ou 9h, nem mesmo 17h ou 20h: havia tempo para fazer as coisas.

(Obviamente estava implícito que era o momento de assumir responsabilidades).

O casamento, os filhos, as decisões existenciais, o tempo de fertilidade, o tempo de luto pela onipotência. A Igreja, em nossa cultura, com suas referências ao tempo: batismo/casamento/funeral etc.

De “O em direção a K”: a coluna onírica da mentira

Manuela é uma menina de 10 anos, e está em análise. É uma menina muito dócil em comparação com a irmã, de 12 anos. Esta recentemente se recuperou de uma doença grave, e os pais realizaram seu sonho de ganhar um filhote de pastor alemão.

O analista de Manuela está muito perturbado com o que ele acredita ser uma compra equivocada, uma intromissão dos pais na análise

de Manuela, que tem “fobia de cães”. Decide falar com os pais, para repreendê-los por terem inadvertidamente perturbado a análise de Manuela e assim por diante.

O que o analista de Manuela faz é permitir que “um fato” (a compra do cão), como um “fato” propriamente, entre na terapia; uma “O”, sem ligar essa “O” à sua subjetividade dentro da análise, ou seja, permitir um significado de “fato em si”, se quisermos, permitir elementos β , em K, em α , na narrativa.

Ou seja, qualquer “O”, se estamos em análise, não poderia tomar outra coluna, somente a coluna 2 (sim, a coluna das mentiras), para ser transformada na verdade subjetiva daquela análise que é, de qualquer forma, uma deformação/um disfarce/uma transformação de “O”, como lembra continuamente Grotstein (2007).

No fundo, o filhote poderia, sob essa ótica, ser sonhado como o *hooligan* de quem Manuela tem medo, como algo vivo e novo que entra na análise e na vida psíquica de Manuela, e os pais, que fazem essa compra, poderiam ser, de um certo ponto de vista, a descrição sonhada do trabalho do analista, que foi capaz de trazer algo novo e vivo para a análise.

Esse olhar em direção à possível subjetivação de “O” deveria ser o olhar do analista, que deveria ser mais treinado para considerar as transformações de “O”.

Outros aspectos são, naturalmente, necessários, mas não são tão convincentemente psicanalíticos.

Basicamente, iniciar uma narrativa transformadora passa por sonhar “com fatos”, para que possam se tornar narremas de uma narrativa realizada. Isso implica ter coragem de considerar o sonho não como uma forma de entrar em contato com a verdade emocional ou psicológica, mas como uma mentira capaz de adequar a “O” às nossas necessidades de significados e narrativas que organizam emoções, afetos, contingências, significados (Eizirik, 1996).

Após o analista ter cancelado, por motivos pessoais, uma semana de análise, um paciente sonha ter sido roubado por seu próprio filho, em quem ele sempre confiou e do qual nunca seria esperado esse comportamento.

Se quisermos avançar nesse exercício, o “fato” é o cancelamento de quatro sessões por parte do analista. Isso, inserido na coluna 2, dá origem ao sonho: que alguém em quem o paciente confiava traiu sua confiança por roubar-lhe alguma coisa. Ou “o fato” sessão anulada torna-se: você, analista, roubou-me alguma coisa, e eu não esperava por isso, posso continuar a confiar em você?

Ou seja, o sonho torna-se o instrumento da subjetivação de “O”, uma mentira que nos permite pensar, sentir, fazer sentido.

Gostaria de concluir resumindo as vicissitudes de “O”:

a) Transformações em “O” e mudança catastrófica: essas são as transformações que envolvem um salto repentino no cresci-

mento mental, que é alcançado por meio de uma crise, podendo, às vezes, incluir até mesmo curtos períodos de despersonalização. Características típicas da mudança catastrófica são a violência e a subversão do sistema ou da estrutura e das invariâncias existentes como um processo de transformação e, para a consciência do analista, o que diz respeito às emoções de ser incapaz de poupar a si mesmo ou ao seu paciente da experiência da verdade catastrófica. As transformações em “O” contrastam com outras transformações, já que as primeiras estão relacionadas ao crescimento de mudar e as últimas dizem respeito ao crescimento de ter consciência do crescimento.

- b) As transformações de “O”: que eu pessoalmente definiria como a longa jornada de “O” na coluna 2 da grade (a coluna de mentiras e sonhos), na medida em que “O” não pode normalmente ser entendida e deve ser “subjetivizada”. As funções alfa, os sonhos, as *rêveries* e as narrações, que são as principais ferramentas que transformam “O” verdade naquela parte da verdade que é suportável para as nossas mentes. Como mencionei anteriormente, na coluna 2 da grade, ocorre uma transformação de pessoas/histórias/realidades em objetos internos e em personagens e hologramas.
- c) Durante essa jornada de “O” para o sonho e para a narração, como analistas, elaboramos um processo de luto em relação à realidade, ou melhor, a psique se origina de um sacrifício da realidade, quando assistida por outra função alfa: precisamos de outra mente para nos relacionarmos; ou seja, criar um campo onde os personagens da narração emergem. Precisamos aprender a dançar pela coluna 2 e pela linha 3 da grade: mitos, sonhos, narrativas complexas.

A ideia de que o paciente diz algo que tenho que decifrar gradualmente mudou para outros pontos de vista, como a introdução do conceito de relação cada vez mais forte, passando para o conceito de campo e de transformação em sonho.

Estes dois últimos pontos de vista, que ainda são centrais no meu modo de trabalho (Ferro, 2009), continuam a sofrer alguns ajustes.

Agora tento trabalhar com o paciente sobre como fazer um trabalho de direção ou edição das narrativas e sensorialidades que ganharam vida ou que estão esperando para tomar vida no campo.

Taming wild thoughts (Domar pensamentos selvagens) é o título de um dos livros de Bion (1997), mas, na minha opinião, não se trata de domesticá-los, mas de poder vivê-los e, se é normal ter *Mulherzinhas* ou *Mulherzinhas crescem*, é normal ser capaz de abrir *Apocalipse*.

Cada paciente chega com personagens que não estão à procura de um Autor (estariamos já no bom caminho), mas sim com uma massa confusa, uma nuvem de protossomitos, protodemônios, proto-Mortimer (Bion 1975, 1977, 1979), que raramente chegam a ser

personagens. Se já tivéssemos os Personagens, já estaríamos na análise que colocaria em menos risco a nossa capacidade inventivo-criativa (quando digo “nossa”, quero dizer do paciente e do analista).

Um paciente, cirurgião afamado, relata, em análise, que deixou a barba crescer para se diferenciar do irmão na cidade onde vive. O irmão também é médico, mas diagnostica tuberculoses inexistentes para tratar os pacientes e se tornar famoso pelo modo como os cura. Além disso, o irmão está prestes a se casar pela sétima vez, pois as primeiras cinco esposas morreram de causas naturais/de doença/acidentalmente, enquanto a sexta se salvou e se divorciou a tempo. Assim, não é difícil imaginar alguns desenvolvimentos possíveis.

Poderíamos pensar em aspectos separados que precisariam de longas jornadas para serem integrados, a fim de se manter, na mesma mesa, o cirurgião exemplar e o médico delinquente, o duplo, o gêmeo imaginário, o companheiro secreto.

Porém, mesmo nesses casos, deve-se ter em mente essa trama em desenvolvimento, porque nos cegamos para todas as outras histórias possíveis, todos os elementos beta nebulosos, que, no momento, se agregaram naquele mundo e que poderiam se desagregar e dar origem a algo novo, reagregando-se de uma maneira diferente em um outro mundo possível.

Assim, nos protegemos de prever qual será o desenvolvimento do filme.

Um colega captou muito corretamente o tema do “narcisismo” em um paciente e seguiu essa linha, levando a análise a uma boa conclusão.

Somente uma segunda análise mostrou muitos “caminhos interrompidos”, muitas aberturas perdidas de outros mundos, vitalizações perdidas de emoções encarceradas haviam ocorrido, culminando em uma sensação permanente de asfixia com graves ataques de asma, com os quais o paciente se apresentou para a segunda análise.

Isso se aplica ainda mais quando um paciente se apresenta “sem personagens” e os personagens devem começar a brotar de uma espécie de deserto.

Como permitir que o tédio, o silêncio, a repetição ou a extrema estupidez tornem-se *A estrada da vida*, *Crime e castigo*, *O silêncio dos inocentes*, *Anna Karenina*. Encontramos alguns exemplos nos casos clínicos relatados de forma mais detalhada (Ferro 2002, 2003, 2013a).

Há análises em que podemos começar com personagens que consideramos principais e que, posteriormente, podemos confirmar como tal. Há ainda os que se retiram de cena ou personagens que aparecem inesperada e imprevisivelmente.

Com outras análises, nas quais é preciso confiança, nos encontramos como se estivéssemos em filmes de faroeste, nos quais é muito difícil reunir os rebanhos que fogem em todas as direções e depois levá-los para o rio, conseguir fazê-los atravessar o curso d’água em direção à pensabilidade e, em seguida, conseguir fazer bifes, hambúrgueres, filés...

Lembro-me da série *Jornada nas estrelas* que, em certo ponto, começou a ser povoada por habitantes de outros mundos, fisicamente muito estranhos, no limite do paradoxal; assim devemos nos permeabilizar para esses “monstros” quando eles existem e se existem, ou como faz Bion, em *Memória do futuro*.

Então, diria, devemos dar atenção àquilo que paciente diz, faz, sente, mas também devemos observar sempre o surgimento de algo impensável/nunca antes pensado. Embora nem todos os pacientes nos perguntem isso, mas, se assim o desejarem, têm o direito de fazê-lo: talvez essa seja a diferença entre análise/psicoterapia.

A análise é uma viagem de aventura em busca das fontes do Nilo, Indiana Jones, ou o gosto por viagens e descoberta. A psicoterapia é: não estou bem e quero ficar melhor, mas reduzamos o trabalho ao mínimo.

Nada impede que, entre os dois caminhos, existam mudanças ativadas a qualquer momento.

São muitas, com algumas invariantes, algumas delas muito predominantes, diria, *rebus sic stantibus*.

Outras potencialidades podem ganhar vida, como em *Sou uma lenda* à noite, no escuro, e tentar devorar a identidade dominante.

Em uma sessão, um paciente diz que sonhou que o guarda da residência onde passa as férias estava com os óculos de sol na parte de trás de sua cabeça. Imediatamente penso: o sol está atrás de você, mas quer dizer que à sua frente sente o pôr-do-sol iminente ou que às vezes se sente cegado por minhas intervenções muito brilhantes/cegas na sua nuca?

Não consigo saber imediatamente. Vejamos qual caminho prevalecerá.

Mas, enquanto isso, vejamos uma das funções do sonho, ou a função de ser um captador de fantasmas, ou melhor, de ser uma ferramenta capaz de fazer a escolha dos personagens que não são facilmente acessíveis de outra forma. O sonho trouxe o personagem “homem com óculos de sol na nuca”, o sonho que manteremos na sessão e que permitirá situar e vincular esse personagem e montar o filme coproduzido com o paciente.

Se uma fala do analista, após um relato de uma troca de moedas por fichas de plástico ocorrida em um supermercado, introduzisse o personagem “enganador”, talvez ganhasse vida uma sequência em que alguém quer evitar (quer enganar) a própria nuca de ter visões dolorosas... Mas esse é apenas um dos muitos desenvolvimentos possíveis e hipotéticos... Se o paciente dissesse: “Hoje meu pai me ofereceu almoço, depois surgiu o sol”, seria possível pensar na hipótese de uma confirmação da trama hipotética (alguém transformou sensorialidade em alimento) e as condições climáticas da sessão se voltariam para o belo. Assim, por tentativa e erro, através de montagens sucessivamente interrompidas, o sonho da sessão ganha vida, com um personagem escolhido pelo sonho do paciente, um outro cuja escolha para o elenco é derivada de uma *rêverie*, um outro que é trazido diretamente pelo

paciente. Na verdade, precisamos primeiro fazer as compras (escolher o elenco) e depois cozinhar, ou seja, realizar o sonho da sessão.

Uma paciente, antes de uma separação por conta das festas de Natal, diz que teve “uma torção” e que sente muita dor... a dor é introduzida assim na sessão, e a paciente acrescenta que “fez um movimento errado”, ou mesmo diz sem saber que “não se movimentou bem” com relação às separações que lhe causam dor. Naturalmente, tudo isso deverá encontrar uma maneira de engendrar-se em uma história que irá de um nível de transformação zero --ela está dizendo que está com raiva e com dor-- aos níveis de transformação Tn, dependendo do engajamento da função diretor/editor ativo, que, especialmente para além do conteúdo, saberá desenvolver a capacidade micro/macro poética do campo.

Por vezes, também são possíveis operações de decodificação pura ou de montagem de peças de um quebra-cabeça; mas, nesses casos, muito trabalho já foi feito e os personagens estão somente à espera da montagem narrativa:

Laura inicia uma sessão falando sobre seu próprio bem-estar, sobre o próprio sentimento de estar bem. Depois, começa a falar de dois atendimentos realizados na terapia intensiva, onde havia um rapaz esperando por um transplante de coração e uma moça com dispneia (falta de ar), que esperava um transplante de pulmão.

Nesse caso, parecia haver elementos suficientes (a paciente já havia fornecido “sequências oníricas”), e assim sinto que posso dizer que, se por um lado me lembrou de um anúncio de lanche saudável para crianças cheio de otimismo, por outro lado pareceu concentrar-se no fato de ter problemas cardíacos e estar sendo sufocada por algo, algo que a impedia de respirar profundamente. A partir daí, coube à paciente desenvolver esses dois temas, que pareciam esperar a disponibilidade de um caminho, de um percurso para destrinchar o novelo e dar forma às próprias insatisfações e dúvidas relacionadas às escolhas do coração e às necessidades de liberdade e de autonomia.

Resumo

O analista se encontra na condição de estar suspenso entre uma “realidade” à qual deve renunciar, cujo luto deve fazer continuamente, e a ficção das operações de transformação em sonho que constituem o eixo central do trabalho analítico, no qual pictogramas, pensamento onírico de vigília, sonho noturno são os legítimos habitantes. Até mesmo a mentira tem seu estatuto na medida em que faz parte da subjetivação de “O” (realidade última) que permanece incognoscível.

Essas operações são descritas (como a alfabetização de um sintoma, de um ato, o “casting” dos personagens, a rêverie), operações que constituem um “shuttle” entre os complexos mundos da realidade e da ficção. Muitos exemplos clínicos tentam facilitar a apreensão desses conceitos.

Palavras-chave: Mentira, Sonho, Rêverie. **Candidato a palavra-chave:** Teatralidade.

Abstract

The analyst finds himself in a condition of being suspended between a reality which he must renounce and whose mourning he must carry along forever and the fiction of the operations to transform in dream which are the main axis of the analytical work. In it pictograms, oniric thought in state of wake and nocturnal thought are true inhabitants. Even lies have their status in as much they are part of the subjectivation of that O (ultimate reality) that remains unknowable. Operations such as alfabetization of a symptom or “casting”, a reverie) that are a shuttle between the worlds of reality and fiction. A lot of clinical examples tend to make these concepts easy to grasp.

Keywords: Lie, Dream, Reverie. **Keyword candidate:** Characters.

Referências

- Baranger, M., & Baranger, W. (1961-1962). La situación analítica como campo dinámico. In *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, 4(1), 3-54.
- Baranger, M. (2009). Bad faith, identity and omnipotence. In L. Glocer Fiorini (Ed.), *The work of confluence: Listening and interpreting in the psychoanalytic field* (pp. 179-201). London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1963)
- Bion, W. R. (1962). *Learning from experience*. London: Heinemann.
- Bion, W. R. (1963). *Elements of psycho-analysis*. London: Heinemann.
- Bion, W. R. (1965). *Transformations*. London: Heinemann.
- Bion, W. R. (1975). *A memoir of the future: The dream* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago.
- Bion, W. R. (1977). *A memoir of the future: The past presented* (Vol. 2). Rio de Janeiro: Imago.
- Bion, W. R. (1979). *A memoir of the future: The dawn of oblivion* (Vol. 3). Perthshire: Clunie.
- Bion, W. R. (1992). *Cogitations*. London: Karnac.
- Bion, W. R. (1997). *Taming wild thoughts*. London: Karnac.
- Botella, C., & Botella, S. (2002). *La figurabilité psychique*. Paris: Delachaux et Niestlé.
- Eizirik, C. L. (1996). Panel report: Psychic reality and clinical technique. In *The International Journal of Psychoanalysis*, 77(1), 37-41.
- Ferro, A. (2002). Superego transformations through the analyst's capacity for reverie. In *The Psychoanalytic Quarterly*, 71(3), 477-501.
- Ferro, A. (2003). Marcella: The transition from explosive sensoriality to the ability to think. In *The Psychoanalytic Quarterly*, 72(1), 183-200.
- Ferro, A. (2009). Transformations in dreaming and characters in the psychoanalytic field. In *The International Journal of Psychoanalysis*, 90(2), 209-230.
- Ferro A. (2011). *Evitar las emociones, vivir las emociones*. Buenos Aires: Lumen.
- Ferro A. (Ed.). (2013a). *Psicoanalisi oggi: Teoria e tecnica*. Roma: Carocci.
- Ferro, A. (2013b). *Tormenti di anime: Passioni, sintomi, sogni*. Milano: Cortina.
- Ferro, A. (2014). *Le viscere della mente: Sillabario emotivo e narrazioni*. Milano: Cortina.
- Green, A. (1996). *Il lavoro del negativo*. Roma: Borla.
- Grotstein, J. S. (2007). *A beam of intense darkness: Wilfred Bion's legacy to psychoanalysis*. London: Karnac.
- Grotstein, J. S. (2009). "... But at the same time and on another level...": *Clinical applications in the Kleinian/ Bionian mode* (Vol. 2). London: Karnac.
- Lewkowicz, S., & Flechner, S. (Eds.). (2005). *Truth reality and the psychoanalyst*. London: IPL.
- Ogden, T. H. (1994). The analytic third: Working with intersubjective clinical facts. In *The International Journal of Psychoanalysis*, 75(1), 3-19.
- Ogden, T. H. (2007). On talking-as-dreaming. In *The International Journal of Psychoanalysis*, 88(3), 575-589.
- Ogden, T. H. (2009). *Riscoprire la psicoanalisi: Pensare e sognare, imparare e dimenticare*. Milano: CIS.

Realidades e ficções na sexualidade e da sexualidade na psicanálise. Ficções, fantasias e realidades

O termo “ficção” deriva do latim *fictiō, onis*, isto é, formação, criação (Houaiss, Vilar, & Franco, 2001).

Segundo o *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*, de Lalande (1993) compreende, *lato sensu*, “... o que é simulado (*fictum*) ou fabricado pelo espírito”.

A partir desse significado geral, Lalande distingue três sentidos específicos:

1. “Construção lógica ou artística à qual se sabe que nada na realidade corresponde; por exemplo, nas matemáticas, no romance”.
2. “Hipótese útil para representar a lei ou o mecanismo de um fenômeno, mas da qual nos servimos sem afirmar a sua realidade objetiva”. Corresponderia, segundo Lalande, àquilo que atualmente é conhecido como modelo.
3. “Ficção legal, enunciação falsa ou incerta que deve ser legalmente tida como verdadeira”. Lalande dá como exemplo o postulado jurídico segundo o qual ninguém pode ser considerado como ignorando as leis.

Quando, em 21 de setembro de 1897, Freud escreve a Fliess contando-lhe sobre a renúncia à sua teoria de que as neuroses seriam causadas por uma sedução real ocorrida na infância, ele a atribui, entre outras razões à “intelecção certa de que no inconsciente não existe um signo de realidade (*Realitätszeichen*), de modo que não se pode distinguir a verdade (*Wahrheit*) da ficção (*Fiktion*) investida com afeto”. E imediatamente acrescenta, entre parênteses: “Segundo isso, restaria uma solução: a fantasia sexual [*Sexuelle Phantasie*] apropriou-se quase sempre do tema dos pais” (Freud, 1897/1986a, p. 301-302; Masson & Scröter, 1986, p. 284).

Ou seja, as “fabricações do espírito” quando investidas de afeto e na ausência de um “signo de realidade” –como ocorre no inconsciente–

* Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

são chamadas, na passagem acima, ficções. Na frase imediatamente seguinte passam a ser denominadas fantasias. Naquele contexto específico, fantasias sexuais relacionadas aos pais, isto é, àquilo que anos mais tarde será por ele designado como o complexo de Édipo, mas cuja descoberta é relatada a Fliess alguns dias depois, na carta de 15 de outubro.

É com essa denominação, ou seja, fantasias, que tais fabricações mentais serão doravante investigadas por ele, tendo seu significado estendido e aprofundado até gradativamente se tornarem, em sua modalidade inconsciente, o objeto específico da psicanálise.

Minha intenção no presente trabalho é evitar o aprisionamento no sentido mais corriqueiro e limitado da noção de ficção, que praticamente a equipara à falácia, ao fantasioso ou mesmo à mentira e à fraude. Com isso, espero contemplar o seu significado geral apontado por Lalande (1993), que inclui as “fabricações do espírito” objetivando a compreensão da realidade. Além disso, vou aproximá-la ou mesmo muitas vezes substituí-la pela noção de fantasia, com fins heurísticos e conforme o próprio Freud o fez na carta do equinócio de 1897.

Laplanche e Pontalis (1988, 1991) estudaram com acuidade o desenvolvimento, na obra de Freud, tanto da noção de fantasia quanto das complexas e ricas relações entre fantasia e realidade na vida mental.

Conforme é consabido o abandono da teoria da sedução real e o reconhecimento do papel da fantasia na etiologia das neuroses levaram Freud à descoberta da “realidade psíquica”, distinta da realidade externa.

O relato dessas descobertas, efetuado em 1914, contém e vincula entre si os termos e conceitos básicos que serão abordados neste trabalho:

Se os histéricos reconduzem seus sintomas a traumas inventados (*erfundene Traumen*), aí está precisamente o fato novo, a saber, que eles fantasiam tais cenas (*Szzenen phantasieren*) e a realidade psíquica (*psychische Realität*) precisa ser apreciada junto à realidade prática (*praktischen Realität*). Surgiu em seguida a compreensão de que essas fantasias (*Phantasien*) estavam destinadas a encobrir, a embelezar e a promover a uma etapa mais elevada o exercício autoerótico dos primeiros anos da infância. Assim, por trás dessas fantasias, saltou para o primeiro plano a vida sexual da criança em todo o seu alcance” (Freud, 1914/1973, p. 56; 1914/1984a, p. 17).

A fantasia tornou-se, assim, a realidade que interessa ao psicanalista. A realidade que, sem possuir *Realität* no sentido de uma objetividade externa, tem, não obstante, *Wirklichkeit*, isto é, efetividade, operância. Essas são as duas palavras que na língua alemã expressam a noção de realidade, conforme observa Lalande (1993)

e segundo destacam os tradutores castelhanos da *Standard edition* (Etcheverry, 1978).

Mas é preciso sublinhar, como o fazem Laplanche e Pontalis (1988, 1991), que Freud nunca desistiu definitivamente de procurar uma base real externa para as fantasias. Assim, e apenas para exemplificar, na análise do Homem dos Lobos (Freud, 1918/1986c), não só procura descobrir os indícios que revelariam a observação real do coito parental como, em última instância, propõe a tese das “fantasias originárias” (*Urphantasien*).

Esses autores observam ainda que Freud nunca se deixou aprisionar pela oposição entre uma concepção da fantasia como mera deformação imaginária de fatos reais e outra que a consideraria essencialmente a expressão imaginária das pulsões. Demonstram também a existência de diferentes modalidades de fantasias em sua obra, com distintos estatutos metapsicológicos, principalmente tópicos (Laplanche & Pontalis, 1988).

Em um extremo teríamos a *Urphantasie*, presente no inconsciente originário e que, como tal, sempre foi inconsciente. No outro, a “*Phantasie* secundária”, abrangendo aquelas tornadas inconscientes pelo recalçamento e as conscientes, isto é, os devaneios.

Mas também sublinham que Freud sempre assinalou um parentesco profundo entre todas elas.

Winnicott (1971/1975) propôs um contraste entre um conjunto de fenômenos formado pelo sonho (*dream*), pela imaginação (*imagination*), pelo brincar (*playing*) e pelo viver (*living*) e outro que inclui a fantasia (*fantasy*) e o sonho diurno ou devaneio (*daydream*). O primeiro está vinculado à repressão. O segundo, à dissociação (*dissociation*). Por estarem baseados em um estado dissociado, a fantasia e o devanear paralisam a ação, ao contrário, por exemplo, da imaginação, que enriquece a vida e permite um planejamento criativo. O termo fantasia é, portanto, empregado por Winnicott (1971/1975) em um sentido específico e equivalente ao devaneio, próximo à ficção no primeiro sentido referido por Lalande (1993). Isso o torna incompatível, por exemplo, com todas as produções psíquicas também chamadas de fantasias por outros autores, a começar por Freud. Por essa razão, parece-me conveniente manter o sentido mais amplo da palavra, o que não significa contradizer os conceitos propostos por esse autor.

Mais importante ainda do que essas distinções, é a proposição de Winnicott (1971/1975) sobre a existência de uma área do viver *entre* a realidade psíquica, interna, subjetivamente concebida, e a realidade externa, compartilhada, objetivamente percebida. Um terceiro lugar constitutivo de um espaço potencial entre o indivíduo e o ambiente, no qual permanecemos a maior parte do tempo enquanto estamos experimentando a vida, no qual se desenvolve o uso dos símbolos, do brincar criativo, da experiência cultural, do viver criativo, do trabalho científico criador etc. Nele não estamos nem simplesmente agindo nem meramente devaneando.

Pontalis (2005) sublinha que a psique se constitui como tal mediante um trabalho de “teorização” no sentido de uma autorrepresentação ou autointerpretação metaforizante daquilo que a excita, primariamente o corpo. Todas as formações do inconsciente são elas mesmas –como os sonhos– interpretações, construções do espírito, ficções no seu sentido amplo. Mas também teorizamos na tentativa de compreender a origem e o funcionamento dessa mesma psique. Assim, diz ele, “... não existe psicologia que não seja ficção” (Pontalis, 2005, p. 146). Psicologia tanto no sentido de disciplina do conhecimento como do seu objeto, isto é, a psique. A ficção/teoria aparece, portanto, nos dois extremos da experiência analítica. As chamadas “teorias sexuais infantis”, por exemplo (Freud, 1908/1986d), constituem as primeiras tentativas da criança no sentido de explicar para si mesma as origens dos bebês, da sexualidade e da diferença entre os sexos. Ao mesmo tempo, servem como defesa frente ao sentimento de impotência para compreender tais enigmas vitais. Identicamente as teorizações psicanalíticas são construções imprescindíveis para o trabalho do psicanalista, mas também podem converter-se em barreiras resistenciais. Em outras palavras, transformam-se de instrumento para investigação em defesa propiciadora da ilusão de controle e completude. Ou seja, na aguda síntese de Pontalis (2005), “Morte de Édipo: triunfo de Narciso” (p. 147).

Segundo Freud, esse autor observa ainda que todas as teorizações –da criança e do cientista– estão, em sua origem, estreitamente vinculadas à curiosidade sexual. Mais uma vez, portanto, nos deparamos com uma íntima relação entre ficção e sexualidade.

Valho-me finalmente da teoria da função alfa de Bion (1962) e de sua conhecida grade (Bion, 1977) como uma forma, entre outras possíveis, de mapear e procurar articular entre si as diferentes modalidades de fantasias até aqui descritas.

Segundo essa teoria ampliada do sonhar, as percepções sensoriais e as emoções brutas (também, nessa condição, ainda objetos sensoriais) são transformadas pela função alfa em fenômenos psíquicos, fabricações do espírito, para valer-me das palavras de Lalande (1993). Antes disso, são coisas-em-si, fatos não digeridos pela psique, realidades externas à mente. Após a “digestão” pela função alfa, tornam-se a matéria- prima tanto para os pensamentos oníricos e o pensar inconsciente da vigília como para o pensar consciente e o raciocínio. É a função alfa, por exemplo, que transforma a sexualidade biológica em psicosexualidade. Os produtos mentais dessa “fábrica do espírito” são categorizados por Bion (1962, 1977) em sua “Grade”, na qual ele as dispõe em termos de níveis crescentes de abstração (eixo vertical) e segundo diferentes usos possíveis (eixo horizontal).

Penso que a maior parte das formas de fantasia descritas até aqui seriam categorizáveis na fila C (a fila dos pensamentos oníricos, sonhos, mitos, mas também modelos, narrações etc.). Quando usadas para conhecer e aprender com a experiência, poderiam servir como

hipóteses definidoras, como notação, ou com fins de atenção, investigação e ação, segundo critérios propostos por Bion (1977). Esse seria o caso, a meu ver, do brincar criativo, do sonhar, da experiência cultural e da imaginação criativa referidos por Winnicott (1971/1975). As teorias sexuais infantis, quando usadas pela criança como tentativas para resolver o enigma da origem dos bebês, da sexualidade e da diferença entre os sexos, também seriam aqui classificadas.

Já os devaneios e, em geral, as fantasias usadas como defesas seriam categorizáveis na coluna dois, ou seja, na coluna das produções psíquicas empregadas para evitar qualquer desenvolvimento da personalidade que implique uma “mudança catastrófica” (Bion, 1977).

Bion (1977) propõe também uma distinção entre proposições falsas e mentirosas. As falsas derivam das dificuldades e limitações próprias do ser humano em sua busca da verdade. A mentira implicaria uma intenção de esconder a verdade. O mentiroso, diz ele, “... tem que estar seguro de conhecer a verdade para ter a certeza de não divulgá-la por acaso” (p. 11). As teorias sexuais infantis seriam, na sua intenção inicial, falsas, mas não mentirosas. Depois, frente às respostas evasivas ou repreensões dos adultos, poderiam tornar-se também mentirosas. E as explicações desses últimos para as perguntas infantis que originam tais teorias seriam mentirosas quando objetivavam ocultar a verdade.

As teorias psicanalíticas pertenceriam à fila F (a fila dos conceitos) e, conforme alertou Pontalis (2005), também podem ser usadas de uma forma categorizável na coluna dois, isto é, como barreiras contra a busca do conhecimento. Nesse último caso, Bion (1992b) chega a chamá-las de “paramnésias”, contrastando-as com as “ficções científicas” (1992a) que representam lícitas tentativas preliminares na busca do conhecimento.

Procurarei a seguir demonstrar como a ficção/fantasia, no sentido amplo de “fabricação do espírito”, desempenha, em suas diferentes modalidades, uma função nuclear na origem e na estruturação da sexualidade humana nas teorizações psicanalíticas. Além disso, em outro plano, tomando então a ficção como teoria, abordarei algumas discussões psicanalíticas acerca do que constituiriam, nas formulações sobre a sexualidade, ficções no sentido de representações falaciosas (eventualmente até defensivas) ou ficções como hipóteses úteis para a compreensão dos fenômenos.

Fantasia e sexualidade humana: das teorias sexuais infantis à teoria da sexualidade infantil

A extensão do conceito de sexualidade proposta por Freud (1905/1998) em seus “Três ensaios sobre a teoria sexual” transformou-a em um conjunto de prazeres e atividades que transcendem os órgãos genitais e os fins reprodutivos, que estão presentes desde a infância e que não se restringem à satisfação de uma necessidade fisiológica. Expressa-se como desejo (*Wunsch*), cuja satisfação depende

de fantasias para determinar seu objeto e sua meta, diversamente de uma necessidade fisiológica (Laplanche & Pontalis, 1991).

Laplanche (1985) observa que a sexualidade humana imita, mas não é nem se torna um instinto e que, por essa razão, Freud a caracterizava geralmente como *Trieb* (pulsão), e não como *Instinkt*. E Green (1995) afirma que, com tal ampliação revolucionária do conceito, Freud “... na verdade inventou a psicosexualidade” (p. 218).

Na medida em que não é mais uma montagem instintiva pré-determinada biologicamente abre-se a questão sobre sua origem e como se estrutura a ponto de chegar a “imitar” um instinto. Conforme veremos, a fantasia constitui um elemento central nas tentativas de respostas a esses enigmas.

No que diz respeito à origem, a importância da fantasia aparece na teoria freudiana relativa à gênese da sexualidade infantil a partir ou, mais precisamente, por apoio (*Anlehnung*) no instinto de auto-conservação, tão bem recortada e articulada por Laplanche e Pontalis (1988, 1991) e por Laplanche (1985, 1997). O prazer marginal obtido na sucção do seio, devido à excitação provocada pelo afluxo do leite durante a satisfação da necessidade alimentar, instintiva, é, depois, buscado de modo independente, separado da necessidade de nutrição, sem o objeto externo, naquilo que se constitui então em uma zona erógena, isto é, os lábios. Esse prazer autoerótico está ligado à satisfação alucinatória do desejo na medida em que a criança reproduz como alucinação a experiência original da satisfação quando o objeto real encontra-se ausente. A fantasia é uma tentativa de reencontrar o objeto alucinado para tentar satisfazer o que a essa altura já constitui um desejo (*Wunsch*), e não mais uma necessidade.

Conforme sintetizam Laplanche e Pontalis:

A origem do autoerotismo seria, pois, aquele momento... no qual a sexualidade se desprende de todo o objeto natural, vê-se entregue à fantasia e desse modo se forma como sexualidade. Mas, inversamente, também se pode dizer que é a irrupção da fantasia que provoca essa disjunção da sexualidade e da necessidade. Causalidade circular ou nascimento simultâneo? O fato é que encontram sua origem, tão longínqua quanto se possa retroceder, num mesmo ponto” (Laplanche & Pontalis, 1988, p. 81).

Laplanche e Pontalis (1988) referem-se a essa teoria como “a ficção (*Fiktion*) freudiana” (p. 78), sem qualquer sentido pejorativo. Consideram-na “uma fantasia analítica” (p. 78) equiparável a um “mito de origem” (p. 78). Em outras palavras, uma teoria sobre a sexualidade infantil que, como as teorias sexuais infantis, busca explicações para os enigmas fundamentais da vida evidentemente em um outro nível e sob outras condições mentais.

Mas o que, nessa teoria, constituiria, segundo outros autores, uma ficção no sentido de nada ter a ver com a realidade ou inclusive servir para encobri-la?

Registrarei, a esse respeito, apenas algumas contribuições que me são mais conhecidas e que, a meu juízo, representam um contraponto às formulações freudianas. Minha intenção é esboçar uma certa desconstrução de tais teorias, problematizar a questão para mantê-la em aberto e, assim, evitar a permanente tentação ao encas-telamento defensivo em respostas supostamente definitivas.

Julgo pertinente a afirmação de Capra, citado por Motomura (2006), de que nossa tentativa “neutra” de observação de um novo fenômeno é mais ou menos rapidamente interrompida pelo suposto “reconhecimento” e, assim, por seu enquadramento dentro de algo que julgamos já conhecer. Quando isso não é possível, passamos geralmente a julgá-lo sem sentido ou irreal.

Um dos primeiros e bem conhecidos questionamentos sobre a teoria freudiana envolve a discussão sobre as “fantasias retroativas” (*Zurückphantasieren*), defendidas por Jung, e a concepção freudiana do “*a posteriori*” (*Nachträglichkeit*). Constitui o pano de fundo do trabalho “O Homem dos Lobos” (Freud, 1918/1986c). A tese junguiana é de que as supostas lembranças ou fantasias de cenas sexuais ocorridas na infância e reconstruídas na análise seriam fabricações da mente do adulto. Resultariam de uma tendência regressiva defensiva diante de conflitos do presente e serviriam como representações simbólicas de desejos relacionados a esse mesmo presente. Freud (1918/1986c), por sua vez, argumenta que a presença de manifestações neuróticas já na infância testemunha a realidade da observação da cena primária e de sua reativação –*a posteriori*– quando do sonho dos lobos. Insiste então na factualidade, se não da visão da cena propriamente, pelo menos de indícios dela. A observação da cópula entre cães poderia, por exemplo, ter sido transferida para uma cena eventualmente “inocente” entre os pais. Mas, como último recurso, recorre à teoria da fantasia originária da cena primária. Segundo ele, a tese junguiana não somente contraria a existência da sexualidade infantil, mas propõe que as cenas sexuais da infância seriam, na verdade, fantasias do próprio analista que as forçaria no analisando.

A teoria da sexualidade infantil constituiria, assim, para Jung, uma teoria sexual do adulto Freud empurrada para o passado e para o analisando. Em outras palavras, uma formulação categorizável na coluna dois da grade de Bion (1977).

Sob uma perspectiva teórica distinta, Fairbairn (1980) também descentra a importância atribuída por Freud à sexualidade infantil no desenvolvimento psíquico. Para ele a libido busca primariamente o objeto, e não o prazer. Consequentemente, os processos mentais não seriam regulados pelo princípio do prazer. Pelo contrário: a conduta humana estaria intrínseca e inatamente orientada para a realidade externa, determinada, portanto, desde o início pelo princípio

da realidade. O princípio de prazer constituiria um princípio secundário e deteriorado do funcionamento mental, objetivando o alívio da tensão e a busca de satisfações compensatórias.

Laplanche (1992a, 1992b, 1997) critica aquilo que denomina o “desvio biologizante” e, mais adiante, “a revolução copernicana inacabada” de Freud. A revolução copernicana –conforme a própria referência de Freud– envolve um heterocentrismo do sujeito, ligado principalmente à noção do inconsciente como “*das Andere*”, isto é, a outra coisa no interior do sujeito, alheia a ele e com uma “alteridade” suficiente para descentrá-lo. E a própria sexualidade, antes da carta do equinócio de 1897, tornar-se-ia a origem das psiconeuroses apenas em virtude da sedução paterna, ou seja, de algo proveniente do outro.

O “desvio ptolomeico” já estaria de certa forma presente na teoria da origem da pulsão sexual a partir do apoio (*Anlehnung*) no instinto de autoconservação, pois implica uma gênese endógena, centrada no sujeito e, como depois insistirá Laplanche, desconsiderando a ação fundante do outro. Mas tal extravio teria sido coroado no momento em que, na última teoria freudiana das pulsões, Eros, a pulsão de vida, Eros totalizante, unificador, objetivando ligações, engloba e, segundo Laplanche (1997), acaba “dessexualizando” a sexualidade. A sexualidade –é importante destacar– conforme descrita nos “Três ensaios sobre a sexualidade” (Freud, 1905/1998), isto é, fragmentada, não finalizada, desligadora e inicialmente inclusive “perversa”. A sexualidade com origem essencialmente na fantasia e constitutiva do inconsciente recalcado, diversamente daquela, de acordo com a última teoria das pulsões, gerada a partir de um narcisismo biológico original e que engloba o autoerotismo. Após isso, é a pulsão de morte que se torna a força desligadora, anteriormente atribuída à sexualidade disruptiva. É ela –a pulsão de morte– que passaria a constituir o ataque interno ameaçador e o tempo auto na origem da pulsão. Os dois grandes princípios do funcionamento psíquico não mais seriam o princípio de prazer e o de realidade, mas os de ligação e desligamento, transformados em pulsões (de vida e de morte) ou mesmo, segundo Laplanche (1997), em instintos. Isso constituiria uma espécie de retorno ao instinto sob um disfarce mítico ou metabiológico, especulativo.

Laplanche estaria, assim, criticando uma ficção/falácia ptolomeica e especulativa na teoria freudiana das pulsões.

Segundo sua própria teoria da sedução generalizada, o adulto envia, ou melhor, implanta na criança, durante os cuidados que lhe presta, “mensagens enigmáticas”, comprometidas pela sua própria sexualidade inconsciente. Tais mensagens impõem à criança um trabalho de simbolização. Um trabalho de “tradução”, difícil, se não impossível, de qualquer forma sempre parcial, em virtude de suas ainda limitadas capacidades. Assim sendo, sempre resultarão restos não simbolizados que vão constituir o inconsciente recalcado originário,

com efeito pulsional, denominados por Laplanche (1992a, 1992b) objetos-fontes da pulsão. Objetos-fontes que permanecem como um corpo estranho interno impondo um interminável trabalho de tradução. Para ele, o ser humano “... é e não para de ser um ser autotratativo, autoteorizante” (1992a, p. 139).

Laplanche (1992a) propõe a existência de diferentes níveis de teorização. Em um dos extremos estaria a metapsicologia. No outro, a autossimbolização do sujeito, constitutiva de sua vida psíquica. Mas essa autossimbolização não se desenvolve a partir do nada, e a vida fantasística evidencia certos roteiros universais. Segundo ele, esses roteiros ou esquemas são propostos ao sujeito pelo meio cultural e vão constituir as fantasias originárias que, portanto, não derivariam de uma herança filogenética nem constituiriam o núcleo do inconsciente. Nesse caso, estaria sendo apontada e criticada como errônea uma ficção filogenética de Freud.

Observa-se que também na teoria geral de Laplanche a fantasia persiste colocada na gênese e no núcleo da pulsão. Mas esse autor sublinha que ela não constitui uma simples derivação natural do psíquico a partir do somático, pois seu ponto de partida está no outro, nas mensagens enigmáticas que propõe à criança.

Laplanche (1992b) considera que sua teoria da sedução generalizada completaria a “revolução copernicana” iniciada por Freud, restabelecendo a “prioridade do outro” na psicanálise. Implicaria, como foi exposto, uma nova teoria das pulsões bem como uma correção do desvio biologizante e do recurso à filogênese presentes nas formulações freudianas.

Em relação ao complexo de Édipo são conhecidas as divergências de Melanie Klein a respeito daquilo que, sob seu vértice teórico, poderia ser chamado, de um modo mais amplo, de ficção freudiana do complexo paterno e do primado do falo.

Klein (1945/1992) privilegia o instinto de morte e as fantasias destrutivas como geradores da angústia (ao invés dos instintos sexuais) e considera que as fantasias orais, anais, uretrais e genitais se superpõem desde o início, embora com o predomínio das orais. A relação original e exclusiva com o seio materno possuiria um papel decisivo na origem e evolução do complexo de Édipo. Por essa razão ela se refere a um complexo de Édipo pré-genital ao invés de um período pré-edipiano como o faz Freud. A passagem do seio para o pênis e a oscilação entre esses dois objetos parciais instalam o complexo de Édipo positivo e negativo em ambos os sexos, e sua evolução posterior, distinta nos meninos e nas meninas, é orientada por um conhecimento inconsciente inato do pênis e da vagina e pelo sexo biológico de cada um. Para os analistas que, como ela, seguiram Horney (1967) e Jones (1935), o desconhecimento inicial da vagina por parte da menina, postulado por Freud, assim como as conseqüentes teses sobre o monismo fálico e o temor à castração como iniciador do complexo de Édipo nas meninas, constituiria uma ficção

sexual de Freud que não corresponderia à realidade. De acordo com Chasseguet-Smirgel (1991) seria uma defesa contra a ferida narcísica gerada pela percepção de que o pequeno pênis infantil é insuficiente para satisfazer e fecundar a mãe. Mais uma vez, sob esse ângulo, a teoria da sexualidade infantil de Freud representaria uma teoria sexual infantil de Freud.

Consoante o que poderia ser chamada de teoria kleiniana da fantasia generalizada, Meltzer (1979) e Meltzer e Harris Williams (1990) ocupam-se com o que denominam “estados sexuais da mente”, distintos do comportamento sexual. Tais estados estruturam-se em torno das reações suscitadas pela fantasia universal do coito parental criativo e prazeroso, diferente tanto da cena primária sadomasoquista, freudiana, quanto da persecutória figura dos pais combinados, kleiniana. Essas duas últimas seriam versões distorcidas resultantes de projeções e usadas como defesa contra a inveja, ciúme, sentimento de exclusão etc., despertados pela relação criativa.

Essa relação parental seria inicialmente fantasiada como ocorrendo no interior do corpo materno contendo o pênis paterno. Um pênis objeto parcial tanto sem testículos (com funções de proteção e limite) como com testículos (reparador).

No estado sexual mental infantil polimorfo (que Meltzer distingue, portanto, do perverso) o ciúme desperta o desejo de separar o casal e, através da identificação projetiva, intrrometer-se na relação criativa e prazerosa, sentida como um segredo. No estado sexual mental perverso a inveja transforma esse coito parental em uma cena sadomasoquista estéril. Finalmente, o estado sexual mental polimorfo adulto (portanto também polimorfo, embora com motivações diferentes do infantil) respeita a privacidade e o mistério da relação, admirando suas qualidades prazerosas e criativas. Almeja incorporá-la como ideal de ego, mediante identificação introjetiva.

Portanto, objetos (parciais e totais) e relações (introjeções e projeções) pertencentes a um mundo interno, fantasístico, mas a partir do qual, segundo Meltzer, os objetos e relações do mundo externo recebem sua importância e significado.

Meltzer (1979) pensa que, ao referir-se à sexualidade infantil como perversa polimorfa, Freud não teria feito a distinção entre dois estados sexuais mentais com motivações bem diferentes entre si. Além disso, ao deixar de designar a sexualidade adulta como polimorfa adulta teria elevado a genitalidade heterossexual a uma posição suprema e única em relação aos prazeres pré-genitais, situando o coito genital como “uma espécie de brasão da aristocracia sexual” (p. 81). Em outros termos, novas ficções sexuais de Freud, talvez moralistas segundo Meltzer (1979).

Winnicott (1971/1975, 1963/1982) afirma a existência de todo um período não-edipiano do desenvolvimento, pré-pulsional, mas estruturante do sentimento de identidade. Loparic (1997) caracteriza a concepção geral winnicottiana como uma “psicanálise

não-edipiana”. Assim, a centralidade da sexualidade e desse complexo na estruturação da sexualidade (e de toda a vida psíquica) seria uma ficção, se não falaz pelo menos incompleta do criador da psicanálise.

Ficção de Freud ou ficção dos outros psicanalistas?

A conferência de Green sugestivamente intitulada “Sexualidade tem algo a ver com psicanálise?” constitui, a meu ver, o questionamento atual mais contundente acerca das formulações divergentes de Freud quanto à importância da sexualidade infantil e a centralidade do complexo de Édipo. Green (1995, 2008) argumenta que, na psicanálise moderna, a sexualidade frequentemente não é mais considerada o fator central no desenvolvimento psíquico e na psicopatologia, pouco restando do significado e das funções que Freud lhes atribuía. Na maior parte dos casos é pensada como um artefato do *setting* ou como uma defesa contra aspectos além ou anteriores à sexualidade. Para ele, o inconsciente continua fundamentado –como era para Freud– na sexualidade e na destrutividade. E o complexo nuclear persiste sendo o de Édipo:

... Quaisquer que sejam as escolhas sexuais de um indivíduo, ele não poderá ignorar que nasceu de uma relação sexual entre um pai e uma mãe de uma geração anterior, separados eles mesmos pelas diferenças dos sexos, e que, por toda a sua vida, terá que se haver com a elaboração de sua origem (Green, 2008, p. 238).

Green (1995) afirma que a repressão e a resistência à sexualidade es-tenderam-se também para a teorização de muitos psicanalistas atuais. Assim, Fairbairn teria dessexualizado a psicanálise quando substituiu a tese freudiana da busca do prazer por sua proposição da busca do objeto, mais inocente e menos perturbadora.

Klein, por sua vez, teria modificado substancialmente os princípios freudianos da atividade psíquica ao rejeitar a noção de narcisismo primário, dar primazia à destrutividade e mudado a oposição entre o prazer e o desprazer para o bom e o mau objeto. Ademais, ao elevar o seio à posição de suprema importância, tornou secundária não só a sexualidade como também a função da figura paterna.

Existiria, para ele, principalmente nos autores anglo-saxões (incluindo Meltzer), uma exclusão quase generalizada da dimensão erótica nas trocas entre a mãe e a criança, resultante, pelo menos em parte, de um puritanismo. Além disso, haveria uma forte tendência no sentido de não mais procurar articular o psíquico com o somático –como sempre tentou Freud–, convertendo a psicanálise em uma teoria exclusivamente psíquica. A própria teoria da sedução generalizada, de Laplanche, padeceria desse desvio.

No que se refere às fantasias originárias Green (1990) diz o seguinte:

... Para a construção da minha teoria necessito de uma hipótese, da qual não posso fornecer nenhuma prova, porque se trata de um axioma. Digo simplesmente que para meu desenvolvimento teórico ela me é necessária e afirmo então que creio na existência de um conjunto mínimo de conteúdos universais (p. 96).

A meu juízo essa axiomatização das fantasias originárias por parte de Green (1990) representa, na psicanálise, o mesmo papel e tem o mesmo sentido específico (o terceiro deles) que as “ficções legais” referidas por Lalande (1993).

Alicerçando-se em fundamentos lacanianos Baranger (1994a) argumenta que o uso extenso e excessivo do enfoque genético por parte de Klein, derivado daquilo que Isaacs (1969) denominou princípio da continuidade genética, faz com que a prioridade cronológica da relação com o seio materno conduza a uma concepção teórica de sua prioridade também na determinação do desenvolvimento psíquico, ou seja, de sua prioridade lógica. A equiparação do complexo de Édipo precoce com o tardio conduziria à perda da noção em si de “complexo”. Segundo Baranger (1994a) enquanto o Édipo precoce é uma constelação essencialmente fantasmática, o Édipo freudiano constitui “... um acontecimento de envergadura estrutural dominante” (p. 294), ocorrendo no ponto de inserção do sujeito com a cultura. E, na medida em que o Édipo tardio é mantido como o organizador nuclear do desenvolvimento humano, a situação triangular na verdade antecede a dual, e não o contrário, conforme propõe Klein à luz de seu enfoque genético.

Diz Baranger:

A proibição da mãe como objeto incestuoso por parte do pai, ou seja, a castração, é o que permite a ruptura da estrutura diádica e a constituição do filho como unidade distinta e individualizada. O três impõe a diferenciação dentro da união diádica e permite o aparecimento do um, do sujeito. Constitui o sujeito como sexuado, dotado de um só sexo, ou seja, como simultaneamente uno, separado e essencialmente incompleto, como ser desejante” (Baranger, 1994a, pp. 299-300).

O pai, na concepção kleiniana, surgiria na mente da criança, ainda segundo Baranger, apenas como uma diferenciação secundária e dependente da mãe, ocorrendo, assim, uma substituição do suposto falocentrismo freudiano pela supremacia de uma figura materna onipotente.

Frente a esses argumentos, é possível dizer que, para Green e Banger, as teorias de Klein, Fairbairn, Winnicott, justamente com outros autores que os seguem em linhas gerais, representariam ficções/falácias descorporalizantes, dessexualizantes e descentralizadores do complexo de Édipo no sentido que Freud lhe atribui. Ficções resultantes de falácias teóricas ou mesmo da repressão da sexualidade e do Édipo por parte de seus autores. Ficções classificáveis na coluna dois da grade bioniana.

Ao expor as ideias de Green, considero ter efetuado uma volta em uma espiral e retornado a Freud em um outro nível. Após isso, analistas de outras escolas poderiam também questioná-lo quanto às eventuais ficções e realidades de suas proposições. E assim por diante, em um inquietante, mas necessário e enriquecedor diálogo infinito (no melhor dos casos). Quem estaria mais congruente com a realidade? E que realidade é essa? É possível conhecê-la?

Ficção e sexualidade na relação analítica

M, um paciente de 45 anos, solteiro, iniciou a sessão dizendo que no dia anterior havia ido até o Mercado Público movido pelo desejo de adquirir alguns produtos em uma banca conhecida pela excelência de seus produtos. Ao chegar decidiu antes sentar e tomar a famosa salada de frutas com sorvete na Banca X, lembrando que, na infância, sua mãe o levava muitas vezes àquele local.

À medida que desenvolve esse relato começo a recordar uma torta de morangos com nata que comi muitas vezes na infância, numa confeitaria de minha cidade natal. Depois de adulto por muitos anos ainda a considerava a melhor que já havia provado. Lembrava seu gosto, cheiro, consistência, aspecto, comparava-a mentalmente com tantas outras e sempre a achava imbatível. Pelo menos na minha recordação. Há alguns anos atrás voltei à confeitaria, esperando reexperimentar todas aquelas sensações inesquecíveis. Para minha surpresa, no entanto, era uma torta comum, igual a tantas outras. Na verdade, precisei reconhecer, nem tão boa como outras que já havia provado, embora não fosse ruim. Nos primeiros momentos pensei que os morangos de hoje não eram mais como os de antigamente, que a nata não era mais natural, o trigo diferente etc. Depois, imaginei que haviam modificado a receita, que, quem sabe, o Sr. K., eterno proprietário da confeitaria, tinha finalmente se rendido ao desejo de lucros maiores e passado a utilizar ingredientes mais baratos. Fiquei inclusive com raiva dele por alguns instantes, por me roubar a oportunidade de voltar a sentir aquelas doces e inesquecíveis sensações. Em seguida, porém, percebi, com certa frustração, que não era esse o motivo, que na verdade estava dolorosamente precisando renunciar a uma ficção/idealização que até então havia sustentado dentro de mim. Inclusive a também eterna garçonete vestida com o sempre imaculado uniforme de linho branco confirmou-me que nada na receita havia mudado. Um uniforme que, aliás, também

já não me parecia assim tão perfeito. Finalmente, conformado, não deixei de aproveitar o prazer de estar ali, em um lugar para mim repleto de tantas recordações (algumas, inclusive, tristes) de um passado distinto daquele meu presente, no qual também identifiquei muitas satisfações, assim como problemas e dificuldades inerentes à vida. Quando saí dali, sentia-me alimentado pelas lembranças e ainda mais próximo de minha família atual, reconhecendo o quanto havia de idealização na recordação daquela torta.

Embora esteja levando todo esse tempo para relatar tais recordações que me vieram inesperadamente à mente naquele momento da sessão, tenho claro que ocorreram num átimo, como se estivesse vendo um quadro de uma vasta e antiga paisagem.

Nesse ínterim, M já estava relatando que, enquanto aguardava sua salada de frutas com sorvete, começou a experimentar um desconforto muito grande, crescente, quase físico, difícil, segundo ele, de descrever. A sensação foi tão angustiante que se levantou e saiu rapidamente do local, voltando para casa. A angústia, entretanto, persistiu e, ao anoitecer, dirigiu-se a uma sauna masculina. Lá deixou-se, ou melhor, induziu ser humilhado e mesmo maltratado fisicamente por um homem, sentindo inclusive prazer, e não mais angústia. Esse comportamento homossexual masoquista foi o motivo principal de sua busca de tratamento, mas já não vinha ocorrendo há algum tempo.

Senti-me inicialmente preocupado com essa sua atuação. Em seguida, comecei a experimentar certa irritação e uma vontade de criticá-lo por retomar tal comportamento, após tê-lo analisado tantas vezes e já estar há algum tempo sem necessitar utilizá-lo. Mas logo me dei conta de que, assim procedendo, estaria atuando com ele, naquele momento, a situação sadomasoquista que havia provocado na sauna masculina. Comecei a comparar internamente as suas reações com aquelas que recordei ter experimentado na confeitaria do Sr. K. Lembrei como precisei conter a dor da frustração por não reencontrar a experiência idealizada que guardava da infância, o quanto senti vontade de acusar o Sr. K. de responsável por isso e o quanto foi triste, mas também aliviador, reconhecer toda a idealização envolvida. Felizmente nunca precisei recorrer às saídas defensivas utilizadas por M. Mas não deixei de intuir o que o levava a praticá-las, mesmo sentindo certo desconforto ao tentar me colocar em seu lugar. Tudo isso sem ignorar as defesas nossas de cada dia. Inclusive alguns eventuais momentos sadomasoquistas cotidianos que ficam racionalizados e até idealizados como sendo sacrifícios necessários, boa educação, impertinências e irritações supostamente justificadas etc. E quais serão as ficções/defesas idealizadas por mim no presente?

Disse então para M que, talvez, ao chegar ao Mercado Público e solicitar a salada de frutas com sorvete, foi muito doloroso para ele começar a perceber que a infância havia terminado e nunca mais retornaria. Que, por isso mesmo, precisou sair rapidamente do local e

procurar uma situação, na sauna masculina, na qual transformou essa dor emocional em um prazer de sofrer dor física, que lhe era conhecida, localizável e ainda sob seu controle, já que ele a induzia. Abordei esse ponto específico não apenas devido às minhas recordações naquele momento, que me possibilitavam, suponho, intuir a dor que ele evitou, mas também em virtude de ele praticamente viver preso ao passado, lembrando a morte de sua mãe ocorrida há mais de dez anos e desvalorizando todas as pessoas, situações e coisas do presente. Levei em conta, ademais, os riscos envolvidos nas suas atuações masoquistas.

M passou a queixar-se de seu pai, ainda vivo, classificando-o como “um brutamonte”, “um grosso”, que o admoestava permanentemente dizendo que não saía de “debaixo da saia da mãe”. E voltou a lamentar longamente a morte dela. Quase me contentei em deixar a questão nesse ponto, isto é, de sua dor por essa perda. Mas outra vez vieram-me à mente minhas recordações de há pouco. Meio a contragosto, desejando inicialmente evitar esse novo aspecto, lembrei-lhe de que ele já experimentava reações como as do dia anterior antes de havê-la perdido. Quem sabe, acrescentei, o mais doloroso era precisar aceitar que, mesmo quando ela ainda vivia, M não conseguia encontrar, nem com ela nem com nenhuma outra pessoa ou situação, algo tão maravilhoso que, em sua imaginação, havia desfrutado quando bem pequeno. Que ainda não se conformava com isso, necessitando, por exemplo, acreditar que fora seu pai quem o havia privado de tal possibilidade, entre outras razões para poder continuar com a ideia de que esse algo maravilhoso existiu, poderia ser recuperado e persistir então por toda a sua vida. M ficou em silêncio. Um silêncio que inicialmente pareceu-me irritado e, depois, pesado. Mas não me pareceu que tenha chegado a ser triste. Contou então que não suportava quando sua mãe levava consigo às compras ou a passeio algum outro de seus cinco filhos, ao invés dele. Ficava em casa chorando, magoado, com raiva do irmão escolhido na ocasião. Agora imaginava que deveria sentir raiva também dela, mas sempre encontrava uma forma de resguardá-la e idealizá-la, dirigindo suas mágoas para o pai e os irmãos. Mais adiante, no passado, em ocasiões semelhantes, começou a aproximar-se de funcionários braçais da pequena empresa de seu pai, comportando-se diante deles de forma a levá-los a ridicularizá-lo e tratá-lo depreciativamente como homossexual. Ele próprio relacionou essas lembranças com seu comportamento masoquista no presente, conforme já havíamos feito em outras ocasiões. Vimos também que tinha se evadido do Mercado Público antes de comer a salada de frutas com sorvete não apenas por temer não suportar a dor das lembranças e da perda da infância como também para poder continuar com a ilusão de que, quando viesse a comê-la, voltaria a sentir todas aquelas sensações que associava à sua mãe na infância.

E assim encerramos a sessão. Tive a nítida impressão de que M estava triste à saída. Certamente não estava ansioso como quando chegou. Prosseguimos posteriormente trabalhando com suas angústias e reações desse tipo, mas é possível constatar um espaçamento cada vez maior de suas atuações masoquistas, que também se mostram progressivamente menos intensas. Um aspecto importante que viemos a compreender e trabalhar foi que, em situações como aquela da sauna masculina, M inconscientemente vivenciava o parceiro como atuando a raiva que ele, M, estava sentindo, ao mesmo tempo em que ele próprio representava alguém que era objeto de seu ódio naquele momento, com frequência eu e, originalmente, seu pai, seus irmãos ou mesmo a mãe.

Curiosamente, algum tempo depois um colega recordou-me que a salada de frutas com sorvete da Banca X contém também uma porção da famosa nata ou chantilly do local. Na verdade, eu mesmo já a havia degustado alguns anos atrás.

Julgo ser possível detectar, ao longo desse relato, circulando entre o analisando e o analista, pelo menos as seguintes fantasias:

1. A mãe e o seio materno idealizados, desejados com exclusividade, sem limitações e para sempre.
2. O pai que seria responsável pela interdição à gratificação desse desejo, no contexto de um complexo de Édipo pré-genital positivo. Implicitamente, uma cena primária na qual o pai e os irmãos desfrutam junto à mãe um prazer do qual o sujeito está excluído.
3. A cena primária (sádico-anal) no contexto de um complexo de Édipo negativo, com o pai sádico constituindo o objeto de desejo. Implicitamente o desejo de castração por parte dessa figura paterna.
4. O interdito paterno na forma de uma castração representada pela necessidade de aceitação da realidade em confronto com as fantasias baseadas no desejo.
5. Etc...

Possivelmente tais fantasias nem teriam emergido ou pelo menos não teriam aparecido com essa importância e na sequência que ganharam na sessão, se não houvesse, na mente do analista, uma teoria psicanalítica que possibilitou distingui-las e trabalhá-las terapêuticamente. Afinal, como concordam praticamente todos os epistemologistas atuais, não existe uma percepção virginal da realidade. Isso também implica que outros analistas, com diferentes embasamentos teóricos e pessoais, provavelmente veriam ou mesmo mobilizariam a emergência de diferentes fantasias, com distintos desenvolvimentos na sessão. A meu juízo, entretanto, essas teorias precisariam funcionar como continentes (Bion, 1962) na forma de pré-concepções insaturadas (Bion, 1962, 1977), abertas à geração e ao desenvolvimento de

significados dos fenômenos emocionais vigentes na relação analítica. Esse uso é bastante diverso de quando funcionam como contidos saturados a serem forçados na situação clínica. Isso sem mencionar a importância das teorias implícitas na mente do analista, cada vez mais consideradas e que podem ser detectadas apenas mediante um “segundo olhar” (Baranger, 1994b), promovido geralmente por um terceiro não envolvido diretamente na relação.

Como quer que seja, a teoria, juntamente com a história pessoal e psicanalítica do analista, do par analítico e do analisando, terá uma influência importante em termos de quais fantasias serão distinguidas em determinada sessão, qual o significado dinâmico que lhes será atribuído, como serão articuladas entre si e como serão trabalhadas. Assim, por exemplo, para alguns analistas a premência da fantasia do seio idealizado na situação relatada constituiria uma fuga contra a angustiante ameaça da atualização de uma cena primária sadomasoquista. Já para outros a insistência dessa última representaria uma reação defensiva e quiçá vingativa derivada da interdição à fantasia de recuperação e preservação do seio idealizado. E nunca será possível excluir que, sejam quais forem as fantasias e articulações, possam representar ficções/paramnésias (Bion, 1992b) do analista ou do par analítico.

No meu modo de pensar, calcado em um aspecto teórico proposto por Meltzer (1979) e Meltzer e Harris Williams (1990), a eficácia terapêutica da psicanálise depende da introjeção, por parte do analisando, do par analítico como um “objeto combinado inspiracional”, com funções de ideal de ego. Objeto combinado no sentido de uma conjunção criativa e complementar capaz de gerar e zelar pelo desenvolvimento de seus frutos. Inspiracional significando que aquele que o internaliza possa mantê-lo como referência, mas seguir seu próprio caminho, ter seus próprios objetivos, diversamente de aspiracional, isto é, que almeja narcisicamente tornar-se igual ao outro para conseguir aprovação e recompensas.

No caso da situação analítica, esse objeto combinado é constituído pelo trabalho conjugado (embora assimétrico) do analisando e do analista. Um trabalho cujo norte é o amor à busca da verdade em meio às angustiantes tempestades emocionais sempre presentes na relação. Tempestades que não serão nem evitadas nem atuadas, mas sim transformadas em palavras e trabalhadas de um modo tal que contribua para a expansão da mente e o crescimento psíquico. Insisto em que essa introjeção terapêutica refere-se ao par analítico, e não apenas à figura do analista porque o árduo trabalho que a ela pode conduzir depende de ambos, cada qual em seu papel. Nessa tarefa, as diversas ficções/teorias psicanalíticas atualmente disponíveis são, para mim, diferentes ferramentas utilizáveis em distintos momentos clínicos, mesmo reconhecendo serem geralmente incompatíveis entre si. Cada uma delas ilumina determinados fenômenos, mas deixa outros invisíveis, contempláveis por outras teorias. A renúncia total ou

parcial, temporária ou permanente a uma ou outra implica geralmente um trabalho psíquico comparável àquele necessário, por exemplo, para a minha renúncia da fantasia do seio idealizado no caso acima descrito.

Penso que, subjacente a todos os movimentos psíquicos ocorridos na sessão relatada, estava presente (embora não conscientemente) minha tentativa de preservar e manter eficaz essa relação criativa constitutiva do objeto combinado, em meio a todas as pressões para desfazê-la, oriundas das duas mentes ali presentes. O trabalho permanente objetivando a sustentação desse objeto combinado na relação constitui, para mim, um dos fundamentos da atitude analítica.

Referi-me à busca da verdade, e não ao seu encontro como uma verdade final, pois considero que esta última sempre constitui uma “paramnésia” (Bion, 1992b) usada defensivamente pelo par analítico. Nesse sentido, julgo pertinente a proposição de Laplanche (1992b) de que uma interpretação adequada desconstrói uma tradução/ficção antiga, parcial e insuficiente, responsável por determinada psicopatologia. Mas isso não significa, prossegue ele, que a nova construção/ficção (que o ego não deixará de fabricar) consiga captar a realidade como tal, constituindo uma verdade definitiva. Representa, nas situações favoráveis, uma nova tradução/ficção acerca de significantes intrinsecamente enigmáticos, mais rica e abrangente, capaz de ser integrada em um contexto mais amplo e significativo.

Segundo Bion (1962) o vínculo K, base do desejo de conhecer, implica uma constante tolerância à dúvida e a um sentido de infinitude. No transcorrer desse difícil e complexo percurso realizado pelo par analítico, a mente de ambos é colocada para trabalhar, ampliando, conseqüentemente, a capacidade de elaboração psíquica ou de simbolização (como preferem outros) das pulsões e experiências emocionais. Com isso, haveria uma menor necessidade do recurso a processos defensivos mais primitivos, prolongados e alienantes. Uma menor necessidade de transformar a ficção como imaginação criativa em ficção como evitação da realidade.

Em sua solidamente fundamentada teoria sobre as bases biológicas do conhecimento, Maturana e Varela (2002) concluem que não existem na mente representações que constituam um espelho do mundo externo, um “engrama” ou imagem eidética. Em virtude da “clausura operacional” com a qual operamos desde o domínio celular até o mental (inseparavelmente linguístico) e o social, conhecer é sempre fazer surgir um mundo determinado unicamente pela dinâmica interna de nossa estrutura específica. Qualquer agente provocador desencadeia, mas não determina as reações nesses diferentes domínios e também sempre reage a eles de modo estruturalmente autônomo. Não há uma realidade externa independente, captável e representável na mente. Isso contradiz as teorias “representacionistas”, objetivistas. Ao mesmo tempo, é vitalmente necessário que essa construção mantenha permanentemente uma interação congruente com o meio am-

biente físico, biológico e humano, um “acoplamento estrutural” com eles. Isso, por sua vez, contraria as teorias solipsistas radicais, subjetivistas.

Qual a repercussão dessa epistemologia para a teoria psicanalítica das representações psíquicas? Como, a partir dela, distinguir e caracterizar realidade e ficção?

Questões como essas constituem, para mim, o “umbigo” do presente trabalho e do tema do congresso ao qual se destina.

Mas tudo isso... é ficção ou realidade? Ou... ficção e realidade? E o que é, afinal, “realidade”?

Resumo

São apresentadas e correlacionados os conceitos de ficção e fantasia, realçando-se abrangerem construções da mente que podem ser usadas para procurar compreender ou para evitar a realidade. Discutem-se contribuições de diferentes psicanalistas sobre a natureza e as diversas modalidades de fantasia. São confrontadas as proposições divergentes de vários autores sobre a importância das ficções/fantasias na origem e na estruturação da psicosexualidade, partindo de Freud. As teorias/ficções consideradas heurísticamente úteis por alguns são, para outros, ficções/falácias eventualmente inclusive defensivas. O intuito é manter essas questões em aberto para evitar a tendência ao aferramento a ficções/teorias supostamente definitivas. A interrogação sobre as possibilidades de conhecimento da realidade constitui o permanente pano de fundo implícito.

Um material clínico ilustra alguns aspectos abordados, sobretudo a dificuldade para renunciar a fantasias/ficções idealizadas.

Palavras-chave: Ficção, Fantasia, Realidade, Realidade psíquica, Psicosexualidade, Complexo de Édipo.

- Freud, S. (1986b). Formulações sobre los dos principios del acaecer psíquico. In *Obras completas* (Vol. 12, pp. 217-231). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1911)
- Freud, S. (1986c). De la historia de una neurosis infantil. In *Obras completas* (Vol. 17, pp. 1-112). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1918)
- Freud, S. (1986d). Sobre las teorías sexuales infantiles. In *Obras completas* (Vol. 9, pp. 183-201). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1908)
- Freud, S. (1998). Tres ensayos de teoría sexual. In *Obras completas* (Vol. 7, pp. 109-224). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1905)
- Green, A. (1988). A mãe morta. In *Narcisismo de vida, narcisismo de morte* (pp. 247-282). São Paulo: Escuta.
- Green, A. (1990). *Conferências brasileiras de André Green: Metapsicologia dos limites*. Rio de Janeiro: Imago.
- Green, A. (1995). Sexualidade tem algo a ver com psicanálise?. *Livro Anual de Psicanálise*, 11, 217-259.
- Green, A. (2008). *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago.
- Horney, K. (1967). The flight from womanhood. In H. Kelman (Ed.), *Feminine psychology* (pp. 54-70). London: Routledge & Kegan Paul.
- Houaiss, A., Vilar, M., & Franco, F. (Eds.). (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Isaacs, S. (1969). A natureza e a função da fantasia. In M. Klein, P. Heimann, S. Isaacs & J. Riviere (Eds.), *Os progressos da psicanálise* (pp. 79-135). Rio de Janeiro: Zahar.
- Jones, E. (1935). Early female sexuality. *The International Journal of Psychoanalysis*, 16, 263-273.
- Klein, M. (1992). O complexo de Édipo à luz das primeiras ansiedades. In J. Steiner (Ed.), *O complexo de Édipo hoje* (pp. 13-69). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1945)
- Lalande, A. (1993). *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J. (1985). *Vida e morte em psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Laplanche, J. (1988). *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Laplanche, J. (1992a). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J. (1992b). *La prioridad del otro en psicoanálisis*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Laplanche, J. (1997). *Freud e a sexualidade: O desvio biologizante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1988). *Fantasia originária, fantasias das origens, origens da fantasia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1991). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Loparic, Z. (1997). Winnicott: Uma psicanálise não-ediipiana. *Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre*, 4(2), 375-387.
- Masson, J. M., & Scroter, M. (Eds.). (1986). *Sigmund Freud briefe an Wilhelm Fliess, 1887-1904*. Frankfurt: Fischer.
- Maturana, H. R., & Varela, F. J. (2002). *A árvore do conhecimento: As bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena.
- Meltzer, D. (1979). *Estados sexuais da mente*. Rio de Janeiro: Imago.
- Meltzer, D., & Harris Williams, M. (1990). *La aprehensión de la belleza: El papel del conflicto estético en el desarrollo, la violencia y el arte*. Buenos Aires: Spatia.
- Motomura, O. (2006). Prefácio à edição brasileira. In F. Capra, *A teia da vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos* (pp. 13-17). São Paulo: Cultrix.
- Pontalis, J. B. (2005). *Entre o sonho e a dor*. São Paulo: Ideias & Letras.
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1971)
- Winnicott, D. W. (1982). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação* (pp. 79-87). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1963)

literários, essa ideia está presente, por exemplo, em Mia Couto (2013) quando escreve: “História de um homem é sempre mal contada. Porque a pessoa é, em todo o tempo, ainda nascente. Ninguém segue uma única vida, todos se multiplicam em diversos e transmutáveis homens” (p. 29).

Acredito que poderíamos aplicar ao processo analítico o que Braudel (1969) pensa sobre o desvendamento dos processos sociais, ou seja, que “a História com H maiúsculo é a soma de todas as histórias possíveis” (p. 55).

A mente humana está em permanente *trabalho de transformação* (Bion, 1962a; Salomonsson, 2007a). Essa tarefa é levada a cabo em parte pelo que Rolland (1998) chamou de imperativo representacional, ou seja, é fruto de um processo de *trabalho de elaboração psíquica* sempre em curso numa busca permanente de resolver conflitos e lidar com o sofrimento psíquico. Roussillon (2012, Capítulo 8) acredita na existência de uma compulsão à integração sempre presente na mente, crença já expressa por Melanie Klein. Nesse contexto o processo de simbolização é aquele que dá uma primeira forma à matéria psíquica. Não me estenderei aqui sobre os diversos aspectos do processo de simbolização, que tem sido o objeto de muitas publicações minhas e de Elizabeth Rocha Barros ao longo dos últimos anos (Elias Barros, 2000, 2006; Elias Barros e Elizabeth Barros, 2011), mas o mencionarei ao longo do exame do material clínico.

Escolhi ilustrar este trabalho com o material de um paciente que coincidentemente me procurou dizendo que passou a vida tentando resolver um problema, qual seja, o de saber se a ideia que fazia de seu passado e de seu presente era real ou ficcional.

Onde se situariam os múltiplos *leitores implícitos do texto ficcional* que constitui a vida emocional de nossos pacientes? Penso que não existe uma leitura objetiva da verdade histórica de uma vida. O objetivo da psicanálise não é o de encontrar um sujeito único que existiria no inconsciente de nossos pacientes e que teria uma existência oculta devido às forças da repressão. Ao contrário, visamos criar um sujeito psicanalítico interpretante capaz de assumir o conceito já mencionado sugerido por Ogden (1996) caracterizado como *I-ness* (Eu-dade), que faz a mediação “entre a pessoa e sua própria experiência pessoal vivida” (p. 31). Esse sujeito reflexivo está sempre em transição entre momentos de maior ou menor contato com seu inconsciente.

O paciente que eu chamarei de R. é um profissional altamente bem-sucedido e reconhecido socialmente que ao longo de sua vida fez diversas análises, mas que ao me procurar ressaltou que não vivia feliz, não sentia liberdade de ser ele mesmo e duvidava da genuinidade de seus afetos. Descrevia-se como atormentado por sonhos repetitivos sobre seu passado infantil, que, segundo ele, o *perseguiu* (sic) até hoje. R. tem vários irmãos e irmãs, mas a única que de fato existe para ele (e era a causa de seus tormentos) é uma irmã mais velha, também bem-sucedida, mas menos que meu paciente. Essa irmã sofreu, em torno

*mosa por seus livros e riqueza e que ao longo do sonho se transformava numa geneticista (de fato existente) de fama mundial. Num outro trecho do sonho havia uma ou mais pombas, oferecidas por ele a mim como iguarias ou porque eu fosse criador de pombas. Na continuidade dizia que o que o incomodava em minha atitude era eu estar **apazi-***

guado diante da vida.

R. espontaneamente comenta o caráter caricatural do sonho e considera ridículo ele ter sonhado uma coisa dessas, mas que apesar disso acredita que há algo nesse sonho a ser destrinchado. No sonho, ele diz, eu/analista era um *êmul*o dele, *tinha tudo* e era como este R., *que sempre quer ter tudo*. Acrescenta que as imagens do sonho eram compatíveis com a realidade: *eu era um chef da competência da Nigela Lawson, havia vivido na Inglaterra, minha esposa (que ele conhecia socialmente) era da mesma estatura da historiadora e da geneticista em foco* (sic). Ele só não entendia a presença das pombas. Depois de um breve silêncio lembra-se de uma expressão em português muito comum em sua juventude: “Ora! Pombas!”. E acrescenta: *Ora, pombas, você tem tudo, caralho!* Dito num tom jocoso e simpático. Também acrescenta que detesta pombas vivas, tem nojo delas, mas que as acha deliciosas quando preparadas por um grande chefe.

Acredito que na sessão, assim como na vida, o paciente não **é**, ele **está sendo**. Como capturar essa pessoa/paciente sempre *em transformação* na sua relação intersubjetiva com o analista? Essa consideração nos leva a indagar complementarmente sobre o que o analista *está sendo* para o paciente naquele momento e à questão central a ser respondida: **o que no analista causou aquela fala do paciente?** Qual o elemento subjacente que a organiza? Responder essas questões nos dará pistas sobre a arquitetura emocional do paciente e seu funcionamento mental.

Seu relato e sonho evocam em mim diversas reações. Sinto-me paralisado pelo caráter caricatural do sonho; sou impactado por ele dizer que no sonho sou seu *êmul*o, ou seja, não tenho existência própria; fico intrigado com o possível significado das pombas; noto, mas não sei o que fazer com seu comentário *o que mais me incomodava no sonho era o fato de você estar **apaziguado com a vida***.

Digo-lhe que paradoxalmente no sonho eu tenho tudo o que se possa desejar como mulher, mas na realidade, como analista, fico com muito pouco para trabalhar fora de um contexto caricatural.

O paciente comenta que concorda que o caráter caricatural de uma imagem emudece as pessoas e que ele frequentemente usa este tipo de artifício--as imagens caricaturais-- para finalizar um argumento. Diz também que em suas análises anteriores sua preocupação com homossexualidade foi interpretada como fruto do desejo dele de ser mulher para encantar o pai tal como a irmã. Nesse caso minha mulher concentrando todas essas qualidades encantadoras seria ele, caso adotasse a visão sugerida em suas análises prévias. A seguir menciona que os outros o veem como alguém que tem tudo, que

isso produz inveja e hostilidade, mas, por outro lado, também gera admiração. Enfatiza que está confuso.

Digo-lhe que, se eu interpretasse o sonho como sendo expressão do desejo dele de ser essa mulher fantástica com quem eu estaria casado e que encantaria a todos, isso o apaziguaria porque estaríamos num terreno familiar, mas que isso seria uma caricatura de análise. Diante de seu silêncio digo-lhe que eu me pergunto se as pombas no sonho não seriam a chave para nos desembaraçarmos do caráter caricatural da situação e menciono que pombas são figuras que geram múltiplas associações: *Pombas da paz, sugeridas pela expressão “apaziguado”*. Enfatizo a expressão *Ora, pombas!*, que contém certa hostilidade, refiro-me à *pomba-gira* (uma figura das religiões africanas que representa o par feminino de Exu, associada ao mal, à sexualidade e algumas vezes à homossexualidade).

Penso que esse sonho contém múltiplos significados possíveis e que cada um deles levaria a um tipo de vivência emocional. Por exemplo, poderia se referir à projeção da grandiosidade do paciente e dessa forma ser uma defesa contra a morte (ter tudo!), uma preocupação que o afligia continuamente; poderia se referir a um aspecto ávido dele; à extrema competitividade com todos à sua volta, concentrado em seus sonhos repetitivos na irmã; poderia ter uma conotação associada à homossexualidade: a pomba viva lhe desperta nojo, mas como *comida* (também tem uma conotação sexual) é ótima.

É difícil optar por uma interpretação/observação sem referência a um contexto mais amplo. No conjunto das sessões, mas sobretudo naquelas que precederam a desse sonho, a temática central era a rivalidade com a irmã e o sentimento de que ela lhe havia *roubado* (sic) o sentimento de genuinidade e havia lhe impossibilitado apossar-se de sua vida e de suas realizações. Repete à exaustão o quanto se sente incomodado por, nessa altura da vida, sendo ele hoje um homem realizado, ter tantos sonhos repetidos com situações nas quais a irmã tem uma relação especial com o pai, da qual ele fica excluído. Comenta que ele parece estar paralisado nessas lembranças. Diante de cada sonho desse tipo, R. me conta inúmeros episódios dos quais se lembra de onde a irmã era beneficiada pelo pai, e ele, excluído. Ele mesmo não sabe dizer se todos os fatos relatados aconteceram ou não.

Depois de ouvir meu comentário, fica reflexivo por um momento e diz que a irmã hoje não tem nada na vida, salvo talvez paz de espírito, sugerindo que isso se deve ao fato de estar quase senil e me conta outro sonho no qual a irmã obtém/conquista um posto para o qual ele se candidatara, sendo que ele tem todas as qualificações para o posto, e a irmã, nenhuma! No sonho ele diz à irmã: *Você sabe que eu estou interessado nesse posto* e indignado pergunta: *Como você tem coragem de se candidatar a ele?* Acrescenta que a irmã é muito rica, ele não, e que suspeita que parte da riqueza dela tenha origem em doações de bens e de dinheiro feitas pelo pai a ela, e escondidas dele. Lista então o absurdo de sonhar isso, dado que ele talvez seja a única

de pensar. Penso que Thomas Ogden expressa bem essa modificação de objetivos ao propor que a psicanálise visa “incrementar (...) a capacidade de estar vivo tanto quanto possível de modo que a pessoa possa usufruir do espectro total da experiência humana” (Ogden, 2005, p. 8). Para que isso ocorra, necessitamos ampliar nossa capacidade de pensar nossa vida emocional e, para isso ocorrer, necessitamos dispor de formas simbólicas capazes de estabelecer cada vez um maior número de ligações entre nossas emoções, que reflitam a reação dialética que mantemos com a vida e que nos transforma.

Estou sugerindo que os significados se ampliam à medida que vão se relacionando entre si devido ao rompimento de barreiras dinâmicas, que impedem o contato com outras vivências emocionais e promovem uma integração. Os significados ocultos, ausentes e potenciais (Barros, 2006) apreendidos através de certas imagens (formas simbólicas) associadas a um sonho, por exemplo, ao serem desvelados, liberam emoções que abrem novas redes conectivas de emoções e, assim, ampliam sua dimensão significativa, abrindo portas para outros significados potenciais (Barros, 2000, 2006).

Ao relacionarmos experiências emocionais, representações simbólicas e as diversas evocações produzidas na mente do analista, estamos promovendo essa ampliação da rede de significados, que vão propiciando a abertura de novos campos de emoção. Nessa linha a análise é transformacional na medida em que se foca mais no processo através do qual o paciente vai adquirindo conhecimento sobre si mesmo (inclusive dando-se conta de sua resistência em fazê-lo) do que em se concentrar estritamente no *insight* se este for visto mais estreitamente como fonte de informação sobre como ele é. Dito de outro modo, o conhecimento através de uma vivência emocional de como o paciente *está sendo* é muito mais importante para gerar transformações do que ser informado *de como ele é*.

No caso de R. associei as imagens oníricas das pombas com o sentimento de apaziguamento com sua crença de que sua irmã obtinha tudo o que ela quisesse, e essas duas ideias com o significado que poderia ter sua lembrança naquele momento de que colecionava canções de ninar. Essas associações me permitiram sugerir que ele tinha um medo muito mais aterrorizante, o de não despertar amor nos outros (incluindo nos pais, no passado), que se mantinha encoberto pela evocação constante de seu ressentimento de ter sido excluído pelo pai e pela irmã de uma relação mais íntima com eles.

Acontecimentos do passado não explicam, por si só, o presente atual. Ao identificarmos a origem de uma determinada maneira de ser em nossos pacientes, ainda ficamos com uma questão, talvez a mais essencial, para ser respondida psicanaliticamente, qual seja: o que mantém essa maneira passada de ser no presente? No caso de R., seria seu medo de não ter qualidades para despertar um amor espontâneo nos outros, que tinha como corolário que o amor ou admiração que ele obtinha eram resultados de sedução/manipulação.

Por sua vez, essa crença o destituía da possibilidade de apropriar-se da própria vida e dessa forma viver suas conquistas como merecidas.

Cabe notar que as interpretações dadas foram baseadas nos sentimentos e pensamentos que os relatos do paciente despertaram em minha mente, o que estou chamando de *revêrie*. Sem o recurso a esta (*revêrie*) não seria possível estabelecer os **elos de maneira viva** entre seu ressentimento, o que este encobria, e o que de fato o atorrorizava é que era concomitantemente o gatilho para a repetitividade dos seus sonhos. Sua estrutura psíquica para se proteger de uma dor maior *necessitava* manter vivo o ressentimento através da repetitividade. Esses elos não são detectáveis na consciência, e assim não são vividos *como experiência viva*. Antes que possa haver uma interpretação, é necessário que o analista passe por um *trabalho psíquico* complexo, em parte consciente, noutra parte, não. Não basta que este se conscientize de **quais sentimentos** são projetados em sua mente pelo paciente, mas é também necessário que ele detecte de **que maneira a vivência desses sentimentos o afetou**. Essa segunda etapa é essencial para que possamos nos utilizar eficazmente da contratransferência e até mesmo para caracterizá-la conceitualmente como tal. Essa discriminação fruto de uma autoanálise permite ao analista apreender o aspecto do paciente que é negado à sua consciência. É o restabelecimento dessas conexões (*bonding*), através da interpretação do analista, que propiciam a possibilidade de elaboração da atitude defensiva do paciente ao negar a dor psíquica e, como consequência, aparelhá-lo (através da produção simbólica) para enfrentá-la. A interpretação que resultará desse processo não transmitirá apenas conhecimento sobre si mesmo ao paciente, mas uma possibilidade de ser (seria mais apropriado dizê-lo através da expressão: “*tornando-se*”) diferente, pois, graças à apropriação dos aspectos expressivos da vivência emocional presente na interpretação, o analista está propiciando ao paciente **essa transição entre saber e tornar-se**. Ahumada (2011) sugere que essa é a base do que chama de *insight ostensivo* (p. 13).

É a partir da contratransferência e/ou da *revêrie* que captamos representações que nos permitirão apreender a natureza da relação transferencial na sessão da forma como esta é significada no mundo interno do paciente.

Resumo

O autor tem por objetivo discutir a relação entre verdade histórica e verdade psíquica fazendo um paralelismo com a visão da função e natureza da ficção, segundo Pamuk. Para ilustrar, é descrito um caso clínico no qual o paciente busca análise coincidentemente dizendo que gostaria de ser ajudado a distinguir o que era realidade daquilo que

fosse ficcional em suas memórias de uma infância conturbada por uma intensa rivalidade fraterna. Através do material clínico, o autor mostra a complexidade envolvida na relação com possíveis experiências formadoras no passado e sua manifestação presente.

Palavras-chave: Ficção, Rêverie, Simbolização, Transferência, Verdade histórica. **Candidatas a palavras-chave:** Leitor implícito, Verdade psíquica.

Abstract

The author aims to discuss the relationship between historical truth and psychic truth by making a parallel with the vision of the role and nature of fiction according to Pamuk. In order to illustrate these relationships, a clinical case is presented in which a patient seeks analysis declaring he wishes to be helped in distinguishing what is real and what is fictional in his memories of a childhood riddled with intense fraternal rivalry. Through this clinical material, the author explores the complexity involved in the relationship between possible forming experiences in the past and their present manifestations.

Keywords: Fiction, Reverie, Symbolization, Transfer, Historical truth. **Candidates to keywords:** Implied reader, Psychic truth.

Referências

- Ahumada, J. (2011). *Insight: Essays on psychoanalytic knowing*. London: Routledge.
- Barros, E. (2000). Affect and pictographic image: The constitution of meaning in mental life. *The International Journal of Psychoanalysis*, 81(6), 1087-1099.
- Barros, E. (2006). Afeto e imagem pictográfica: O processo de constituição de significado na vida mental. In J. R. Avzaradel (Ed.), *Linguagem e construção do pensamento: Conceção e organização* (pp. 169-188). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Barros, E. [Elias] & Barros, E. [Elizabeth]. (2011). The conundrum of time in psychoanalysis. In S. Lewkowicz, T. Bokanowski & G. Pragier (Eds.), *On Freud's: "Construction in analysis"* (pp. 127-147). London: Karnac.
- Bion, W. R. (1962a). The psychoanalytic study of thinking. *The International Journal of Psychoanalysis*, 43, 306-310.
- Bion, W. R. (1962b). *Learning from experience*. London: William Heinemann Medical Books.
- Braudel, F. (1969). *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion.
- Couto, M. (2013). *Cada homem é uma raça: Contos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ogden, T. (1992). *The matrix of the mind: Object relations and the psychoanalytic dialogue*. London: Karnac.
- Ogden, T. (1996). *Os sujeitos da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ogden, T. (2005). *This art of psychoanalysis: Dreaming undreamt dreams and interrupted cries*. London: Routledge.
- Pamuk, O. (2007). *Outras cores: Ensaios e um conto*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rolland, J.-C. (1998). *Guérir du mal d'aimer*. Paris: Gallimard.
- Roussillon, R. (2012). *Manuel de pratique clinique*. Paris: Elsevier Masson.
- Salomonsson, B. (2007a). Semiotic transformations in psychoanalysis with infants and adults. *The International Journal of Psychoanalysis*, 88(5), 1201-1221. doi: 10.1516/ijpa.2007.1201
- Salomonsson, B. (2007b). 'Talk to me, baby, tell me what's the matter now': Semiotic and developmental perspectives on communication in psychoanalytic infant treatment. *The International Journal of Psychoanalysis*, 88(1), 127-146. doi: 10.1516/04P3-FUER-0U41-LLN8

sidente mesmo quando este houvesse “apenas” feito a hipnose. Se analisarmos isso com mais cuidado, ficará claro que não se tratava de algo somente fictício: toda a cena de hipnose era, em geral, algo temido e desejado pelo hipnotizador e pelo hipnotizado, por conter traços de verdade e de ficção ao redor de uma cena com alto grau de erotismo.

Pois bem, agora nem na mais inocente das hipnoses (pensamos em Freud com Emmy de N. ou com Rosalia, ou em Breuer com Ana O) nem no mais brutal dos abusos podemos dizer que a outra parte da dupla *fantasia - fator externo* poderia ser absolutamente descartada. O que é produtivo para o *trabalho psicanalítico* exige navegar na ambiguidade que separa e une a verdade e a ficção. Para um detetive ou para um juiz, essas ambiguidades talvez sejam intoleráveis e inúteis. Mas nós, psicanalistas, sabemos que não chegamos à “verdadeira” causa de nada sem correr o risco de destruir o fino e fértil tecido produzido entre o factual e o ficcional.

Tudo isso está em jogo também na literatura. Se Borges dá o nome de *Ficções* a um dos seus melhores livros, não o faz para exaltar o falso em detrimento do que é verdadeiro. Faz isso porque considera que a ficção é o meio mais apropriado para abordar a complexidade da vida.

Quando entramos em zonas mais intensas de romances de Melville, como *Bartleby* ou *Moby Dick*, a tensão da sobreposição entre realidade e ficção eleva o clima da trama até quase roçar o impossível. Nessa mistura entre verdade factual e pura imaginação, Bartleby e o Capitão Ahab, o primeiro, em contraste com os demais empregados do escritório, e o segundo, com os marinheiros, chegamos ao clímax da tensão entre o que é lógico no pensamento humano e as obsessões enlouquecidas de Bartleby e Ahab.

A questão da *existência efetiva* que mencionamos no começo é, de muitos pontos de vista, conflitiva. Não depende apenas da qualidade “da coisa”, senão, também, do observador. A tal ponto que, de acordo com a física quântica, sem observador não existiria o objeto observado. No capítulo 3 do seu livro *The gran design*, Hawking e Mlodinow (2010) comentam o fato de que os organizadores de uma exposição de peixes dourados (*goldfish*) realizada na Itália proibiram os expositores de usar aquários redondos. Justificaram essa medida dizendo que os peixes, ao olhar para fora do aquário, teriam uma visão *distorcida* da realidade. Com toda lógica, Hawking e Mlodinow (2010) perguntam-se: não estaremos nós, e não os *goldfish*, dentro de uma espécie de aquário com enormes lentes deformadoras? Para os habitantes do aquário, o modelo com que veem as coisas deve ser diferente do modelo daqueles que habitamos fora dele, mas não podemos dizer que uma das realidades é melhor ou pior, nem que uma é mais ou menos real do que a outra, porque isso é determinado pela teoria que sustenta “a realidade” dependendo de para quem for, e essa teoria é conformada de acordo com o lugar em que vivemos e com o discurso que organiza os modos de compreender do observador.

Um bom exemplo das diferentes formas de “entender” isso, que com certa petulância chamamos de “a realidade”, é dado pelas teorias com que concebemos o universo, que supostamente vem sendo igual a si mesmo há milhões de anos. A teoria que Ptolomeu introduziu por volta do ano 150 antes de Cristo para descrever nossa posição no universo defende que nossa Terra é esférica e relativamente pequena em relação ao cosmos e ocupa seu centro absoluto, permanecendo quieta, imperturbável e rodeada de astros que giram ao seu redor. Esse modelo deve ter parecido *natural* para nós pelo fato de ser coerente com a nossa intuição em pelo menos dois pontos: não *sentimos* que a Terra se mova e *vemos* que são os corpos celestes que giram ao nosso redor.

Em 1543, Copérnico propôs um modelo alternativo. Nesse modelo, o sol, e não a Terra, passou a ocupar o centro do universo, enquanto nosso planeta, como todos os outros, passou a girar ao redor de um sol imperturbável. Qual dos dois modelos é mais real? Essa é uma pergunta inadequada, os dois são reais dentro das coordenadas que cada uma das teorias sustenta.

A rigor, os astrofísicos contemporâneos dizem que *ambas realidades* estão erradas porque defendem uma terceira teoria: o universo não é estático, não tem centro e suas bordas se expandem a uma velocidade em aceleração crescente que já chegou a ser superior à da luz.

São três modelos para compreender isso que chamamos de “a realidade”. Sem mentes que tenham modelado as coisas assim, *a realidade* estaria mergulhada na imensidão de vicissitudes e fatos que simplesmente caem no silencioso e infinito buraco da *ignorância*: onde, sem que saibamos, acumula-se o que simplesmente está *dado* sem que nem sequer nos interroguemos.

A ciência clássica se baseou na crença de que existe um mundo cujas propriedades são independentes do observador que as percebe, e que a existência dos fenômenos independe de se são observados. Ou seja, a observação não altera os fatos, nem estes alteram a observação. Hoje, praticamente todos os físicos opinam que não é assim: a realidade, dizem, depende do observador e seu fato de observar inevitavelmente interfere na sua observação. Pode parecer realmente prosaico, mas, de acordo com muitos físicos quânticos, a lua não existiria, se não fosse observada por nós.

Nada disso deveria ser alheio aos psicanalistas: a transferência está inevitavelmente no centro do que acontece e do que importa em uma análise e *produz sua realidade*. A realidade que importa em uma psicanálise não é simplesmente o desdobramento do mundo interno do paciente e/ou do analista. Ela se produz na interterritorialidade de ambos. De um ponto de vista teórico, o inconsciente (um dos conceitos fundamentais da psicanálise) é mais um modelo que nos permite “entender” suas produções e tornar nossas observações coerentes. Sem esse modelo, para um psicanalista, os fatos não teriam uma existência coerente nem efetiva.

Em suma, uma teoria (física, psicanalítica ou intuitiva) é um modelo que consta de uma série de regras que conectam a observação ao que chamamos de *realidade*. Dela saem equações, cálculos e representações que permitem delimitá-la e calcular. Não existe um objeto observado e um observador como dois territórios separados, o importante –repite– *produz-se entre* esses territórios, na zona em que um interfere no outro.

A dependência do realismo do modelo com que a avaliamos torna-se evidente em todas as nossas ações. Isso pode ser visto de forma particularmente clara nos assim chamados “modelos científicos”. Por exemplo, ninguém, que se saiba, nunca viu uma partícula chamada *quark*. Mesmo assim, sem quarks os físicos quânticos não poderiam, por enquanto, nem explicar nem compreender a coexistência de prótons e nêutrons no núcleo dos átomos. De modo que, ainda que não os vejamos, de acordo com o realismo baseado no modelo para entender, agimos como se os quarks existissem. Já David Hume (1748/1980) no século XVIII escreveu que, ainda nos casos em que não tenhamos bases racionais para acreditar em uma realidade objetiva, não temos outra alternativa a não ser agir como se assim fosse.

O que disse vale também para nossa querida psicanálise e para um dos seus mais apreciados inventos e/ou descobertas: o inconsciente.

Desde as suas origens, a psicanálise se esforçou para tornar lógico o que pudesse parecer ilógico dentro do psiquismo sem apelar a potências mágicas ou divinas que o justificassem. Fez isso principalmente através da criação de uma *agência* de poder determinante: o inconsciente. Esse procedimento pode ser lido claramente nas primeiras páginas do trabalho que Freud publicou em 1915:

Nosso direito de supor a existência de algo mental inconsciente [...] tem sido vastamente contestado. A isso podemos responder que nossa suposição a respeito do inconsciente é *necessária* [...] e que dispomos de numerosas provas da sua existência (Freud, 1915/1957, p. 166).

Quais são essas *provas*? Por que é *necessário* o conceito de inconsciente?

Continua Freud:

É necessário porque os dados da consciência apresentam um número muito grande de lacunas; tanto nas pessoas sadias como nas doentes ocorrem com frequência atos psíquicos que só podem ser explicados pela pressuposição de outros atos, para os quais, não obstante, a consciência não oferece qualquer prova [...]. Esses atos conscientes permanecerão desligados e ininteligíveis se insistirmos em sustentar que todo ato mental que ocorre conosco, necessariamente, deve também ser experimentado por nós através da consciência; por outro lado, esses atos se enquadrarão em uma ligação demonstrável, se interpolarmos entre eles os atos inconscientes (Freud, 1915/1957, pp. 166-167).

da presença pura: o que é, finalmente!, simplesmente é –chegamos a pensar– porque foi produzido por *causas* que já estavam ali antes. A sempre presente teoria da causalidade, que sustenta que o que precede é a causa do que continua, de modo que tudo estava como à espera da nossa des-coberta. Nada é radicalmente novo.

Há uma premonição brilhante de Nietzsche (1882) em *A gaia ciência* que questiona a pretensão hegemônica da história sobre a realidade:

Todo grande homem exerce uma força retroativa. Toda a história é novamente posta na balança por causa dele, e milhares de segredos do passado abandonam seus esconderijos –rumo ao sol dele. Não há como ver o que ainda se tornará história. Talvez o passado ainda esteja essencialmente por descobrir! Tantas forças retroativas são ainda necessárias! (Nietzsche, 1882, p. 21).

Realidade virtual

A distinção entre realidade e ficção torna-se cada vez mais complexa nestes tempos. Hoje devemos subdividir aquela divisão clássica em mais categorias. A aparição da realidade virtual (RV) foi uma das novidades que fez com que o problema ficasse mais complexo (outra, que abordaremos adiante, é a que chamei de realidade informática). O avanço precipitado da informática e da computação que eclodiu a partir da década de 70 do século passado lançou mudanças importantes nessa direção. Entre outras coisas, produziu uma “nova realidade” chamada de virtual e abriu caminho para a instalação de outra realidade, que chamei de informática. O nome de realidade virtual apareceu em junho de 1989, quando a companhia de software Autodesk e a de computadores VPL anunciavam desta forma o surgimento de uma nova tecnologia: “A Realidade Virtual é compartilhável e pode ser concretizada como o mundo físico, pode ser construída como um trabalho de arte, e é tão ilimitada e inofensiva como um sonho. Quando a RV se tornar amplamente acessível, até o início do próximo século, será considerada [...] uma realidade adicional. A RV nos abre as portas para um novo continente de ideias e possibilidades”.

O termo “realidade virtual” está ligado a uma simulação gerada por cópias hiper-reais, muitas vezes holográficas, de objetos fisicamente “reais”. A imagem assim gerada se interpõe no espaço que sempre existe e separa o representado da representação. Mais do que constituir um signo ou um símbolo, essas imagens são ícones que não indicam nenhum objeto nem se oferecem como uma significação.

A princípio, pode ter reforçado a ilusão moderna de dominar o mundo com esse avanço (como é revelado na citação da Autodesk que transcrevemos há pouco). Hoje sabemos que essas aspirações prometeicas do fim da modernidade (dominar o mundo objetivo e o interno) foram apenas uma ilusão: jamais dominaremos isso que

objeto real por meio da sua representação, isso que “fica de fora”, o não presente, o não representado não deixa de ter efeitos sobre nós. A RV que tem por objetivo diretamente fechar esse espaço entre o representado e a representação faz isso gerando um simulacro, uma realidade que não é nem real nem irreal; nem científica nem fictícia. Na RV, há um ser da imagem, que não representa porque é.

A RV nos obriga, assim, a enfrentar essas interrogações cruciais: a representação de um objeto poderá incorporar os efeitos da sua apresentação? “Existência” equivale a “informação”? As abordagens gnosiológicas são equivalentes às ontológicas para tratar das problemáticas humanas?

Na minha opinião, entre a soma total da informação proveniente de um objeto e esse objeto, há uma diferença irreduzível: algo essencial das presenças é intraduzível à informação, irrepresentável. Algo essencial do ser seria irreduzível ao saber.

Em séculos passados houve muitas teorias, filmes e romances que antecipavam o valor perturbador para a concepção moderna da inserção do fictício no real, tentativas que talvez antecipavam a RV. Assim, em 1857, P.H. Gosse inventou um Deus Simulador responsável pelo fato de vivermos em uma virtualidade perpétua. Esse Deus bom ou mau, segundo concebido por Gosse, nos enganava e nos deixava fósseis espalhados pelo mundo para que acreditássemos que tivemos uma história paleoantropológica, apesar de, segundo Gosse, termos sido simplesmente criados por Ele há cerca de 4 mil ou 5 mil anos.

No filme *O show de Truman*, de Peter Weir, é um diretor audiovisual que organiza uma encenação descomunal: a criação de uma cidade inteira repleta de simulacros e câmeras ocultas onde fizeram com que o coitado Truman Burbank vivesse desde a infância. No filme *Wag the dog* (*Mera coincidência*, no Brasil), de Barry Levinson, o governo dos Estados Unidos organiza, através dos meios de comunicação, a simulação de uma guerra para tirar a atenção dos telespectadores de realidades mais cruas, mundanas e vergonhosas para o governo. No filme *Matrix*, dos irmãos Wachowski, os humanos vivem distraídos em uma realidade virtual criada por computadores para que nós nos mantenhemos como em um sonho enquanto eles usam nossa energia, como se fôssemos baterias elétricas. Todos esses prenúncios ficcionais anunciavam ser questionável acreditar que “a realidade” é simplesmente o que acreditamos ser.

Realidade informática

Esse foi apenas o começo, sem dúvida assombroso e quase mágico, do rastro de modificações que chegaram ao lado dos surpreendentes avanços de informática iniciados naquela década. Por isso, creio ser mais justo chamar as mudanças provenientes da computação, das redes promovidas pela web 2.0 e 3.0 e das possibilidades aparentemente sem limites de conexão não de realidade virtual, mas sim de *realidade informática*.

Twitter, Snapchat, Instagram etc. O que mais se valoriza hoje é o chamado “capital social” que consta do número de amigos ou de seguidores que alguém conseguiu para apresentar nesses dispositivos. A intimidade se infiltrou para fora das paredes que fechavam todos os integrantes de uma família moderna através de inúmeras janelas de mídia sempre presentes, que já levam consigo cada habitante aonde ele for, sob a forma dos chamados dispositivos inteligentes. Não há paredes que freiem ou que limitem a infiltração dessas redes que substituíram os muros e a geografia dos contatos, que deixou de ser espacial para ser midiática, evanescente e múltipla, e com uma geometria rizomática, não arborescente. As modas, as “ondas” e os contágios das formas de ser se propagam pelo ar desenvolvendo ondas identitárias multiformes como corpos tatuados, imagens espectrais anorexígenas, rebeldias anti-establishment ou modas a seguir.

Não é fácil (nem sequer poderíamos dizer que seja conveniente) deter-se e refletir solitariamente, trata-se também da eclosão de produções coletivas, de redes que trabalham em oposição aos procedimentos solipsistas privilegiados pela modernidade. Podemos gostar disso ou não, mas o pior seria nos convenceremos de que não é, ou de que se trata de um equívoco, o que está acontecendo.

Resumo

Neste trabalho, o autor argumenta que realidade e ficção implicam-se mutuamente. Além disso, sua distinção tem como base a teoria implícita de quem pretende diferenciá-las. Em uma terapia psicanalítica, os predicados que importam não correspondem à “verdade” do que é enunciado, senão que estes são produzidos entre realidade e fantasia, e entre analista e paciente. O autor afirma, também, que essas categorizações tornaram-se mais complexas atualmente por conta da aparição de fenômenos ligados à realidade virtual (uma realidade em que o objeto é pura imagem) e à realidade informática (uma realidade que depende do que na rede informática é dado como certo).

Palavras-chave: Realidade psíquica, Ficção, O virtual, Associação de representações

Abstract

In this paper, the author argues that factual and fiction reality are mutually implicated. Besides, the distinction between real and unreal has as one of its main bases the implicit theory present in the mind of who differentiates those “realities”. In psychoanalytic therapy the truth that matters is the one created through the transference by the “in between” space shared by analyst and patient. Moreno also states that these categorizations become more complex today by the appearance of phenomena associated with virtual reality (one reality in which the object is pure image) and computing or information reality (a reality that depends on what the network states as true).

Keywords: *Psychic reality, Fiction, The virtual, Association of representations*

Referências

- Borges, J. L. (1951). *Kafka y sus precursores*. Recuperado de
- Esposito, R. (2011). *El dispositivo de la persona*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1957). The unconscious. In *The standard edition* (Vol. 14, pp. 161-204). London: Hogarth Press. (Trabalho original publicado em 1915)
- Hawking, S., & Mlodinow, L. (2010). *The grand design*. New York: Bantam Books.
- Hume, D. (1980). *Investigación sobre el conocimiento humano*. Madrid: Alianza. (Trabalho original publicado em 1748)
- Moreno, J. (2002). *Ser humano: La inconsistencia, los vínculos, la crianza*. Buenos Aires: Libros del Zorzal.
- Moreno, J. (2010). *Tiempo y trauma: Continuidades rotas*. Buenos Aires: Lugar.
- Nietzsche, F. (1882). *La gaya ciencia*. Recuperado de <http://es.scribd.com/doc/6783393>



O Estrangeiro

Realidade e ficção

É algo que eu poderia deixar de fazer, poderia me concentrar em outra coisa. Mas não é algo planejado. Uma parte do que acontece ao escrever ficção, mais do que me atrair, a cada certo tempo, recomeça sozinho. Frequentemente, tem a ver com algo da “realidade” ou, como prefiro, do “real”. Dou-me conta disso quando o processo já está na metade. Quando me concentro tanto na realidade ou no real, sorrio um pouco e digo a mim mesmo: “Já me deu um ataque de ficção”. Geralmente tem a ver com alguém, conhecido ou desconhecido, criança, adulto, mulher ou ancião, a quem estou olhando.

Faz alguns anos tentei explicar isso em um texto que me pediram sobre *A construção do personagem em narrativa* (Martini, Gandolfo, Martoccia & Laiseca, 2005). Em Montevideú, há muitos anos, uma editora perto da costa sempre fazia uma reunião ao meio-dia, pouco antes do Natal. Era um encontro informal de verdade, e não apenas anunciado como tal, onde desfilava gente conhecida e desconhecida, até quase as quatro da tarde, geralmente em uma sexta-feira ou em um sábado.

Vi que havia estado presente o professor X e sua esposa. Vi que o professor X estava muito mal: parecia ter envelhecido dez anos desde a última vez que o havia visto, apenas alguns meses antes. Com uma taça na mão, olhei-o enquanto a levantava para cumprimentá-lo e ele realizava um esforço extraordinário para levantar sua própria mão e me cumprimentar. Aí tive o “ataque de ficção”, justamente porque acreditei saber exatamente o que estava acontecendo com X, por que havia envelhecido, que proporção ocupava nesse processo a esposa (que era escritora), seus alunos, seu papel ou falta de papel na ditadura, e muitos traços mais.

Tudo se desenvolveu em um momento, o que provocou em mim a certeza absoluta (obviamente absurda) de que isso era o que tinha acontecido. Pensei, como costuma acontecer comigo, em escrever o conto, o relato desse processo, para revelar a verdadeira verdade, quando podia se tratar simplesmente de que X nesse dia tivesse um forte ataque de fígado.

Mas havia um problema. Se eu colocasse X com nome e sobrenome, cometeria um erro, seria óbvio demais. Depois de tudo, tratava-se de literatura. Portanto, mudaria seu nome. Mais ainda: a mulher seria diferente (o cabelo, a roupa, a idade). Além do mais, seria... pintora. Atenção: eu pensava escrever a narrativa

* Escritor, tradutor e jornalista argentino.

como uma forma de entender a realidade, nesse caso, o professor X e suas relações. Fui em frente. Se no conto continuava a ser professor de filosofia, ainda que se chamasse de outro modo, da mesma forma perceberia que se tratava dele e poderia me agredir ou me processar (as pessoas não gostam que alguém escreva narrativamente sobre elas) ou se deprimir de uma forma extraordinária, algo que eu não desejava, porque apreciava nele certa fidalguia para suportar uma série de problemas sucessivos que havia tido que enfrentar. Assim que também mudaria esse dado. O cérebro patinava sobre as possibilidades: até onde ser fiel ao que eu acreditava saber, até onde mudar detalhes para não provocar uma dor desnecessária, seja para X (por humilhação, vergonha ou depressão) ou a mim mesmo (por agressão direta, física ou legal, por parte de X).

A certa altura das mudanças que eu considerava necessárias, percebi que o conto, se queria que fosse reflexo do que acreditava que havia acontecido com X, já não estava dizendo isso. Na mudança progressiva de detalhes, havia mudado o que acreditava intuir, *saber* sobre X, e agora era outra coisa.

Por conta de mudanças sucessivas, havia conseguido uma outra história, sem escrevê-la, criada apenas na mente. E era uma história que não me interessava. Queria escrever a história de X, e no momento isso era impossível. Passar a história de X bruscamente para outro âmbito, para outra época? Detesto as narrativas históricas e em todo caso tinha meia dúzia de outras narrativas para escrever, que me levaram anos, assim que não senti muita pena de deixar X em paz, não narrado. Mas lembro que na festa, com a taça na mão, vaguei em torno da dificuldade de construir um personagem. Já havia feito isso antes e continuei fazendo depois.

O que me atrai na “construção do personagem”, algo que nunca me proponho como tal enquanto escrevo, é que reproduz, em seu funcionamento, essa difícil questão do contato, do limite, da interface entre a literatura e o real. Na maioria das vezes, por um momento, algo crepita, lança faíscas, quando a ficção e a realidade entram em contato através dos personagens.

Paul Bowles (1949/2010), por exemplo, escreveu *O céu que nos protege* sobre um casal que não era outro senão o que formava com Jane Bowles. Um casal difícil, labiríntico, mas apaixonado. Apaixonadamente, Jane recriminou-lhe o fato de tê-los usado (ou melhor: tê-la usado) como matéria-prima, narrar no texto momentos vividos, costumes, vícios e, talvez sobretudo, tristezas, melancolias e traições. Destemido, apesar de não se mostrar surpreso, Bowles respondeu que lhe parecia um absurdo que ela ficasse brava. Porque o livro, obviamente para ele, que o havia escrito, era literatura, e não realidade. De fato, os dois tinham razão.

Essa questão, a da mulher real que você ama ou amou e que entra em um texto direta ou tangencialmente, é difícil. Sempre está em jogo uma má interpretação, ou uma interpretação correta, mas ofensiva, porque o que se põe em uma ficção autêntica não é muito controlável: na verdade, costuma ser tão escorregadio (e vou dizer uma frase de telenovela) “como a própria vida”. Por isso mesmo, no entanto, você se entusiasma em escrever, por conta dessa derrapada, desse escorregão, desse risco, não procurado, mas, sim, encontrado. Direi mais:

todo personagem feminino, irremediavelmente, por mais irreal que seja, traz problemas para o personagem feminino real principal do escritor. E vice-versa.

Uma dama que escrevia, e com quem, em relativo segredo, me dava muito bem, usou-me várias vezes como personagem de maneira indireta, tangencial. Nos contos, eu aparecia, se o conto era realista, como alguém especializado, eficaz, um pouco cruel, uma espécie de homem do mundo, um cruzamento entre Pierce Brosnan (teria gostado mais de ser Sean Connery) e Bianciotti, realmente desagradável para a imagem que eu tinha de mim mesmo (que tampouco tinha algo a ver com a realidade).

Se o conto era fantástico, meu papel sempre era o de um enviado do demônio que complicava a vida do personagem feminino, que, claro, era ela mesma e que, claro, também não tinha nada a ver, sobre como se via a si mesma, com a realidade. Felizmente, como disse, nós nos dávamos bem e felizmente a essa altura eu já distinguia entre a literatura (ou a ficção) e a realidade. Como costuma acontecer com o amor, esse plano é difícil de explicar, mas fácil de reconhecer à primeira vista.

Para dizer de outra maneira: se estávamos sentados em um banco de praça e eu acabava de ler, ao sol, um conto breve onde aparecia uma imagem totalmente distorcida de mim mesmo e até uma imagem totalmente distorcida de uma situação real (um almoço em particular, algo inesquecível, por exemplo), eu, longe de pensar nas diferenças brutais de interpretação que uma mesma coisa tem para duas pessoas que se amam, em vez de me irritar, pensava: “É literatura”. E apoiava minha mão sobre a mão que ela mantinha no encosto do banco ao sol, e sentia que essa interface, como era entre realidade e realidade, triturava, dissolvia toda interface literária.

Uma experiência estranha que tive foi a escrita da novela *Boomerang* (Gandolfo, 1993). Foi minha primeira tentativa consciente de criar personagens que não se pareceriam a mim e às pessoas que eu conhecia. Como é lógico, na escrita apareceram fibras de realidade. No caso concreto da mulher, me esforcei no começo, e depois simplesmente me escapou. Era, para mim, alguém totalmente inventado. Tanto que, em determinado momento, para poder “vê-la”, ver como se movia, como falava, que roupa usava, decidi escolher alguma mulher que havia conhecido, mas pouco.

No final, a encontrei: um casal de amigos de Buenos Aires havia passado por Montevideu vários anos atrás, e a mulher havia me parecido muito agradável e cálida, além de bela. Pronto: eu a “via” e, justamente por não conhecê-la absolutamente, custava-me menos inventar para ela diálogos, movimentos e atitudes.

O que aconteceu depois foi estranho. O personagem, coisa que me deixou satisfeito, agradou a muitas mulheres de todas as idades, mais conhecidas que amigas, que não entendiam por que Garré, o protagonista, não ficava com elas, em vez de desaparecer etc. Mas todas, e cada uma das mulheres que eu, sim, havia conhecido um pouco mais (duas), no raio de ação temporal que tem a escrita e a aparição de um livro (cinco anos, para dar uma cifra), se irritavam de forma extraordinária com ela, ou melhor, com minha escrita dela, uma mulher que não tinha nada a ver com a minha crueldade, coitada (referiam-se a Paula,

a dama inventada), segundo me explicaram. Ou seja, nesse tom infinitamente tedioso e esquematizador do feminismo para inglês ver, diziam que eu estava maltratando Paula tanto como as maltratava, ou revelava um machismo semelhante talvez inconsciente.

Uma das duas tinha cabelo curto e, como Paula no romance tinha cabelo curto, era ela (eu sabia que não: Paula era ideal, e ela era real, como a conversação demonstrava), e, como no romance, que ainda não havia terminado (tinha só três capítulos), iam terminar se separando (havia lhe contado: um erro), nós íamos terminar nos separando, algo que certamente aconteceu. A outra mulher, pelo contrário, tinha cabelo comprido, e na escrita de Paula eu demonstrava, portanto, que preferia o cabelo curto e, sutilmente, talvez sem perceber, eu a desprezava etc. etc. etc.

O que você pode fazer frente a uma situação assim? Continuar a ter confiança no peso do real, sem se deixar enredar em discussões intermináveis. Continuei escrevendo quando pude, por um lado. Por outro, ter a consciência precisa de que criar um personagem não só não é fácil, senão que o coloca em interface com a realidade, ainda que você acredite que é totalmente inventado, e de que o atrito, a fricção, costuma trazer efeitos extraliterários imprevisíveis. Quando ouço falar que a ficção está em crise, que não influencia em nada, sorrio um pouco. Claro, falam de incidir na “sociedade” (personagem coletivo fictício ao qual se dá muito mais importância do que realmente tem) ou na História (outro palavrório, especialmente se é romanceada). “Nota-se que não tiveram problemas leves, mas reais”, penso.

Não se trata de que eu me dedique a escrever contos “reais”, ao estilo de Henry Miller, por exemplo, que tinha uma confiança adolescente em estabelecer uma relação 1:1 entre o que escrevia e o que vivia. Tento fazer literatura e quando começo uma narrativa tenho uma ideia geral, mas o que acontece realmente é outra coisa, que ocorre pela primeira vez ali, na página.

Pode-se pensar a mesma relação ou interface no cinema. Com uma diferença de tempo mínima, às vezes estreiam dois filmes com uma mesma temática como pano de fundo. Daquela vez, o tema dos dois era a tetraplegia e a eutanásia. Os dois pareciam manter uma relação maior ou menor no que diz respeito à realidade. *Menina de ouro* era de Clint Eastwood (2004), o próprio paradigma de um filme de boxeadores: ascensão a partir do nada, triunfo e derrocada final, atroz. *Mar adentro* era de Alejandro Amenábar (2004) e se baseava em uma história real que se tornou famosa na Espanha.

O filme de Eastwood era ficção pura, com recursos comprovados: voz narrativa em *off* sólida e constante (do ator negro Morgan Freeman), ferramentas eficazes, armadilhas emocionais lícitas e um peso inesperado da verdade final. No segundo, reproduzia-se o problema do “real” com uma questão difícil: tanto a tetraplegia como a eutanásia terminam sendo um pouco intratáveis quando se tem a base autêntica logo ali, ao lado. Os dois filmes dependiam em grande parte da solidez dos seus elencos completos, especializados em transmitir a emoção sem filtros. Eram “de chorar” e conseguiam isso com recursos válidos.

Mas curiosamente, no momento chave em que a ficção total circulava fluentemente (quando Clint decide matar a moça que ama e que havia treinado, para

que não continue em um sofrimento insuportável), a ficção sobre a “realidade” se tornava, pelo contrário, um pouco apressada e “ágil”. Quando o homem interpretado por Javier Bardem organizava sua partida definitiva, o filme se tornava quase publicitário em sua estética visual. O que mantinha a absorção de quem assistia não era tanto a brutalidade do acidente e sua seqüela, como a pintura de uma típica (e complexa) família de galegos, incluída aí uma inesquecível operária, agregada, com dois filhos.

Enquanto assistia aos dois filmes, me lembrei, sem poder evitá-lo, da longa conversa com uma mulher tetraplégica que conheci há alguns anos em uma Província argentina. O que havia nos unido era uma homenagem a um escritor. Ela se movia com uma cadeira motorizada, tinha um grupo de colaboradoras fiéis que se movimentavam por todos os lugares e possuía uma voz suave e paciente. A homenagem durava três dias, e, ao final do segundo, a maioria dos participantes já havia ido embora (a viagem de volta a Buenos Aires era longa). Decidi ficar para o jantar final, para conversar com ela um pouco mais tranquilamente.

Não lembro se procurei isso, mas o assunto do acidente apareceu, algo de cerca de 20 anos atrás. Em voz baixa, contida, a mulher recordou (acredito que recordo eu, por minha vez) que um momento antes do impacto estava pensando na morte. Naquele então, estava prestes a se casar, seus pais também estavam no carro. O veículo pulou para fora da estrada, capotou. Naquele momento descobriu pela primeira vez que não podia mover, sucessivamente, cada um dos seus membros, nada que não fossem os olhos, ou a língua, a boca. Depois de meses, decidiu liberar o namorado de qualquer compromisso (algo parecido faz Bardem com sua namorada em *Mar adentro*), depois canalizou completamente sua vocação e lá estávamos, conversando naquela noite um pouco fria na ampla sala de jantar de um clube.

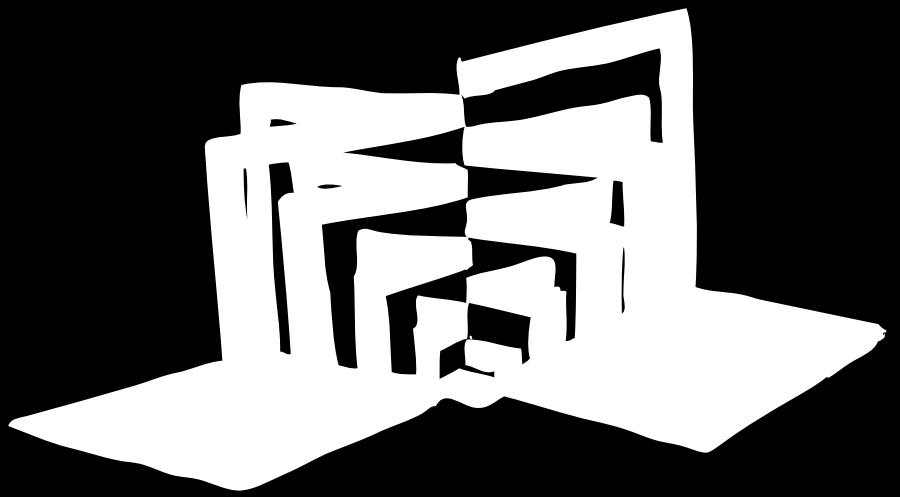
Como a essa altura a mulher havia passado a ser, para mim, uma espécie de mulher delicada e de aço, “a la John Ford” ou “a la Howard Hawks”, perguntei-lhe se durante todo esse tempo algo havia mudado para ela. Não se estendeu sobre o longo processo de adaptação. Sim, disse, ao contrário: havia viajado frequentemente a Buenos Aires para um tratamento alemão que usava a música como terapia. Os efeitos haviam sido ao mesmo tempo mínimos e cruciais: “Você não pode imaginar o que significou para mim voltar a sentir a carne sobre os ossos”.

Acompanhei-a até sua casa, com a cadeira zumbindo suave nas ruas escuras. O ar havia se tornado frio, nítido. Havia um corredor de paredes um pouco altas. Na metade, me disse: “Olhe para cima”. Nunca voltei a ver estrelas em tal quantidade e tão nítidas como no céu muito escuro e reduzido do corredor daquela cidade de província.

Como os “ataques de ficção” se apresentam em qualquer situação, pensei rapidamente em escrever, em algum momento, um relato, totalmente fictício, que a tivesse como protagonista. Até agora nunca o fiz, mas não posso prometer não fazê-lo. Com o passar do tempo, também, soube que em boa medida sua vida havia valido totalmente a pena ser vivida, não só graças a todos os aspectos da sua luta, da sua realidade. Também havia valido graças às narrativas lidas e relidas daquele grande autor de ficção que nos reuniu, que integravam a sua realidade tanto como as ruas da cidade ou o céu estrelado visto de um corredor de paredes altas.

Referências

- Amenábar, A. (Produtor), & Amenábar, A. (Diretor). (2004). *Mar adentro* (Filme). España: New Line Cinema.
- Bowles, P. (2010). *El cielo protector*. Barcelona: Seix Barral. (Trabalho original publicado em 1949)
- Eastwood, C. (Produtor), & Eastwood, C. (Diretor). (2004). *Million dollar baby* (Filme). Estados Unidos: Warner Bros.
- Gandolfo, E. (1993). *Boomerang*. Buenos Aires: Planeta.
- Martini, J., Gandolfo, E., Martoccia, M. & Laiseca, A. (2005). *La construcción del personaje en narrativa*. Buenos Aires: Libros del Rojas.



Textual

Élisabeth Roudinesco

Paris, 1944. Doutora em letras, historiadora da psicanálise, psicanalista e ensaísta. Foi membro da Escola Freudiana de Paris. Diretora de pesquisa do Departamento de História da Universidade Paris VII, diretora da Escola Prática de Altos Estudos de Paris – Sorbonne. Membro fundador, vice-presidente e posteriormente presidente da Sociedade Internacional de História da Psiquiatria e da Psicanálise. Integrante da Sociedade Francesa de História da Medicina.

Escreveu e fez parte dos conselhos de redação das revistas *Action Poétique*, *E' Homme*, é colaboradora do *Libération (Pour les Livres)* e do jornal *Le Monde*. Também é professora visitante das universidades Middlesex e Roehampton, no Reino Unido.



Seleção de sua obra bibliográfica

- *História da psicanálise na França: A batalha dos 100 anos* (Vols. 1 e 2). Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.
- *Jaques Lacan - Esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo, Companhia das letras, 1994.
- *Dicionário de psicanálise* (em colaboração com Michel Plon). Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- *O paciente, o terapeuta e o Estado*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.
- *A família em desordem*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- *Filósofos na tormenta*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.
- *A parte obscura de nós mesmos: Uma história dos perversos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.
- *Retorno à questão judaica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2010.
- *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.



“Em produção clínica, os latino-americanos ultrapassaram a Europa, enquanto ela continua os desprezando”

Entrevista com Élisabeth Roudinesco*

Em uma entrevista recente, a sra. afirmou que o declínio da psicanálise está ligado ao desmoronamento da psiquiatria.

Durante quase 60 anos a psiquiatria foi um dos maiores vetores da prática analítica. Na grande maioria são os psiquiatras que se tornaram psicanalistas, e isso no mundo inteiro. A psicanálise, ao contrário do que Freud imaginava, foi integrada, posso até dizer que dominou o saber psiquiátrico. Quando a psiquiatria evoluiu para o prisma biológico e comportamental, deixou de lado a referência psicanalítica como filosofia da existência. A psicanálise dava um conteúdo à vivência existencial do paciente, e não somente às classificações estruturais. Esse modelo de psiquiatria desmoronou em 30 anos e depois dos anos 80 foram os psicólogos que se encarregaram da transmissão da psicanálise, não foram mais os médicos.

A sra. acha que isso constitui uma espécie de rebaixamento da psicanálise à psicoterapia?

Os estudos de psicologia predominaram no mundo inteiro; não são tão bons quanto os estudos de psiquiatria, e menos portadores de poder. Em consequência, isso representa uma perda de poder para a psicanálise. Nos anos 50, o ensino da psicanálise era feito tanto no âmbito dos estudos de psicologia quanto no âmbito dos estudos de psiquiatria. Por outro lado, essa disciplina interessava aos escritores, filósofos, era tema de discussão. Hoje o caminho para chegar à psicanálise é quase unívoco, passa pelos psicólogos. Tornou-se uma psicoterapia entre várias, não ocupa mais uma posição dominante, já que os psicólogos escolhem no mercado da psicoterapia uma orientação psicanalítica. Na França, a

* Concedida a Marcelo Marques em Paris, em 15 de fevereiro de 2014, para *Calibán*.

psicanálise ainda ocupa uma posição relevante; na América Latina, ainda domina nos departamentos de psicologia, mas muito pouco na psiquiatria. Por outro lado, vemos hoje nos Estados Unidos uma contestação desse modelo psiquiátrico do prisma biológico. Será que esses contestadores vão voltar a uma teoria existencial da loucura retornando à psicanálise? Não sei. De qualquer modo, é um freio à biologização absoluta da psiquiatria.

Vão voltar a considerar o sujeito?

Vão considerar o sujeito, mas não será o mesmo. Defende-se a autoterapia do sujeito, sua capacidade de administrar o seu psiquismo por ele mesmo. Isso não é psicanálise.

É autoanálise no que ela tem de falacioso.

É mais autoficção do que autoanálise. Vem da ideia de que o sujeito tem os seus meios próprios, que não precisa mais de teoria, que o seu afeto é suficiente. É um movimento geral na sociedade individualista: “Não preciso mais de um saber elaborado para viver a minha própria subjetividade”; deixa de lado a ciência, deixa de lado o vínculo ao saber. Também defende-se o culturalismo no sentido de que haveria identidades específicas, subjetividades. Cada um merece ser tratado pela psiquiatria segundo sua reivindicação de gênero, de acordo com sua identidade. Devemos ficar atentos a esse movimento, pois essa contestação questiona a psicanálise.

A sra. fala também da questão do renascimento da psicanálise. Qual será o seu futuro nesse movimento de recuo geral?

A psicanálise nasceu em Viena em uma época específica da história das sociedades na mudança do paradigma da família patriarcal. Freud foi o desconstrutor da autoridade do pai nas sociedades ocidentais. O Édipo é a história do assassinato do pai pelo filho e da tragédia familiar; a família patriarcal clássica não existe mais. Ora, no final do século XX os psicanalistas não compreenderam que os modelos de sociedade mudaram. Eles ficaram presos a explicações conceituais que mesmo Freud não teria usado. Começaram a interessar-se por desvios narcísicos, *borderlines*, mas podemos dizer que os psicanalistas não entenderam que a evolução dos modos de viver e a liberdade, se não mudaram a questão do desejo, mudaram a maneira da sua apreensão. Ora, *o psicanalista deve estar engajado politicamente em tudo o que diz respeito aos problemas da sociedade. A psicanálise é diretamente atingida na prática da sua clínica por esses problemas.* Os psicanalistas permaneceram trancados nas suas fortalezas e assim foram contestados.

Além disso, a maioria descuidou do fato de que a sua história iria ser escrita por historiadores e que não poderiam se opor. Hoje a história toda da psicanálise está perdida para os psicanalistas. *Os psicanalistas não compreenderam que de-*

viam aceitar a ideia de ser objeto de história, que seriam despojados de um catecismo no qual se repetia a cada geração a mesma história.

Outro ponto relevante é que os psicanalistas não entenderam que a evolução das psicoterapias questionava a psicanálise. Puseram-se em uma postura de guardiões de uma clínica enquanto os pacientes deixavam os consultórios. Ora, era preciso compreender que, se tantos pacientes procuravam essas múltiplas terapias, isso significava que não tinham nenhuma vontade de explorar o seu inconsciente. Seria necessário tomá-los em análise assim mesmo. *Era preciso voltar a Freud por uma segunda vez e de modo inteligente.* Receber essa demanda de ajuda não tem nada a ver com conselho, com todas as outras terapias, é só palavra. Pode ser a interpretação de um sonho, de uma lembrança. Poderíamos ter conservado mais pacientes com esse “tratamento ultracurto”. Freud o fazia, era a consulta. Ao recusá-la, assim como ao praticar preços exorbitantes, os analistas privaram-se de uma clientela importante. Na França conservamos a aristocracia psicanalítica, e a nova geração que tem 30-40 anos vai ser obrigada a mudar. Mas ela não tem formação para fazer tratamentos curtos; além disso, os mestres, os formadores não perceberam a dimensão das mudanças da sociedade e essa nova geração confronta-se socialmente com uma demanda bem diferente: família homossexual, família monoparental, divórcios constantes.

Por dar essa imagem reacionária e não ocupar mais uma posição de poder, a psicanálise sofreu a perda de sua posição editorial. As obras dos psicanalistas são, quase sempre, livros ruins que não são publicados por editoras de literatura. Para publicar é preciso saber escrever, é preciso ser crítico, é preciso saber responder às questões atuais. Os escritos ficam restritos às editoras especializadas. Evidentemente todos os países são diferentes. A América Latina, onde os analistas são mais numerosos, adapta-se melhor às psicoterapias; *a característica da psicanálise na Argentina e no Brasil está no jeito absolutamente genial com que os analistas misturam Klein, Lacan, terapia, até terapias não psicanalíticas; há uma vivacidade do terapêutico que tem algo de fascinante. São pragmáticos e ecléticos.*

Isso permite que entremos na questão da América Latina. No programa *Roda viva*, no Brasil, em 1999, a sra. declarou que vivíamos em uma época onde o ideal revolucionário desaparecera, provocando certa depressão, digamos, uma vontade de normalização. O que a psicanálise pode dizer sobre isso?

Disse isso há 15 anos, desde então a situação piorou, o ideal revolucionário não existe mais. Assistimos a numerosas contestações do modelo econômico do capitalismo financeiro, há uma base de contestação. Os psicanalistas são majoritariamente anarquistas, individualistas, no fundo detestam o poder. Ora, a partir do momento em que permanecemos contestadores por toda a vida condenamo-nos a uma rebelião inútil, portanto à amargura e à marginalização social. Ideal revolucionário é tomar o poder para mudar a vida, e os psicanalistas não têm mais esse ideal. Eles são apolíticos. Substituíram o engajamento político por uma subjetividade rebelde a todos os poderes. Isso se vê no mundo todo e principalmente na França. Cultiva-se a literatura, as artes, visitam-se exposições.

Somos cultos e desprezamos totalmente a marcha do mundo. Consideramos que o poder político vai se arrebentar, que tudo isso é ridículo, contestamos do alto de um esteticismo de grande burguês que consome cultura. Pode ser uma boa solução no plano individual, mas não transmite nada para o futuro. Para os jovens psicanalistas sem dinheiro que precisam ganhar a vida de modo diferente, isso conduz a uma contestação de tipo esquerdista; ora, a contestação de tipo esquerdista nunca levou à nada. Em resumo, detestar o poder, recusar-se a assumi-lo, desengajar-se dentro de uma postura de anarquista esteta, não é uma solução para o futuro.

Qual será o futuro dessa base contestadora? Não sei. Em todo caso, a encontramos em toda parte. Na América Latina isso ganha uma forma de que gostamos muito. As pessoas são naturalmente mais politizadas. *Como países emergentes, são espelho da velha Europa, reconstroem e redesconstroem os significantes da velha Europa.* Além disso, o ensino da psicanálise é hoje majoritário no Brasil em todos os departamentos de psicologia das universidades. Enfim, há um número considerável de sociedades psicanalíticas, isso é uma grande força.

No que diz respeito à produção teórica, o que acha?

Não há produção teórica, mas pouco importa. *No que diz respeito à produção clínica, são melhores do que nós, ultrapassaram a Europa, enquanto a Europa continua os desprezando.* Isso é ruim. A Europa psicanalítica é hoje fascinada pelo mundo anglófono, não é fascinada pelo mundo latino-americano. Os analistas aceitam convites na América Latina porque é simpático. Há possibilidades de trabalhar, são aceitos, mas acham que o mundo anglófono é mais vantajoso.

A Europa sonha com os Estados Unidos?

Sempre. É preciso salientar que *quem não é traduzido para o inglês perde a metade do mundo*, pois só quem é traduzido para o inglês é traduzido a outras línguas. Ora, hoje os editores ingleses ou norte-americanos traduzem autores franceses, autores famosos, historiadores, pois a história está em plena expansão, mas não traduzem os psicanalistas franceses, que de modo geral não são tão bons.

Essa edição do programa que mencionamos, *Roda viva*, aconteceu na véspera dos Estados Gerais da Psicanálise. Os Estados queriam fazer um balanço com a colaboração de psicanalistas do mundo inteiro. Recensar a partir da base as questões que os próprios psicanalistas encontram no trabalho para o futuro. Fazer um balanço comparativo. A sra. elogiou a América Latina e o desenvolvimento da psicanálise nesses países. Quais foram as conclusões que tirou desse evento, e hoje, 15 anos mais tarde, como vê a psicanálise na América Latina? No seu livro com Michel Plon, *O dicionário da psicanálise*, a sra. se debruça sobre a Argentina e o Brasil, fez o mesmo com outros países da América Latina?

Os Estados Gerais da Psicanálise foram organizados por René Major e por mim, com Jacques Derrida e Armando Uribe, um dos grandes opositores chilenos à ditadura. Foram organizados sob o signo da importância dada à América Latina, da importância dada à história, pois se aceitava a ideia de que no Brasil e na Argentina houvera uma colaboração com as ditaduras. Questionou-se o futuro: como pensar o crescimento das psicoterapias, como pensar a homossexualidade (isso foi há 15 anos), como pensar as relações com a biologia e com o desenvolvimento das neurociências, o que fazer com os trabalhos históricos? Houve uma segunda reunião dos Estados Gerais no Rio de Janeiro, mas não chegou a ter a mesma importância e finalmente não deu em nada. No dia 11 de setembro de 2001, o mundo mudou. Foi um momento muito revelador: a potência americana de G. W. Bush desfeita e a emergência de um novo terrorismo islamista. Nós nos demos conta de que, no lugar do ideal revolucionário, surgia uma contestação de extrema direita, obscurantista, religiosa. Essa contestação hoje se manifesta com muito vigor. Quais são as grandes correntes de contestação do iluminismo? Os religiosos, os reacionários, os conservadores. É uma contrarrevolução de escala mundial, mais forte na Europa. Hoje não se pode ser, como antes de 2011, anti-imperialista, pois não há mais imperialismo norte-americano.

No que diz respeito ao dicionário, você perguntou por que coloquei um verbete para a Argentina, um verbete para o Brasil, e nenhum para os outros países. *Os argentinos possibilitaram a implantação da psicanálise em toda a América Latina. A Argentina desempenhou o papel de Viena, desempenhou um papel motor, os argentinos realizaram uma verdadeira diáspora.* Há argentinos no mundo inteiro; por exemplo, na Áustria, na Escandinávia, na França. Os argentinos refundaram a psicanálise na Espanha.

No que diz respeito ao Brasil, lá se encontra uma grande base; houve argentinos no início, mas já havia também brasileiros. O Brasil é cinco vezes maior do que os outros países e há vários lugares bem diferentes. Nesse país, a expansão universitária da psicanálise é importante, já que lá a universidade desempenha um papel que não possui na Argentina. Então, no dicionário, contemplei esse fenômeno sem fazer um verbete por sociedade. O que me interessou nesse estudo “geopsicanalítico” comparativo foi estudar todos os movimentos migratórios e estudei só os países que têm um grande movimento. Para os outros, fiz verbetes sobre personagens importantes da história.

O México é muito interessante porque é uma mistura, aliás, tal como a sociedade mexicana, encontram-se também argentinos, franceses, americanos do norte. A psicanálise conhece uma expansão importante, embora não tenha nada a ver com a da Argentina e do Brasil. A IPA no México é bem reduzida, há lacanianos, há, sobretudo –fenômeno que se encontra em vários países–, sociedades que, sem ser afiliadas à IPA, mantêm laços internacionais com esse ou aquele grupo francês. Têm um lado internacional, mas no sentido de rede.

Rizomático, e não piramidal.

Certo, mas o problema são as cisões. Já estive três vezes no México. As pessoas que encontrei juntas, na primeira viagem, divorciaram-se, na segunda, e recom-

puseram-se com outras pessoas, na terceira vez. Isso traz questionamentos, porque na Europa não há mais cisões.

Interesso-me muito pelos países do Leste Europeu. Depois da queda do muro em Berlim estive em quase todos os países do Leste Europeu. Na Polônia, na Lituânia, na Rússia, há uma multidão de grupos se formando. A Ucrânia, esse país não democrático que atravessa uma crise forte, tem uma sociedade psicanalítica incrível composta de todas as correntes, conseguiu integrar a IPA, os lacanianos, os kleinianos. São muito pragmáticos, não politizados, muito profissionais. Chamam pessoas de fora para formar os psicanalistas.

Na Polônia, encontram-se lacanianos, a IPA e, sobretudo, o que é muito interessante, um número cada vez maior de psicólogos clínicos, não analisados ou muito pouco, que se referem a Freud e à psicanálise. Eles realizam tratamentos freudianos, sem ter entretanto uma formação, porque na Polônia não há ninguém para formá-los, é preciso chamar os estrangeiros.

Como os primeiros analistas didatas freudianos, que não eram analisados.

Exatamente. Isso quer dizer que no futuro haverá cada vez mais psicólogos clínicos, formados na universidade, muito pouco analisados e que realizam tratamentos. A lei permite, sem serem membros de uma escola. Por isso, acho que é preciso reduzir de maneira drástica a duração das análises didáticas, porque os clínicos precisam ser formados rapidamente, como na Viena do início do século XX. Ora, a tendência na IPA, nos lacanianos, é de análises de oito, dez anos. É preciso mesmo reduzir o tempo dos cursos, para que sejam viáveis para a nova geração. As sociedades psicanalíticas vão ficar abarrotadas pelos psicólogos clínicos que se reportam a Freud.

Sem ser analisados.

Sem ser muito analisados. Se não os aceitarmos, realizarão tratamentos. *As sociedades psicanalíticas devem mudar totalmente a duração, o sistema dos cursos.* Freud formou profissionais em três meses. Podemos formar rapidamente pessoas capazes de praticar a análise.

Há um verdadeiro problema que existe desde o início: quem se torna psicanalista? Uma reportagem no Boletim Internacional da IPA mostrou que os jovens psicanalistas hoje em Nova York são, em sua maioria, mulheres psicólogas e depressivas. Na maioria dos casos, são mulheres sozinhas depressivas com patologias narcísicas que se tornam psicanalistas. É um problema. Quer dizer, são pacientes que se tornam psicanalistas. Claro, não existe diferença entre a análise didática e a análise pessoal, mas, quando uma pessoa chega como paciente e se torna analista, não tem a mesma formação, não tem a mesma demanda. As sociedades psicanalíticas sempre se preocuparam em saber se alguém sempre deprimido, suicida, *borderline*, insuportável, quase psicótico, pode se tornar psicanalista, e isso é uma verdadeira questão. Vou deixar a questão aberta, pois é evidente que em alguns casos o engajamento na profissão de psicanalista por pessoas muito frágeis é uma maneira de curar a patologia.

Isso nos leva à pergunta seguinte. O que a sra. acha da participação cada vez maior das mulheres na psicanálise?

Desde cedo o movimento psicanalítico esteve na vanguarda, no movimento de emancipação da mulher. As mulheres chegaram à psicanálise em 1910 e em seguida, em 1920. Mais cedo do que em qualquer outra profissão, as mulheres ocuparam posições e posições de chefe de escola: Melanie Klein, Anna Freud. No início foi complicado para elas porque nessa época, na maioria dos casos, não estudaram na universidade, não eram psiquiatras ou raramente eram psiquiatras. Isso criou uma situação de desigualdade: Melanie Klein não tinha nenhuma formação, Anna Freud era professora primária; eram, em geral, esposas. Depois as coisas mudaram: Helene Deutsch teve uma carreira muito mais importante do que o marido. Então podemos dizer, sem introduzir interpretações psicanalíticas inúteis, que *o movimento psicanalítico foi gerador de uma emancipação das mulheres*. Ainda mais que durante anos só as mulheres podiam praticar análise de crianças. Depois houve grandes psicanalistas de crianças, homens tal como Winnicott. É certo, os homens ocupavam posições de poder, mas havia mulheres.

A análise de crianças era estigmatizada?

No início, sim. Mas depois de 1950 as mulheres desempenharam um papel mais importante do que em outras profissões. Então o que significa a feminização excessiva da psicologia? De um lado, é um progresso, do outro, significa certa desvalorização. Há mulheres psicanalistas como Françoise Dolto, como minha mãe, que ocuparam posições de muita importância, mas a profissão de psicólogo não exige estudos tão rigorosos, pode-se trabalhar em tempo parcial, e assim surge a ideia de que são trabalhos um pouco desvalorizados, menos pagos. Há mais mulheres na psicologia do que nas ciências ou nas matemáticas; por outro lado, há muitas mulheres nas ciências humanas e na literatura, e essa não é a marca de uma desvalorização dessas profissões. Então sou muito cuidadosa quanto a essa questão, vamos ver no que vai dar; de qualquer modo, não estou a favor das paridades obrigatórias.

A partir do momento em que as mulheres foram chefe de escola, foi o caso de Melanie Klein, de Françoise Dolto, a partir do momento em que ocuparam posições de poder, podemos concluir que conseguiram combater o dogmatismo melhor do que os homens? Não. *Quando uma mulher assume uma posição de poder, comporta-se como um homem*. Além disso, *quanto maior a originalidade teórica, maior o dogmatismo*. Por exemplo, a revolução kleiniana, que foi uma verdadeira revolução dentro do movimento psicanalítico: os kleinianos foram longe demais no dogmatismo da exploração do inconsciente. Isso aconteceu também com os lacanianos, uma revolução estupenda que se afoga no dogmatismo.

Por que o freudismo não se tornou tão dogmático? Foi precisamente porque o freudismo é composto por todas essas correntes. *Aceitar todas as correntes foi a grande força da IPA*. Houve esclerose, mas não houve dogmatismo. Podemos ser winnicottianos, kleinianos, tudo o que se desejar.

Lacanianos também?

Sim, podemos, mas não na clínica. Lembro que em 1963, quando Lacan foi obrigado a sair, a IPA lhe propôs continuar seu ensino: “O senhor continua ensinando, mas não pratica análises didáticas”. Os responsáveis, naquela época, sabiam muito bem o valor do pensamento de Lacan, sabiam que era genial, mas a IPA era completamente contra as sessões com duração variável. O enquadre devia ser fixo: de 45 a 50 minutos. Não era por razões de dogmatismo, mas porque não se pode fazer qualquer coisa sem o risco de maltratar o paciente. Sem regras técnicas, não há análise. O enquadre obrigatório, a meu ver, é a interdição de atender pacientes a cada 15 minutos, no mínimo a cada 30 minutos; dentro dessa meia hora há a possibilidade de uma sessão mais curta ou mais comprida.

Raramente são praticadas sessões mais longas.

Winnicott o fazia. É preciso deixar um tempo que respeita a expressão do inconsciente pelo paciente. Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto: há também uma regra técnica intangível: os pacientes não devem se encontrar. É preciso haver uma sala de espera que os isole. Enfim, é preciso respeitar quando o paciente fala: “Não quero encontrar ninguém”, isso deve ser feito. Eis aí as regras técnicas.

Concluindo, houve esclerose na IPA: a sessão cronometrada sem sentido, e esclerose nos lacanianos: a sessão curta sistemática.

Último ponto que me parece relevante: o analista tem que falar. A história do silêncio nasceu antes de Lacan. Acho que vem da teoria segundo a qual o paciente deve explorar o seu inconsciente o máximo possível, e o analista fica atrás só interpretando. O problema é que, se o sintoma não for interpretado em certo momento, escutado ou não, o paciente fica em sua depressão. Sem falar dos excessos, daqueles analistas que adormeciam ou daqueles que não escutavam mais nada. A regra do silêncio tornou-se impossível porque vários sintomas não eram interpretados. Quando um paciente tem patologias, devemos tratar essas patologias: alcoolismo, toxicomanias, comportamentos patológicos: não se pode receber em análise uma paciente que maltrata seus filhos sem impedir a de maltratar as crianças. Devemos ser clínicos, terapeutas também.

O que mais pode nos dizer sobre a presença de Lacan na IPA?

A presença de Lacan na IPA existe de fato desde 1963. Depois de um período de ódio a Lacan na IPA, era evidente que sua obra seria ensinada na IPA. Esse ensino começou nos anos 80, principalmente na América Latina. Na América Latina ensinou-se Lacan ao mesmo tempo em que se ensinou Winnicott, *esse é o ecletismo latino-americano*. Sempre gostei do ecletismo desde que não se transforme em ausência de teoria. A reintrodução de Lacan no mundo anglófono foi mais difícil, pois a exclusão acontecera entre a IPA anglófona e Lacan. Lembro que se deve a Juliet Mitchell, membro da IPA, feminista, a reintrodução da obra

de Lacan. A obra de Lacan foi introduzida nos Estados Unidos pelos departamentos de literatura, onde não havia analistas. Por causa disso alguns pensaram que era uma teoria literária. Mas ao mesmo tempo esboçava-se outro movimento: as pessoas se tornaram psicanalistas, e a IPA integrou no seu ensino, nos Estados Unidos, a obra de Lacan. Entretanto a sessão curta nunca foi aceita. Então hoje há movimentos lacanianos sectários com sessão curta, lacanianos menos sectários, que prorrogaram o tempo da sessão, e que não são afiliados à IPA.

Hoje a obra de Lacan é um clássico. O pensamento de Lacan é divulgado nos departamentos de filosofia do mundo inteiro e ensinado na literatura no mundo anglófono. A obra de Freud é ensinada em todos os departamentos universitários de antropologia, história e literatura no mundo inteiro, e pouco nos departamentos de filosofia. As obras de Winnicott e de Melanie Klein, mais clínicas, são menos ensinadas nos departamentos de literatura, ciências humanas; os kleinianos não conquistaram uma posição forte no mundo intelectual. Somente Freud e Lacan conseguiram.

No seu livro escrito com Alain Badiou, *Lacan, passado, presente*, a sra. destaca a importância da literatura e da língua para o pensamento psicanalítico. Em Lacan, o estilo em comparação à escrita clássica de Freud parece mais perto dos meandros do inconsciente. Você qualifica Freud como um pensador da escrita, enquanto Lacan é um mestre da fala. Você acha que essa distinção é significativa para a criação da psicanálise?

No que diz respeito à criatividade, não. Sabemos que a obra de Freud já era escrita quando morreu. Só faltava publicar a sua segunda obra, ou seja, a sua correspondência, 15.000 cartas. A obra era escrita. Não foi preciso um transcritor. Além disso, a sua correspondência duplica a obra. Nesse sentido, Freud é um autor clássico. Não usava muito o telefone, era epistolar. Freud é um autor, um pensador, e tentou todas as formas de escrever. As suas cartas são obras-primas.

Lacan é um moderno. É um moderno, pois é mais próximo da literatura de Joyce, da literatura surrealista, enquanto Freud é um romântico, mesmo que não queira. Freud é Goethe + Hamlet + Édipo + Sófocles.

Muito clássico, mesmo na sua época.

Muito clássico de fato. Na trilogia de Sófocles, Lacan escolhe Antígona, personagem do século XX. Antígona não existe para Freud. Então Lacan introduz certa modernidade e ao mesmo tempo tem dificuldade para escrever. Isso é muito interessante; há em Lacan uma raridade da escrita, ele é um homem da fala.

Da oralidade.

Da oralidade, sim, escrevia muito pouco. Tenho 250 cartas de Lacan, não são 15 mil! Usava mais o telefone. Na sua geração, alguns mantiveram correspondências, Hannah Arendt, por exemplo. Mas Lacan não gostava de escrever, mandava telegramas, ligava. Sua obra fica inacabada quando de sua morte. Precisa de um

transcritor. Não se trata do mesmo estatuto, não há coisa semelhante no meio analítico. As obras de Winnicott, de Klein eram concluídas.

Em Lacan só temos vazio, temos muito poucos arquivos. Ou Lacan não escrevia ou tudo foi destruído. Não há nada que se compare à quantidade dos arquivos de Freud. Por isso só existe uma biografia de Lacan, aquela que escrevi, e até hoje ninguém pode invalidar minhas teses com outra biografia. Sobre Freud há 300 biografias. As biografias de Freud precisam ser renovadas a cada 20 anos em função dos arquivos. Porque permitem uma multiplicidade de interpretações. No que diz respeito a Lacan, a escassez de arquivos faz com que a interpretação culta dos seus textos e da sua vida seja limitada e mais sensível aos rumores.

A sra. qualifica Freud de clássico, considera que Freud deixou de ver quase tudo o que acontecia de modernidade em Viena?

É verdade, não viu nada. Lacan viu tudo, mas não fez nada com isso. Estava somente interessado em ler nos livros de Marguerite Duras e Joyce o que ele mesmo dizia, exatamente como Freud. Ele é mais produzido pela modernidade da sua época. Freud também é produzido pela modernidade da sua

O necessário e o supérfluo

Pratiquei a psicanálise durante quase 20 anos, mas hoje não pratico mais, consagrando o meu tempo à sua história. No que diz respeito à minha formação, ela não é aquela de um psicólogo ou de um psiquiatra; tenho uma formação em literatura, defendi uma tese e depois estudei história.

No que diz respeito à psicanálise, cresci nesse ambiente. Minha mãe, primeira mulher médica dos hospitais, pediatra e psicanalista de crianças, era uma psicanalista famosa. Fui fazer análise porque não havia outro caminho, sendo o que era, trabalhando com isso, com os meus diplomas, a minha vontade de escrever. Não soube com certeza se queria ser psicanalista, nada estava decidido, mas a análise não foi uma prova que me colocou diante de uma dor abissal ou de problemas terríveis da vida. Fiquei oito anos em análise, mas acho que depois de quatro anos minha análise terminara e que o resto foi

supérfluo. Não precisava. Era neurótica como qualquer um, não apresentava signos de patologia que justificassem essa demora. Entretanto comecei logo as supervisões porque acho que entre escutar-se, ouvir-se, entender-se e escutar o outro há uma grande diferença.

No que diz respeito à minha prática, já expus minhas ideias. Condeno radicalmente as sessões de cinco minutos, mas acho que é preciso conservar a ideia da pontuação, a ideia de que dentro de um tratamento com uma duração obrigatória ele pode ser interrompido, mas sob a condição de que não tenha um paciente esperando. Também sou contra o silêncio do analista. Se tivesse um analista que não falasse, não teria entendido, teria abandonado a análise. Enfim, entre os meus pacientes já recebi cara a cara pessoas querendo resolver problemas, problemas com o cônjuge, problemas de saúde, problemas de família. O analista deve atender tais demandas, Freud o fazia.

época, mas sem percebê-la, sem dominá-la. Ao mesmo tempo, Freud não escolhe, não opina. Não fala: “Detesto Gustav Klimt”; “Não gosto de Schnitzler”. Não fala nada, nunca escreveu besteiras fora daquelas sobre Proust. Sobre a obra de Proust escreveu que não era bom, que não iria ficar, que tudo seria esquecido.

Não entendeu muitas coisas. A meu ver, o maior erro foi a questão da linguagem.

Exatamente. Não via isso. Quando é confrontado com os escritores da sua época: Stefan Zweig, Thomas Mann, que o admiravam.

Também todos muito clássicos.

Quando é confrontado com eles, não fala nada. Quando encontra os surrealistas, não entende, não diz nada. Agora que li a correspondência com Marie Bonaparte, sei que não compreendeu nada a respeito de Proust. Embora seus discípulos fossem grandes leitores, de modo geral o movimento psicanalítico permaneceu impermeável à literatura contemporânea. São vienenses como os grandes artistas vienenses, sem sabê-lo. Essa é a tese que defendi. Freud é completamente vienense, mas não se dá conta disso. A nós caberia mostrar isso, mas não foi feito, nem pelos lacanianos, que não sabiam que Freud nasceu em Viena, nem pelos freudianos da IPA, que confundem Viena e Berlim. Os livros dos historiadores de Viena chegaram muito tarde. Os psicanalistas não leram Schorske. Uma coisa é saber que Freud nasceu em Viena, outra coisa é estabelecer as características meramente vienenses de Freud. Esse trabalho foi feito por Carl Schorske.

Não é o caso de todos. Por exemplo, para ficar em termos de IPA, Wladimir Granoff ou Victor Smirnoff, cosmopolitas e políglotas, com uma cultura geral incomum, ainda que, é verdade, não fossem representativos dos analistas hexagonais. Granoff era extremamente sensível à questão da língua, das línguas, na prática mesmo da análise, como analista, e não como historiador ou sociólogo.

O que a sra. pensa dos trabalhos de Granoff?

Granoff era uma pessoa fantástica, mas misturava as suas fantasias com os fatos. Quando vemos suas conferências sobre Freud, isso se torna problemático. Ele sonha Freud, é muito estranho o seu modo de ver Freud. O que ele escreveu com Jean-Michel Rey sobre o oculto é diferente da minha interpretação e da interpretação de Derrida: o irracional acompanha Freud, de fato, mas Freud não acredita na telepatia. Freud se interessa muito pelo assunto e em certo momento sai dos trilhos, descarrilha mesmo, mas no final se recupera. Freud sempre descarrilha. Com Fliess, com Jung, totalmente, mas depois volta ao seu caminho. Ou seja, ele namora o obscuro, mas depois ele diz: “Chega”. Descarrilha também com Groddek, e quando Groddeck explica todas as doenças pelo psi-

quismo, Freud refuta isso, aliás, com a participação de Jones. Na verdade, Freud era fascinado pelo obscuro e costumava dizer: “Não me aborreçam com isso; é o meu tabaco, a minha Coca-Cola”.

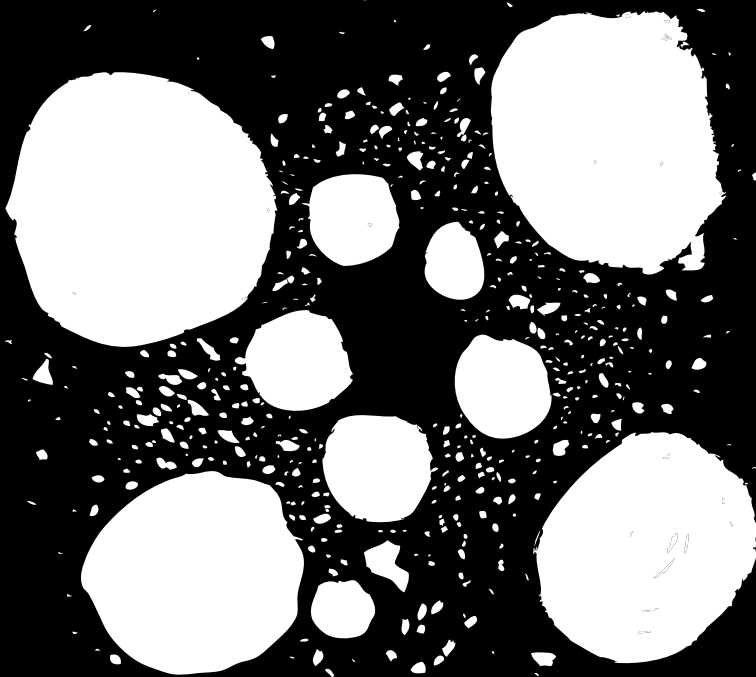
Mas o obscuro não era um objeto de estudo para Freud.

Era um objeto de estudo, mas não um objeto dentro do qual ele entrava; quero dizer, ele entrava até certo ponto. Percebe-se muito bem isso, e mesmo nos debates com Ferenczi e Rank sobre o trauma da origem, ele pronuncia esta frase extraordinária: “Esperem aí, vamos ser bem claros, se o trauma do nascimento revelar-se exato, então é preciso analisar os partos difíceis”. Coloca um freio positivista. É fascinante como em sua escrita Freud imaginava cenas primárias que não existiam. Inclusive em um certo momento Freud acredita nessa cena primária no Homem dos Lobos, depois manda o Homem dos Lobos dizer que a cena nunca existiu; mais tarde, o Homem dos Lobos confessará: “Disse isso para agradar”. Freud volta sempre ao pé no chão.

Referências

Badiou, A. & Roudinesco, E. (2012). *Lacan, pasado y presente*. Buenos Aires: Edhasa.

Roudinesco, E. & Plon, Michel. (1998). *Diccionario de psicoanálisis*. Barcelona: Paidós.



Vórtice
O dinheiro em psicanálise

Do capital ao pulsional: sobre o valor do dinheiro na psicanálise

Eloá Bittencourt Nóbrega
e Wania Maria Coelho Ferreira Cidade*

O mundo ocidental que nós aprendemos... a conhecer, a analisar e a interpretar se tornou capitalista. Se tudo se torna capitalista, obrigatoriamente, a contradição se instala...

MILTON SANTOS

Se o analisando não paga com dinheiro, pagará inexoravelmente com outra coisa – com sua culpa sobretudo, mas também com um elenco multiforme de figuras imaginárias, personagens que, fundadas no amor e no ódio, aparecem no coração da cena analítica, como impotência, ressentimento ou gratidão infinita, impossibilitando a dissolução do laço transferencial.

NEUSA SANTOS SOUZA

Na vida cotidiana, nas relações, e também no meio psicanalítico, observamos o quanto é difícil tratar e falar do tema dinheiro. Verificamos que há pouca produção científica sobre o assunto, além de um significativo silêncio nas instituições psicanalíticas, que pouco discutem ou refletem a respeito da importância do dinheiro em nossa prática. Pensamos que, impregnados pela vida infantil, talvez haja um sentimento compartilhado, no qual o dinheiro é tratado como algo sujo, impuro e promíscuo quando, em contrapartida, lidamos com um objeto que requer uma escuta delicada, sensível e descentrada de nosso próprio eu. Talvez esse pudor esteja mais ligado aos nossos desejos inconscientes e traços neuróticos, e não queiramos ficar nus diante dos colegas.

Então, tacitamente, silenciemos o assunto, pois “... sabemos que o ouro entregue pelo diabo a seus bem-amados converte-se em excremento após sua partida, e o diabo nada mais é do que a personificação da vida pulsional inconsciente e recalçada” (Freud, 1908/1976).

No ofício psicanalítico, o dinheiro tem uma face que pertence ao discurso simbólico e que é interpretada como objeto libidinal, devendo, portanto, ser compreendida na singularidade das ideias, fantasias e sintomas. Uma vez que a linguagem é carregada de símbolos, falar nos implica com relação aquilo que falamos. Tomar a palavra é saber que algo do pensamento inconsciente, do mito e do sonho estará, também, representado. Desse modo, diz-nos Freud (1908/1976), os objetos parciais, sempre presentes na trama inconsciente, podem ser representados pelo seu oposto.

O dinheiro, parte importante do contrato que firmamos com nossos analisandos, enriquece as fantasias e ganha significados variados na vida psíquica com desdobramentos individuais que só serão conhecidos *a posteriori*, no curso de uma análise. Contudo, é preciso que nos interroguemos a respeito do que nos norteia no momento em que acordamos um contrato – e nele, o pagamento.

O contrato que estabelecemos com os pacientes é diferente dos contratos de outras

* Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

práticas, que pressupõem um terceiro que intermedeia as negociações. No processo analítico, o que viabiliza a relação e discrimina o lugar de analista e analisando é a psicanálise, que, presente no analista, funciona como o terceiro que impede a simbiose e a indiscriminação entre a dupla. O findar das sessões e o pagamento por elas simbolizam essa discriminação. Nesse sentido, é importante o reconhecimento do dinheiro como representação psíquica, pois só dessa maneira poderemos escutar a singularidade do analisando, e nessa perspectiva atribuir, exclusivamente, àquele sujeito o valor a pagar.

Além do pagamento ser a possibilidade de separação na relação dual imaginária do analisando (Rocha, 2011), é também o pão nosso de cada dia, e como diz a canção *Comida*: “A gente não quer só comida / a gente quer comida, diversão e arte” (Titãs, 1987, canção 2). No entanto, não podemos nivelar o ganho do analista com o de outras profissões liberais, tomando como princípio o mercado. Embora saibamos que mundo interno e externo se afetam –mesclando-se e influenciando um ao outro–, as necessidades do psicanalista na condução de sua vida e de seus compromissos são externas ao ato de psicanalisar. Elas, por si só, não justificam o preço a cobrar, há que se levar em conta as particularidades. Desse modo, reolocamos a questão no plano da economia pulsional, considerando-se que a economia do mercado não é parâmetro suficiente para o estabelecimento do valor unitário da sessão.

O paciente que nos chega hoje não é o mesmo de ontem, e nem nós mesmos estamos iguais. A dupla, analista/analisando, segue construindo novos caminhos a cada encontro, ainda que eles se assemelhem. O analista não sabe o que acontecerá em sua próxima sessão e, eventualmente, poderá ficar sem o paciente. Nesse contexto, o dinheiro pode ser uma armadilha pelo poder de sedução frente às inseguranças e instabilidades próprias à análise. A questão financeira é um elemento que compõe a função de analisar, com efeitos visíveis na

relação transferencial, assim, fica claro, desvios dessa função estão a serviço da angústia do analista, ensurdecendo-o e impedindo-o de lidar com o material inconsciente do paciente, ficando, ele próprio, refém deste.

Tudo aquilo que envolve o contrato faz parte do enquadre psicanalítico, sejam os aumentos, faltas, férias, o tempo da sessão, como também a maneira pela qual o pagamento será feito e a periodicidade. Em geral, o pagamento é efetuado em espécie ou em cheque, no entanto, as duas formas não nos parece equivalentes, uma vez que para a compreensão psicanalítica é importante que o analisando lide diretamente com o custo da análise, observando-se, no ato e na maneira de pagar, aquilo que está ali investido. Receber por uma das várias modalidades do sistema financeiro, por exemplo, cheque ou transferência bancária, esvazia a importância da experiência da troca direta do valor da análise e é relevante que o custo da análise esteja presente no encontro analítico, com todo o colorido e movimento pulsional que dele decorrem. O dinheiro é também um meio de troca que recoloca, a cada pagamento, o lugar do analista, do analisando e do desejo dele de seguir com sua análise; ao pagar, reconhece esses lugares distintos. Assim, o pagamento tem a função simbólica de reconhecimento da alteridade e, nesse contexto, constitui-se a dívida, marca na relação entre os sujeitos (Birman, 1994).

A partir de vicissitudes da dupla, o enquadre pode eventualmente sofrer mudanças e ser repensado. Doenças do analista ou do analisando, sessões extras, mudanças de horários colocam-nos diante de situações inusitadas. A bússola para lidarmos com tais exceções será a escuta fina, na cena transferencial, caso a caso. Mas há algo de errante na análise, talvez o fato de não termos respostas, especialmente, fora do encontro, de lidarmos com o indomável, com possibilidades e impossibilidades, com paradoxos. Pela própria natureza do ofício, situamo-nos numa posição de permanente e dinâmico aprendizado. Essa é a troca impagável,

a dimensão da análise em mão dupla. A experiência no aqui e agora, que nos dá o tom e a medida, por ser uma história e construção feita a dois.

Assim caminha a humanidade

Em sua origem, a psicanálise lidava com o dinheiro a serviço da sua causa –era importante reconhecê-la como instrumento de libertação. Tentava-se abrir caminhos para uma nova visão, o sofrimento psíquico encontrava uma compreensão para além da medicina e do pensamento cientificista vigente. A metapsicologia trazia, em seu cerne, a perspectiva de conflito e intensidade do aparelho psíquico, apontando para nossa constituição fundamentalmente cindida.

Aos poucos, a psicanálise consolidou-se e passou a ocupar um espaço privilegiado.

No Brasil, essa expansão refletiu-se em consultórios cheios, e esse sucesso, somado à pouca concorrência, acabou por delinear um panorama no qual os altos valores por sessão passaram a ser a regra. O acesso à análise ficava então definido pelo poder econômico e, quanto mais alto cobrava o analista, mais elevada a sua fama e a crença em sua eficiência, reproduzindo, assim, a lógica socioeconômica vigente, na qual se vende a ideia de que tudo o que é bom é caro, e o que é caro é mesmo para poucos.

Nos dias atuais, o panorama é um pouco distinto; dentro dessa mesma perspectiva de economia de mercado, a expansão da psicanálise traduziu-se em um grande número de psicanalistas, o que veio a pressionar um posicionamento com relação aos altos preços praticados. A partir de então, abriu-se um amplo espectro de valores, com diferenças significativas tanto para mais quanto para menos.

Concomitantemente, vivenciamos a experiência de alternâncias constantes dos sistemas econômicos, o que de saída retira a potência do trabalho, visto que o sistema financeiro está mais em harmonia com a especulação do que interessado em investimentos que gerem empregos, aumentem a

produtividade e redirecionem os superávits para maximizar os ganhos sociais (Stiglitz, 2014). Com efeito, esvaziavam-se as possibilidades, abrindo-se espaço para distorções na relação do sujeito com o meio em que vive, e isso em toda a América Latina. As sucessivas crises financeiras acabam por afetar toda a sociedade, causando abalos e efeitos nocivos nas relações sociais, “interpondo-se de tal forma nas relações institucionais e no funcionamento político que suscitam uma crise de valores” (Birman, 1994).

Essa crise, podemos pensar, nos desumaniza, gerando o empobrecimento da população e a violência –num amplo sentido–, criando assim uma situação perversa de invisibilidade de uma parcela significativa da sociedade. As instituições psicanalíticas não ficam fora desse cenário, pois fazem parte do corpo social. Formar psicanalistas sensíveis ao sofrimento humano, que acolham o sujeito traumatizado da pós-modernidade, obriga as nossas instituições a estarem atentas às próprias crises de valores fomentadas por esse modelo social. Se somos movidos pelo dinheiro, renunciamos ao ideário psicanalítico, dando lugar a um sistema elitizado, no qual as leis do mercado são mais relevantes na prática clínica do que os princípios éticos.

Publicou-se uma nota no jornal de maior circulação na cidade do Rio de Janeiro, na qual a jornalista (Guimarães, 2014) dizia o seguinte: “Assim traumatiza –o valor cobrado por alguns psicanalistas da cidade chegou à traumatizante faixa dos R\$ 600/hora” (o equivalente a US\$ 270).

A incidência de preços equivalentes, ou próximos, ao salário mínimo em vigor no Brasil (US\$ 326,24) revela uma dissociação dos princípios humanistas da psicanálise e da realidade na qual vivemos. Nessa ciranda, há que estar sensível à ética da psicanálise, que vigora a partir da escuta do inconsciente e da transferência. “Precisamos, nós, analistas, também nós, pagar pela análise: com nossas palavras, com nosso corpo, com nosso ser, com nossa ética –ética do bem-dizer” (Souza, 1989).

Em conversa com amigos que residem em Paris e Seattle/EUA, tomamos conhecimento de que o valor médio da sessão psicanalítica é de, aproximadamente, 70 euros/hora e 200 dólares/hora. Se considerarmos que falamos de países ricos e bem mais estáveis, do ponto de vista econômico, concluímos que há mesmo uma distorção quando se fala em 600 reais/hora (US\$ 270,37). Vórtice também percorreu o caminho para conhecer o valor médio de honorários praticados pelos analistas e interessou-se, igualmente, pela mensalidade anual paga pelos membros à IPA e à Fepal.

Desde 2009, o *valor médio aproximado* da cota anual da IPA, por membro, é de US\$ 300. A mensalidade dos membros pode variar de acordo com a sociedade e a situação econômica, podendo haver desconto considerável. O valor da cota anual para a Fepal gira em torno de US\$ 80. É importante registrar que realizamos *consulta informal*, utilizando como fonte de informação dados fornecidos, individualmente, por analistas credenciados e filiados às instituições da IPA.

Os valores a seguir foram fornecidos pelos analistas consultados, que optamos por não identificar. A moeda de referência é o dólar norte-americano:

	Valor médio de uma sessão de psicanálise na cidade	Valores mínimo e máximo de uma sessão	Quanto cobra em média um candidato	Há financiamento de terceiros (Estado, seguro de saúde)?
La Paz (Bolívia)	U\$ 20	U\$ 10 a 50	U\$ 10	Não
Caracas (Venezuela)	U\$ 25	U\$ 25 a 70	U\$ 20	Não
Colômbia	U\$ 40	U\$ 40 a 100	U\$ 30	Não
Paraguai	U\$ 50	U\$ 25 a 60	U\$ 25	Sim* ¹
Buenos Aires (Argentina)	U\$ 60	U\$ 15 a 100	U\$ 10 a 35	Sim* ²
Uruguai	U\$ 60	U\$ 40 a 100	U\$ 30 a 40	Não* ³
México	U\$ 60	U\$ 30 a 100	U\$ 30	Não
Córdoba (Argentina)	U\$ 62	U\$ 20 e 80	U\$ 20 a 30	Sim**
Chile	U\$ 75	U\$ 40 a 110	U\$ 40 a 50	Não
Itália	U\$ 80	U\$ 60 a 130	U\$ 60 a 70	Sim
París (França)	U\$ 95	U\$ 60 a 120	U\$ 80	Sim* ¹
Madrid (Espanha)	U\$ 95	U\$ 95 a 120	U\$ 70	Não
Campinas-SP (Brasil)	U\$ 100	U\$ 40 a 150	U\$ 60 a 110	Não
Peru	U\$ 120	U\$ 50 a 150	U\$ 40 a 50	Não
Rio de Janeiro (Brasil)	U\$ 130	U\$ 70 a 250	U\$ 30 a 120	Sim* ²
Porto Alegre (Brasil)	U\$ 140	U\$ 90 a 180	U\$ 55 y 85	Não
São Paulo (Brasil)	U\$ 200	U\$ 100 a 400	U\$ 70 a 150	Sim* ³
Geórgia (USA)	U\$ 200	U\$ 125 a 250	U\$ 50 a 125	Raramente os seguros pagam
Nova York (USA)	U\$ 250	U\$ 200 a 450	U\$ 20 a 50*	Sim, no caso da terapia

* Casos de treinamento sob supervisão ou a mesma média dos psicanalistas.
¹ Geralmente os seguros médicos têm pouca cobertura, são poucos os centros de saúde estatais que oferecem serviços de atenção à saúde mental.
² Sim, seguro de saúde, US\$ 10 -12 a sessão.
³ Raramente alguns bancos ou outras entidades do Estado, que beneficiam os seus funcionários com cobertura parcial ou total do seu tratamento.
** Alguns seguros médicos pré-pagos cobrem o máximo de 30 sessões a cada quatro anos. Não há outro tipo de financiamento.
*¹ Em média, reembolso entre 15 e 50 euros. Somente os psicanalistas-psiquiatras é que podem ter pacientes cujos honorários são reembolsados.
*² Alguns seguros de saúde pagam número limitado de sessões ao ano.
*³ Seguros de saúde pagam 20 sessões ao ano.

Vimos as oscilações do valor da análise nos países representados na tabela acima. Ainda que verifiquemos elevados custos com a análise no eixo Rio/São Paulo/Nova York, essa é apenas uma faceta da história. Por outro lado, a realidade é de um mercado saturado de ofertas, consultórios com movimento reduzido e os institutos de formação psicanalítica buscando novas formas de atrair candidatos. Green (1997) afirma que durante muito tempo os psicanalistas ficaram em seus consultórios sem se preocuparem com a psicanálise, pois os pacientes não paravam de chegar. Agora, a situação se apresenta de maneira diferente, os candidatos que nos chegam computam o alto custo da formação e assinalam, temerosos, a dúvida quanto ao retorno de tudo o que foi investido, tanto emocional quanto financeiramente.

Conforme poderão ler adiante, Osvaldo Canosa, secretário da Organização de Candidatos da América Latina - Ocal, fez uma consulta informal aos candidatos da Ocal e, a partir da proposição de que a formação psicanalítica é custosa, formulou quatro perguntas que foram destinadas a 100 candidatos, como amostragem, Argentina, México e Brasil. Desses 100, somente 40 responderam. Osvaldo analisa as respostas recebidas e formula um pensamento crítico em relação ao modo com que o dinheiro é encarado pelos nossos colegas.

Dando continuidade à reflexão, outros autores discorrerão sobre “o lugar do dinheiro na psicanálise”, trazendo ideias que se complementam e argumentos que aprofundam o debate.

Anette Blaya Luz faz um levantamento do percurso do dinheiro na obra freudiana, partindo da ideia de correlação do dinheiro com fezes até a equação simbólica que equivale fezes, dinheiro, pênis e bebê. Salienta o caráter contemporâneo do dinheiro na relação transferencial/contratransferencial, compreendendo, assim, que o dinheiro estará continuamente presente nessa relação. Falamos do possível significado de dádiva que o dinheiro adquire na relação inicial da criança com suas fezes, transpondo essa ideia para a

relação analista/analizando, pontuando, também, as resistências do analista em sua prática diária e a facilidade com que o dinheiro se presta a *actings*.

Celmy Araripe Quilelli Corrêa propõe que se abra o debate sobre o contrato psicanalítico e os honorários, sem os rodeios que o mascaram. Afirma que a discussão pertinente ao tema tem fugido à transparência, sob o pretexto de não ferirmos a liberdade dos psicanalistas na condução de sua prática. Tal atitude faz com que ocultemos de nossas reflexões as ideologias e contratransferências do analista. Sugere que nos interroguemos, sob a ética dos contratos psicanalíticos, com que parte do analisando estaríamos nos relacionando quando estabelecemos o contrato, pois, ainda que haja uma aparente simetria entre os personagens envolvidos, o pressuposto do inconsciente nos leva a pensar que podemos estar lidando com o seu infantil. O entendimento da autora é de que se trata de uma contratação ética e singular, própria a cada momento do processo.

Francesco Castellet y Ballará escreve que o dinheiro nos faz retornar, inconscientemente, às etapas pré-verbais, às primeiras experiências infantis da relação com o outro. Traz a ideia de Ferenczi sobre a equivalência do dinheiro com o leite, e não só com as fezes, como dizia Freud. Aborda a característica básica do leite como nutriente e propiciador de intercâmbio do cuidador com o recém-nascido, ganhando contornos de vida ou de morte. Se a experiência de receber o leite ocorre, tem a qualidade de bem-estar, na falta dele, o bebê sente um esvaziamento catastrófico. Ballará sugere que a necessidade de ostentação aponta para uma situação compensatória, a partir de relações primárias insatisfatórias. Exemplifica com casos de analisandos muito endinheirados, para os quais o dinheiro é uma defesa contra o temor de se entregar à necessidade de ser cuidado e de confiar.

Federico Luis Aberastury discorre sobre a complexidade da prática psicanalítica, que necessita de tempo para operar uma cura exitosa. Citando Freud, adverte-nos da importância de

estarmos atentos e em condições de orientar os movimentos das correntes transferenciais e os momentos de desenvolvimento da transferência. Adverte-nos, também, quanto ao exercício de aproximação do inconsciente do outro, dizendo-nos que essa prática não é impune, pois a inevitável resistência se fará presente. Aponta, ainda, que o progresso da investigação psicanalítica pode ser interrompido pela angústia do analista de perder o paciente. Situa as carências econômicas, afetivas e sexuais como resistências do analista, pertencendo, assim, ao campo da análise pessoal do mesmo.

José Sahovaler chama a nossa atenção para a assimetria na relação analítica. Uma marca dos lugares distintos é a demanda de amor do paciente não satisfeita pelo analista. A este cabe sustentar o conflito, pois será a demanda insatisfeita que moverá a cena transferencial. Situa o dinheiro como símbolo social de completude narcísica e de poder, mas nos lembra, também, da importância dos honorários como um eixo norteador das trocas. Sustenta que o pagamento provoca sofrimento em pacientes e analistas, não por carência ou pobreza, mas pelas marcas que a relação com o dinheiro carrega, marcas do poder, da inveja, das rivalidades, das traições, que surgirão na análise na forma concreta de problemas financeiros.

Maria Elisabeth Cimenti destaca sua visão sobre o tema do dinheiro apresentando-o como uma esfera de cristal suspensa que ao se mover cria incontáveis reflexos. Sustenta que o tempo e o dinheiro estão presentes desde os primórdios da psicanálise até a contemporaneidade. Lembra, pela via freudiana, que o tema dinheiro faz parte da transferência, e que o analista tem o sentido transferencial para seguir, erogeinizado pelas experiências constitutivas do analisando. Apresenta-nos um caso clínico de uma criança de quatro anos, que encenava na análise o ato do pagamento, comportamento especialmente inusitado e instigante. Segundo a autora, o pagamento tem o caráter de um corte importante para recolocá-lo como sujeito, à custa do sacrifício de sua majestade o bebê.

Ruth Axelrod trata do tema do dinheiro como uma reconstrução de capturas conscientes e inconscientes que transita pelas gerações, ganhando significados diversificados. Aproxima-se de Freud pelo sentimento de liberdade ao colocar os valores da sessão, sem falsos moralismos, e diz que é importante pensar em como se cobra. Considera que desde o início da relação analista/analisando é possível acompanhar a ação dos movimentos inconscientes, do conflito, que transformam o dinheiro em sintoma e/ou em um *enactment* que pode ser percebido e traduzido a tempo e hora pelo analista. O dinheiro sustenta a sessão e é também a marca assimétrica da dupla analítica, daquele que cobra e daquele que é cobrado. Ruth nos diz, também, que essa assimetria tem força para gerar fantasias e defesas psíquicas quando o dinheiro está a serviço da pulsão de morte, de disputas e do poder.

Sem lenço e sem documento

É bastante comum a ideia de que o dinheiro compra até a felicidade; os humoristas brincam bastante com o significado de poder que a sociedade confere aos abastados, dando-lhes inclusive um *status* que os coloca acima do bem e do mal. A busca pela completude, não raras vezes, segue por esse caminho, pelo ganho financeiro. Tenta-se, por essa via, a fuga do desamparo, do imprevisível, de nossas próprias questões ainda selvagens, inconscientes. Contudo, sabemos, o incansável tilintar das moedas não traz o bem-estar, a satisfação ou a cura: por mais que se possa pagar, a morte é inexorável.

O dinheiro, como elemento de poder, encontra na psicanálise uma possibilidade de leitura, principalmente pelas representações que possa ter na fantasia do sujeito, mas também no confronto com a realidade. A recusa à realidade pelo horror à condição de desamparo (Birman, 2001) pode, cada vez mais, ser potencializada, se os ditames da sociedade propõem a conquista da perfeição pelo “ter”, passando pelo dinheiro: poder de compra, capital financeiro, que em sua forma extrema

descapitaliza o psiquismo. O capital psíquico, força pulsional dos afetos, ganha qualidades e intensidades, pois a natureza do psiquismo não é mesmo linear, então nada mais humano do que caminhar “contra o vento, sem lenço e sem documento/ No sol de quase dezembro... Eu vou...” (*Alegria, alegria*, Veloso, 1968, canção 4).

Referências

- Birman, J. (1989). O valor da psicanálise. In *Agenda de psicanálise: instituições, publicações, calendário e resenhas* (pp. 227-234). Rio de Janeiro: Xenon.
- Birman, J. (1994). Sujeito, valor e dívida simbólica: Notas introdutórias sobre o dinheiro na metapsicologia freudiana. In *Psicanálise, ciência e cultura* (pp. 161-174). Rio de Janeiro: Zahar.
- Birman, J. (2001). *Gramáticas do erotismo: A feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castellet y Ballará, F. (2012). O dinheiro como conceito central do setting psicanalítico. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 46(4), 112-125.
- Freud, S. (1976). Caráter e erotismo anal. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas* (Vol. 9, pp. 171-181). Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1908).
- Guimarães, C. (15 de abril de 2014). Gente Boa. *O Globo*. Recuperado de http://oglobo.globo.com/blogs/blog_gente_boa/

Obras nesta seção:

Pablo Boneu, imagens do projeto *Instrucciones para destruir dinero* (2009 e subsequentes), que consistiu na instalação de “tritadores de dinheiro” (*money destroyers*) para uso público e obra gráfica realizada a partir da destruição sistemática de notas de uso legal de diferentes países do mundo. Bitácula de trabalho: <http://issuu.com/boneu/docs/instruccionesbook>

- Green, A. (1997). Entrevista. In *Revista Trieb*, 5, 141-156.
- Rocha, F. J. B. (2011). *Entrevistas preliminares em psicanálise: Incursões clínico-teóricas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Santos, L. (1994). *Assim caminha a humanidade* [CD]. Rio de Janeiro: BMG.
- Slemenson, K. (2001). *Sem?: Sobre a inclusão e o manejo do dinheiro numa análise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, N.S. (1989). A questão do dinheiro na psicanálise. In *Agenda de psicanálise*. Rio de Janeiro: Xenon.
- Stiglitz, J. (04 de março de 2014). Políticas de austeridade causaram danos quase irreparáveis. *O Globo*. Recuperado de <http://oglobo.globo.com/opiniaopoliticas-de-austeridade-causaram-danos-quase-irreparaveis-11738855>
- Tendler, S. (Diretor). (2001). *Encontro com Milton Santos ou O Mundo Global Visto do Lado de Cá* [Filme]. Brasil: Caliban.
- Titãs. (1987). *Comida*. In *Jesus não tem dentes no país dos banguelas* [CD]. Rio de Janeiro: WEA.
- Veloso, C. (1968). *Alegria, alegria*. In *Caetano Veloso* [CD]. Rio de Janeiro: Philips.



Amor de transferência e dinheiro

José Sahovaler*

O exercício da psicanálise é um trabalho e uma profissão: trabalho porque vivemos dele, e profissão porque implica um título de graduação e de pós-graduação, e uma longa formação, o que transforma seu exercício em um saber, e não só em uma ocupação. Mas que a psicanálise seja um trabalho e uma profissão implica estar submetida às lógicas do mercado, da oferta e da procura. Isso não é obstáculo para postular uma ética particular na busca da “verdade” do paciente e no cuidado que se deve ter em não fazer uso do poder que a transferência nos dá. Definida como uma profissão, os honorários devem ser pensados como o pagamento em metal que o psicanalista cobra pela sua escuta e pela sua palavra, ou seja, pelo seu trabalho.

* Asociación Psicoanalítica Argentina.



Na nossa sociedade, o dinheiro tende a se converter na soma de valores sociais, no representante narcísico da completude, no símbolo fálico por excelência. Sabemos que Freud relacionou-o com o erotismo anal e descreveu a equação simbólica inconsciente: pênis-criança-dinheiro-fezes. No entanto, creio que mais importante do que a célebre relação do dinheiro com a etapa anal é a do dinheiro com o masoquismo e as posições sacrificiais. Em suas origens, a moeda surgiu como valor sagrado para a compra das vítimas –humanas e animais– a serem entregues nas piras de sacrifício, e essa relação com o sofrimento e com a morte se manteve até os dias de hoje. Na Antiguidade, o prestígio e o poder eram adquiridos através da capacidade de dar (cerimônia do Potlatch), e os deuses eram criados para receber presentes, ou seja, como suportes da posição masoquista primordial. Disso surge a atual compulsão em trabalhar, a consumir sem sentido nem meta, a entregar a vida pela obtenção de um punhado de moedas. Vejamos isso na clínica: os pacientes –e também os analistas– sofrem por dinheiro, sofrimento que pouco tem a ver com a carência, com a pobreza.

As marcas do poder e das invejas, das rivalidades e das traições tendem a ser processadas em conflitos monetários. O complexo de Édipo com seus desejos parricidas e suas culpas inconscientes encontra sua representação social na instituição econômica da herança. De modo complementar, o dote foi –e continua a ser, em grande parte do mundo– a marca monetária da proibição incestuosa.

Se é impossível pensar a transferência sem que nos remitamos a amores e ódios, dominações e sujeições dentro da dupla analítica, também é impossível pensá-la sem levar em conta que os honorários são o eixo central dos intercâmbios. A partir dessa perspectiva que relaciona dinheiro e sacrifício, postulo que os intercâmbios monetários implicam um prêmio de sofrimento, de entrega masoquista ou de reclamação sádica. Mas, antes de nos embrenharmos nas questões do contrato analítico, é

necessário indicar que o significante *dinheiro* não é inequívoco, mas sim concentra um conjunto de valores díspares:

Valor de uso: É o valor que a mercadoria tem para tal pessoa.

Valor de troca: É o preço que se atribui socialmente a uma mercadoria. Por exemplo, o interesse é o preço do dinheiro.

Valor de reserva: É a capacidade de poupar em moeda.

Valor de signo: É o valor de pertencer a uma classe ou grupo e permite a discriminação com outros universos sociais –“eles têm, e nós, não”, ou vice-versa. O signo concede identidade nessa sociedade mercantilizada.

Valor de dom: Tem uma relação direta com o amor e com o presente. Se em suas origens o dinheiro não foi criado para ser acumulado, para a poupança, mas sim como veículo para o desejo de dar, de entrega amorosa ou sofrida aos deuses e/ou aos outros, esse desejo de ofertar articula-se na sociedade mercantilista com posições masoquistas.

Incluídos na estrutura econômica capitalista, os honorários podem ser analisados segundo esses cinco tipos de valores sob a condição de saber que há tensões e exclusões entre eles. Como exemplo, o valor de uso se exclui e se opõe ao de troca, do mesmo modo que o valor de reserva colide com o valor de dom. Nestas linhas, o que me interessa é me deter na articulação entre valor de troca e valor de dom quanto aos honorários analíticos.

A partir do amor de transferência, sabemos que, uma vez instalado no dispositivo analítico, o paciente espera, em maior ou menor grau, ser atendido e curado por amor. Mas o amor está em conflito com o dinheiro em termos de valor de troca, e só pode ser concebível em termos de valor de dom. O paciente “ama” seu analista, entrega-se a ele e espera ser correspondido em igual medida.

No entanto, os honorários evidenciam que não é atendido por amor, senão por interesse; por mais que o analista goste do seu paciente e ame a sua profissão, atende por interesse, dado que esse é o seu trabalho. Impõe-se, assim, um conflito que possui dinâmica própria: ao escutar nossos pacientes, ao nos oferecermos como suporte para o seu mundo inconsciente, o paciente recebe de nós não só nossas interpretações, senão um *plus* que traduzirá como demanda de amor. Esse amor necessariamente não correspondido funcionará como motor da análise; então, para que a análise transcorra de um modo adequado, sempre haverá uma tensão transferencial amorosa, uma demanda não satisfeita. Nós nos encontramos, então, com um conflito que devemos sustentar e não resolver: os analistas atendemos por interesse econômico –ainda quando terminamos gostando dos nossos pacientes, já que, se algo do amor do analista não desperta, o tratamento está condenado ao fracasso– e os pacientes são movidos no tratamento por amor ao analista –ainda quando sua busca seja interesseira e centrada neles mesmos. Essa assimetria, que se converte no motor da análise, é processada através dos honorários, e eles se convertem em uma espécie de modulador, de *buffer* tensional. É necessário que os tratamentos custem algo, já que o atendimento gratuito tende a se transformar em manifestação amorosa do analista que pode levar a confusões. Responder com presentes –sessões grátis– a um pedido amoroso de um paciente seria equivalente a ter relações sexuais com ele.

Para além das características pessoais de cada psicanalista e das situações de conjuntura de cada país, as dificuldades de cobrar, de fixar honorários, de reajustar nos momentos de inflação etc. se devem, em grande medida, ao fato de que o vínculo analista-paciente é atravessado pela variável amorosa: os analistas também gostamos dos nossos pacientes e vivemos a tensão amorosa da mesma forma. Dado que o valor de troca se opõe e se confronta com o valor de dom, o dinheiro põe um limite para a entrega amorosa, e ela indica que estamos ali para curá-lo, e não para amá-lo. Esse limite

gera mal-estar, decepção, culpa e raiva em ambos participantes da dupla. No entanto, esses sentimentos hostis que o dinheiro desperta também são os que permitem que a análise continue, já que o atendimento gratuito ocasiona uma idealização do analista que, com o tempo, torna-se persecutória.

O paciente reclama, pede, exige amor, e o analista responde frustrando esse pedido e oferecendo sua escuta e sua tolerância. Mas essa assimetria não se mantém de modo fixo e imutável. Há um momento em que essa assimetria se inverte: ao solicitar dinheiro, é o analista que pede algo a seu paciente, e a relação de forças se altera. Se, durante as sessões, é o paciente que pede, no momento do pagamento é o terapeuta que mostra sua necessidade, sua carência, e em sua solicitação econômica filtra seu pedido amoroso. No momento da cobrança o analista se apresenta como alguém que também necessita, como alguém não completo e tão dependente do outro como o seu paciente. Essa alternância de posições permite que a análise transcorra sem que as dívidas inconscientes aumentem para além do tolerável.

Essa oscilação de posições de poder entre analista e paciente determina que o momento do intercâmbio econômico seja, geralmente, acompanhado de alguma tensão. Essa tensão é veiculada em perguntas sobre os termos do contrato: quais são os honorários justos?, as férias são cobradas?, se o paciente faltar ou adoecer, deverá pagar suas sessões?, como e quando fazer os reajustes decorrentes da inflação? etc. Não existe uma resposta única para essas perguntas, mesmo quando o que não podemos deixar de fazer é falar sobre essa tensão, analisá-la. E, ao fazer isso, o analista se expõe muito mais do que em qualquer outro momento do tratamento, já que deixa sua “neutralidade” e se mostra como uma pessoa mais dentro da série dos homens submetidos à castrição que a sociedade nos impõe.

Referência

Sahovaler, J. (2013). *La erótica del dinero*. Buenos Aires: Letra Viva.

Uma saca de sal, uma libra de carne? O dinheiro na psicanálise

Celmy Araripe Quilelli Corrêa*

Aproveitando o foro destinado, instigantemente denominado Vórtice, há que se utilizar o convite à provocação de turbulência, trazendo a esse espaço novas correntes de pensamento que permitam encarar essa questão algumas vezes tratada com eufemismos e delicadezas parcimoniosas que podem matizar a hipocrisia (Freud, 1913/2010b).

Em suas raízes inconscientes relacionadas à economia libidinal, tomada em sua equivalência a seio, fezes, pênis e bebês (Freud, 1917/1976), esse tema muitas vezes escapou à discussão ética que abrange o contrato psicanalítico. O questionamento sobre o estabelecimento, na dinâmica contratual, da forma como se quer receber (por exemplo, por sessão, quinzenalmente, mensalmente), assim como os parâmetros utilizados para definirmos o valor da sessão, o reajuste e/ou aumento, a manutenção do pagamento em situações particulares tais como falta, férias, doenças; a aceitação de pagamento antecipado ou interrupção temporária do pagamento, gerando uma dívida por parte do analisando, seja durante a análise ou após a saída, tudo isso tem escapado à devida transparência, sob o pretexto de a discussão atingir as liberdades individuais dos psicanalistas. Poucas vezes vemos discutidas essas questões como provenientes da ideologia e/ou da contratransferência dos psicanalistas.

Consideremos primeiramente a ética do contrato inicial. Sabe-se que o contrato estabelecido por dois adultos na proposta inicial de uma análise é aparentemente um contrato legal, uma vez que “qualquer contrato aceito pela vontade individual seria dotado de ação e garantia, criando, dessa maneira, lei entre os contratantes” (Diniz, 2012). No entanto, se considerarmos que é nos precoces estágios de desenvolvimento libidinal (Freud, 1917/1976) que se processam as primeiras negociações do ser humano com a cultura, podemos e devemos nos interrogar sobre com que parte daquele sujeito estaremos dialogando. O contrato, estabelecido pelos dois adultos na proposta inicial para a configuração do setting analítico, é aparentemente um contrato simétrico e, portanto, legal. No entanto,

* Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.



considerando-se a subjetividade do demandante, nunca saberemos a priori em que nível estará ancorada a escuta do que foi estabelecido. Assim sendo, a regulação do pagamento da análise não é nunca uma contratação legal estabelecida entre dois adultos. Basicamente, é uma contratação ética, singular e relativa a cada momento.

Ocorre-me *O mercador de Veneza* (Shakespeare, 1560/1990), tantas vezes tomado como tema em dissertações e teses nas escolas de direito, sobre o direito convocado pelo personagem Shylock de cobrar uma libra de carne de qualquer parte do corpo do devedor, caso a dívida não fosse saldada. O que lhe estava sendo devido eram ducados, mas a moeda cobrada,

em caso de falta dos ducados, era uma libra de carne do próprio corpo do devedor. Contrato estabelecido em momento de apuro e tensão, na efetivação da cobrança o que se questiona é a validade do negócio jurídico.

De acordo com um dos princípios centrais da Teoria dos Contratos, o da autonomia privada, houve [na situação teatral criada por Shakespeare] o consentimento de ambas as partes na estipulação do contrato. Ninguém é obrigado a contratar, logo houve uma vontade convergente das partes com estipulação das cláusulas contratuais, respeitando os limites da lei, que, na época, não proibia a sanção negociada (Godoy, 2010, par. 4).

No entanto, também devemos levar em conta que: “Um negócio jurídico requer objeto lícito, possível, determinado ou determinável”, portanto é “...ilícito garantir-se uma obrigação pecuniária com fragmento do próprio corpo” (Santana, 2012).

Transpondo-se, como figura argumentativa e simbólica, o tema centenário e shakespeariano para o contrato psicanalítico, pergunta-se, aqui, sobre que “libra de carne, que parte do corpo” estaremos pedindo ou cobrando ao analisando, no início de uma análise. E, na variação do processo, na modulação dos encontros, na polifonia de vozes e conteúdos internos, o que estará implicado naquilo que dos pacientes nos vem? Leite, comida? Fezes, suores, urina? Pedacos do próprio corpo? Ou algumas vezes, e talvez muito poucas e mais tardias no processo, a moeda simples, um produto simbólico?

Há que se pensar, também, na regularidade com que se pretende estabelecer o recebimento em uma análise. *Salarium argentum*? Somos assalariados? Qual a unidade de valor? O encontro-sessão, a semana, o mês? Em que pese os sinais indicativos da realidade, expressos através da moeda do país e dos recibos de impostos, o pagamento do serviço profissional do psicanalista é assunto delicado e que, em tese, deveria flutuar conforme os níveis transferenciais. São também símbolos do campo ético em que os dois participantes estão implicados, vale dizer, o destino que será dado à comprovação daquilo que transitou entre eles, não sendo portanto restos nem dejetos a serem subtraídos ou “esquecidos”. No extremo, quando mantemos um valor numérico regido pela realidade econômica, poderíamos estar implicados em uma situação de abuso. Estaríamos infringindo “um dos princípios fundamentais que reveste a legalidade dos contratos, que é o princípio da boa-fé, que está sendo visivelmente esquecido” no caso de *O mercador de Veneza* (Santana, 2012, par. 11). Isso porque sabemos que o sujeito que está em análise não tem acesso ao significado profundo daquilo que lhe está sendo exigido.

Na tradição psicanalítica há, no entanto, exemplos, e não só do fundador (Freud, 1914/2010a), de psicanalistas que, em função de sua ideologia e formação político-filosófica, adotaram formas singulares de procedimento em relação ao pagamento de seus honorários. E, não se minimize tais escolhas, considerando-as decorrentes dos aspectos inconscientes implicados. Tustin dá o testemunho de que durante 14 anos o valor de sua análise não se alterou, além de que, em um tempo em que se ausentou durante meses por enfermidade, nunca foi cobrada. Outrossim, tendo que viajar para os Estados Unidos, acompanhando seu marido em um programa universitário, quando de sua volta o preço não se alterou (Tustin, 1981).

Esse exemplo permite encaminhar a discussão para aquilo que simplificadaamente denominamos “reajuste”. Há que se considerar a complexidade aqui implicada: se o valor numérico é símbolo, de onde virão as raízes da proposta? Se, claramente, o que estará sendo alterado é um número, haverá um rodeio, um circunlóquio, quando tratarmos o assunto como “reajuste”. O fato é que estaremos aumentando o preço e, portanto, esse aumento deveria corresponder a um momento do processo, suportado (e simbolizado) no vínculo. Se nos ativermos ao argumento de índices numéricos extraídos da realidade financeira, estaremos hipocritamente nos escudando em uma realidade econômica, escapando de um exame aprofundado do momento transferencial. Re-ger o pagamento de honorários por tais fatores externos ao processo psicanalítico, esse, em sua singularidade, muito distante de leis salariais trabalhistas e financeiras, é trair aquilo que é mais intrínseco a nosso ofício, ou seja, o inconsciente.

Certamente um clamor pode surgir, principalmente entre os analistas da nossa América Latina tantas vezes sacudida por terremotos financeiros que nos obrigam a olhar preferentemente para as questões externas. No entanto, a prática hegemônica no lidar

pragmático com dinheiro, entre psicanalistas, impõe um posicionamento mais radical. Sempre lembrando que “o mais grave desafio nos tempos humanos é o da reciclagem de mentalidades e o melhor instrumento para enfrentá-lo é uma constante dissipação de extremos” (Quilelli Corrêa, 2011).

Nos estudos atuais sobre a história do dinheiro e sua instrumentalização política e social, tem-se como estabelecidas duas formas de pensar o valor do dinheiro: como valor de troca, intermediando afeto e reconhecimento e, portanto, estabelecendo sempre a questão da dívida no registro simbólico; e o valor de uso, quando à moeda é atribuída uma concretude mágica, fonte de poder e brilho, onde se perde a concepção da troca intersubjetiva (Birman, 1994). A facilidade com que o dinheiro seduz por seu brilho e se transforma em um fetiche, tamponando as falhas humanas, pervertendo o valor de troca pelo valor de uso, principalmente em uma sociedade capitalista como a nossa, deve nos alertar para situações frequentes com que nos deparamos no dia a dia (Sahovaler, Grinson, Leale & Seras, 2006).

Em um anedotário, algumas vezes recorrente, podemos ouvir comentários nos quais o valor de um psicanalista é confundido com o preço que ele cobra, valor numérico pretensamente atribuído e correlacionado a seu saber e competência. Estar em análise com tal profissional é possuir tal insígnia, tal como nas redes de consumo se luta para possuir uma “Kelly bag”...

A argumentação até aqui desenvolvida pode ter a leveza de um bater de asas de uma borboleta, mas com a evidente e provocadora intenção de movimentar o centro de um furacão... (Lorenz, 1963). Mas, deparando-nos com o limite imposto ao texto e considerando que o tema dinheiro implica uma função simbólica de demarcação entre partes contratantes, como demarcaríamos a fronteira do prazo de validade, da prática clínica de um psicanalista? Ou, tal como Lear (Shakespeare, 1600/1981), que se desfez dos encargos do

trono pretendendo hospedar-se nas casas que tinha ofertado a duas de suas filhas, entregaremos a nossos pacientes o encargo de suportar nossos velhos ossos? Até quando trabalhamos?

Referências

- Birman, J. (1989). O valor da psicanálise. In *Agenda de psicanálise: instituições, publicações, calendário e resenhas* (pp. 227-234). Rio de Janeiro: Xenon.
- Birman, J. (1994). Sujeito, valor e dívida simbólica: Notas introdutórias sobre o dinheiro na metapsicologia freudiana. In *Psicanálise, ciência e cultura* (pp. 161-174). Rio de Janeiro: Zahar.
- Diniz, M. H. (2012). *Curso de direito civil brasileiro: Teoria geral das obrigações* (Vol. 2). São Paulo: Saraiva.
- Edward Lorenz (2013). In Wikipedia. Consultado em 15 de maio de 2014. Recuperado de http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Edward_Lorenz&oldid=34457868
- Freud, S. (1976). As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal. In *Obras completas* (Vol. 17, pp. 157-166). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917)
- Freud, S. (2010a). História de uma neurose infantil: O homem dos lobos. In *Obras completas* (Vol. 14, pp. 9-119). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (2010b). O início do tratamento. In *Obras completas* (Vol. 10, pp. 123-145). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913)
- Godoy, A. (12 de maio de 2010). *O mercador de Veneza e a teoria geral dos contratos*. Recuperado de <http://direito.civilemdebate.blogspot.com.br/2010/05/o-mercador-de-veneza-e-teoria-geral-dos.html>
- Quilelli Corrêa, C. (Setembro, 2011). *A morada do homem*. Trabalho apresentado no XXIII Congresso Brasileiro de Psicanálise da Federação Brasileira de Psicanálise, Ribeirão Preto.
- Sahovaler, J. R., Grinson, A., Leale, H., & Seras, S. (2006). Feticchismo del dinero. *Revista de Psicoanálisis*, 63(1), 131-146.
- Santana, I. C. (4 de abril de 2012). A análise do Mercador de Veneza inserida no ordenamento jurídico brasileiro. *Conteúdo Jurídico*. Recuperado de <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.36356>
- Shakespeare, W. (1981). *O rei Lear*. Porto Alegre: L&PM. (Trabalho original publicado em 1600)
- Shakespeare, W. (1990). *O mercador de Veneza*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1560)
- Tustin, F. (1981). A modern pilgrim's progress: Reminiscences of personal analysis with Dr. Bion. *Journal of Child Psychotherapy*, 7(2), 175-179.

Dinheiro em psicanálise. Uma esfera de muitas facetas

Maria Elisabeth Cimenti*

É complexa e multifacetada a questão do dinheiro na psicanálise. Comparo com uma esfera de cristal suspensa e que, ao se mover, vai desvendando reflexos novos e impossíveis de esgotamento.

Freud destaca dois pontos importantes a serem bem definidos no começo de uma cura: tempo e dinheiro. Dois temas atuais na contemporaneidade. Sublinha que o analista não deve tratar com hipocrisia o tema do dinheiro, mas compreendê-lo sempre como uma expressão da transferência. Portanto, dentro dessa complexa questão o analista deve mover-se apoiado na transferência do analisando, que, por sua vez, se constitui em seu mais puro erótico (Freud, 1913/1979a).

* Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.



Reporto-me a uma experiência clínica que me parece interessante. Trata-se do atendimento de um menino de quatro anos cujos pais entregavam o cheque para que ele me pagasse, conforme o combinado. No entanto, o menino jogava o cheque no chão da sala de espera e com autoridade irritada, dizia: “Junta!”.

Essa mesma criança costumava gritar nas sessões pedindo que o retirassem da sala, pedia por socorro e implorava aos berros que alguém o salvasse. Eventualmente necessitava ir ao banheiro; eu abria a porta e ele saía calmamente. Retornava tranquilo quando poderia escapar para a sala de espera na qual se encontrava sua mãe, mas não o fazia. Entretanto, ao entrar na sala de atendimento, voltava a implorar aos gritos para sair.

Pergunto-me o que fazia com que essa criança conseguisse se manter dentro do quadro, respeitando os limites do tratamento numa situação transferencial tão intensa como a acima apresentada; enquanto, em relação ao pagamento, isso não era possível. A intensidade dos efeitos nele causados pelo ato de pagar ultrapassava a de outras situações transferenciais significativas, fazendo com que extrapolasse os limites da sala de atendimento. Por quê? Que elementos se acrescentavam e se mesclavam ao seu conflito, para que a situação não se limitasse aos contornos do consultório? Na sala de espera, no ato do pagamento, ele era o dominador e reagia ativamente submetendo a analista.

Após muito vai e vem, entendi que tudo fazia parte do mesmo drama e se enlaçava à mesma cena inconsciente: eu, a analista, devia amá-lo tanto, que não permitia que ele saísse e me “abandonasse”. Eu precisava dele, enquanto ele desejava livrar-se de mim. Entretanto, sobretudo quando eu cobrava meus honorários, constituía-me no real da situação e desconfigurava sua construção imaginária. Assim visto, o dinheiro seria um constructo Simbólico oferecido pelo Outro e recuperado no Real. Através do ato do pagamento se propiciava um corte no imaginário desse menino. Esse ato tinha o caráter de um corte importante para ressitua-lo como sujeito, à custa do sacrifício de

sua majestade, o bebê, causando uma injúria narcísica grande, porém fundamental.

Tal situação clínica simplesmente confirma o que Freud observa, e Lacan confere ainda mais ênfase, em inúmeros textos (2003a, 1973/2003b, 1976/2003c, 1976/2003d), nos quais registra que o analista não deve ser generoso. Sua função exige uma “descaridade” (Lacan, 1976/2003d, p. 518), no sentido de não abrir mão da busca do desejo. Impõe-se, assim, uma ética (Lacan, 2008) que escapa por completo da cultura judaico-cristã, na qual a culpa domina a cena, a partir da expectativa que tem o analisando de chegar à descoberta da existência de uma verdade a respeito de si que o torne melhor. Entretanto, para Lacan a verdade é mentirosa, e o analisando deveria descobrir isso e se responsabilizar por esse fato. Para o autor, o pagamento inicialmente é sempre realizado por culpa; mas só pagando o analisando poderá vir a se livrar dela. Descobre, em última análise, o seguinte: “Não há verdade que, ao passar pela atenção, não minta” (Lacan, 1976/2003c, p. 567) e poderá tentar se “historisterizar” (p. 568) a partir daí. Os honorários, portanto, seriam determinantes no andamento de qualquer análise.

Mas pode-se imaginar girar a esfera de cristal que propus no início, metaforizando a questão, e, nesse giro, surgiriam indagações como reflexo. Perguntas que venho fazendo a partir da clínica e que convido a acompanhar.

A primeira delas: por que nomeamos nosso pagamento de honorários? Honorário está definido no dicionário brasileiro *Aurélio* (Ferreira, 1977) como proventos dos profissionais liberais e inequivocamente acercado do sentido de honra, honorífico. Embora ciente de que esse termo não é utilizado apenas para nós, psicanalistas, podemos perguntar como percebemos nossos proventos. Com que parcela de verdade-mentira podemos tratar nossos interesses como analistas?

O pagamento se configura como uma troca Simbólica autorizada, que, conforme observamos no caso apresentado, afeta o Imaginário ao se consumir no Real. E isso certamente trata-se de uma via de duas mãos. Não

podemos deixar de considerar o significado erótico do dinheiro na construção de nossa cidadania como sujeitos de um inconsciente. A equação pênis-fezes-filho-dinheiro-presente de alguma maneira está inscrita no inconsciente de todos nós (Freud, 1917/1979b). Desde essa inscrição, as conotações que o significante dinheiro possa vir a tomar são imponderáveis. Dinheiro-fezes-presente ou dinheiro-falo-filho podem ter os mais variados sentidos e combinações, passando por significados de dominação, retenção, agressividade, sujeira, riqueza, culpabilidade, enfim, significados inesgotáveis no deslizamento metonímico. Assim pensando, poderíamos colocar em nossos proventos uma gratificação erótica permitida ao analista. Essa gratificação é autorizada eticamente. Mas por que estaria acerçada às honorarias? Não poderíamos, como sujeitos de desejo, estar mascarando uma mais-valia de nosso trabalho através desse lugar de honradez, pressupondo-se que nossos desejos estivessem completamente à parte? Afinal, Lacan afirma que o desejo do analista deve ter o lugar do “morto no jogo de cartas”, ou seja, está ali, mas não entra no jogo. Será possível? Ou podemos contar com algumas válvulas de escape autorizadas? O próprio Lacan, por exemplo, ficava furiosamente exaltado quando algum paciente faltava com sua quota de pagamento e dizia-se intratável quanto a essa questão (Macedo, 2009).

Certamente cada um de nós percebe como sente, reage e trata as questões de dinheiro e do pagamento na sua clínica. Avaliamos a cada nova situação que fatores circulam em nossos contratos com relação ao dinheiro. Mas não escaparão alguns aspectos importantes? O gênero do analista faz diferença no estabelecimento dos honorários? Os analistas realizam seus contratos, quanto ao pagamento, dentro de diferentes modelos. Cada um de nós tem bem claro porque cobra seu trabalho dentro de certa modalidade, e não de outra? Alguma concessão no contrato com determinado paciente, sabe-se claramente por que foi feita? As perguntas são inesgotáveis! Não necessitamos

obter respostas, podemos tentar pensar o mais profundamente possível. Como dizia Freud (1913/1979a), sem hipocrisia. Mas isso também não é fácil!

Sabemos que estamos no contrapé da cultura dominante, na medida em que nossa técnica se propõe o pensar e sem tempo determinado. A psicanálise abre um espaço, talvez único, para o sujeito se escutar. Entretanto, esse espaço precisa ser permanentemente interrogado para não desvirtuar o seu fundamento.

Surpreendeu-me ler em nosso mesmo Freud a seguinte consideração:

Para as classes médias, o gasto em dinheiro que a psicanálise representa é excessivo somente na aparência. Consideremos que saúde e produtividade, por um lado, e um moderado desembolso monetário, por outro, são impossíveis de medir: se computarmos os incessantes custos de sanatórios e tratamento médico, e lhes contrapormos o incremento da produtividade e da capacidade de prover-se o sustento que resultam de uma cura analítica bem-sucedida, é lícito dizer que os enfermos fizeram um bom negócio. Não há na vida nada mais custoso do que a enfermidade e (...) a estupidez (Freud, 1913/1979a, p. 134).

Freud estava, como de costume, falando com uma ironia fina que lhe era tão peculiar. Mas impregnado pela cultura da época, com um pensamento capitalista já bem definido. Ele é explícito ao afirmar que a psicanálise é praticamente inacessível aos pobres. Podemos pensar o quanto essa marca capitalista pode ter impregnado nossa práxis (Freud, 1913/1979a, p. 134). Apresenta o aumento da produtividade como fator indicativo de cura. Podemos nos interrogar sobre a relação entre produção e saúde. O sucesso do paciente seria um critério de mais-valia ou de mais gozar de um analista? Hoje, se considerarmos a dominação cada vez maior do capital, do consumo e da força da imagem em nossa cultura, poderíamos cogitar se não estaríamos maquiando

nossa técnica e comprovando nossos resultados a partir do sucesso de nossos pacientes. Um paciente ilustre e bem-sucedido estaria ratificando a competência de seu analista?

Em alguma medida somos atravessados pela supervalorização das aparências de bem-estar. Que imagem pretendemos de nosso fazer? O quanto a mais-valia de nosso trabalho e de nós como profissionais estaria medida pelos números que cobramos? Um profissional da psicanálise vale mais de acordo com o que cobra? Sabemos que na escolha do profissional isso é um atributo bastante considerado.

Marx (1946) sugere que o trabalho tomou o valor de uma mercadoria. Salienta que o fetichismo aderido ao mundo das mercadorias se transfere à aparência material das relações de trabalho e como tal pode impregnar o olhar. Acrescenta, ainda, que a razão de valor da materialidade de uma mercadoria se confere por especularidade com relação à outra; a uma mercadoria tende a se dar um valor a partir do valor de uma outra, tomando a partir daí contornos imaginários. Assim, as relações de valor se definem nas leis de mercado.

Embora não precisemos tomar a teoria marxista como um paradigma, até por sabermos das dificuldades de efetivá-la na prática, e porque nosso fazer se apoia em outra concepção, podemos considerar algumas de suas ponderações, pelo menos para termos clareza sobre a complexidade dessa esfera em movimento que é a questão do dinheiro na psicanálise.

Como na música *Nem luxo, nem lixo*, de Rita Lee e Roberto de Carvalho: “Como vai você? / Assim como eu / Uma pessoa comum / Um filho de Deus / Remando contra a maré / Só não duvido da fé... /... Até duvido da fé... / Não quero luxo, / Nem lixo... / Quero saúde pra gozar no final!”

Referências

- Ferreira, A. (1977). *Mimidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Freud, S. (1979a). Sobre la iniciación del tratamiento: Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis. In *Obras completas* (Vol. 12, pp. 121-144). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (1979b). Sobre las transposiciones de la pulsión, en particular del erotismo anal. In *Obras completas* (Vol. 17, pp. 113-123). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1917)
- Lacan, J. (2003a). *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1973)
- Lacan, J. (2003b). *Pós-fácio ao Seminário 11*. In *Outros escritos* (pp. 503-507). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1973)
- Lacan, J. (2003c). Prefácio à edição inglesa dos Seminários 11. In *Outros escritos* (pp. 567-569). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1976)
- Lacan, J. (2003d). Televisão. In *Outros escritos* (pp. 508-543). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1973)
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise 1959-1960* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Macedo, E. (2009). *Do pagamento em psicanálise*. Recuperado de <http://www.ipla.com.br/assets/files/Artigos/Elza-Pagamento.pdf>
- Marx, K. (1946). *El Capital: Crítica de la economía política*. México: Fondo de Cultura Económica.

“Os diamantes
(e o dinheiro) são
os melhores amigos
de uma mulher”:
reflexões sobre o
acordo de dinheiro
no enquadre
psicanalítico**

Francesco Castellet y Ballará*

O acordo sobre o dinheiro é um dos três elementos formais e essenciais do enquadre analítico (os acordos sobre o tempo e o espaço são os outros dois). No entanto, também representa uma oportunidade valiosa de enfocar e explorar os mundos internos dos dois participantes da viagem analítica com relação aos conflitos, às defesas e às soluções dos problemas de dependência emocional e da busca de autonomia pessoal.

O que é o “dinheiro” de um ponto de vista psicanalítico, e como poderíamos situá-lo em nossos contextos clínicos e teóricos?

Os acadêmicos em economia (Ruffolo, 2006) consideram o dinheiro como meio universal de intercâmbio, enquanto que, de um ponto de vista neuropsicanalítico, as emoções que se expressam corporalmente são a lingua-



* Sociedade Psicanalítica Italiana.

** O título deste artigo tem sua origem em uma canção famosa de Marilyn Monroe no filme *Os homens preferem as loiras* (1949).

gem da comunicação universal (também um meio de intercâmbio) do nosso mundo interno com outros seres humanos e mamíferos em geral (Blundo, 2011, p. 47).

Propus, em outro artigo, que “(...) quando lidamos com o dinheiro estamos, inconscientemente, novamente em nossas primeiras etapas pré-verbais da relação com o outro, nos fundamentos do nosso bem-estar emocional interacional com o mundo, ou seja, com o próprio corpo” (Castellet y Ballará, 2012, p. 116).

O dinheiro nesse sentido poderia ser experimentado inconscientemente como o leite, e não só sob a forma de fezes (Ferenczi, 1914/1990; Freud, 1908/1959), ou melhor, poderia ter um sentido ou outro, segundo a predominância afetiva suscitada na relação.

O leite é o nutriente básico e essencial intercambiado/oferecido pelo cuidador ao recém-nascido. Receber ou não receber leite é uma questão de vida ou morte nessa etapa da vida e o leite é experimentado como uma substância que dá uma relativa tranquilidade e bem-estar devido à sensação de saciedade, ou de uma vacuidade catastrófica e dolorosa, caso falte.

Inclusive mais tarde, na vida adulta, o leite conserva seu valor como símbolo da vida e da riqueza, mas é gradativamente, com a educação e a socialização, substituído pelo dinheiro como valor de reserva de bons sentimentos, como a segurança, a saciedade e a atenção, em oposição às más emoções, como a incerteza, a escassez, o abandono. O dinheiro, devido à sua “liquidez” (da mesma forma que o leite), pode ser intercambiado por bens concretos que podemos necessitar e cuja posse sempre tem um efeito poderoso no nosso estado de espírito quando adultos.

No entanto, o dinheiro não tem valor intrínseco (é apenas um símbolo), ao passo que a beleza, a generosidade, o amor, sim, têm, provavelmente por serem “emoções” diretamente (e não de modo simbólico).

Em termos de processo primário, faz com que nos recordemos de Susan Bodnar (2006):

O leite materno é uma rica metáfora de grande parte da nutrição que acontece durante o trabalho analítico... então... (o leite como) vínculo de cuidados entre duas pessoas não relacionadas biologicamente simboliza um componente biológico importante para o apego psicológico. Em certo sentido, pode-se dizer que frequentemente nos encontramos no leite dos demais (p. 46).

Consequentemente, a própria psicanálise (sendo também um intercâmbio comercial, ou seja, um serviço por dinheiro, ou uma melhor “nutrição” em troca de dinheiro) deve lidar todos os dias com esse “objeto” emocionalmente poderoso.

Por outro lado, o dinheiro também é um objeto fantasmático, um precipitado de várias



identificações com figuras parentais precoces cujas atitudes, comportamentos e preocupações com relação ao dinheiro e, portanto, o relacionamento (ou seja, a criação), os intercâmbios com os demais, estão profundamente estabelecidos, ao menos, em nossa memória de procedimento. Devido à relação inconsciente entre o dinheiro e os afetos, uma relação entre um uso patológico e a necessidade de dinheiro e os repetidos fracassos nas relações de objeto precoces poderia ser proposta e investigada.

A necessidade de possuir e exibir dinheiro indicaria uma confusão compensatória entre o dinheiro e os intercâmbios corporais básicos nas relações primárias. Por exemplo, a falta de leite, de atenção, do calor e da proximidade do corpo de outro ser humano poderia encontrar um substituto parcial, porque insatisfatório, no dinheiro.

Essa hipótese poderia explicar a experiência generalizada sobre as dificuldades específicas comuns na análise de pessoas com muito dinheiro, onde a condição econômica age como uma defesa potente contra o temor a se render à necessidade de intimidade e confiança com relação a outro ser humano. Orit Badouk Epstein (2010) enfatiza a origem traumática transgeracional dessas atitudes sobre o dinheiro como mau substituto do peito:

As defesas são, portanto, uma consequência de uma falha ambiental para satisfazer as necessidades da criança. Quando os cuidadores não são conscientes, e estão desconectados, de sua própria infância, de perdas passadas e de traumas que reprimiram, bloquearam e dissociaram, há muitas possibilidades de que se repita a incapacidade de seus próprios pais para satisfazer suas necessidades com seus próprios filhos. As guerras, as fomes, os desastres naturais, a perda de seres queridos e de postos de trabalho, e as perseguições nacionais são os principais fatores que contribuem para a formação da nossa personalidade (Epstein, 2010, p. xii).

A forma prática de lidar com o dinheiro em relação ao analista é de especial interesse na exploração desse tema. Podemos enumerar várias formas de realização do pagamento,

no consultório, com esse objeto simbólico e emocional:

- Por exemplo, o dinheiro colocado em um envelope e entregue nas mãos do analista ou inclusive deixado sobre a mesa (a distância se mantém);
- O dinheiro pode ser contado na frente do analista com uma petição explícita de que seja contado pelo analista (a suspeita e a desconfiança estão no cenário);
- Pode ser que seja entregue um cheque, às vezes com comentários adicionais que talvez revelem as emoções negativas escondidas pelo gesto (como “para que eu não me esqueça de pagar meus honorários”);
- O pagamento é realizado por transferência de dinheiro e as emoções ligadas ao dinheiro são ainda maiores (uma distância impessoal é mantida com o analista).

Em geral, a transferência com relação ao analista é o centro de atenção no momento do pagamento; seu calendário (cada sessão, uma vez por semana, uma vez por mês até o pagamento completo, muito incomum e problemático, adiantado) também é muito significativo, especialmente com relação aos problemas de dependência e de transtornos de apego.

A situação econômica geral do analista e do analisando também influencia o acordo sobre o pagamento e suas modalidades. Poderíamos pensar que, se o *setting* analítico, com suas regras combinadas de forma mais ou menos bem-sucedida, representa o “quadro”, o enquadre, o cenário onde o processo analítico pode ser desenvolvido, o ambiente em si está contido dentro de um marco mais geral que é o “ambiente” social, econômico e cultural, compartilhado pelo par analisando-analista.

Por exemplo, os analistas que trabalham em tempo integral no consultório, sem nenhuma outra fonte constante de renda, dependem totalmente dos pagamentos dos pacientes para ganhar a vida e se defender dos riscos e das incertezas.

Nesses casos, portanto, para o analista, enfrentar o pagamento na relação com os pacientes é igual a enfrentar suas próprias incertezas e riscos. Não é de estranhar, portanto, que esse particular aspecto do contrato esteja carregado de diferentes níveis de ansiedade por parte do analista e do paciente, com uma variabilidade ligada às suas atuais situações econômicas e profissionais em geral.

No entanto, a flexibilidade do analista no tratamento dos problemas com o dinheiro é obrigatória, com o fim de compreender o que está por trás do “dinheiro” para esse paciente em particular. Como poderíamos construir a confiança básica na relação sem confiar em nossos pacientes, em primeiro lugar?

O pagamento das sessões perdidas é um padrão, mas devemos nos perguntar quanto de uma identificação com o agressor (identificação mal resolvida com os pais sádicos e/ou aspectos sádicos da nossa experiência de formação) está influenciando na nossa escuta analítica e na conduta e/ou, também, se uma atitude masoquista da nossa parte está influenciando na situação.

Um exemplo de flexibilidade é permanecer aberto para modificar o acordo referente ao dinheiro segundo as necessidades inconscientes dos pacientes, já que a boa, ou suficientemente boa, parentalidade é fundamental para o objetivo da relação analítica no que diz respeito a acalmar e reparar os traumas e desarmonias infantis.

De acordo com a minha experiência com analisandos muito ricos, diferenciaria aqui o fato de tratar-se de um homem rico ou de uma mulher herdeira de uma família de posses ou cônjuge cuja renda não resulta da família nem de seu próprio trabalho. A diferença está dada normalmente em termos de equilíbrio narcisista e da autoestima que no primeiro grupo está fundada na experiência, mas continua sendo frágil internamente e pode dar um passo rumo a uma atitude controladora e desvalorizadora com relação ao analista. O analista pode lidar suficientemente bem com esses ataques se ele foi capaz de sentir e de chegar à “pobreza”

dos afetos, à criança negligenciada, escondida por trás da fachada rica.

Nesse caso, elevar os honorários a um nível comparável à renda do analisando pode ser importante com o objetivo de não aceitar uma desvalorização desde o princípio. As outras normas de ajuste (tempo e espaço) também são áreas importantes para definir com clareza, mas no acordo do pagamento isso é absolutamente essencial com analisandos tão acostumados, tanto a ofertas comerciais, como a transações financeiras.

Também foram descritos casos de pagamento adiantado para toda a duração do suposto tratamento, quando o contrato foi evidentemente pervertido desde o início, com o risco de que o analista seja seduzido e secretamente desvalorizado por conta da demonstração de riqueza e poder do analisando.

A nota fiscal depois do pagamento é outra parte do acordo, ou o dinheiro em espécie, que é tida como uma norma ou como uma questão de preocupação que não é discutida publicamente nos países em que isso é realmente uma opção, já que o pagamento de impostos e os controles não são tão estritos ou podem ser evitados.

Sobre a nota fiscal ou o recibo, em particular, o lugar do analista como modelo e objeto identificatório em questões de dinheiro e de transações de dinheiro é crucial.

Poderia mencionar aqui duas situações quase opostas com as quais tive experiência: na Holanda, onde o pagamento sempre é realizado através de dinheiro eletrônico e a emissão de notas fiscais é automática; e na Itália, onde o pagamento em espécie é padrão.

Para sublinhar a diferença entre as duas situações, o pagamento em espécie na Holanda faria surgir a suspeita de uma procedência ilícita do dinheiro e normalmente seria recusado. Na Itália, que os pacientes não recebam uma nota fiscal, é uma prática tolerada (obtendo-se um desconto como compensação) porque os impostos são percebidos como um roubo de um Estado-pai sádico e indiferente, e a rebeldia por meio de não dar uma nota fiscal depois do

pagamento é considerada uma forma justificada de se proteger a eles próprios.

Essa questão é especialmente problemática durante a formação dos candidatos, devido à falta de uma discussão aberta e específica sobre esse aspecto do enquadre.

Esse é um exemplo de como o enquadre interno da psicanálise é influenciado pelo externo, podemos dizer, pela sociedade em geral, com suas regras e costumes frequentemente não escritos, através do acordo de dinheiro e nota fiscal. As questões relativas ao dinheiro no estabelecimento do enquadre e durante o decorrer da análise não devem ser negadas e mantidas em segredo, já que são um assunto crucial e de significativa preocupação, com o fim de explorar as conexões entre as realidades internas e externas dos pacientes.

Observações finais

O dinheiro como símbolo é um recipiente de emoções, traumas, medos, das identificações, dos desejos e do sonho; em termos de processo primário e, portanto, em nível corporal, foi relacionado com os líquidos corporais, como o leite, o sangue, a urina, as fezes e as emoções básicas.

Finalmente, em termos de processo secundário, o dinheiro poderia ser compreendido como um espelho multifacetado dos nossos desejos (nosso mundo interno), que se confronta com a realidade externa com seus limites e possibilidades.

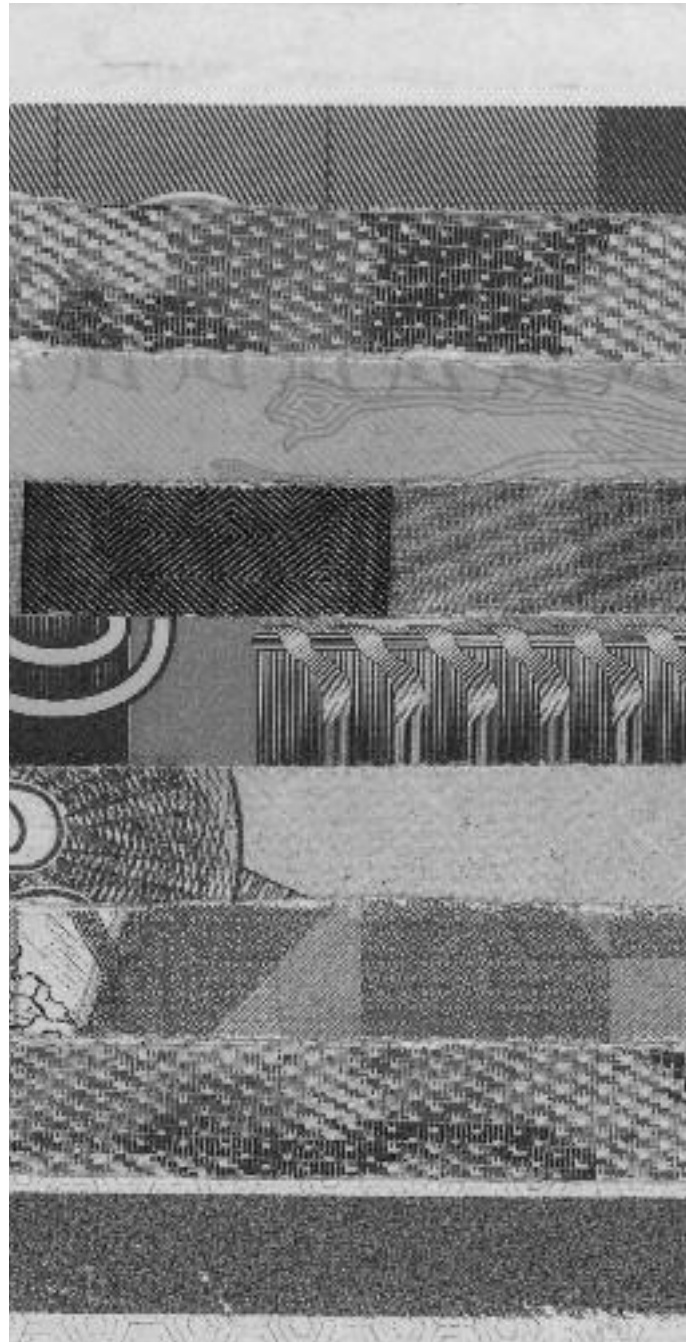
Referências

- Bodnar, S. (2006). I'm in the milk and the milk's in me: Eros in the clinical relationship. *Psychoanalytic Dialogues*, 16(1), 45-69.
- Blundo, C. (2011). *Neuroscienze cliniche del comportamento: Basi neurobiologiche e neuropsicologiche, psicopatologia funzionale e neuropsichiatria* (3ª ed.). Milano: Elsevier.
- Castellet y Ballará, F. (2012). O dinheiro como conceito central do setting psicanalítico. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 46(4), 112-125.
- Epstein, O. B. (2010). And what about the 'Bad Breast'? An attachment viewpoint on Klein's theory. *Attachment: New directions in psychotherapy and relational psychoanalysis*, 4(2), ix-xiv.

Ferenczi, S. (1990). Sull'ontogenesi dell'interesse per il denaro. En *Opere 1913-1919* (Vol. 2, pp. 123-130). Milano: Cortina. (Trabalho original publicado em 1914)

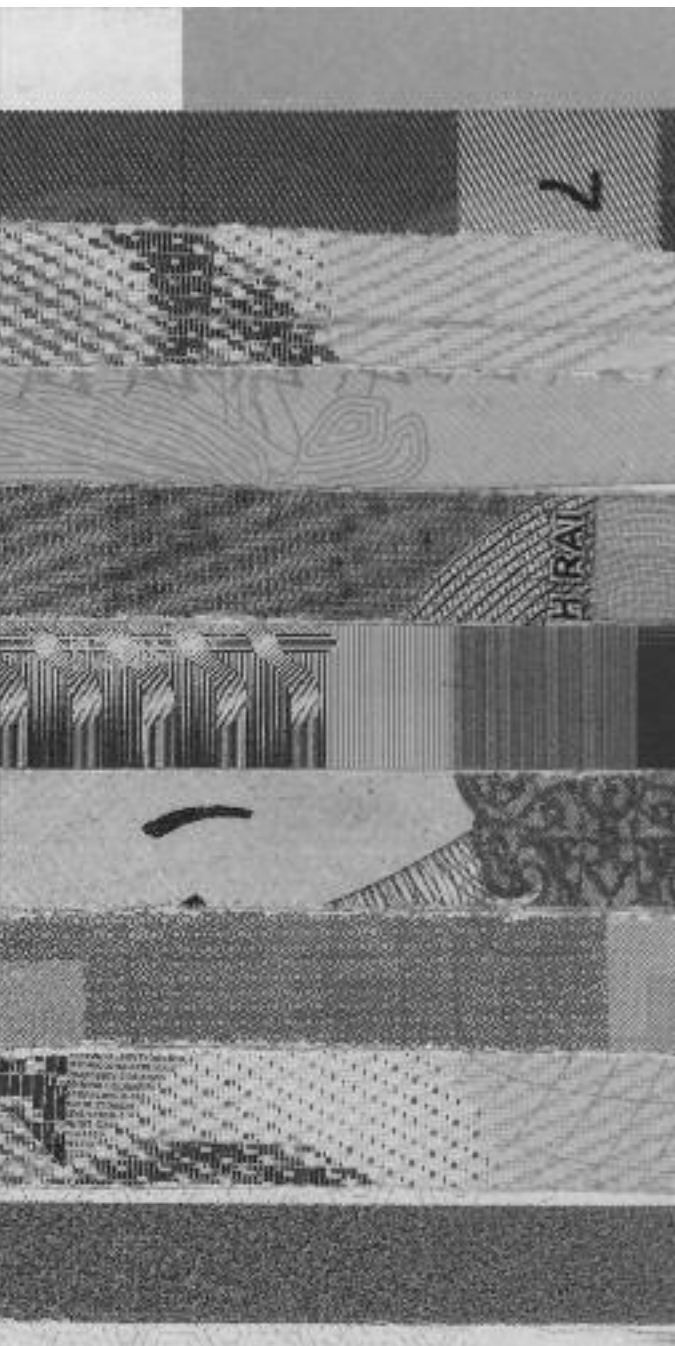
Freud, S. (1959). Character and anal erotism. En J. Strachey (Ed.), *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 9, pp. 169-175). London: Hogarth. (Trabalho original publicado em 1908)

Ruffolo, G. (2006). *Lo specchio del diavolo: La storia dell'economia dal paradiso terrestre all'inferno della finanza*. Torino: Einaudi.



Ouro ou vil metal no progresso do processo analítico

Federico Luis Aberastury*



A experiência da complexa prática que é psicanalisar deriva da certeza de que isso nunca é dependente apenas de uma questão de tempo. O enunciado da regra fundamental da psicanálise e sua aceitação por parte do paciente não é condição suficiente (Freud, 1913/1986b). Isso é independente das condições intelectuais e éticas do mesmo, que são, por outro lado, importantes para esperar um resultado bem-sucedido desse tipo particular de cura, diferente daquelas derivadas de qualquer outra psicologia (Freud, 1913/1986b).

Para quem se inicia na difícil arte que implica a psicanálise, não é fácil perceber porque seu criador adverte que o mais importante não é a formulação da interpretação, e sim estar em condições de orientar o movimento das correntes e momentos do desenvolvimento da transferência (Freud, 1912/1986a).

“Meter a colher” no caldeirão do sistema Inconsciente é algo que traz consequências, e a forma de resistência que mais deve ser cuidada, por conta do caráter inevitável do seu aparecimento, é a resistência de transferência. Mas, se é possível diminuir o risco desse obstáculo no progresso da análise, devemos implantar precauções desde o começo e como condição da entrada em análise. Refiro-me especificamente ao enquadre ou ao contrato analítico.

Tempo e dinheiro são as questões que devem ser tratadas ali (Freud, 1913/1986b). Isso é algo sobre o qual estão de acordo quase todos os praticantes da psicanálise, qualquer que seja a corrente teórica de que são adeptos. As diferenças aparecem quanto ao que, ao como e ao quando isso deve ser tratado.

Uma metáfora com a qual estou de acordo é a que expressa que o inconsciente atravessa o campo da relação do Eu com os objetos do mundo ou, para dizer de outra forma, com o registro imaginário como uma arteriografia sadomasoquista (Lacan, 1964/1986). De acordo com o que fizemos com isso no campo da transferência, será um temível e indomável demônio

* Asociación Psicoanalítica Argentina.

(Belzebu) ou uma donzela doce e gentil (Biondetta) com quem poderemos contar, tal como ilustra Lacan ao recorrer ao texto de Jacques Cazotte *El diablo enamorado* (O diabo apaixonado).

Então o que e como fazer? “Poderoso cavalheiro é dom dinheiro” (Quevedo, 1997). Significante coringa que pode ocupar o lugar de diferentes moções pulsionais, a saber:

- Como representante do que há de valioso a oferecer na condição de oblatividade e na relação disso com a capacidade de amar tão essencial na resolução das neuroses.
- Como o retentivo e o expulsivo nas manifestações da pulsão agressiva.
- Como o anal em sua condição de etapa lógica e também regressiva.

Ou seja, tudo aquilo que, a partir de uma *tecné* exercida com propriedade, deve ser evitado para conseguir a alquimia da psicanálise, o que não pode ser reduzido a nenhuma regra técnica.

Por isso não deve faltar sua consideração no estabelecimento do contrato analítico, mas o “como” será moldado de forma unitária, ao modo de “um por um”, a partir da singularidade de cada paciente e (será necessário admitir) também do que cada analista particularmente possa fazer.

Freud dizia que o paciente devia se ocupar das resistências conscientes, e que o analista se dedicaria às resistências inconscientes do material. Compreendendo-se que, como resistência consciente, referia-se ao cumprimento do estabelecido com relação ao enquadre. A meu ver, isso deve ser resolvido no tempo prévio da escuta que é aconselhável que aconteça antes do estabelecimento do começo da análise e da enunciação da regra fundamental com as condições do contrato (Freud, 1913/1986b).

Considerar de que modo influi o fato de que a angústia do analista fique ligada ao abandono do tratamento pelo paciente (Racker, 1959/1986) é um assunto especial, e que isso desequilibre sua economia tanto no que se refere propriamente à sua renda como no que se refere à sua autoestima. Se a inquietude de que

isso ocorra faz com que evite o progresso da investigação, frente ao temor de que a resistência se manifeste pelo abandono do tratamento na forma de passagem ao ato, possivelmente se transformará em uma dificuldade que não poderá ser contornada pelas resistências do analista. Creio que, por essa razão, as carências econômicas com relação ao dinheiro, as afetivas ou as carências no campo da sexualidade representam possíveis contratemplos a partir da contratransferência e pertencem ao campo da análise do analista.

Na minha opinião, a demanda deve ficar sempre do lado do paciente e, em termos de demanda de cura, e não das inevitáveis fantasias que, como restituições transferenciais (Milmaniene, 2004), estão presentes de forma relativamente inconsciente em todo paciente, como a expectativa da “cura pelo amor” ou da “cura pelo saber”.

Com relação a esse último ponto, pensamos que o que deve ser sustentada é a atribuição, ao analista, de um saber sobre o método da cura, e não de um saber sobre a vida, tentação à qual é necessário renunciar. Refiro-me à possibilidade de que a pessoa real do analista em forma consciente (todos conhecemos a preocupação frequente daqueles analistas cujos rendimentos não cobrem com folga suas necessidades) ou inconsciente dependa economicamente ou afetivamente do paciente. Cria-se aí um espaço fértil de resistência ao processo como um espaço de conflito ou causa da gestação de um baluarte segundo o conceito enunciado por W. Baranger. Esses problemas são cruciais na direção da cura.

Outra questão é dar crédito às precauções aconselhadas por Freud sobre a conveniência de deixar para o final da análise o tratamento dos traços próprios do caráter neurótico, deixando para o início o tratamento dos sintomas e das relações de objeto patológicas. Essas últimas são, por outro lado, as condições mais frequentes que se apresentam no discurso manifesto como causa de angústia (Freud, 1916/1987; Miller, 2008).

O tratamento de pacientes no hospital mediante o método psicanalítico é um exemplo

de que é possível a sua realização sem que o pagamento figure como condição, assunto controverso (Freud, 1913/1986b). Também consideramos válido atender alguém sem cobrar nada. Consideramos que cobrar menos do que os honorários da nossa hora analítica pode acontecer, por exemplo, quando aceitamos um aspirante à formação na instituição psicanalítica onde estamos habilitados para praticar a análise didática ou análise de formação. Aconselha-se que o modo como estabelecemos essa exceção do pagamento ou de outras formas que implicam sua redução fique claro de acordo com o estilo da pessoa real de cada analista. Geralmente, acontecem situações em que serão colocados à prova aspectos da resistência e da contrarresistência (Racker, 1959/1986), bem como as maneiras de resolvê-los.

Um assunto controverso, de acordo com as correntes e com as épocas da história da psicanálise, constitui a discussão que acontece no terreno da psicanálise de crianças e adolescentes com relação a se o paciente será portador do dinheiro que mensalmente vem dos pais. De acordo com a minha experiência, é preferível que o pagamento seja feito por um dos progenitores ou pelos dois em um encontro mensal onde manifestem, ao mesmo tempo, questões sobre o ambiente. Isso ajudará o analista, que nesses casos não conta com a garantia do tipo de verbalização que contribui para a regra fundamental do tratamento das formações do inconsciente e que constituem a pedra angular da especificidade da psicanálise.¹

O dinheiro passa a representar aquilo que constitui o mau encontro com o real e o “sofrer demais” (Lacan, 1964/1986), próprio da miséria neurótica. O método analítico deve poder fazer alguma coisa com isso para obter esse bom encontro (Lacan, 1964/1986) que desejamos para coroar um fim de análise. Vale esclarecer que, quando falo do dinheiro como representante, refiro-me ao gozo Outro (Lacan, 1972/1960; Braunstein, 1990), termo utilizado por Lacan para designar aquilo que é necessário delimitar.

Colocar um limite ao gozo no registro imaginário (Braunstein, 1990) é condição, a meu ver, para que se produza a mudança no saber inconsciente cujo resultado é a produção de um novo significante que, por sua vez, trabalhe na gestação de felicidade compreendida como o bom encontro (*bonheur/happiness*). Ou seja que o que só se manifestava do inconsciente no registro do desprazer tenha seu lugar no princípio do prazer. O discurso analítico indicaria qual deveria ser a posição do analista para que atue no lugar de agente em função de fazer semblante do objeto “a” ante a barradura do sujeito no campo do Outro (formações do inconsciente) que produz a alquimia sobre o saber inconsciente no lugar da Verdade (Lacan, 1969/1992; Aberastury, 2012).

Referências

- Aberastury, F. (2012). El efecto incalculable de la interpretación: Entre la deriva asociativa y la puntuación. In M. Goldstein, M. T. Reyes & B. Zelcer (Eds.), *Actualizando la clínica lacaniana* (pp. 55-62). Buenos Aires: Lugar.
- Baranger, W., & Baranger, M. (1969). *Problemas del campo psicoanalítico*. Buenos Aires: Kargieman.
- Braunstein, N. (1990). *Goce*. Madrid: Siglo XXI.
- Cazotte, J. (2005). *El diablo enamorado*. Madrid: Siruela.
- Freud, S. (1986a). Consejos al médico. In *Obras completas* (Vol. 12, pp. 111-119). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1912)
- Freud, S. (1986b). Sobre la iniciación del tratamiento. In *Obras completas* (Vol. 12, pp. 123-144). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (1987). 24ª conferencia: El estado neurótico común. In *Obras completas* (Vol. 16, pp. 344-356). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1916)
- Lacan, J. (1972). Subversión del sujeto y dialéctica del deseo en el inconsciente freudiano. In *Escritos I* (pp. 305-340). Madrid: Siglo XXI. (Trabalho original publicado em 1960)
- Lacan, J. (1981a). Aristóteles y Freud: La otra satisfacción. In *El seminario de Jacques Lacan, libro 20: Aún 1972-1973* (pp. 65-78). Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 1973)
- Lacan, J. (1981b). Una carta de amor. In *El seminario de Jacques Lacan, libro 20: Aún 1972-1973* (pp. 95-108). Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 1973)

¹ Aberastury, F. (2014). *Lecturas del Psicoanálisis de Niños* (no prelo).

Lacan, J. (1986). *El seminario de Jacques Lacan, libro 11: Los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis 1964*. Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 1964)

Lacan, J. (1992). Producción de los cuatro discursos. In *El seminario de Jacques Lacan, libro 17: El reverso del psicoanálisis 1969-1970* (pp. 9-25). Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 1969)

Miller, J.-A. (2008). Síntoma y carácter. In *La experiencia de lo real en la cura psicoanalítica* (pp. 109-126). Buenos Aires: Paidós.

Milmaniene, J. (2004). *La función paterna* (2ª ed.). Buenos Aires: Biblos.

Quevedo, F. de. (1997). *Poesía varia*. Madrid: Cátedra.

Racker, H. (1986). Contrarresistencia e interpretación. In *Estudios sobre técnica psicoanalítica* (pp. 316-321). Barcelona: Paidós. (Trabalho original publicado em 1959)



O dinheiro frente à psicanálise

Ruth Axelrod*

Escrever sobre dinheiro, dom dinheiro, *denario*, em latim, é uma grande oportunidade de fazer um velho e novo discurso sobre o cotidiano, para reconstruir o que na humanidade tornou-se função, sobre o que a princípio foi intercâmbio.

É buscar para o substantivo todos aqueles adjetivos conscientes, mais os inconscientes, que definem um esquema transgeracional sobre a reconstrução do dinheiro, unido aos múltiplos significados e significantes, suas possibilidades de uso e abuso.

*Asociación Psicoanalítica Mexicana



É se atrever a desvendar um desses temas que sempre geram angústia, razão pela qual parece melhor calar para não convidar o próprio diabo a aparecer entre os envolvidos, no evento burguês de pagar ou de ser pago. De ter ou deter o valor oficial que a comunidade oferece por um evento, um lugar, um serviço ou um prazer.

Como me vendo? Como te compro?

Freud (1913/1986b), em *Sobre la iniciación del tratamiento*, menciona que:

Um analista não discute que o dinheiro deve ser considerado, em primeira instância, como meio de autopreservação e de obtenção de poder, mas sustenta que, ao lado disso, poderosos fatores sexuais acham-se envolvidos no valor que lhe é atribuído (p. 132).

Afirma que o homem trata dos assuntos de dinheiro com duplicidade, falsidade e hipocrisia.

Ao comunicar espontaneamente ao paciente em quanto calcula o valor do seu trabalho, ou seja, por cada sessão, demonstra que o psicanalista conseguiu depurar a falsa vergonha para lidar com assuntos de dinheiro, inclusive sugere que pode adotar a posição de cirurgião que é sincero e cobra caro, porque dispõe de tratamentos capazes de remediar um problema. Opina que é digno e que está sujeito a menos reparos éticos o ato de confessar para si mesmo quais são suas pretensões e necessidades reais sem ser filantropo. Além do fato de que o psicanalista tem o direito de negar atendimento gratuito (Freud, 1913/1986b, p. 133).

É interessante que, sabendo que somos herdeiros da possibilidade de negociar com liberdade e dignidade o valor do nosso trabalho, tenhamos sempre esse questionamento sobre como cobrar.

Cada paciente se converte em uma alternativa nativa para medir nossa capacidade de

lidar com o mandato de “*Show me the money!!*” e “*The material girl*”... Porque é claro que é necessário adequar certa parte da técnica a cada tratamento e que o dinheiro é uma dessas variáveis. O discurso verde... aparece em todos os seres humanos. Alguns pelo fato de ter, ou de ter perdido o que tiveram, ou por desejar ter o que nunca terão, seria um discurso diferido da castração? O dinheiro como símbolo de poder, de força; quem tem dinheiro tem tudo, e pode tudo.

O enquadre analítico é considerado uma instituição onde pode ser estabelecido um ritual obsessivo com o único objetivo de preservar a sobrevivência psíquica do analisando e, claro, do analista, como diz Faimberg (2012).

Se o acordo sobre os honorários do psicanalista é estabelecido desde o início e é ritualizado, será no caminho ao *acting* que poderá dar a perspectiva do conflito na administração inconsciente do dinheiro como sintoma, ou talvez seja através do *enactment* que possa ser simbolizado isso da coisa que pode ser traduzida ao aqui e agora.

Sobre se o paciente paga ou não paga, como paga ou quem lhe dá o valor para a sessão. Sobre se cumpre o enquadre ou o quebra, e se o analista interpreta em transferência, ou para a transferência, apesar da sua contratransferência. E sobre suas angústias em relação à sua própria estrutura financeira, com a qual tem que lidar, apesar de não ter recebido adestramento para fazê-lo com sucesso.

É possível encontrar um aspecto egóico denominado “O eu financeiro”, esse lugar consciente que consegue fazer as somas, as subtrações e as conquistas para manter sob controle a realidade de pagar as contas a tempo.

É um conceito valioso a ser trabalhado com os pacientes que se atrevem a isso.

O que o psicanalista vende?

O corpo, o tempo, o espaço psíquico, seus afetos, seu divã?

O analista aluga a sua escuta, dedica um tempo exclusivo ao seu paciente, que quer dizer-lhe algo, ou não, que o afasta dos demais,

que o mantém durante 45 minutos apenas para si. E isso tem esse custo referente ao prazer de ter. Ou a outra cara da mesma moeda, a cara pulsional narcisista de controle e domínio.

O que o paciente paga? Exclusividade de uma manutenção auditiva diferente? E o que mais?

Pagar é se responsabilizar? Pela hora, pelo tempo, pela angústia de esperar e de ser esperado para se desesperar. É a hora analítica. Infinita em seu emblema, mas que quando termina são só as palavras e, talvez, um pouco de *insight*, o lucro. A cura pela palavra.

Como fazer um aumento monetário dessa mesma sessão um ano mais tarde? Entre a resistência e a culpa, move-se dom dinheiro.

O dinheiro é sempre um símbolo de algo mais ou de algo menos? Um charuto pode ser apenas isso, um charuto?

Ou é indispensável encontrar o verdadeiro *self*, que marcará o dinheiro apenas como moeda de troca? O analista pode ficar sereno com o falso *self* de deixar o dinheiro apenas como isso que menciona Freud, um meio de sustento? O dinheiro é significante como signo particular.

O signo utilizado por uma pessoa surge concatenado a uma associação inconsciente reprimida de ideias que mudam de sujeito para sujeito.

Mas é o mesmo dinheiro que dá sustento à sessão analítica, que a sustenta para que um pague e o outro cobre, para que na crença da dialética hegeliana de amo e escravo mantenha-se uma assimetria de poder e saúde para ambos participantes da díade analítica.

Realidade ou ficção

Convida a exercer o jogo da fantasia feito ao redor de ter ou não ter, e das ficções como defesas psíquicas que surgem quando a ambição, a inveja, a ira e a pulsão de morte aparecem frente ao dinheiro; o dinheiro, seu dinheiro, meu dinheiro.

Dinheiro de vida ou dinheiro de morte?

O dinheiro passa a ser valorizado como as fezes, tanto pode dar prazer como desprazer, gerar ligação ou rompê-las.

Green (1983) comenta que “o sujeito permanece vulnerável em sua vida amorosa, já que a unidade com sua mãe ficou esburacada e se realiza no plano do fantasma, obtendo-se o domínio do trauma”. O dinheiro como tampão do vazio, do desamor obtido na relação primária, se desloca.

O dinheiro de vida terá um uso pulsional que será diferente do uso do dinheiro de morte.

O dinheiro tem sua própria história, que fica emaranhada com o ofício do sujeito. Com sua produção e a necessidade de ter e ser.

Lembro-me quando um banqueiro tinha que falar de dinheiro e dizia que era uma falta de educação muito grande falar de dinheiro, que de dinheiro não se fala em voz alta, e assim começou seu tratamento analítico.

Sobre o que mais não se pode falar?

Sobre a loucura, a morte, a sexualidade, o sexo?

É válido separar a manipulação do dinheiro do que se refere ao desejo (Peusner, 2011). A criança aprende que o dinheiro é algo que se recebe de modo dosificado pelo desejo materno. A separação do domínio da formação do desejo com o aparelho do dinheiro é uma busca da psicanálise. Que vai desde a ambição até a perversão na psicologia do rico ou do avarento, até os “bons negócios”, tanto de reconhecer dívidas como de cobrar e pagar –em dinheiro, e não em libras de carne, por conta do mal-estar da cultura...

Cichelo (2010) menciona que a identidade do ser se confunde com a acumulação capitalista, objetivada no dinheiro –fetiche supremo do capital–, com a ilimitação mortífera do desejo de gozo e é assimilável a vários outros transtornos clínicos da atualidade. Deixa entrever que há patologias do dinheiro.

Finalmente, temos a obrigação de nos servir da moeda que predomina no país que investigamos, no nosso caso, a moeda neurótica... (Freud, 1911/1986a).

Referências

- Cichelo, G. (2010). *La función del dinero en psicoanálisis*. Buenos Aires: Letra Viva.
- Faimberg, A. (2012). José Bleger y su encuadre dialéctico: Vigencia actual. *Calibán. Revista Latinoamericana de Psicoanálisis*, 10(1), 194-203.
- Freud, S. (1986a). Formulacións sobre los dos principios del acaecer psíquico. In *Obras completas* (Vol. 12, pp. 217-231). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1911)
- Freud, S. (1986b). Sobre la iniciación del tratamiento: Nuevos consejos sobre la técnica del psicoanálisis. In *Obras completas* (Vol. 12, pp. 121-144). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1913)
- Green, A. (1983). *Narcisismo de vida, narcisismo de muerte*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Peusner, P. (julho, 2011). Dos señalamientos de Lacan sobre la función del dinero en psicoanálisis. *Imago Agenda*, 151. Recuperado de <http://www.imagoagenda.com/articulo.asp?idarticulo=1541>

Poderoso cavaleiro “Dom Dinheiro”

Oswaldo Canosa*

*Vivem em nós inúmeros;
Se penso ou sinto, ignoro
Quem é que pensa ou sente.
Sou somente o lugar
Onde se sente ou pensa.*

FERNANDO PESSOA

Qual é o valor do dinheiro na formação analítica?

Essa é a pergunta que ficou rondando a mesa de edição da seção Vórtice; e consideramos que necessitávamos de uma certa ajuda, de alguma colaboração de protagonistas mais diretos com relação a essa pergunta. Foi assim que nos aproximamos de analistas em formação a partir da Organização de Candidatos da América Latina – Ocal.

Nossa curiosidade nos levou a lhes fazer algumas perguntas que nos ajudaram a pensar. Em um contexto de absoluta reserva, enviamos esse questionário a aproximadamente cem analistas em formação, do Brasil, da Argentina e do México. Deles, 40 responderam amavelmente ao nosso pedido.

Cabe informar que essas perguntas foram formuladas a partir de uma premissa compartilhada por todos:

“A formação analítica é cara”.

Premissa complexa, se aceitarmos que o dinheiro, além de ser um significante privilegiado no discurso psicanalítico, é o símbolo por excelência do intercâmbio econômico entre as pessoas. O dinheiro, então, por uma convenção imposta por alguns e aceita por quase todos, dá categoria de mercadoria a tudo o que pode ser intercambiável em uma transação econômica.

Se voltarmos à nossa premissa, podemos redefini-la deste modo:

“A formação analítica é mais ou menos cara com relação a...

... outra mercadoria”.

Três ou quatro analistas em formação chegaram a comentar que cerca de 30% da sua renda se destinava à sua formação; apenas um analista disse isso com uma certa conformidade, no restante desse pequeno subgrupo o comentário foi realizado mais como uma expressão de pesar.

Por que será que algo classificado como caro adquire uma classificação de bom, confiável, valioso, a partir do dinheiro necessário para obtê-lo?

As perguntas oferecidas aos nossos colegas giravam, sem que houvésemos proposto que

* Asociación Psicoanalítica Argentina.



assim fosse, ao redor deste significado múltiplo: um intercâmbio econômico e outro simbólico.

A formação analítica é uma oferta de conhecimento, de capacitação profissional e de análise pessoal que implica esse intercâmbio múltiplo. Por um lado, o intercâmbio econômico que se condensa em uma palavra: mercadoria - conceito de pleno significado se a dívida do intercâmbio econômico é paga. E o outro intercâmbio simbólico que, se for eficaz, tende a não ser pago nunca, para que possa fluir e continuar a ter o efeito prometido e esperado.

As respostas, como era de esperar, abriram mais interrogações do que enriqueceram a discussão. Para dar certa noção de tendência ao que foi dito por nossos entrevistados, as respostas

foram convertidas em uma expressão numérica porcentual, tendo como universo o total de comentários recebidos (40).

Não será em vão repetir que essa “não” é uma investigação, e sim apenas um caudal de circunstâncias frente a uma série de perguntas e respostas que falam de um mal-estar na formação de analistas.

Estas foram as perguntas com suas respostas:

a) O sr. consegue chegar a um consenso com seus analistas didatas e supervisores sobre os honorários que deve pagar?

Resposta: Entre os analistas consultados, 40% deles NÃO conseguem chegar a um consenso sobre honorários com seus analistas e supervisores.

b) A instituição à qual pertence lhe oferece alguma ajuda econômica ou financeira?

Resposta: Dos entrevistados, 77,5% desconhecem se em suas instituições formadoras é oferecido apoio econômico ou financeiro.

c) O sr. vive da sua profissão como analista em formação?

Resposta: 52,5% dos analistas em formação não vivem da sua profissão.

d) Que parâmetros escolhe no momento de regular seus honorários como analista?

Resposta: A situação econômica dos pacientes (45%) e o mercado (42,5%) são os parâmetros mais escolhidos no momento de regular honorários. Em seguida vem o nível de formação (27,5%). Curiosamente, o fator menos indicado foi a necessidade econômica do analista (apenas 17,5%).

Para ficarmos restritos ao intercâmbio econômico, comecemos pela...

Pergunta C, que nos informa que 52,5% dos analistas em formação não vivem da sua profissão. Ou seja que têm outra atividade que lhes dá sustento econômico e/ou recebem ajuda econômica familiar. Essa resposta confirma, indiretamente, a premissa de que “a formação é cara”, em termos econômicos. Esse indicador destaca a importância das respostas da pergunta A. Entre os analistas consultados, 40% NÃO conseguem obter consenso sobre honorários com seus analistas e supervisores. Ou seja que, além de caro, é muito complicado poder negociar seu “preço”, como qualquer outra mercadoria. A formação de preços dessa “mercadoria” tem a tendência de se comportar de maneira monopólica, porque ao que parece prevalece principalmente a oferta em sua elaboração e a procura, conseqüentemente, fica relegada.

As respostas à pergunta B corroboram essa complicação: 77% desconhece se, em suas instituições de formação, é oferecido apoio econômico ou financeiro.

Destacamos a expressão verbal “desconhece” porque corresponde a todas as sociedades em

que os membros pertencem à IPA divulgar e promover os benefícios financeiros que a IPA oferece a todos os analistas em formação. Será que é feita essa divulgação?

E se for feita, há “algo” que impeça os candidatos de escutar esse benefício incluído na oferta de formação?

Esse “algo” que faz com que os candidatos “não escutem”... O que será?

Em economia, há um assunto que excita o apetite de muitos especialistas e que os atrai: o livre jogo da oferta e da procura. Linda frase, mas que, pouco tempo depois de enfrentá-la nas relações econômicas cotidianas, notamos que não tem nada de jogo e menos ainda de livre. Porque termina sendo, muitas vezes, o cruel cenário de relações de poder onde a desigualdade prevalece e tenta se eternizar. Então, quando a relação de poder entre oferta e procura se inclina de forma sustentada para a oferta, a procura sofre e recebe, em geral, uma mercadoria com um padrão de qualidade relativamente baixo.

A pergunta D, finalmente, e para relembrar, nos conta que a situação econômica dos pacientes (45%) e do mercado (42,5%) são os parâmetros mais escolhidos no momento de regular honorários. Em seguida vem o nível de formação (27,5%). O curioso é que o fator menos mencionado foi a necessidade econômica do analista (apenas 17,5%).

Parece que no momento de estabelecer o preço da sua mercadoria, os candidatos enfatizam mais os fatores que não podem controlar e relegam aqueles que, sim, têm um estímulo pessoal. Marx diria que não sentem como próprio o processo de produção da sua mercadoria e não se habilitam como produtores do seu trabalho, porque o preço faz com que dependam da condição de poder do outro como usuário, comprador, receptor de serviços, paciente etc.

Releio e creio que isso não é psicanálise; como se estivéssemos falando de outro assunto e em outro contexto. Não, não é psicanálise, mas... as relações entre as pessoas, em geral, não são psicanalíticas, são relações de poder, na maioria das vezes apresentam dominações,

abusos, submissões e de vez em quando estimulam intercâmbios férteis e maravilhosos.

Graças à psicanálise, podem ser decifrados, limitados e até diluídos esses excessos, dominações e submissões. Podemos descobrir que nosso amor apaixonado por nossa mulher esconde um furioso propósito incestuoso de acasalamento com sabe-se lá qual mãe mítica; que o que vivemos como uma relação sexual simplesmente não existe; que nossa generosidade esconde um narcisismo equivocado e outras preciosidades do tipo, que determinam nossas vassalagens e dependências.

Decifrações que só com o outro, em relação com outro, em relação de transferência com outro e com certa sorte podemos conseguir.

Nessa particular relação que desenvolvemos com nosso analista, conforma-se o cenário propício para o outro intercâmbio de que falávamos antes: o intercâmbio simbólico.

Esse intercâmbio tem uma diferença fundamental com relação ao econômico e também uma semelhança que pode chegar a ser preocupante.

Começemos com a diferença: o significante de intercâmbio no simbólico não é uma mercadoria que possa ser acumulada, porque sua razão de ser é continuar circulando para que possa ter eficácia simbólica. Se o dinheiro é a expressão mais acabada do intercâmbio econômico, o dom seria a expressão mais próxima do intercâmbio simbólico.

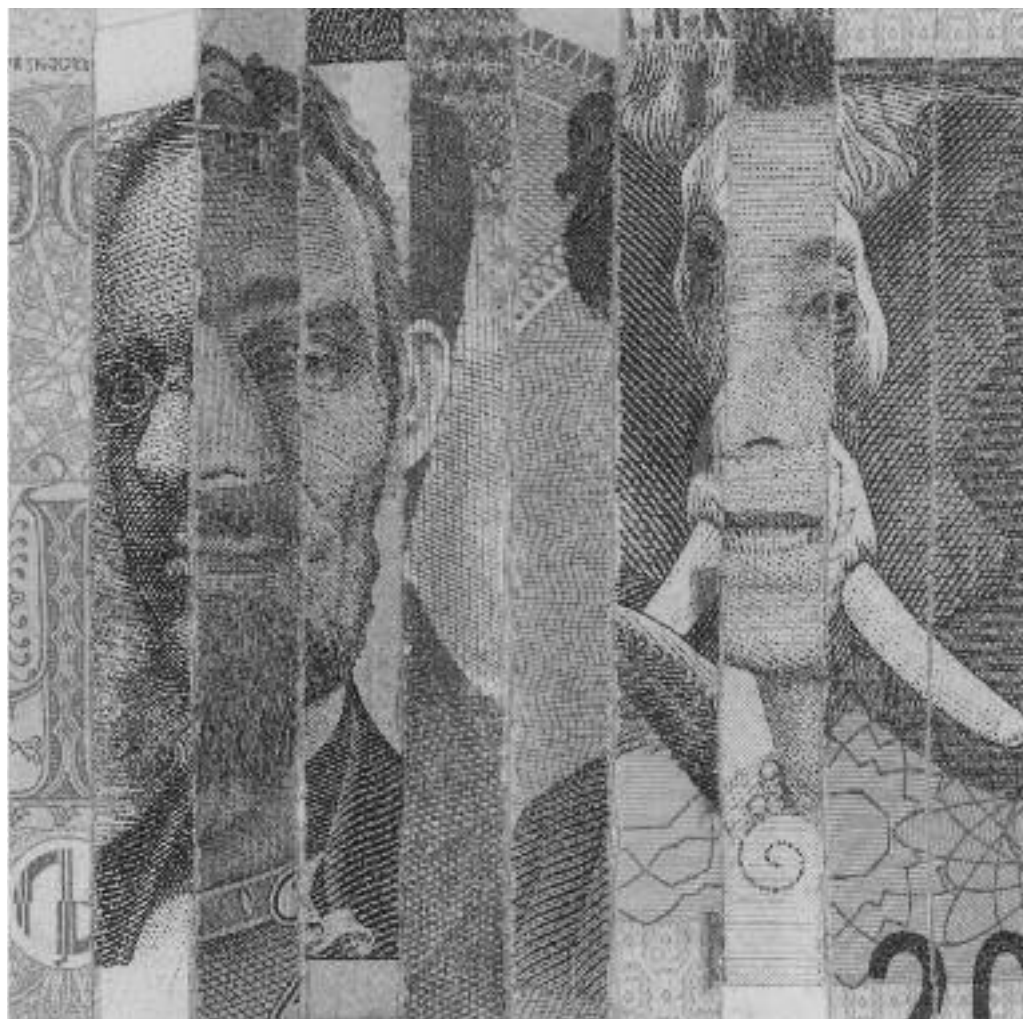
Sua essência vazia faz do símbolo algo tão necessário como enganoso. Aqui começa a inquietante semelhança: o dinheiro, em sua pretenção hegemônica, termina fazendo referência a “isso” que não está (o puro fluxo da mercadoria) apesar de só conseguir ocultar sua ancoragem no corpo de quem produz essa mercadoria. Releiam as respostas para a pergunta D.

O dom também tem uma ancoragem que o submete. Tem o suporte em um relato que marca as relações entre as pessoas e entre os lugares ocupados por essas pessoas. Se esse relato não puder ser questionado porque sua ancoragem o considera natural, e não uma construção transitória... estaríamos diante de relações de poder que se confirmam a partir de uma ocultação. Nada deveria ser inquestionável, especialmente o conhecimento. Releiam respostas para as perguntas A e B.

Acreditamos que a formação analítica de um psicanalista, além de ser permanente, deveria ser sinceramente psicanalítica, não só na consumação do tripé, mas também nas inevitáveis relações institucionais que são construídas a partir do tripé de formação. Ler psicanaliticamente as relações institucionais, onde o dinheiro é parte substancial, é tentar nos colocar ao abrigo, ainda que seja apenas temporariamente, das vassalagens instituídas entre as pessoas em cada relação.

Referências

- Astarita, R. (21 de janeiro de 2012). *Dialéctica del dinero en Marx*. [Mensagem em um blog]. Recuperado de <http://rolandoastarita.wordpress.com/2012/01/21/dialectica-y-dinero-en-marx-1/>
- Derrida, J. (1995). *Dar (el) tiempo*. Buenos Aires: Paidós.
- Dessal, G. (14 de dezembro de 2012). *La sustancia secreta del dinero*. *Eldiario.es*. Recuperado de http://www.eldiario.es/Kafka/sustancia-secreta-dinero_0_79442130.html
- Lacan, J. (1990). *El seminario de Jacques Lacan, libro 10: La angustia 1962-1963*. Buenos Aires: Paidós.
- Loschi, A. (1996). *Dinero, muerte e intercambio simbólico*. In *La Peste de Tebas, I(2)*. Recuperado de <http://lapestedetebas.com.ar/peste%2002.pdf>
- Marx, K. (1990). *El capital* (Vol. 1). Madrid: Siglo XXI.
- Rocchietti, S. (2004). *El dinero: Ese otro malestar*. Recuperado de <http://www.con-versiones.com.ar/nota0383.htm#arriba>



Encontro marcado

Cintia Buschinelli*

Antes de tudo, não custa lembrar que, na circunstância em que psicanálise e dinheiro se colocaram *vis a vis*, ele, o dinheiro, já era senhor idoso comodamente instalado no mundo da cultura.

O dinheiro, moeda de troca, que chega a nossas mãos no cotidiano de nossos consultórios, é resultado de uma longa trajetória no desenvolvimento das civilizações e expressa as peculiaridades do grupo humano ao qual pertence.

A jovem psicanálise, que surgia como um tratamento alternativo para doenças mentais, como tal, se submeteu ao *modus operandi* da ordem econômica que predominava no início do século XX, em território europeu.

* Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

Portanto, levando-se em conta a origem da psicanálise, proposta por um médico neurologista como tratamento para neuroses, deparar-se com o dinheiro era seu caminho natural.

Veremos mais adiante que essa presença, da qual não se poderia fugir, se transformou em um encontro extremamente produtivo para a própria psicanálise. Devemos isso a ela, é claro.

Entre tantos exemplos que nos deixou o criador da psicanálise, um deles foi que ela, enquanto tratamento de distúrbios mentais, ocorria em consultórios e hospitais, portanto no exercício de uma profissão, e, como tal, aquele que a exercia estava automaticamente inserido no sistema econômico vigente.

Em sua função primordial, como moeda de troca, o dinheiro ocupou, *comme il faut*, seu lugar na existência de Freud. Afinal, foi através da prática clínica tão arduamente exercida na rotina de sua vida vienense que ele pôde manter o sustento de sua família, descansar em viagens que ofereceram substrato a inúmeros sonhos e pensamentos psicanalíticos, dedicar-se ao prazer de colecionar esculturas e, principalmente, manter-se abrigado na Bergasse 19 até o momento de assombro em que os nazistas bateram à sua porta.

Nota-se neste breve comentário que estamos situando essas duas expressões culturais, psicanálise e dinheiro, nos arredores do consultório do psicanalista.

Antes ainda de nos acomodarmos dentro da sala de análise e abrirmos as páginas dos escritos freudianos, vale a pena observar como foi que ela, a psicanálise, foi recebida pelo dinheiro, que a partir desse momento personificamos em Keynes (1883-1946).

John Maynard Keynes, um dos mais célebres teóricos de economia, contemporâneo do fundador da psicanálise, acolheu o pensamento freudiano em suas originais e contundentes análises sobre economia.

Em artigo do jornalista Carlos Drummond sobre a relação entre dinheiro e psicanálise, publicado na revista digital *Época Negócios* em 4 de novembro de 2009, encontramos o seguinte:

A ruptura de Keynes com o pensamento econômico convencional se deu à luz das ideias de Freud. O economista percebeu que a força do dinheiro sobre a ação humana extrapolava o alcance da racionalidade, da previsão e do cálculo. Mais do que unidade de conta, meio de troca e reserva de valor, o dinheiro era uma realidade complexa conectada à instabilidade da condição humana (Drummond, 2009).

Mais adiante, continua Drummond (2009):

Keynes, teórico da economia voltado para a realidade das sociedades e dos indivíduos, encontrou na análise freudiana a fundamentação e a linguagem apropriadas para diagnosticar patologias socioeconômicas com rara contundência: 'O amor ao dinheiro como uma possessão – distinto do amor ao dinheiro como um meio para atingir os prazeres e as necessidades da vida – será reconhecido pelo que ele é, uma morbidez um tanto repugnante, uma dessas propensões semicriminosas, semipatológicas, que se encaminham com horror aos especialistas em doença mental' (Keynes, Possibilidades econômicas para os nossos netos, 1930).

A citação acima vem à guisa de exemplo da importância do pensamento psicanalítico na construção de teorias econômicas. Vale a pena um mergulho mais profundo nessas considerações, pois elas podem oferecer maior compreensão dos efeitos sobre cada um de nós, como cidadãos imersos que estamos, sem escolha, no mundo econômico que rege parte de nossas vidas.

Antes, ainda, de abrir as portas do consultório e considerar a presença do dinheiro em nossas análises, podemos lembrar algumas posições teóricas desenvolvidas nos textos freudianos sobre o assunto. Neles, encontramos uma relação entre dinheiro e o produto de uma experiência fisiológica, originado no interior do corpo humano e que deve ser descartado para que esse processo se dê a contento. Aquilo

que é eliminado tem sua equivalência simbólica com o dinheiro. A teoria psicanalítica propõe diversos significados provenientes dos intercâmbios relacionais que podem ser despertados por essa experiência. O movimento psíquico que acompanhará esse processo orgânico oferece a tonalidade da função que o dinheiro assumirá no decorrer da vida de cada um de nós.

Entre tantas conclusões às quais poderíamos chegar, uma delas fica em evidência, a de que o dinheiro está associado a uma experiência vital e primitiva. Os desdobramentos das reflexões posteriores sobre ele virão, mas esse é o seu ponto de partida para a vivência subjetiva de troca que ocorrerá a partir de então.

Gostaria de, nesse ponto, abrir as portas do consultório e considerar a presença do dinheiro em nossas análises.

Porta adentro de um consultório psicanalítico, o dinheiro perde sua materialidade e ganha contorno fluido e imaterial, como tudo o que está presente quando a psicanálise está em vigência, amparada pelo encontro entre analista e paciente.

Assim, desde o contrato selado, quando a análise se inicia, nos desdobramentos que ocorrem em seu andamento, como não poderia deixar de ser, toda e qualquer presença real e imaginária está amalgamada pela subjetividade do paciente e de seu analista.

O dinheiro tem seu modo particular de se fazer presente. Pode chegar em espécie ou em papel assinado, mantendo seu *status* original de objeto concreto.

Nos dias de hoje, entretanto, ele já percorre um novo caminho sem chegar diretamente às mãos do analista. Sem sair do mundo virtual, viajando pela internet, ele pode aterrissar diretamente na conta bancária deste.

Mas é bom que se diga que, qualquer que seja a forma de se apresentar, não podemos nos esquecer de quão eloquente ele é para falar tanto do paciente quanto do analista.

A presença do dinheiro na sessão de análise não possui um lugar em separado dos acontecimentos psíquicos da dupla. Pelo contrário, quer esteja em forma virtual, totalmente imaginário e impalpável, quer como objeto concreto, ou mesmo em sua expressão mais primitiva, como escambo, ele sempre revela um tanto da relação analítica.

E, caso o dinheiro não esteja presente, como pode acontecer, é de sua ausência que a análise fala.

Todos nós, analistas, temos muito a contar sobre esse objeto, criado pela mão humana nas antigas civilizações e que desde sempre frequentou nossas sessões de análise. Quer ele surja com uma expressão exuberante ou mais discreta e sutil, quer ele tenha por vezes contornos agressivos e outros mais amorosos, o dinheiro estará sempre lá, e cabe a nós, analistas, não oferecer a ele ouvidos moucos.

Referência

Drummond, C. (4 de novembro de 2009). Keynes, Freud e o dinheiro. *Época Negócios*. Recuperado de http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI_102717-16365-1,00-KEYNES+FREUD+E+O+DINHEIRO.html

Dinheiro na relação analítica: algumas questões

Anette Blaya Luz*



Agradeço aos colegas da revista *Calibán* pela oportunidade de fazer esta breve reflexão sobre a relação entre dinheiro e psicanálise. A proposta da seção *Vórtice*, além de ser instigante e atual, é contemporânea. A condição contemporânea refere-se ao fato de termos sempre tido “o dinheiro” como uma temática presente na ordem do dia, toda vez que pensamos a teoria e técnicas psicanalíticas. Afinal, pode-se perguntar: “O que dinheiro tem a ver com psicanálise?”, ou ainda: “É possível haver uma psicanálise desvinculada do dinheiro?”. A resposta que me ocorre é que o dinheiro tem muita relação com o fazer psicanalítico. É parte inerente da relação transferencial e tem sido assim desde que a psicanálise surgiu. Não penso que o dinheiro seja o aspecto principal da psicanálise, mas o fazer psicanalítico não é possível sem que haja um analista e um paciente, e uma relação transferencial entre eles. Essa relação é única para aquela dupla e inclui obrigatoriamente um valor que é pago em dinheiro pelo paciente ao analista.

Desde Freud, a questão –dinheiro– vem sendo estudada. Uma das primeiras referências que ele faz a esse aspecto acontece em carta a Fliess (1897, 1º de janeiro) quando relaciona dinheiro e fezes; e, mais tarde, em 22 de dezembro de 1897, ressalta a equivalência entre fezes-dinheiro-sujeira-avareza. Já em 1900, em *A interpretação dos sonhos*, Freud menciona novamente a relação entre fezes e dinheiro, e propõe a conexão entre a falta de limpeza na infância e o surgimento da avareza no adulto.

No trabalho *Caráter e erotismo anal*, Freud (1908/1996a), examinando a analidade, ressalta mais uma vez a correlação entre ordem, parcimônia e obstinação com a avareza na vida adulta do indivíduo. Em 1913, no trabalho *Sobre o início do tratamento*, chama a atenção para os combinados contratuais entre paciente e analista com relação aos honorários pagos em psicanálise, ressaltando que poderosas fantasias sexuais, particularmente as de caráter anal, estão envolvidas no valor que é atribuído a essa temática dentro da relação transferencial

* Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

com o analista. Quando, em 1917, equaciona fezes, dinheiro, pênis e bebê, Freud faz referência às dídivas que os pacientes podem oferecer aos seus analistas.

Escreve:

É provável que o primeiro significado que tem o interesse de uma criança pelas fezes, seja o de 'dídiva', e não de 'ouro' ou 'dinheiro'. A criança não conhece dinheiro, a não ser o que lhe é dado - não há dinheiro adquirido por si, nem herdado. Uma vez que as fezes são a sua primeira dídiva, a criança transfere facilmente seu interesse dessa substância para uma nova, com que se depara, como a mais valiosa dídiva da vida. Aqueles que questionam essa derivação das dídivas deveriam considerar sua experiência de tratamento psicanalítico, estudar as dídivas que, como médicos, recebem dos pacientes e observar os tumultos de transferência que uma dídiva deles pode provocar nos pacientes (Freud, 1917/1976, p. 163).

É exatamente sobre essas dídivas que gostaria de tecer algumas considerações. Muito da teoria da técnica psicanalítica tem sofrido transformações. Mas alguns conceitos e compreensões permanecem constantes. A importância do papel do dinheiro, na relação transferência-contratransferência, é um exemplo disso. O dinheiro pode ser utilizado de várias maneiras pelo analisando, mas sempre terá um significado e um uso.

Um desses usos seria como uma dídiva que é entregue ao analista, como forma material de reconhecimento e agradecimento pela ajuda prestada por este a seu analisando. Quando a dupla está trabalhando sob a influência da transferência positiva, e quando já existe grau considerável de saúde mental, é esperado que o pagamento seja feito de forma tranquila e que o paciente sinta-se bem em poder retribuir dessa maneira o cuidado recebido.

Mas nem sempre o pagamento tem características tão maduras. Essa mesma dídiva pode ser, defensivamente, transformada em

algo distante, gelado, que é friamente entregue, conforme o acordo de trabalho firmado entre analista e analisando. Quando o analisando age dessa forma fica proposto, consciente ou inconscientemente, que a relação entre ambos é meramente comercial. Muitos pacientes sugerem, inclusive, que o analista lhes forneça seus dados bancários para que a transferência do valor seja realizada da forma mais impessoal possível, como se aquele pagamento fosse da mesma natureza da prestação paga pelo financiamento da geladeira, do carro, da escola dos filhos ou algo semelhante. Se o valor fosse idêntico, poderia até ser pensado que ficasse programado, em todos os meses, como débito automático em conta corrente. Penso que essa prática é nociva ao processo analítico. É defensiva e protege o analisando de reconhecer o valor que aquele analista e seu trabalho têm para aquele analisando. Reconhecer o valor daquele objeto, o analista, em algum dado momento, é objetivo importante em todos os tratamentos. Isso é particularmente verdade quando questões como aceitar a dependência do sujeito ao objeto analista é tarefa penosa e difícil para o paciente. Se aceita, essa prática pode representar, também, dificuldades do analista em lidar com questões relativas a dinheiro.

A inveja é outro assunto que com frequência se manifesta em *actings* no momento de retribuir monetariamente a ajuda recebida. Examinar como o paciente está somando as sessões, como está fazendo o cálculo do valor mensal, ao multiplicar o número de sessões pelo valor de cada uma delas, é fonte significativa de informações sobre a relação transferencial. Assim como pode-se examinar as situações nas quais essa dídiva é retida sadicamente em poder do paciente. Qual o significado dessas dificuldades em realizar os pagamentos? Quais conflitos estão sendo encenados quando o paciente "esquece" de efetuar o pagamento? Frequentemente a fantasia subjacente a esses atos falhos é o desejo de fazer uma inversão de papéis, onde o analista fica mais "necessitado" do que o paciente,

pois pode sucumbir ao desejo de receber seu pagamento. Na fantasia, o paciente pode vivenciar esse momento como um triunfo sobre o analista. Para conseguir sentir-se superior e em uma posição hierárquica mais privilegiada do que a de seu analista, pode, ainda, expressar seu sadismo através da falta ou atraso do pagamento, quem sabe encenando características importantes de sua conflitiva edípica. Mesmo que seja esse o caso, e mesmo que o analista interprete adequadamente, ainda assim, pode demorar muitos meses até que um paciente supere efetuar o pagamento de maneira tranquila.

Sabemos que na relação analítica a assimetria é fundamental. Quem decide o valor da sessão, por exemplo, é o analista. Alguns pacientes podem, por identificação projetiva, sentir-se sadicamente dominados por seus analistas ao submeterem-se ao valor estipulado. Como fica a relação transferencial quando isso acontece? Pode ou deve o analista “negociar” o valor da sessão a fim de permitir uma evolução mais serena para o processo? Como avaliar se aquele valor estipulado é adequado para aquela dupla de analista-analisando? Um valor demasiadamente alto poderia estimular o paciente a reter sadicamente a dívida-dinheiro, a exemplo da criança que retém as fezes?

Essas questões são cotidianas e creio que eternas dentro de qualquer situação analítica, e o assunto dinheiro, ou pagamento, presta-se bastante a usos de *actings* sendo parte importante da relação transferencial, uma vez que engloba com muita nitidez aspectos da realidade factual bem como serve para que a realidade psíquica se expresse de forma bem concreta. É importante lembrar que é uma temática onde não só a patologia do paciente pode buscar expressão. Analistas também podem manifestar suas competições, invejas ou inibições através da forma como cobram, de seus pacientes, os valores referentes às sessões.

Cabe ainda enfatizar que, quando é um terceiro que detém o poder e a responsabilidade sobre os pagamentos, essas questões podem tornar-se ainda mais conturbadas. Isso é particularmente verdade quando nosso paciente começa a melhorar e escapa do papel que vinha desempenhando no mundo interno daquela pessoa de quem depende financeiramente, seja essa pessoa pai, mãe ou cônjuge. É comum e frequente que, nesses momentos, tanto o paciente como a pessoa que paga o tratamento apresentem dificuldades e resistências para seguir com essa responsabilidade, e isso ameaça a continuidade daquela análise. Em algumas ocasiões, o analista, para poder salvaguardar a análise, altera os valores da sessão de maneira que o paciente possa “bancá-la” sozinho sua terapia. É uma decisão difícil e delicada, com importantes repercussões transferenciais, e isso exige que o analista esteja bem atento para evitar *actings*, tão fáceis de acontecer nessas circunstâncias, oferecendo-se como um ser “bonzinho” que não precisa daquele dinheiro. Mas, por outro lado, não estar disposto a fazer nenhuma concessão pode não ser o ideal. Penso que cada situação precisa ser examinada, individualmente, com o olhar sobre as *realidades e ficções* daquela circunstância específica.

Para encerrar este brevíssimo comentário, gostaria de enfatizar que, do meu ponto de vista, não é possível fazer psicanálise sem incluir a questão dinheiro. Não só porque nós, analistas, vivemos disso, já que psicanálise é o nosso ofício, portanto, nosso ganha-pão, mas também porque é uma temática útil para a expressão de conflitos dentro da relação transferência-contratransferência. Mas não esqueçamos que a maneira como lidamos com este tema –dinheiro– serve de campo para manifestações das conflitivas de nossos pacientes como também das nossas. Por isso é assunto tão importante dentro da prática psicanalítica cotidiana.

Referências

Freud, S. (1976). As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal. In *Obras completas* (Vol. 17, pp. 157-166). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917)

Freud, S. (1996a). Caráter e erotismo anal. In *Obras completas* (Vol. 9, pp. 157-164). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1908)

Freud, S. (1996b). A interpretação dos sonhos. In *Obras completas* (Vol. 4, pp. 13-363). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900)

Freud, S. (1996c). Sobre o início do tratamento. In *Obras completas* (Vol. 12, pp. 137-158). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913)

Masson, J. M. (Ed.). (1985). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess: 1887-1904*. Rio de Janeiro: Imago.



Dossiê
A época da psicanálise





Obras nesta seção:

Luis González Palma, *Ara Solis*.

Série de fotografias em inkjet print sobre papel de aquarela.
40 x 30 cm / 60 x 40 cm. 2010.

Psicanálise e pedagogia. Ensaio a partir de uma página aparentemente em branco

Considérer les noms, non comme une appropriation de ce qui est, mais comme un mouvement humain vers l'in appropriable serait déjà un commencement (...). Parler, c'est être mu, ému; c'est être l'écho retenti du dehors qui nous accueille mais ne nous retient pas.¹

BAILLY, 1997

A propósito de algumas páginas

Uma página aparentemente em branco convida a ser, em parte, ocupada por uma escrita que abarque ideias de longa data sempre em reformulação.

No entanto, a mesma página, em sua brancura, em seu caráter de território vazio, em sua expressão de possibilidade total, pode produzir uma inibição. A responsabilidade de escolher as palavras, de encontrar as formas, torna-se às vezes preocupante.

Uma página em branco *é e não é*, exatamente, um *bloc-magique*. Convida, claro, a que seja evidenciado algo do que é percebido, algo do que é armazenado, das marcas que trazemos

e dos vestígios que falam delas; solicita que se coloquem em jogo² memória e esquecimento, testemunha a tensão entre o que eventualmente é inalterável e o que irremediavelmente se alterará. Não pode omitir nem o desejo de conservar para que fique um rastro nem o de apagar para que não fiquem marcas.

Pedir ao eventual leitor um olhar indulgente parece a única maneira de se animar a escrever este ensaio sobre algumas relações, inquietudes, explorações que fazem parte da maneira como quem aqui escreve pode pensar, senão a pedagogia, a educação.

A educação entendida como o ato político³ de inscrever, de oferecer o mais de um da matéria-prima identitária, de garantir a recepção da estrangeiridade radical para propiciar a ocasião de que o sujeito nasça para o mundo comum. A educação como a superfície de objetivação que se propõe a encaminhar institucionalmente para o enigma subjetivo e tornar disponível a pulsão, o caminho oblíquo da satisfação mediante a transmissão do *arkhé*⁴ (como se esse

* Diretora do doutorado em educação da Uner (Argentina) e coordenadora da Escola Internacional de Pós-Graduação da Clacso no Haiti (convênio Clacso/UEH).

1. Em tradução livre: "Considerar os nomes não como apropriações do que há, mas sim como um movimento humano rumo ao inapropriável seria um começo (...). Falar é estar maduro, emocionado, é ser eco que ressoa do exterior que nos recebe, sem nos reter". O autor utiliza um jogo de palavras (um jogo sonoro) entre mu (maduro) e ému (emocionado).
2. Jogar: sabemos (e, se não sabíamos, D. Winnicott se encarregou de deixar evidente para eventuais bons entendedores – em forma adequada ou suficiente) que jogar está longe de ser qualquer verbo, uma vez que indica a possibilidade de que "algo" se torne outra coisa.
3. Trabalhamos, nos últimos anos, sobre as posições incluídas nesse parágrafo, e suas matizes estão registradas em diferentes textos: *Educar: ese acto político* (Frigerio & Diker, 2005) e *Saberes alterados* (Frigerio & Diker, 2010).
4. Sobre esse ponto em especial, oferecemos as hipóteses e os argumentos de Graciela Frigerio (2004).

fosse um *objeto transicional*).⁵ *Arkhé*: o que dá origem, começo, o que é consignado ao longo do longo, complexo e nunca direto processo de hominização, o que excede a reprodução da carne, o que é retomado e o que se renova ante cada recém-chegado, dando-lhe não só o necessário para sobreviver, senão a possibilidade de que encontre sentidos para viver.⁶

Entre o que diferencia e o que se compartilha

Psicanálise e pedagogia são teorizações e ofícios definidos de modos distintos, desenvolvem-se em enquadres diferentes; “carregam” mandatos, ofertas e procuras distinguíveis; têm e exigem ocupar posições específicas; requerem formações marcadas por requisitos, pontos de partida, conteúdos e estilos de transmissão que não se confundem entre si; contam e criam institucionalizações precisas com nome próprio; uma e outra trabalham para constituir um corpus de sentidos e *holdings* conceituais que levem como distintivo a marca do campo onde é gerado.

Apesar de todas as suas diferenças, pode ser vislumbrado um possível e primeiro ponto em comum: psicanálise e pedagogia tratam, se ocupam e se referem ao *ofício do viver*, no ponto onde se dissolvem as fronteiras entre *ser* e *práxis* (Agamben, 2012).

Mas, ao mesmo tempo, psicanálise e pedagogia, em suas múltiplas teorizações e tarefas (man)têm em comum (além de uma história confusa de conflitos, amores e ódios, temores e respeitos, indiferenças, desprezos e reconhecimentos) o fato de propor (ou de prometer) algo da ordem de *saberes possíveis* e de *possíveis saberes*: saberes sobre si, sobre o mundo, sobre as relações entre o sujeito e o mundo. Saberes

múltiplos, polifacéticos; saberes que aparecem apenas em sonhos e saberes que exigem que estejamos acordados; saberes dolorosos (Gribinski, 2009) e saberes que aliviam a dor; saberes sobre o suportável e o intolerável; saberes sobre a memória, saberes de memória; saberes sobre os esquecimentos, saber sobre o censurado; saberes sobre o que afeta e a respeito do que adocece; saberes que são desejados; saberes que são temidos; saberes sobre o desejo de saber e saberes sobre a vontade de ignorar, saberes sobre a *saber ignorar*, como parece sugerir Rancière (2002); saberes com relação ao que está em jogo, saberes com aqueles com que é possível jogar, saberes com aqueles com que não é possível jogar de nenhum modo.

Aos saberes em questão (e aos questionados), segundo o dispositivo pedagógico ou psicanalítico, não se chega do mesmo modo. Mas apesar disso seria possível dizer que, em ambos dispositivos, a busca do acesso ao saber responde a algumas curiosidades comuns, que têm como motor sempre pulsões enigmáticas que gostam de, e precisam, se disfarçar de diversas maneiras para se tornar sociáveis e encontrar modos de se transformar “quase” em outra coisa.

É (é, para mim) complexo abarcar relações que atravessaram os tempos, que geraram elaborações plenas de significado que mantiveram e mantêm a possibilidade de fazer com que sejam elaboráveis e pensáveis as *relações de saber* que acontecem nos territórios institucionalizados onde tenta-se confiná-las, e, sobre o desejo de saber, compreender, abrir espaço para o que está associado ao enigma subjetivo que afeta todo sujeito.

O enigma, como um pano de fundo, organiza, define e atravessa a cena onde fantasmas e

5. Remetemos a Donald Winnicott, sobre quem é possível dizer que foi o psicanalista que ousou trabalhar “extramuros”, de forma extraterritorial, para dar ao território da psicanálise conceitos que o enriquecem. O mesmo pode ser dito sobre os contemporâneos inscritos nessa saga ao renová-la, ou seja, ao discuti-la. Referimo-nos especialmente a Christopher Bollas e Adam Phillips. E aos que não têm medo de sair de categorizações para nos oferecer línguas em plural, como é o caso de Michel Gribinski (que fez com que caminhasse o espaço plural da *Penser/Rêver*, revista editada atualmente por De l'Olivier, em Paris).

6. As lições de Pierre Legendre (da Leçon I à Leçon VIII, editadas pela Gallimard na França) sempre são uma referência para pensar *La fábrica del hombre* (Legendre, 1996).

desejos brincam. O mesmo enigma faz com que o dispositivo analítico e as relações pedagógicas compartilhem um traço: o de estar vetorizados por *transferências e contratransferências*.

Elas são os fios das tramas que sustentam o devir da relação analítica e estão presentes da mesma forma, afetando toda relação pedagógica, mas têm, em cada dispositivo, em cada relação, um processo diferente. Afirmar que não há relação pedagógica sem os efeitos dos afetos da transferência não significa que possa se fazer da transferência uma pedagogia.

Algo em comum?

Psicanálise e pedagogia dividem preocupações, inquietudes, movimentos. Nós nos contentaremos em mencionar apenas alguns deles.

Como no jogo do carretel, em ambas – pedagogia e psicanálise –, joga-se com o fora/dentro, com a ordem de partida (“expulso você!”, “vai embora!”)/a chamada (“eu trago você”, “te chamo”, “volta!”); com os inícios e futuros da possibilidade de pensar e de se pensar; a metabolização da ausência tornando presente o que está ausente, recorrendo à representação de coisa e à representação de palavra; indo e vindo entre repetição e novidade; projeção e introjeção; contribuindo para o trabalho identitário através do qual possa ser enunciado um *eu*, primeira pessoa do singular, como nome próprio e como expressão do quebra-cabeças imperfeito e incompleto, definido e redefinido como “o mais de um” (que não é o mais do mesmo) resultante de filiações de sangue e de *filiações simbólicas*.⁷

Têm metaforicamente em comum a variante do jogo do *fort-da*. Jogo que consiste em fechar os olhos, cobrir com algo o olhar dos olhos fechados, acreditar que é invisível aos outros, considerar-se escondido ou ausente e esperar para ser descoberto: “onde está?”, dizem os adultos; “achei”, afirmam rapidamente, tran-

quilizando a criança que “aparece” ao abrir os olhos e ser “descoberto”, como efeito de ter sido “procurado”.

Compartilham a colaboração para que a lei estruturante sirva de organizadora das relações com os demais, enquanto caminhamos pelas trilhas da vida resolvendo-a, às vezes cegos como o Édipo de Sófocles (que tanto deu para sua visão e seu saber) e outras vezes cegos, mas não *às cegas* como o Édipo que cai na estrada sob a escrita de Henry Bauchau (1990). Em todos os casos, têm em comum sustentar a possibilidade de *escolher sublimar*, tal como concebido por Sophie de Mijolla Mellor (2009).

Psicanálise e pedagogia estão motivadas, comprometidas com o que aconteceu e acontece entre grandes e pequenos; pelos modos como convivem o tempo cronológico e o tempo que se condensa e que desconhece o calendário para se manifestar atemporal, extemporâneo em cada *après coup*; ambas disciplinas⁸ estão envolvidas nos meandros da economia do aparelho psíquico onde residem cálculos não traduzíveis pelos algoritmos da matemática, mas que sem dúvida a afetam...

Pedagogia e psicanálise têm em comum o fato de serem afetadas pelo jogo de esconde-esconde do qual participam os fantasmas inconscientes e o chamado mundo externo; e o fato de serem geografias onde jogam queimada procurando, escondendo, delatando o *pensamento inconsciente* (Bollas, 2013) e o *pensamento consciente* em um jogo em que nunca se saberá se há um vencedor...

Efeitos não desejados do que têm em comum

Entre psicanálise e pedagogia... Entre pedagogia e psicanálise... uma relação? Uma oscilação? Identidades distintas, antitéticas, conciliáveis? Aplicações em conflito ou o jogo de explorações possíveis?

7. Referimo-nos à “felicidade do mais de um das filiações múltiplas”, como indicou J. B. Pontalis (2000).

8. Entendemos essa questão como proposta por Jacques Rancière, que uma disciplina que geralmente se define pelo seu objeto merece ser entendida como um “modo de definir o pensável” e que, portanto, é uma maneira de construir uma “relação do pensamento com a vida”. Sugerimos, a respeito, a leitura de “La philosophie en déplacement” (Rancière, 2004).

A detecção da origem: a relação entre psicanálise e pedagogia parece se impor.

Poderia se imaginar um sujeito não afetado pelas representações dos adultos que o receberam, pelo tom da sua recepção, pelo estilo como serviram de anfitriões, pelos pensamentos inconscientes que se impuseram? Podemos supor um sujeito não afetado pelos dispositivos de criação? Não alterado pelas formas pedagógicas de cada época? Imune ao que depois⁹ será chamado de *pedagogia negra*? (Miller, 1985). Poderia ser considerado um sujeito que não tivesse que enfrentar em seu mundo interno as figuras das referências e em seu mundo externo os adultos reais que o acompanham, protegem ou desamparam? *El preceptor* (Hagner, 2012) ilustra claramente o que no início do século XX se insinuava como a exigência inevitável de pensar nessas complexas, terríveis, incertas questões que marcavam as relações entre adultos e crianças, e definiam cruelmente o destino dos menores.

É o mesmíssimo Sigmund Freud que, de modo curioso, institui o sentido de estabelecer laços entre psicanálise e pedagogia. A psicanálise devia não apenas se interrogar sobre os efeitos subjetivos da criação recebida, dos traços dos estilos dos adultos nos pequenos, dos modos como se entrelaçavam e misturavam fantasmas inconscientes com realidades “empíricas” discutíveis; devia interrogar os modos como a época impunha modos privilegiados de reprimir..., mas, além disso, devia ver no território da educação não apenas causas, pretextos, fundamentos, explições, razões para a falta de sentido, senão que devia registrar oportunidades, oportunidades de intervir prematuramente, preventivamente e, mais ainda, a própria possibilidade da sua possível continuidade, ao manter interesse sobre suas produções. Esperava-se, confiava-se que poderiam ser buscadas ali, nos territórios da educação, nos pedagogos sensibilizados, as novas teorias, as bra-

sas necessárias para manter vivo o fogo que o modelo médico hegemônico se empenhava em apagar... Freud temia talvez a derrota no seu próprio campo, o mesmo que parecia se entrincheirar em uma ideia de “ciência”, tão desejada como inadmissível para a psicanálise.

Talvez Freud tenha simplesmente encontrado na desculpa pública para não ter se dedicado suficientemente a algo tão importante como a pedagogia, a possibilidade de delegar, de confiar uma missão, de dar um lugar (impossível, claro, de ser ocupado, mas...) a Anna, uma filha. Quem ousaria interpretá-lo?

As saídas das fronteiras: curiosamente, de pontos de ancoragem diferenciáveis (e às vezes entrincheiramentos institucionais e teóricos), a pedagogia e a psicanálise sempre autorizaram a si mesmas extraterritorialidades e não faltou nem em uma nem em outra a tentação de invadir, colonizar e conquistar outros territórios.

Ao mesmo tempo, as descobertas sobre o funcionamento do aparelho psíquico argumentavam a favor de uma preocupação sobre a cultura e as relações pedagógicas, preocupação que devia buscar seus processos, que demandava elaborações, encontrar seu caminho. Certamente (se fosse possível dizer isso), em busca de compreender o funcionamento do aparelho psíquico, a psicanálise não pode omitir a referência à infância e ao que acontece nas histórias das crianças; descobre-se a importância das marcas deixadas pela criação, as inibições que resultam dos ares da época, os efeitos da transmissão, os modos como se internalizavam as figuras das referências, o trabalho psíquico imposto por isso.

Poderíamos recuperar o contraponto com que foi formalizada muitíssimo depois e durante certo tempo a discussão *Freud anti-pedagogo* (Millot, 1990) ou *Freud pedagogo?* (Cifali, 1992). No entanto: a questão é essa? Será que é a pergunta sobre a posição freudiana o que nos motiva agora para essa reflexão?

9. Nos anos em que o pensamento psicanalítico começa a se delinear, aquela que depois seria chamada de pedagogia negra já tem suas raízes estabelecidas.



Certamente que não, não nos interessa decidir a favor de um ou de outro polo dessa tensão tão própria de Hamlet.

O que gostaríamos de compartilhar, então? Uma preocupação. A inquietude sobre como abordar o que está em jogo no momento de esboçar um ensaio sobre a relação entre dois *corpus* intelectuais tão próximos como diferentes, tão ligados como diversos, com tanto em comum e com tanta necessidade de manter sua distinção; sobre quais construções teóricas, elaborações, investigações, ensaios, criações de todo tipo refletem a complexidade do que os une, os momentos obscuros da sua relação, os tempos de fascinação ou os tempos de desprezo recíproco, sobre quão mortíferos foram suas confusões ou extravios, como o que significa a vontade de superioridade e domínio expressa na “aplicação”.

A perspectiva com que nos identificamos poderia ser sintetizada do seguinte modo: para alguns de nós, os educadores, não é possível trabalhar em educação, compreender o que acontece nos seus cenários, elaborar as relações pedagógicas sem pedir a ajuda de *conceitos exploradores* que encontramos na psicanálise.

Seria possível dizer que é quando parecemos frente ao fracasso da cultura, quando a crise da educação se torna quase um pesadelo das políticas e é insuportável o sofrimento de tantos sujeitos, quando se apaga a libidinização das práticas do ofício de ensinar... É então que saímos em busca de brasas, conceitos no território fundador da psicanálise para reavivar ca-teccizações. Parece então que se inverte a expectativa do momento freudiano fundador. A educação sai para procurar brasas que alimentem seu fogo, no território da psicanálise.

Explorar por meio da colocação de conceitos de um campo no outro implica para alguns de nós impor-se e aceitar uma regra, a que indica que não devem ser confundidos os enquadres, anuladas as especificidades, desconhecidas as diferenças.

Todo conceito explorador *dá mais em que pensar*, sob a condição de que não seja aplicação selvagem, desprezo. A abstenção de interpretação, ferramenta de intervenção clínica própria da psicanálise se impõe (a impomos). Será uma questão, então –depois de ter explorado–, de encontrar uma língua própria da pedagogia no que há de específico nas suas tarefas, modos de colocar o que foi compreen-

dido para trabalhar... Finalmente, trata-se de saber sobre *ao que se arrisca mais alguém* do que saber sobre o outro... (todo outro tem direito ao segredo do que acontece no seu mundo interno, nos contextos em que atua e assume um discurso público ou nas instituições aonde vai obrigado, em nome do famoso direito à educação).

Por essa perspectiva, podemos testemunhar que conceitos originários de um campo, ao ser colocados para explorar outros, sem prepotência, costumam ocasionalmente nos presentear com descobertas interessantes, ao evidenciar aspectos que os andaimes conceituais próprios deixavam nas sombras. Assim se produz o que poderíamos chamar de a possibilidade de *ampliar o pensável*. Possibilidade que se deve ao caráter explorador e ao próprio fato de que a posição de escolher explorar sempre predispõe a um encontro novo.

Assim agradecemos descobertas, remansos de entendimento, oásis e alívios de compreensão, ocasiões de reflexão, para noções e conceitos que encontraram seu nome e os contornos difusos das suas primeiras definições no chamado *momento freudiano*, para logo depois serem discutidos nos desdobramentos que aconteceram posteriormente a esses tempos fundadores da psicanálise e que tiveram e têm vozes distintas, com diferentes posições e desenvolvimentos. Desdobramentos e desenvolvimentos com efeitos na clínica, no pensamento clínico, e também nos modos de compreender e intervir no grande território da cultura, esse território compreendido como

aquele que tornaria possível que mais de uma geração caminhe junta.¹⁰

Demorou muito tempo para a reformulação feliz que Guy Rosolato (1993)¹¹ inicia ao defender a distinção entre *aplicação* e a possibilidade de uma *exploração* que, renunciando a toda sedução e conquista, permita pensar mais, elaborar, processar, abrir-se para ver, abrir-se para saber... Uma vez aberta essa via, associar na reflexão, na pedagogia e na psicanálise significa tentar inventar um diálogo, estabelecer conversações¹² entre teorizações e tarefas que são definidas de modos diferentes.

Para que a conversa se insinue, para que o diálogo possa aparecer, parece necessário aceitar uma renúncia: a renúncia à aplicação, já que toda aplicação tende a se manifestar por um lugar de poder, de estratificação, de uma presunção e imposição de verdade que deixaria uma das partes sem palavras.

Algo mais em comum? A lista do que psicanálise e pedagogia têm em comum, claro, é tão extensa como suas diferenças, e mais extensa do que é mostrado aqui, mas nos interessa destacar que *educar* e *psicanalisar* como verbos, e *pedagogia* e *psicanálise* como línguas disciplinares (certamente eternamente indisciplinadas quando não se deixam cristalizar por escolas que as tornam estagnadas e entrincheiradas) tornaram-se companheiras de estrada ao ser unidas por uma *boutade* (brincadeira, provocação, piada) de um autor que Freud não menciona,¹³ *boutade*, a ironia que indicava a *impossibilidade* dos propósitos.

10. Ou seja, sem ter que renovar a materialidade do assassinato do pai nem o extermínio dos filhos.

11. Toda a obra desse psicanalista oferece pistas interessantes para o pensamento. Aqui nos contentamos –sem desmerecer a contribuição de outros trabalhos– em remeter especialmente a *Pour une psychanalyse exploratrice de la culture* (Rosolato, 1993).

12. Queremos assinalar a existência de um grupo institucionalizado que fez da conversação entre pedagogia e psicanálise o seu enquadre, criando um continente para o pensar. Trata-se do grupo inicialmente organizado por María Paulina Mejía, agora sob coordenação de Sarah Flórez Atehortúa. Espaço que abriga intercâmbios generosos e animadores para o pensamento com outros, no seio da Universidade de Antioquia (Colômbia).

13. Sigmund Freud, como todos recordamos, destaca, no ano de 1937, no seu texto “Análisis terminable e interminable” (Freud, 1937/1978-1985), três ofícios impossíveis, destacando que faz “sua” uma *boutade* de alguém que não menciona. Outros, de outras línguas disciplinares como a filosofia, com o tempo ampliaram a lista dos impossíveis e acrescentaram a “impossibilidade de fazer justiça” (Tassin, 2012).

Apesar de a alusão à impossibilidade não cessar de se desdizer no trabalho intelectual de quem recebe a *boutade* (aquela que finalmente lhe é atribuída), fica sublinhada uma advertência, uma espécie de imperativo de elaboração do *não tudo, não completamente nem totalmente, jamais completamente*, próprio dos ofícios que implicam o encontro e o trabalho com os outros e que se efetivam com base na atribuição de uma assimetria (simbólica) de saber¹⁴ e de poder que não se propõe ser explorada como desigualdade.

Gerou-se desde então (ou se aprofundou) uma série de mal-entendidos (ocasionalmente frutíferos, muitas outras vezes, mortíferos), dado que, apesar da *boutade* que as menciona como equivalentes, a história da relação entre os termos reflete a complexidade do que está em jogo e a dificuldade para que não se expresse, através de reiteradas tentativas de colonização e conquista, algo de um desconhecimento que se torna desprezo (vontade de ignorar), que não propicia nenhum diálogo (o diálogo supõe dar o estatuto de interlocutor ao outro).

Disputas, sujeições, indignações justas, dúvidas nas opções e filiações identitárias marcam e assinam o que talvez já tinha presença desde antes da *boutade*, mas que sem dúvida a partir dela e a partir do modo de trabalho (por parte da psicanálise) estabelecem na origem um laço que não para de criar um enigma e de expressar a “necessariedade” de ser atendido.

O que, por conta do que têm em comum, graças a pensar com, torna-se pensável...¹⁵

Fazer com que sejam pensáveis os *impasses* na transmissão da cultura, a *hostilidade* à cultura, o desandamento do trabalho percorrido que levou *da horda ao Estado*,¹⁶ a inibição que afeta o exercício do ofício de educar chega a nós, impõe-se como uma necessidade...

Digamos assim: entre adultos e crianças, algo *está em jogo*, algo *coloca-se em jogo*, ou seja, afeta, refere-se e altera os *gestos antropológicos* (próprios da diferença geracional) de receber e albergar (com uma hospitalidade tão desejável como pouco evidente). Atividade que implica o gesto inaugural de separar e os *atos políticos* de sustentar, acompanhar, educar, colaborar para que o pequeno adquira as palavras, ponha-se de pé, cresça e caminhe (criar, educar, fazer *holding*, deixar partir, colocando-se em jogo tudo ao mesmo tempo).

Entre¹⁷ separar e reunir, esquecer e lembrar, desaprender e aprender, ligar e desligar, afetar e desafetar, sonhos e vida diurna; entre a violência originária e seus exorcismos institucionais,¹⁸ entre o desconhecido cognoscível e o desconhecido incognoscível (Rosolato, 1978), andamos os sujeitos indo e vindo pelas trilhas sempre abertas entre o inconsciente (e o pensamento inconsciente¹⁹) e a *consciência possível* que produz o trabalho da cultura (esse trabalho que um olhar contemporâneo pode considerar fracassado). Trabalho da cultura que, como indicaria Jacques Hassoun (1995), implica e traz para toda sociedade um *imperativo de transmissão*.

14. Atribuição que produz “efeito” na produção resultante da transferência, que se identifica com ela e que recebeu, ocasionalmente, a denominação de sujeito suposto saber na formulação lacaniana.

15. Título “que peguei emprestado” do livro de André Green (2013).

16. Título da tese de doutorado de um dos fundadores da chamada sociologia clínica (Eugene Enriquez [1990], cujas hipóteses sobre a pulsão dos rostos da pulsão de morte abrem possibilidades de compreensão interessantes).

17. A opção pelo “entre” neste ensaio contempla a simultaneidade do que acontece, o reconhecimento e o respeito pelo movimento, o sentido estruturante do negativo, a importância do que é tecido e do que fica entremeadado no emaranhado dos movimentos pulsionais. Cada par de noções mencionadas conduz a uma extensa bibliografia de referência.

18. Eugene Enriquez: convidamos novamente à leitura da obra desse sociólogo clínico, cujas contribuições à compreensão da vida em comum e da cultura são significativas.

19. Remetemos novamente a Bollas (2013).

Entre grandes e pequenos, *colocam-se em jogo políticas objetiváveis* que são enunciadas em nome da razão, do racional, e também as que Marc Nacht (2004) denomina de *políticas do inconsciente*. Não se trata de ignorar o que é enunciado a partir da consciência, mas sim de admitir que no objetivável não estão ausentes as expressões do que está em jogo nos territórios arcaicos, originários do mundo interno do aparelho psíquico dos sujeitos.

É necessário admitir a força de constatar que, no que se produz no mundo externo, nas geografias do social, deixa-se ver em filigranas a turbulência do primário. Da mesma maneira que nas vicissitudes da transmissão encontram-se vestígios das histórias políticas e dos traumas que intergeracionalmente afetam ou interrompem a transmissão²⁰ e “falam” da loucura enquanto deslocamento radical do laço social, como elaborado e proposto por Françoise Davoine e Jean-Max Gaudillière (2011).

Talvez nessas questões resida o sentido de explorações que diluam a angústia, limitem o sintoma e impeçam a inibição.

Referências

- Agamben, G. (2012). *Opus Dei. Arqueología del oficio*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo.
- Bailly, J. C. (1997). *Le propre du langage* (pp. 58-59). Paris: Seuil.
- Bauchau, H. (1990). *OEdipe sur la route*. Arlés: Actes Sud.
- Bollas, C. (2013). *La pregunta infinita*. Buenos Aires: Paidós.
- Cifali, M. (1992). *¿Freud pedagogo?* México DF: Siglo XXI.
- Davoine, F. & Gaudillière, J. M. (2011). *Historia y trauma. La locura de las guerras*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Enriquez, E. (1990). *Da horda ao Estado. Psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Freud, S. (1978-1985). Análisis terminable e interminable. In S. Freud (Ed.), *Obras completas* (Vol. 23). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1937).
- Frigerio, G. (2004). *La división de las infancias. Ensayos sobre la enigmática pulsión antiarcontica*. Buenos Aires: Del Estante.
- Frigerio, G. & Diker, G. (2005). En la cinta de Moebius. In G. Frigerio & G. Diker (Eds.), *Educar: ese acto político*. Buenos Aires: Del Estante.
- Frigerio, G. & Diker, G. (2010). Curioseando saberes e ignorancias. In G. Frigerio & G. Diker (Eds.), *Saberes alterados*. Buenos Aires: Del Estante.
- Green, A. (2013). *Penser la psychanalyse avec Bion, Lacan, Winnicott, Laplanche, Aulagnier, Anzieu, Rosolato*. Paris: Les Éditions de l'Éthique.
- Gribinski, M. (2009). *Les scènes indésirables*. Paris: De l'Olivier.
- Hagner, M. (2012). *El preceptor. Un caso de educación criminal en Alemania*. Buenos Aires: Mardulce.
- Hassoun, J. (1995). *Los contrabandistas de la memoria*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor.
- Legendre, P. (1996). *La fabrique de l'homme occidental*. Paris: Mille et Une Nuits.
- Legendre, P. (2010). *Le point fixe*. Paris: Mille et Une Nuits.
- Mijolla Mellor, S. de (2009). *Le choix de la sublimation*. Paris: PUF.
- Mijolla Mellor, S. de (2012). *Traité de la sublimation*. Paris: PUF.
- Miller, A. (1985). *Por tu propio bien*. Barcelona: Tusquets.
- Millot, C. (1990). *Freud anti-pedagogo*. México DF: Paidós.
- Nacht, M. (2004). *L'inconscient et le politique*. Toulouse: Érès.
- Pontalis, J. B. (2000). *Fenêtres*. Paris: Gallimard.
- Rancière, J. (2002). *El maestro ignorante*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Rancière, A. (2004). La philosophie en déplacement. In A. Marianne (Ed.), *La vocation philosophique*. Paris: Bayard.
- Rosolato, G. (1978). *La relation d'inconnu*. Paris: Gallimard.
- Rosolato, G. (1993). *Pour une psychanalyse exploratrice de la culture*. Paris: PUF.
- Tassin, E. (2012). L'impossibilité de la justice et la cité divisée. In E. Tassin (Ed.), *Le maléfice de la vie à plusieurs*. Paris: Bayard.

20. Sobre essas questões, é possível ler trabalhos de Marcelo Viñar e Alberto Konicheckis (psicanalistas de origem uruguaia), e ensaios da autora desta nota.

Arquitetura e psicanálise: múltiplos interesses

No contexto dos múltiplos interesses da psicanálise ressoam as descobertas freudianas produzindo efeitos na sua relação com a arquitetura. A atividade do arquiteto implica não só um criador original, senão alguém que não pode produzir a sua obra sem a influência do contexto, comportando um campo cultural, histórico, que o leva a uma produção mais coletiva da qual participam significantes que circulam numa comunidade num determinado momento histórico. É nesse sentido que os significantes freudianos são fundamentais.

Uma das heranças fornecidas pela psicanálise manifesta a função da imagem da casa frequentada nos sonhos, que indica, como Freud assinala, um dos poucos objetos com representação no inconsciente. Diz Freud:

Os objetos que acham no sonho uma representação simbólica são pouco numerosos. O corpo humano na sua totalidade; os pais, filhos, irmãos e irmãs, e o nascimento, a morte, a nudez e algumas poucas coisas mais. A casa é o que constitui a única representação típica. (Freud, 1916/1976, p. 183)



Parthenon, Atenas.

Acrescenta ainda:

A meu juízo, se “habitação” chegou a constituir um símbolo feminino, é pelo fato de que a mulher mesma constitui o espaço no qual o ser humano habita durante sua vida intrauterina. O símbolo “casa” já nos é conhecido desse ponto de vista e a “mitologia” e o estilo poético nos autorizam a admitir como outras representações simbólicas da mulher as de castelo, fortaleza e cidade (Freud, 1916/1976, p. 192).

A casa é a própria constituição do vazio, representante do essencialmente humano:

* Diretor do escritório Atelier Metropolitano do Rio de Janeiro e “arquitetourbanista praticante”. Membro associado da instituição psicanalítica Letra Freudiana do Rio de Janeiro.

Pátio, céu canalizado [...].

O pátio é o declive

Por onde se derrama

O céu na casa.

(Borges, 1974, p. 23)

Na casa e na cidade devemos considerar sempre o espaço social, isto é, os lugares onde se desenvolvem laços entre os indivíduos. A psicanálise nos aporta nesse campo elementos essenciais. Esses espaços são efeito de momentos de ruptura que deixam suas marcas, que serão recuperadas no caso da arquitetura através da forma. É na elaboração formal do objeto arquitetônico que intencionalidade estética e resposta às condições de uso devem formar um “agregado sensível” (Deleuze, 2010), uma amálgama onde o individual e o coletivo se interliguem conectando os dois domínios, o privado e público.

O mito do parricídio desenvolvido por Freud no texto “Totem e tabu” (Freud, 1913/1974a) sustenta a essência da constituição das comunidades, expressando o caráter destruidor, traumático, no cerne da estrutura do sujeito e seus laços.

Em “O mal-estar na civilização” (1930/1974b) Freud reafirma esse caráter influenciado pelas novas tecnologias de destruição em massa e pelas guerras, que marcam o início do século XX e que já indicavam para ele um futuro pouco alentador.

O trauma participa tanto do individual quanto do coletivo. Essa noção de trauma atravessa os textos de Freud e remete a uma estrutura temporal complexa tanto na constituição da psique quanto no campo da cultura.

O trauma que nos constitui individualmente está presente também nas ruínas acumuladas na construção das cidades, as estratificações multitemporais sendo comuns a ambos. Essa construção, nos dois casos, se apresenta como uma sobreposição complexa que demanda a interpretação de fragmentos. Freud vai formular a constituição do sujeito como aquele que tem de conviver com traumas e restos desde a origem.

Mas existem momentos históricos precisos que expressam mais as situações traumáticas. Por esse motivo é necessário no campo da arquitetura e do urbanismo traçar estratégias para redirecionar os processos em curso, através de intervenções capazes de permitir uma nova conectividade da estrutura urbana, possibilitando articular as diferenças quando elas se tornam intoleráveis.

Quando se verifica algo dessa ordem do traumático como a “cidade partida”, surge a exigência de estabelecer novas conexões a partir de projetos de estruturação socioespacial capazes de articular o estratégico (a questão urbana considerada no longo prazo) com intervenções pontuais específicas, capazes de responder às maiores urgências. Os sintomas, efeitos dessas rupturas, são um campo fértil para propiciar novas saídas, mas isso nem sempre acontece.

A “forma” será o meio pelo qual o arquiteto poderá se comunicar com o outro, funcionando como uma linguagem. A linguagem da escrita arquitetônica, capaz de enlaçar o imaginário à construção e ao real do mundo. Capaz de produzir efeitos ressubjetivadores em relação ao espaço, emparentando a arquitetura à arte, indo além da resposta imediatista, contribuindo para formalizar e espacializar “necessidades” que, traduzidas numa “composição” arquitetônica ou urbanística, poderão expressar os ideais de uma sociedade num determinado momento histórico. Seja numa casa, num grupo de construções, num quarteirão ou num bairro inteiro, “a forma, quando cria beleza, chega a ser funcional e, por tanto, fundamental para a arquitetura”, como disse Oscar Niemeyer, em entrevista para o canal Arte 1, exibida em 2013 (Wajnberg & Gomes, 2000); através da elaboração estética, a arquitetura pode se emparentar à arte, criando o lugar de confluência do universal e do particular.

No mito de “Totem e tabu” (1913/1974a), o assassinato do pai marca o caráter violento da construção da comunidade, seguido de um segundo tempo de adoração a quem se eliminou. Após o qual surge a culpa coletiva que é o

resgate imprescritível do seu trunfo escrito na proibição totêmica antes de se instaurar como lei. Esse mito evidentemente é uma construção de Freud e uma maneira de mostrar os elementos lógicos que indicam o preço pago pelo acesso do homem à linguagem. O drama totêmico inaugura a promoção do simbólico que não se produz sem uma perda primordial que marca a relação do sujeito com respeito ao campo do Outro.

Esse mito nos ensina como se enlaça a oposição dentro-fora, e como, sob seu véu, se manifestam as obras culturais, nelas incluídos a arquitetura e o urbanismo. Destaca-se assim a especificidade do simbólico que se constitui nas linhas de ruptura marcadas pelos episódios trágicos, o assassinato, promovendo depois a identificação simbólica. Mas também aponta ao real que escapa, perda fundamental que deixa o ser submerso em algo que o excede. Essa condição de excesso, de gozo, vai se manifestar na forma de sintomas, angústias e medos.

A arquitetura barroca tem uma função de paradigma em relação ao gozo, onde o excesso e a repetição revelam-se como expressão da ação do significante. Uma maneira de falar dele é dizer que não serve para nada. O excesso no barroco (uma voluta a mais, uma dobra a mais) desafia todo utilitarismo e se inscreve no ideal de beleza ligado ao gozo por excelência.

Um texto freudiano que produz ressonâncias para a relação arquitetura-psicanálise no trabalho que realiza um arquiteto é “Construções em análise”. Nesse texto Freud (1937/1987) se interroga sobre em que consiste o trabalho analítico e se dispõe a responder face às distorções que na época começaram a circular e foram muito bem acolhidas pelos opositores da psicanálise.

O trabalho de análise visa induzir o paciente a abandonar as repressões próprias ao seu desenvolvimento e substituí-las por outras reações de condições psíquicas diferentes (Freud, 1937/1987, p. 275). Seus sintomas e inibições sendo consequência dessas repressões.

Assim, o paciente é levado a lembrar certas experiências e os impulsos afetivos por elas

evocados. Freud (1937/1987) se pergunta “que tipo de material põe à nossa disposição o paciente para recuperar essas lembranças perdidas” (p. 276). Ele diz que fornece fragmentos em seus sonhos, em ideias que fazem alusão ao recalçado, sempre deformado; sugestões de repetições dos afetos que pertencem ao material reprimido. “É dessa matéria-prima, se assim podemos descrevê-la, que temos de reunir aquilo de que estamos à procura” (Freud, 1937/1987, p. 276). Na análise, o trabalho consiste de duas partes diferentes. De um lado, o que corresponde ao paciente, e, de outro, a tarefa desempenhada pelo analista que não experimentou nem reprimiu nada do material em consideração. A tarefa do analista consiste também em construir ou reconstruir a partir dos traços do que foi esquecido e está sendo lembrado. A ocasião e o modo de comunicar o que está sendo construído e as explicações que o acompanham correspondem a um enodamento da função do analista com o trabalho do paciente. Isso implica o ato analítico, sustentado pelo analista e que comporta a função do desejo. Para Freud (1937/1987), “o trabalho de construção ou reconstrução assemelha-se muito à escavação de alguma morada ou de algum edifício” (p. 277).

Surpreendem os significantes utilizados: fragmentos, matéria-prima, conexão, edifícios, escavação, familiares no campo da arquitetura e do urbanismo. Na arquitetura, não são apenas materiais reunidos para produzir uma construção, que pode até chegar a ter uma função. Fazendo uma correlação entre o trabalho analítico e o projeto arquitetônico, poderíamos dizer que a construção em arquitetura depende de como será feita a reunião dos materiais e que isso comporta um trabalho e o ato projetual do arquiteto. Aí estão em jogo a ética e a estética de um arquiteto, determinando algo que vai além da simples construção – “com crus materiais construir relações comovedoras”, segundo Le Corbusier (Boesiger & Girsberger, 1927/1967). Realiza-se nesse ato arquitetônico algo que diz respeito à posição do arquiteto perante os condicionantes de todo tipo que

atuam numa demanda projetual (econômicos, técnicos, sociais) e que, como no caso do paciente, trará à luz algo que estava oculto.

Podemos deprender do anterior as linhas de construção arquitetônica sob condições específicas expressas em diferentes tempos e espaços.

A *arquitetura clássica* organizada como uma composição marcada pela largura e pela altura, na qual a forma expressa o surgimento de novos valores exemplificados nos templos, definidos pela combinação da vertical (colunas) e da horizontal (embasamento e coroaamento), o Parthenon, por exemplo; as catedrais góticas expressando a elevação da fé através das linhas em feixe das suas colunas lobuladas que desmaterializam o peso da pedra; a *arquitetura barroca* com o emaranhado das linhas que vão se enroscando sempre numa volta a mais, sobrepostas ao corpo da obra, expressando o puro prazer do ornamento, o excesso que caracteriza algo da ordem do gozo; a *arquitetura moderna*, decompondo o objeto, independizando a sustentação dos fechamentos e com isso permitindo inverter a lógica tradicional do pesado embaixo e o leve em cima, regulando através da transparência dos corpos a relação interior-exterior – a *fenêtre en longueur* de Le Corbusier (Boesiger & Girsberger, 1927/1967) sendo um dos meios para consegui-lo. E, hoje, a *arquitetura contemporânea*, com a massificação livre (tor-

ções, contorções e interseções volumétricas complexas) possibilitada pelo uso do desenho assistido por computador que permite a “flutuação” da matéria, como no Museu Guggenheim de Bilbao.

Não deixamos de perceber em todo caso que no oculto do psiquismo trata-se de algo mais complexo, mas de qualquer forma há algo que se revela também na construção em arquitetura, que vai além dela.

Como diz Lacan, se esse edifício nos solicita é, pois, porque, por metafórico que seja, ele está bem feito para nos lembrar do que diferencia a arquitetura do edifício: seja uma potência lógica que ordena (a arquitetura), além do que o edifício suporta de possível utilização. Assim, nenhuma construção, a menos que se reduza a um barraco, pode prescindir dessa ordem que a aparenta com o discurso. Essa lógica só se harmoniza com a eficácia ao dominá-la, e a discordância entre elas não é, na arte da construção, um fato apenas eventual (Lacan, 1960/1998, p. 705).

A arquitetura é obviamente anterior à psicanálise, mas ela se beneficia dos aportes do discurso analítico, que lhe permite fazer outra leitura e conseqüentemente outra escrita do fazer arquitetônico.

A psicanálise nos dá elementos para poder reflexionar sobre o mundo que a arquitetura contribui para criar, não sendo tão somente um reflexo desse mundo.



Casa Caio Blat, Portinho do Massarú, Rio de Janeiro.

Referências

- Boesiger, W. & Girsberger, H. (1967). La fenêtre en longueur - Les cinq points d'une architecture nouvelle. In W. Boesiger & H. Girsberger, *Le Corbusier 1910-65* (p. 44). Zurich: Les Editions d'Architecture. (Trabalho original publicado em 1927)
- Borges, J.L. (1974). Fervor de Buenos Aires, Um pátio (fragmento). In J.L. Borges, *Obras completas* (p. 23). Buenos Aires: Emecé.
- Deleuze, G. (2010). *Che cos'è l'atto di creazione?* Napoli: Cronopio.
- Freud, S. (1974). Totem e tabu. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 13, pp. 13-209). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (1974a). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp.75-171). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (1976). Conferências introdutórias sobre psicanálise. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 15). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1916)
- Freud, S. (1987). Construções em análise. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 23, pp. 275-277). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937)
- Lacan, J. (1998). À memória de Ernest Jones: sobre sua teoria do simbolismo. In J. Lacan, *Escritos* (p. 705). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1960)
- Wajnberg, M. H., Gomes, M. (2000). *Oscar Niemeyer: O arquiteto do século* (Documentário). Brasil: Canal Arte 1. (Exibido em 03/12/2013).

O segredo nos olhos

Somente o delírio pode nos fazer acreditar que tudo acontece por algum motivo. Mas os acontecimentos históricos, certas invenções técnicas e artísticas, algumas obsessões coletivas não são meros produtos do acaso. As forças simbólicas que determinam parcialmente a história dos povos e os desejos dos homens vêm de uma multiplicidade de práticas que têm um impacto na subjetividade, em um tempo e espaço específicos. A contingência é o princípio ou a condição inicial de qualquer evento, o que não implica uma indeterminação radical.

Depois dessa declaração inicial, pode-se dizer, sem ter medo de mal-entendidos, que o cinema e a psicanálise nasceram praticamente ao mesmo tempo, em 1895, cinco anos antes da mudança de século, instante que prometia uma virada luminosa em quase todas as ordens possíveis que organizavam o mundo dos homens. A invenção da fotografia foi seguida da invenção da *cinematografia*, a natureza estática da foto que, a partir da luz produzia efeitos nos corpos, era superada agora pelo movimento, da luz e dos corpos; a partir disso previnha-se uma possibilidade inédita para observar a vida humana e o mundo ao seu redor.

É que o cinema não só se tornou arte popular por antonomásia, arte capaz de entreter pelo seu poder intrínseco de sintetizar histórias, epopeias e grandes narrativas em um tempo breve de duração, senão que, além disso, instituiu indiretamente novas formas de ver.

O primeiríssimo plano e as fusões encadeadas, por exemplo, não eram operações perceptivas características dos nossos hábitos óticos. Nasceram com o cinema e com ele foram incorporados ao nosso sistema de representação espacial.

Mas nem tudo residia na expansão e na multiplicação de perspectivas. Com o cinematógrafo apareceu uma possibilidade de ver o que está à vista, mas não pode ser captado exclusivamente pelos olhos. De fato, pela primeira vez era possível filmar práticas sociais que não tínhamos visto fora da condição de participantes. A câmera permitia o estabelecimento de um distanciamento metodológico que revelava alguma ordem subjacente a essas práticas. O suplemento mecânico do nosso olhar, apoiado em um dispositivo chamado objetivo, permitiu um novo recorte do real, sequências de visibilidade impossíveis para o olho dos homens. Em outros termos, constituiu-se um novo estágio observacional, o que Walter Benjamin denominou com precisão e elegância, há mais de 80 anos, o *inconsciente ótico*. Essa materialização de uma ordem visível não percebida pelo olho teria uma correlação lógica com o que Benjamin sintetizou como o inconsciente pulsional. Aqui a descoberta consistiria em detectar toda uma zona da experiência humana dominada por atos e expressões que, a princípio, não obedeciam a um núcleo de controle subjetivo.

* Crítico de cinema argentino.



Definitivamente, os irmãos Lumière se encontraram com Sigmund Freud, uma interseção entre a psicanálise e o cinema, duas invenções ligadas estritamente às consequências da Segunda Revolução Industrial, que também precipitou, a propósito da técnica, mudanças de paradigmas culturais e uma total reconfiguração da vida anímica. O cinema nasce da indústria; talvez a psicanálise surja como uma resposta à aceleração das patologias e à adaptação deficiente dos sujeitos com relação a um novo sistema de produção geral.

Seja como for, a psicanálise alterou paulatinamente os modos de falar sobre a conduta, distribuindo no discurso social uma bateria conceitual dissociada de um vocabulário metafísico passado, um léxico sem o peso de uma história semântica e densa, destituindo, assim, várias noções herdadas e naturalizadas que definiam nossas experiências em relação aos de-

sejos e às fantasias. A psicanálise ajudou a repensar nossas práticas e também a ver e a escutar de outra forma; em termos cinematográficos, instituiu uma nova ordem visual.

O cinema, por sua vez, modificou primeiro a nossa existência ótica e, depois, foi mudando nossa experiência sensível do som. O único animal que fala estabeleceu, graças ao engenho fecundo de Freud, outra forma de escutar o que ele mesmo diz, o que não se diz, o que se diz sem ser dito ou o que se diz investido por outros signos para enunciar algo de forma enviesada. O discurso e os enunciados foram destituídos das suas supostas funções exclusivamente comunicativas. Do mesmo modo, o animal que olha e pensa, esse que fez da visão seu sentido hiperbólico para explorar, aprendeu que com uma câmera podia ver coisas novas do mundo e ver a si próprio nele, podia olhar e se olhar de um modo radicalmente di-

ferente. O poder do cinema era mais que a reprodução mecânica do reflexo de um mundo que estava diante dos olhos e ao objetivo da câmera. Não procurava cristalizar uma imagem especular, não tentava ser um espelho do real. Tentava, mais precisamente, capturar o que havia atrás do espelho. Quando o personagem principal de *Camera Buff* (Piotrowska, 1979), de Krzysztof Kieslowski, descobre que com a sua câmera não só pode olhar o mundo que o rodeia, mas também olhar a si mesmo, o filme começa a configurar uma noção de cinema que vai além da ideia de cinema como um sistema organizado de circunstâncias que dão movimento a um fio secreto que une os eventos e dá sentido a eles. A fascinação do personagem em registrar o mundo é reforçada por um modesto, ainda que contundente, *insight* sobre um poder ainda maior do cinematógrafo: a câmera pode se voltar para quem está atrás dela. O interior também é exterior diante da câmera, do mesmo modo que o inconsciente está exposto, tão visível e audível no discurso, apesar de acreditarmos que ele gosta de brincar de esconde-esconde.

II

Em “El interés por el psicoanálisis”, um artigo publicado em 1913, Freud tenta explicar de forma sucinta qual pode ser a contribuição da psicanálise para a psicologia e para as ciências não psicológicas, como a biologia, a linguística, a filosofia, a sociologia da cultura e a arte. Não fala de cinema explicitamente e, no que se refere à arte, a contribuição da sua leitura adota um caminho legítimo apesar de exíguo demais. É o que acontece se tentarmos pensar na genealogia pessoal de uma obra de arte, ou como “o nexos entre as impressões da infância e as peripécias de vida do artista, por um lado, e, por outro, suas obras como reações frente a essas incitações, constitui um dos mais atraentes objetos da abordagem analítica” (Freud, 1913/1990). No mesmo artigo, Freud acrescenta, como se intuisse que ainda falta pensar mais profundamente sobre tudo o que diz respeito à arte diante da descoberta do incons-

ciente, que, “quanto ao restante, a maioria dos problemas da criação e do gozo artísticos aguarda ainda uma elaboração que lance sobre eles a luz de um discernimento analítico e que lhes indique seu lugar dentro do complicado edifício das compensações do desejo do ser humano” (Freud, 1913/1990). Como se vê, sua preocupação passa por decifrar o lugar do desejo e da repressão na criação artística, compreensível se levarmos em consideração os condicionamentos do seu tempo e a etapa de elaboração da sua própria ciência.

No entanto, de um ponto de vista cinematográfico, e considerando não tanto as operações psíquicas do artista senão os modos em que os espectadores veem as imagens em movimento e o tipo de trabalho cognitivo que está em jogo durante a apreciação de um filme, cabe destacar o primeiro trecho desse famoso artigo. Freud desenvolve um conjunto de indicações sobre como a psicanálise entende a conduta, os atos falhos, o discurso e os sonhos. Nesse sentido, Freud capta ainda hoje o interesse da crítica cinematográfica, pois em seu método de leitura dos sonhos e no que ele denomina *operações falhas* há indícios de uma zona discreta de justaposição metodológica que um crítico de cinema poderia reconhecer, apropriar-se e exercitar.

Os filmes não são sonhos, ainda quando as operações de montagem possam ser explicadas através de padrões psíquicos de associação característicos da vida onírica. Os filmes apresentam signos eleitos deliberadamente que não são necessariamente os elementos centrais dos seus enunciados fundamentais. Todo filme comporta um inconsciente, para dizer de alguma maneira. O crítico de cinema coloca sua atenção não em um deslize de linguagem dos personagens, um esquecimento ou alguma falta de traquejo inexplicável por parte deles, mas sim em como estão organizados os planos cinematográficos na totalidade do filme. A encenação, o que acontece entre os planos e nos planos conformam a zona quente da análise. É aqui onde se pode decifrar o inconsciente de um filme. Do mesmo modo que um sujeito não controla a totalidade do que diz, um ci-

neasta não é capaz de subordinar todos os elementos materiais de um filme a um conhecimento cabal da sua arte e do seu filme.

Freud estabeleceu duas categorias para pensar os sonhos: por um lado, *o conteúdo manifesto do sonho*, ou seja, o conjunto de signos que articula uma espécie de relato onírico, o que Freud também chama de *desfigurações*, que vão substituindo o sentido real do sonho. Por outro lado, os *pensamentos oníricos latentes*, onde eventualmente é cifrado, através do trabalho hermenêutico que envolve tanto o analista como o analisando, o desejo do analisando.

Não se trata de aplicar ou de replicar esse procedimento de interpretação (dos sonhos) no contexto de leitura de um filme, mas sim é possível vislumbrar certa contiguidade entre sonho e filme, e certa proximidade de abordagens metodológicas. O que é certo é que a ordem de representação manifesta de um filme não é necessariamente o que o filme diz como tal através dos seus enunciados, porque em todo filme existe também um procedimento de desfiguração. O que se diz, ou o que eventualmente um roteiro deixa que se pressuponha como discurso na voz dos seus personagens, é colocado em dúvida e na lógica da encenação. É que na leitura da encenação reside a *representação cinematográfica latente*.

É por isso que *O homem ao lado* (De la Torre, 2009) é paradigmático para pensar a dialética entre a *ordem de representação manifesta* e a *representação cinematográfica latente*. Trata-se de uma comédia de sucesso, elogiada pela crítica e vencedora de vários prêmios em diferentes festivais; ninguém parece duvidar das virtudes do terceiro filme de Mariano Cohn e Gastón Duprat.

O plano inicial não permite dúvidas: dividida em duas, em um falso plano-contraplano, vemos uma parede branca e outra negra; na verdade, trata-se do lado de fora e do lado de dentro de uma mesma parede que está sendo martelada. É um dualismo conceitual onipresente em todo o filme: branco-preto, vulgar-chique, luz-escuridão, voluptuosidade inconsciente-ascetismo involuntário, antagonismos

a serviço de uma tese: existe uma guerra de classes sem concessões, amparada e sustentada aqui em uma misantropia supostamente humorística. Durante todo o filme, nenhum personagem ganha um standard mínimo de clemência, e ao longo de todo o relato sobrevoa um tom perverso nunca questionado (os dedos de Aráoz convertidos em duas pernas femininas de cabaré, dançando, rodeados de fatias de embutidos, bananas e outras espécies, oferecendo um numerinho pseudoerótico para uma pré-adolescente em um heterodoxo teatro de marionetes, é a exposição inconsciente de um conceito de perversão aplicado a uma classe).

A história é simples: um famoso designer, Leonardo (Rafael Spregelburd), que mora com sua filha e sua mulher (e sua empregada) na única casa desenhada por Le Corbusier na América Latina, vai se sentir intimidado pela presença de um homem que se mudou para a casa ao lado da sua e com quem divide uma divisória. Víctor (Aráoz) pede apenas um pouco de luz e considera que abrir uma janela é um direito quase indiscutível, pelo menos até se encontrar com Leonardo, que exige seu direito à privacidade.

O homem ao lado, a quem o filme nunca dá o status de vizinho, é ostensivamente membro de outra tribo. Há uma cena autoconsciente cujo propósito pareceria ser estabelecer distância com relação aos personagens chiques. Leonardo conta para alguns amigos uma história vivida com Víctor. Sua descrição é sempre pejorativa, apesar de o designer encontrar certa vitalidade no vizinho vulgar que chama a sua atenção (ou que talvez inveje). Depois Leonardo, com outro amigo, ouvirá música, o único instante no qual Leonardo é questionado, bem como as pessoas da sua classe, descontando-se, logicamente, a decisão que o personagem vai tomar no desenlace e que os realizadores desaprovam.

Trata-se de uma cena crucial ideologicamente. Leonardo espia, com sua mulher, Víctor transando com uma mulher mais jovem, um contraste esquemático entre os prazeres

obscenos e primitivos de Víctor e o desejo sublimado em criatividade do culto Leonardo. Cohn e Duprat sublinham todas as diferenças possíveis, e ao longo do filme aumentarão o atrito entre os personagens até encontrar uma resolução diferida e covarde desse retrato de classes confrontadas. Mas a perspectiva do filme não é imparcial. É por isso que em muitos confrontos entre Víctor e Leonardo, sobretudo naqueles que acontecem em suas respectivas janelas, a posição da câmera adota o olhar de Leonardo. A concepção formal dessas cenas deixa explícita uma perspectiva. O plano é a consciência dos jovens diretores. Assim, nunca vemos como Víctor olha, e por isso todos os elementos de humor recaem sobre a sua conduta, excentricidades, usos idiomáticos, acontecimentos.

Não há comédia que não seja ideológica; por isso, onde nosso sorriso se esconde também é decifrada nossa (in)consciência de classe, nossos (pré)conceitos e nosso modo de estar no mundo. As grandes comédias nos questionam; as outras simplesmente reforçam o que acreditamos ser e sobre quem supomos são os outros.

Em resumo: a encenação, a escolha de nunca olhar pelo olhar do outro é a chave de onde se articula a totalidade dos planos, o elemento estrutural que organiza os signos. Ao descobri-lo, as “desfigurações” perdem a sua proteção simbólica. É importante dizer que para analisar um filme existe um trabalho de reconhecimento da forma cinematográfica, que determina os sentidos. Não se trata, então, diferentemente da análise do psiquismo, de um choque justaposto de sentidos, mas sim de visualizar a estrutura formal que concatena o sentido explícito do filme e eventualmente oculta seu sentido implícito.

III

O fora de campo é uma noção cinematográfica importante. Entende-se por fora de campo tudo aquilo que de certa forma significa e marca uma cena e, às vezes, um filme inteiro, mas que permanece, apesar da sua função semântica dominante, sem nenhuma visibilidade.

O ato de mostrar e não mostrar, aquilo ao qual se dá visibilidade ou invisibilidade é essencial para pensar o cinema. O terror, por exemplo, sempre se constituiu ao redor de uma operação formal que oscila entre mostrar e não mostrar. É lógico: se a fonte do terror costuma ser associada com o desconhecido, a revelação do objeto de terror é justamente seu enfraquecimento como agente do medo. Retê-la como fonte do terror foi sempre uma virtude praticada por todo bom cineasta. A indeterminação perturba e incomoda, porque na não identificação da fonte do medo recai a força do mal-estar que o gênero solicita para ser eficiente.

Em certos filmes, o fora de campo é uma noção trabalhada, mas em certas circunstâncias a ausência como tal é mais consequência de um esquecimento, e algo não intencional. Aqui está uma espécie de *operação falha*. Um bom exemplo para constatar o problema é analisar em profundidade o celebrado *O lobo de Wall Street* (Aziz, 2013), de Martin Scorsese, um filme frenético, cuja dinâmica excessiva arrasta o espectador como se ele estivesse estimulado pelas mesmas drogas usadas pelos protagonistas. Tudo é velocidade, movimento, vertigem a tal ponto que o personagem de Leo Di Caprio se converte em um herói do capitalismo financeiro sem que o filme diminua seu ritmo e sua verossimilhança, inclusive seu maior problema: a figura do outro, o contracampo difuso da riqueza. É assim que a rapidez estimula e empurra o espectador a seguir a travessia em ascensão (e queda) de Jordan Belfort –um cara que se tornou milionário a partir de um golpe permanente aos seus clientes, maquiado de financiamento– como se estivéssemos diante de um espetáculo interminável ou de uma longa sessão de circo onde desfilam sucessivamente os números do seu principal animador, encarado por Di Caprio, como observou o crítico cordobês Ramiro Sonzini (2014).

A falta de freios de *O lobo de Wall Street* vai delineando um fantasma que ronda, mas que Scorsese teme materializar. Isso se explica em um esquecimento permanente, em um personagem conceitual que estará no fora de

campo. A tribo de milionários e os discípulos de Belfort vivem porque aprenderam a enriquecer às custas de quem investe pouco porque não tem praticamente nada. Para maior contundência, o que se diz é: o grande fora de campo no filme de Scorsese são todos aqueles que vivem em uma espécie de submissão diferida e sistemática como parte de uma economia que contém os devedores e também os especuladores de segunda categoria, os que desperdiçam suas economias na promessa de uma melhor vida material. Essa classe trabalhadora arrasada que acredita em um possível enriquecimento a partir da oferta de investimento feita por uma empresa baseada em uma quimera dignificada investe materialmente a sua esperança sem saber que desse modo contribui para a constituição de uma nova modalidade de milionário, uma subjetividade obscena que se torna independente de uma história e de uma herança da riqueza. É a inversão da figura de Robin Hood, apesar de festejada como travesura em um sistema em que qualquer um pode supostamente se tornar milionário.

Com exceção de algumas sequências iniciais, a vida dos ricos ocupa sempre o espaço visual integral do filme. Mas inesperadamente, quase chegando ao final, Scorsese introduz um cartão-postal do inferno que é ambientado no metrô, ou seja, no nosso mundo, uma sequência de menos de 20 segundos como se a vida dos pobres ou do simples trabalhador fosse algo como a aparição de uma paisagem estranha, o revés da obscenidade em que vivem todos os personagens de *O lobo de Wall Street*. Nesse inferno vivem os outros, a grande maioria, os cordeiros, que estão ali para sustentar um modelo de vida delirante para proveito de alguns outros. Os “cordeiros” constituem o ver-

dadeiro fora de campo de todo o filme. É algo que escapa ao próprio filme. Aqui está então a *operação falha* por excelência de *O lobo de Wall Street*. É o deslize onde o realizador se confronta, de forma desorganizada, com um elemento traumático da sua própria condição material, impossível de ser articulado em seu próprio universo simbólico.

IV

Um método perigoso (Alexandra, 2011), *Augustine* (Madelaine, 2012) e *Surviving life* (Field, 2010), três filmes recentes, tocam em episódios ou assuntos próprios do universo psicanalítico. Nunca é demais ver a própria história da psicanálise reciclada em filmes de alcance massivo, ou em tentativas, como é o caso de Jan Svankmajer em *Surviving life*, de ilustrar a vida inconsciente em um filme, como feito conscientemente por Alfred Hitchcock em duas oportunidades: em *Quando fala o coração* (Selznick, 1945) e depois em *Marnie, confissões de uma ladra* (Hitchcock, 1964). A psicanálise vai ao cinema, e o cinema, à psicanálise. É lógico que duas formas de explorar o desejo e a vida inconsciente caminhem de mãos dadas. Pensar psicanaliticamente o cinema pode servir para contrabalançar certa tendência no cinema de normatizar o desejo e de estabelecer um só regime poético de imagens. Por outro lado, repetindo a fórmula de Félix Guattari, o cinema pode continuar a ser (ou voltar a ser) a psicanálise do povo. Seja como for, nessas idas e vindas entre uma prática de interrogação discursiva da intimidade e uma forma de representação visual e sonora das nossas práticas sociais, está em jogo uma via para insistir no desejo e nas formas inesperadas de articulá-lo.

Referências

- Alexandra, T. (Produtor), & Cronenberg, D. (Diretor). (2011). *Um método perigoso* (Filme). Reino Unido: Recorded Picture Company.
- Aziz, R. (Produtor), & Scorsese, M. (Diretor). (2013). *O lobo de Wall Street* (Filme). Estados Unidos: Paramount Pictures.
- Field, S. (Produtor), & Svankmajer, J. (Diretor). (2010). *Surviving life* (Filme). República Checa: Athanor
- Freud, S. (1990). El interés por el psicoanálisis. In *Obras completas* (Vol. 13). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1913)
- Hitchcock, A. (Produtor), & Hitchcock, A. (Diretor). (1964). *Marnie, confissões de uma ladra* (Filme). Estados Unidos: Universal Pictures.
- Madelaine, I. (Produtor), & Winocour, A. (Diretor). (2012). *Augustine* (Filme). França: Dharamsala.
- Piotrowska, W. (Produtor), & Kieslowski, K. (Diretor). (1979). *Camera Buff* (Filme). Polônia: Film Polski.
- Selznick, D. (Produtor), & Hitchcock, A. (Diretor). (1945). *Quando fala o coração* (Filme). Estados Unidos: Selznick International Pictures.
- Sonzini, R. (março de 2014). *Cinéfilo*, 16.
- Torre, M. B. de la (Produtor), Cohn, M. & Duprat, G. (Diretores). (2009). *O homem ao lado* (Filme). Argentina: Aleph Media.

Psicanálise e literatura: convergências, divergências**

A interface dos campos da psicanálise e da literatura é tão vasta que se torna difícil delimitar, em curto espaço, suas interações e distanciamentos. É um território singular que se abre ao analista, seja ele do texto ou da fala em sessão, cuja riqueza e complexidade abarcam diversos temas e procedimentos comuns à crítica literária e à prática psicanalítica. Buscarei traçar aqui algumas possibilidades de aproximação entre ambas e proceder, na segunda parte, ao que chamei de “exercício de leitura”, ou seja, pequenos comentários analíticos de uma narrativa de Mário de Andrade do livro *Contos novos*. A ideia não é uma exemplaridade ilustrativa de conceitos, mas respeitar o texto literário como produtor de significações no encontro com o leitor inspirado pela psicanálise.

O que caracteriza, primordialmente, esse campo interdisciplinar é, acima de tudo, a palavra e seus múltiplos deslizamentos. E essa palavra movente, cambiante e criadora está nos textos dos escritores, está na fala diária e dos pacientes em seus relatos de sonhos, em seus atos falhos, seus lapsos de linguagem. A matéria-prima é, sobretudo, a palavra e o que ela carrega, como um tronco que desce o rio e no qual se fundem raízes, gravetos, pedaços de resíduos flutuantes, trazendo tudo junto em seu movimento contínuo.

Tanto na clínica como na arte, no caso a literatura, o inconsciente aflora e busca espaço

para existir além ou aquém das amarras que nos prendem a sistemas de significação e de regulação. Mas é essa dinâmica de revelar e ocultar as faces do desejo que aproxima a palavra poética da palavra numa análise. Ambas dizem o que na vida ordinária e comum não podemos ouvir. Elas se encontram na condição de signo desautomatizante, desalienante, inusitado, que rompe o *status quo* da língua e desafia o que teima em se acomodar. Sempre me inspiro na linda frase de Octavio Paz: “La expresión estética es irreductible a la palabra y no entanto solo la palabra la expresa”.¹ Tanto a psicanálise como a literatura falam de algo que escapa pelas malhas da linguagem, mas que só nela pode ser flagrada (Meneses, 1995, p. 15).

As correspondências entre literatura e psicanálise passam por muitas veredas comuns, mas são campos diversos e não se reduzem uma à outra, guardando inúmeras especificidades. É somente como analogia que podem se encontrar. E é, sobretudo, como alteridade à psicanálise que a literatura interessa, justamente por não se confundir com ela. A literatura sempre forneceu metáforas, imagens, arquétipos e conceitos ao saber psicanalítico, aproveitados em várias instâncias (Édipo, narcisismo, bovarismo, entre tantos), mostrando uma anterioridade e uma supremacia da experiência literária. Como diz Leyla

*Prof. dra. de literatura na Universidade de São Paulo (USP)

** Este texto toma por base a aula inaugural apresentada por mim no Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP, publicada posteriormente com o título “Psicanálise e literatura: Reflexões” pela revista digital *FronteiraZ* (São Paulo, n.º. 7, dez/2011). A presente versão mantém várias passagens do texto original, mas modifica outras, acrescentando novos trechos, como o “exercício de leitura” do conto de Mário de Andrade.

1. “A expressão estética é irreductível à palavra e, no entanto, apenas a palavra a expressa”, em tradução livre.

Perrone-Moisés, “é pelo fato de lidar sempre com metáforas que a literatura não precisou esperar a psicanálise para dizer o inconsciente e seu complexo funcionamento” (Perrone-Moisés, 2002, p. 211). Certamente, essa é uma relação de mão dupla, mas, na contabilidade geral, a psicanálise me parece mais devedora da literatura do que o contrário.

Quando perguntaram a Freud quais seriam seus mestres, o fundador da psicanálise teria respondido com um gesto apontando para as prateleiras de sua biblioteca, onde figuravam os monumentos da literatura mundial. Todos sabem que Freud era um grande leitor dos clássicos (o clássico na Áustria até 1870, cabe lembrar): Homero, Hesíodo, Cervantes, Hoffman, Rabelais, Schiller, Dostoiévski, Flaubert, Thomas Mann, Stefan Zweig e Zola, entre tantos.

Diz-se que Freud, como cientista, era um grande escritor. Sua doutrina nos chega pela força das palavras, cuja escrita foi reconhecida como literária em 1930, ao ganhar o prêmio Goethe, sua única premiação. Em mais de uma oportunidade, Freud reconheceu sua vocação: “Ainda que sob a aparência de cientista, fui e continuo sendo poeta e romancista: a psicanálise não passa de transposição de uma vocação literária para o campo da psicologia e da patologia” (Papini, 1973).

Nessa mesma linha, é famosa a carta de Freud ao escritor austríaco Arthur Schnitzler:

Penso que o evitei a partir de uma espécie de temor de encontrar meu duplo. O senhor sabe, por intuição –realmente a partir de uma fina auto-observação–, tudo o que tenho descoberto em outras pessoas por meio de laborioso trabalho.

Schnitzler, por sua vez, sabia o quanto tais afinidades eram profundas:

Na literatura, percorro a mesma estrada sobre a qual Freud avança com uma temeridade supreendente na ciência. Entretanto, ambos, o poeta e o psicanalista, olhamos através da janela da alma (Kon, 1997, p. 140).



A relação de Freud com a literatura revela como ele tomava a arte como forte aliada no desafio de criar um novo território de sondagem da Ssubjetividade, que era a psicanálise. Esta sempre foi, nesse sentido, uma hermenêutica, um saber interpretativo. Enquanto a psiquiatria clássica descrevia enfermidades e não escutava a totalidade do indivíduo nem o sentido dos seus atos, Freud inaugurava uma nova escuta para o sujeito do inconsciente. Por isso, Freud não poderia dialogar com a ciência da época, já que seu interesse estava em construir a gênese desse sujeito, seus desdobramentos sintomáticos, atribuindo sentidos onde até então só se via insensatez. O outro da psicanálise não poderia mesmo ser a medicina positivista ou a biologia, mas sim a poesia e suas ambivalências, desvios, disfarces, ocultamentos e revelações (Pedral, 2004). É claro



que, apesar disso, o *zeitgeist* da época impregnou Freud, que buscava acima de tudo ser reconhecido como cientista. Como lembra Pontalis, “Freud é inflexível, seu deus é o Logos”. E retoma o alerta enérgico de Freud: “Não tentemos dar literatura em lugar de saber” (Gómez Mango & Pontalis, 2013, p. 214).

Mas, talvez à sua própria revelia, o pesquisador da alma abriu-se ao caráter imaginativo de seu pensamento e permitiu à corrente lírica das imagens poéticas um lugar decisivo em sua escrita. Só assim, segundo o psicanalista Mango, foi possível ao *dichter* (poeta criador) dar voz na letra ao seu novo objeto científico – a verdade psíquica do falante:

A escrita romanesca [de Freud] é o novo instrumento que lhe permite ao mesmo tempo explorar o objeto de sua investigação e transmitir o seu resultado. Como se o “romanesco” fosse uma qualidade da vida psíquica que só o *dichter* [grifo do autor] é capaz de aprender e representar (Gómez Mango & Pontalis, 2013, p. 220).

A dinâmica interna de Freud entre o poeta e o pensador (*naturforscher*) manifestou-se também na ambiguidade de suas relações com os artistas: ora o escritor é um precursor e aliado, um visionário das descobertas do inconsciente, ora é um manipulador, ilusionista, escapista. No primeiro caso, temos a passagem famosa do ensaio sobre *Gradiva* de Jensen, de 1906:

E os escritores criativos são aliados muito valiosos, cujo testemunho deve ser levado em alta conta, pois costumam conhecer toda uma vasta gama de coisas entre o céu e a terra, com as quais a nossa filosofia ainda não nos deixou sonhar (Freud, 1976, p. 18).

Mas o outro lado, que critica e desconfia, que vê a arte como consolação fugidia oposta ao trabalho psicanalítico, esse sim a serviço das luzes e da realidade, é bastante presente na obra de Freud, como se vê nesta passagem de *O mal estar na civilização*, de 1930: “Não obstante, a suave narcose a que a arte nos induz não faz mais do que ocasionar um afastamento passageiro das pressões das necessidades vitais, não sendo suficientemente forte para nos levar a esquecer a aflição real” (Freud, 1976, p. 100).

Mistificação ou revelação da verdade? Essa “dupla navegação”, como a chamou Monique Schneider,² acompanha toda a obra de Freud. O artista, diz Freud, tece o véu que o psicanalista tira. Mas, em outros momentos, a arte fornece os exemplos que Freud precisa para atribuir universalidade a suas descobertas, muitas vezes inspirando o pai da psicanálise

2. Ver o artigo “La réalité et la résistance à l’imaginaire”. Topique, Paris, L’Épi, (15), 1977. Apud Kon, Noemi Moritz, op. cit., p. 10.

na invenção ou consolidação de conceitos, como, por exemplo, o complexo de castração a partir do estudo do conto de Hoffman *O homem de areia*, no conhecido ensaio *O estranho*, de 1919.

Uma das intersecções mais importantes entre psicanálise e literatura provém justamente dos *Estudos sobre a histeria*, de 1898, quando Freud mostra que a neurose histérica é antes de mais nada uma fabulação, uma invenção ficcional pela qual se permite a realização velada do desejo. O diferencial aqui é que tal fantasia convertida no corpo ruidoso da histérica tem estatuto de verdade. A famosa frase laciana “a verdade tem estrutura de ficção” está toda ela em gênese nos *Estudos sobre a histeria*. Seus relatos de casos clínicos começam a se confundir com narrativas, trançando desejo, fantasia, culpas em dramas familiares dos mais instigantes. Freud mesmo reconhece isso e se protege de possíveis críticas ao seu lado “criativo ficcional”, que poderia distanciá-lo dos parâmetros científicos. Ele afirma:

Nem sempre fui psicoterapeuta. Como outros neuropatologistas, fui preparado para empregar diagnósticos locais e electroprognose, e ainda me surpreende que os históricos de casos que escrevo pareçam contos e que, como se poderia dizer, eles se ressentam do ar de seriedade da ciência. Devo consolar-me com a reflexão de que a natureza do assunto é evidentemente a responsável por isso, antes do que qualquer preferência minha (Freud, 1976, pp. 209-210).

Tendo comentado um pouco das relações mais gerais entre Freud, os escritores e a ficção, caberia agora adentrar mais nos instrumentos que a psicanálise fornece ao crítico literário para expandir o campo de significações da obra, penetrar seus cantos mais obscuros e contribuir com um olhar que ilumine a obra em alguns de seus múltiplos sentidos. Afinal, os elementos da arte não se limitam ao mundo da arte, e a crítica pode e deve se servir dos recursos das

várias esferas do saber humano: filosofia, antropologia, história, economia, sociologia, psicanálise etc. Aliás, o próprio Freud construiu sua teoria a partir de três fontes principais:

- 1) O discurso dos pacientes (a psicanálise é uma “*talking cure*”, uma cura pela palavra);
- 2) Sua autoanálise (excetuando Jung, não conheço ninguém que tenha feito com tamanha radicalidade);
- 3) Recurso à cultura. Sem seus estudos sobre arqueologia, história, etimologia, literatura e outros, a psicanálise talvez não tivesse surgido (Mezan, 1985).

A primeira advertência que a psicanálise nos ensina é que existe uma realidade menos visível a olho nu e que para alcançá-la devemos partir do que se manifesta em sua superfície. E o que são essas manifestações? São resíduos muitas vezes insignificantes, dados marginais, pormenores triviais, recorrências, ambiguidades, desvios da norma. Esses elementos sgnicos são pistas que conduzem a núcleos íntimos tanto da subjetividade quanto do texto em análise. O que escapa ao controle do sujeito é justamente o caminho do analista para captar realidades mais profundas, de outra forma inatingíveis. Aprendemos, com a psicanálise, a olhar para o que está à margem, traços irrelevantes ao olhar hegemônico. Em ensaio magistral sobre essas pistas infinitesimais, Carlo Ginzburg aproxima Sherlock Homes, Freud e Morelli, o famoso historiador da arte e descobridor de um método (método morelliano) para identificar falsificadores de pinturas no século XIX. Tais pistas seriam os sintomas para a psicanálise, os indícios para o detetive e os ínfimos signos pictóricos para Morelli. Não é o sorriso que atesta a autoria de um quadro de Leonardo da Vinci, mas o detalhe escondido, “os pormenores mais negligenciáveis e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés” (Ginzburg, 1989, p. 144). Dizia Morelli

que “é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis dos quadros” (Ginzburg, 1989, p. 144).

O que está latente interessa, tanto ao analista quanto ao crítico literário, apenas na medida em que é construído e revelado (ou disfarçado) pelo texto manifesto. O material extraliterário ou os resíduos diurnos de um sonho estão processados e incorporados pela matéria mesma da linguagem do texto e do sonho e só nele, com seus fios diversos tramados em tessitura complexa, é que podemos acessar outros planos interpretativos.

Ainda no terreno das afinidades entre literatura e psicanálise, é preciso trazer a grande contribuição para os estudos literários que foi a obra *A interpretação dos sonhos*, de 1900. Jorge Luis Borges já dizia que os sonhos constituem o mais antigo e não menos complexo dos gêneros literários.

Freud mostrou que a mente é um produtor de poesia. Ele naturalizou a poesia. Freud descobriu na própria organização da mente os mecanismos através dos quais a arte provoca os seus efeitos, expedientes tais como a condensação e o deslocamento, associadas depois por Lacan à metáfora e à metonímia. Remeto todos, novamente, ao belo texto de Adélia Bezerra de Menezes, *Do poder da palavra*, onde ela nos lembra que poesia em alemão é *dichtung* e condensação é *verdichtung*. Portanto, poesia é condensação, mecanismo onírico por excelência.

O que mais nos interessa como analistas literários é o trabalho do sonho, responsável pela transformação das pulsões e do desejo em narrativa. As técnicas do inconsciente, elucidadas por Freud, condensam e deslocam o material bruto em imagem, em enredos. A figurabilidade e a elaboração secundária são mais dois desses procedimentos, que dão visibilidade pictórica ao material inconsciente e um acabamento polido às arestas da cena onírica. Tudo isso encontramos na prosa e na poesia, sem

dúvida, mas, diferente do sonho que age de modo não consciente, o processo criativo do artista envolve atenção, seleção, cortes, acréscimos. Quando Freud compara o sonhador com o escritor, com a criança que brinca e com o neurótico,³ mostra que há em todos um primeiro momento de afastamento da realidade insatisfatória, que recebe uma correção reparatória no sonho, no jogo infantil e na neurose. Mas o artista sabe encontrar seu caminho de volta, pois dá forma às suas fantasias e o que seria um produto narcísico e a-social torna-se uma comunicação com a cultura, permitindo inclusive que o público suspenda as suas próprias defesas e se gratifique com a realização do desejo alheio.

Como texto-sonho, a obra do artista pode ser lida em suas contradições, ambivalências, reiterações, intensidades, acentuações, condensações, desvios. É a atenção a essa materialidade verbal, ao corpo das palavras na dança textual, que o crítico literário de inspiração psicanalítica deve ter. A hermenêutica psicanalítica não pode prescindir de um estudo rente à linguagem e suas metamorfoses.

Uma segunda lição que aprendemos com a psicanálise é que o Eu não coincide consigo mesmo. Isso teve desdobramentos na teoria lacaniana que são muito férteis para a crítica literária. Desde o momento em que somos expulsos de uma satisfação primária com o corpo da mãe, afastados de forma definitiva de uma plenitude imaginária, caímos no vazio da linguagem, onde não possuímos mais nada inteiramente, deslizando agora na cadeia de significantes sempre parciais. Como diz o crítico inglês Terry Eagleton, “o mundo metafórico do espelho cedeu terreno ao mundo metonímico da linguagem” (Eagleton, 2006, p. 289). Nessa cadeia infinita produziremos significações, mas nunca poderemos nos apoderar de coisa alguma, sendo a palavra uma eterna aproximação alusiva e esquivada com a tal Coisa perdida (*Das Ding*, para os lacanianos). Como diz Schiller, “quando a

3. Em “Escritores criativos e devaneios”. *Obras completas*, Rio de Janeiro: Imago, 1976.

alma fala, já não fala a alma”. Esse é o jogo do desejo, movido pela falta, que nos impulsiona a uma busca vital. Daí a impossibilidade de *significar* e *ser* simultaneamente.

As decorrências dessa nova concepção de sujeito que as ciências humanas do final do século XIX, e sobretudo a psicanálise, trouxeram para a crítica literária são vastíssimas. Para começar, o eu do enunciado da frase não coincide com o sujeito da enunciação. Quem emite a frase está em um lugar diferente do eu pronominal que é falado pela enunciação. Se desprezarmos os modos de produção de uma frase ou de um texto, teremos a ilusão de um ego pleno, sem divisões. Ainda segundo Eagleton, a literatura realista viveu desse escamoteamento do sujeito da enunciação, voltando suas atenções ao enunciado. A realidade realista se coloca como natural e espontânea, recalando o meio de produção do próprio texto, suas estratégias construtivas. Já a obra modernista, ao contrário, coloca em primeiro plano a enunciação, denunciando a condição de constructo de qualquer discurso. O caso Clarice Lispector é exemplar nesse sentido, como se vê nas inúmeras crônicas que focalizam a si mesma e a sua própria criação. Cito uma bem pequena, que se chama “A experiência maior” e que poderia valer por um tratado psicanalítico: “Eu antes tinha querido ser os outros para conhecer o que não era eu. Entendi então que eu já tinha sido os outros e isso era fácil. Minha experiência maior seria ser o âmagos dos outros: e o âmagos dos outros era eu” (Lispector, 1992, p. 414).

É notável, nesse fragmento, a consciência da escritora de um “não eu” e dessa procura do sujeito nos tantos outros que o constituem. E a cada nova inflexão da frase, movida pela reflexividade entre o eu e o outro, a palavra “outro” surge renovada – torna-se outra –, adquirendo ressonâncias imprevistas até desaguar no “âmagos” da frase: “o âmagos dos outros era eu”. Não seria essa, afinal, a própria travessia de uma análise, capaz de nos fazer resgatar o que se alienou no outro? Ao sujeito dividido e conflituado da psicanálise, corres-

ponde uma linguagem igualmente sinuosa, muitas vezes irônica, cuja fenda entre o ser e o desejo se deixa vislumbrar nas tais entrelinhas que Clarice nos pedia para ouvir: “Já que se há de escrever, que ao menos não se esmaquem com palavras as entrelinhas” (Lispector, 1922, p. 212).

O terceiro aprendizado que temos com a psicanálise está numa das frases do ensaio já citado, *Escritores criativos e devaneios*, de 1906, em que Freud diz: “Nunca renunciamos a nada. Apenas substituímos uma coisa por outra”. O jogo de substituições é movido pelo circuito de perda e recuperação do objeto em novas formações. Esse processo ganhou uma configuração inédita no ensaio de 1920, *Além do princípio do prazer*, quando Freud mostra a brincadeira de seu neto com o novelo de linha. Tendo a mãe se ausentado para o trabalho, a criança repete sem parar dois movimentos com o novelo, fazendo-o ir embora (emitindo o fonema “*fort*”, em alemão: “ir”) e puxando-o de volta com a expressão “*Da*”, que significa “aqui”. De novo, recorro a uma formulação perfeita de Eagleton, que afirma ser o *fort-da* a menor estória que podemos imaginar: um objeto se perde e em seguida é recuperado. As mais complexas narrativas podem ser variantes desse modelo. Há um trecho de Eagleton muito sugestivo desse percurso de aprendizagem com a ausência e a presença dos objetos e que a linguagem tão bem encarna na sua natureza hamletiana de ser e não ser ao mesmo tempo. Diz o crítico inglês sobre a inextricável relação entre o *fort* e o *da*: “Se a mãe se afasta, isso é simplesmente um preparo para a sua volta; mas quando ela está novamente conosco não podemos esquecer do fato de ela sempre poder desaparecer, talvez para jamais retornar” (Eagleton, 2006, p. 279).

O tempo perdido

Em torno da fórmula minimalista de Eagleton – a brincadeira do *fort-da* como matriz simbólica de todas as narrativas – penso ser inspirador abordar um conto de Mário de Andrade (1890-1945), escritor modernista de

“coração arlequinal”,⁴ obcecado pela exigência de integrar na unidade a diversidade de si e do mundo. “Sou trezentos/ sou trezentos e cinquenta”, escreve. A língua, pátria habitada por tantas vozes díspares, será o seu instrumento de luta e de sondagem das contradições subjetivas e sociais.

O texto, *Tempo da camisolinha*,⁵ a ser comentado brevemente, é um relato de feição memorialística, atravessado pela inevitável fragmentação do sujeito adulto, narrador em primeira pessoa, na busca de reconciliar-se com a criança que foi e ainda pede elaboração no presente da enunciação. Episódios centrais de sua vida infantil são recuperados por uma voz vacilante, dubitativa e emotiva, substituída muitas vezes pela fala do menino, usurpador do discurso. O processo analítico se deixa entrever na retomada do tempo do passado no presente, pontuado pela consciência do narrador entre revelações e falseamentos. O começo evoca o trauma e sua seqüela: “A feiúra dos cabelos cortados me fez mal. Não sei que noção prematura de sordidez dos nossos atos, ou exatamente da vida, me veio nessa experiência da minha primeira infância” (Andrade, 1999, p. 102).

O corte dos cabelos tão elogiados por todos instaura uma dolorosa ruptura narcísica. A ordem imperativa do pai – “é preciso cortar os cabelos desse menino” – é a ruína da “inocência perfeita” que a mãe, incapaz de reagir ao mando do pai, tenta preservar guardando os trapos da camisolinha infantil do filho. Uma foto de época, na qual o menino protagonista aparece com o irmão mais velho, reflete, como um espelho de dupla face, sua “monstruosidade insubordinada”, a boca “entreaberta num risinho pérfido”. O narrador reconhece na foto antiga a ferida da infância, da qual ele mesmo é fruto. O verbos no presente do indicativo atualizam a vivência: “Meus olhos não olham, espreitam.

Fornecem às claras, com uma facilidade teatral, todos os indícios de uma segunda intenção” (Andrade, 1999, p. 102). Já o irmão parece, para o narrador que recorda, “uma criança integral, olhar vazio de experiência”.

Ao tratar de *Contos novos*, o crítico Anatol Rosenfeld percebe a unidade dos diferentes textos do livro como variações de um só tema: “o tema do homem disfarçado, do homem desdobrado em ser e aparência” (Rosenfeld, 1976, p. 193). A passagem da “criança integral” para o ser da máscara, irremediavelmente cindido, “cheio de desilusões, de revoltas”, aponta para o processo de castração tão caro à psicanálise. Caberá ao protagonista menino empreender a travessia de sua subjetivação, acompanhado pela consciência adulta rememorante, que oscila entre a fala atual e o fluxo de consciência habitado pela voz infantil. O retorno da criança recalcada ganha o espaço narrativo e mostra que ainda não foi totalmente assimilada pelo adulto.

Ao lado dos cabelos cortados e da camisolinha, ambos metonímia do tempo perdido, um novo significante da plenitude extinta surge pelas mãos de um pescador no canal de Santos, onde a família passava férias após o nascimento de uma irmãzinha (mais uma experiência de descentramento narcísico). São “três lindas estrelas do mar” portadoras de boa sorte, nas palavras do pescador, que resolve dá-las ao menino entusiasmado, dizendo: “a gente fica cheio de tudo... dinheiro, saúde”. De posse do mágico talismã, recupera-se a fé na totalidade perdida. Uma visada lacanianamente perceberia aqui o deslocamento da cadeia significante, fazendo deslizar o desejo da perfeição nas fendas parciais da linguagem. O sujeito busca reparar, pelo imaginário da estrela-do-mar, o dano da falta instaurada pelo corte narcísico. Ao reunir céu e mar, as “tesoureiras da boa sorte” acenam para a volta ao refúgio materno, ao mundo idealizado e sem falhas. O

4. Conforme verso do poema “Trovador”, de *Pauliceia desvairada* (1922).

5. Os contos estão no volume póstumo *Contos novos* (1947). Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Itatiaia, 1999. Os contos foram escritos entre 1924 e 1942. As citações serão sempre dessa edição.

circuito opera em três tempos: plenitude - perda - substituição. O objeto reparador é sempre um fragmento do todo, mas é vivido como morada do absoluto.

Eram três estrelas, uma menorzinha, na qual faltava a ponta, e duas grandonas. A simbologia edípica do casal e o filho salta à vista. “Foi então que aconteceu o caso desgraçado de que jamais me esquecerei no seu menor detalhe”, diz o narrador. Ao brincar no canal, “um portuga magruço e bárbaro de enormes bigodões” reclama de “má sorte”. Tocado pela infelicidade do outro, a personagem mergulha no dilema ético de doar ou não seu amuleto da sorte. Qual delas? A maior? A falhada? “Lá estavam as três estrelinhas, brilhando no ar do sol, cheias de uma boa sorte imensa. E eu tinha que me desligar de uma delas, da menorzinha estragada, tão linda!”. Ao final do monólogo em associação livre, a decisão: “Agora eu tinha que dar pra ele a minha grande, a minha sublime estrelona-do-mar!...”. O gerúndio potencializa a cena dramática: “Fui correndo, fui morrendo, fui chorando, carregando com fúria e carícia a minha maiorzona estrelinha-do-mar” (Andrade, 1999, p. 108).

Marcado agora irremediavelmente pela consciência da falta, o menino infringe ativamente a si mesmo o corte vivido antes de forma passiva (como no exemplo já comentado do *fort-da*). O português, porém, nem nota o alcance da doação: “Ele nem media a extensão de meu sacrifício! E a mão calosa apenas roçou por meus cabelos cortados” (Andrade, 1999, p. 109). Só após ter passado pelo sofrimento da perda é possível reconhecer fraternalmente o outro que sofre. A elaboração da castração

permite uma ação ética no mundo, mesmo que seja ao preço de ver –segundo a frase final do conto– “inutilizar-se no infinito dos sofrimentos humanos a minha estrela-do-mar” (Andrade, 1999, p. 109). Em seu íntimo, o menino sente as “desilusões claríssimas”. A expressão antitética anuncia a inscrição da falta e simultaneamente o clarão esperançoso que abre o sujeito ao mundo.

Dito tudo isso, seria prudente terminar com alguns cuidados que o crítico literário de viés psicanalítico deve ter. Como diz Davi Arrigucci Jr. em *O guardador de segredos*, “no momento em que a interpretação psicanalítica se converte em explicação, ela se afasta da interpretação literária. E a interpretação literária deve trazer o sentido vivo, não explicá-lo” (Arrigucci Jr., 2010, p. 230). A psicanálise como ferramenta crítica deve ir além da tradução da obra em símbolos fálicos, fechando o texto em sentidos pré-concebidos. Não existe sentido último e definitivo, e o que importa no texto literário é desvendar os modos como se dá a produção de sentidos, mais do que a decifração final.

Por fim, gostaria de terminar lembrando uma frase de Bellemin-Noel, que parece sintetizar o fascínio da literatura para os psicanalistas e a ponte inextricável entre ambos: a psicanálise ajuda “a leitura a revelar uma verdade do discurso literário, a dotar esse setor da estética de uma dimensão nova, a fazer ouvir uma fala diferente de maneira que a literatura não nos fale somente dos outros, mas do outro em nós” (Bellemin-Noel, 1983, p. 20).

Referências

- Andrade, M. de. (1999). *Contos novos* (17ª ed.). Belo Horizonte: Itatiaia.
- Arrigucci Jr., D. (2010). *O guardador de segredos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bellemin-Noel, J. (1983). *Psicanálise e literatura* (Á. Lorenzini & S. Nitrini, Trad.). São Paulo: Cultrix.
- Eagleton, T. (2006). *Teoria da literatura: Uma introdução* (W. Dutra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Freud, S. (1976). *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 9). Rio de Janeiro: Imago.
- Ginzburg, C. (1989). Sinais: Raízes de um paradigma indiciário (F. Carotti, Trad.). In *Mitos, emblemas, sinais* (pp. 143-179). São Paulo: Companhia das Letras.
- Gómez Mango, E. & Pontalis, J.-B. (2013). *Freud com os escritores* (A. Telles, Trad.). São Paulo: Três Estrelas.
- Kon, N. M. (1997). *Freud e seu duplo: Reflexões entre psicanálise e arte*. São Paulo: Edusp.
- Lispector, C. (1992). *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Meneses, A. B. (1995). *Do poder da palavra: Ensaios de literatura e psicanálise*. São Paulo: Duas Cidades.
- Mezan, R. (1985). *Freud pensador da cultura*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Papini, G. (1973). A visit to Freud. In R. H. Marins (Ed.), *Freud as we knew him* (pp. 98-102). Detroit: Wayne State University Press.
- Pedral, C. S. (2004). Freud e a literatura: Fronteiras e atravessamentos. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 38(4), 803-818.
- Perrone-Moisés, L. (2002). Para trás da serra do mim. *Scripta*, 5(10), 210-217.
- Rosenfeld, A. (1976). Mário e o cabotismo. In *Texto/contexto* (pp. 181-196). São Paulo: Perspectiva.

O interesse da psicanálise pelo direito: algumas reflexões sobre a dominação

Será que a psicanálise comporta um interesse pelo direito? Trata-se de uma questão complexa, pois, por diferentes razões, nem o direito e nem a psicanálise correspondem a realidades únicas. O direito abarca múltiplos aspectos. Frequentemente é associado a processos e procedimentos judiciais, o que representa apenas uma pequena parte do seu campo disciplinar. Por outro lado, a psicanálise contemporânea, mesmo que ela ainda se apresente como uma disciplina unificada, contém uma grande variedade de teorias, frequentemente incompatíveis entre si. É atualmente diversificada a tal ponto que é difícil sustentar que os conceitos de inconsciente, pulsão, sexualidade e mesmo de psicanálise remetam a uma realidade comum.

Direito e dominação

Ao invés de tratar de forma geral do interesse da psicanálise pelo direito, abordarei a questão da dominação, que se situa na vertente do campo disciplinar do direito. Como Weber (1971) teorizou, o direito constitui uma das formas de legitimação da dominação. O direito é o substituto da coerção que resultaria diretamente da força. A dominação se constitui, assim, em uma dominação legal, desde que seja sancionada pelo direito. Por outro lado, ela é designada como legítima quando a regra do direito que a sanciona está de acordo com um

conjunto de normas jurídicas mais gerais, por exemplo, regras constitucionais ou internacionais, e desde que estas sejam adotadas dentro do enquadre das mesmas. Não resta dúvida de que o fundamento dessas regras gerais também se encontra nas relações de poder, e até nas relações de força que, no melhor dos casos, resultaram de compromissos políticos. Portanto, o julgamento sobre a legitimidade da dominação não se limita à esfera jurídica: necessita de uma avaliação moral.

Isso pode implicar uma desobediência às leis, a recusa de respeitar o direito existente ou a constatação de que o caráter legal de uma conduta não corresponde automaticamente a seu valor moral. Em um grau menor, ela pode ser resolvida através de uma avaliação dos fatos que impeça a aplicação da regra, ou por uma interpretação da regra de direito que leva a um resultado diferente daquele geralmente esperado num dado contexto. Em todos esses casos, em níveis diferentes, essas situações levantam o problema da recusa em se conformar com o que é considerado restritivo.

Este texto tratará dessas situações. Na verdade, a dominação coloca um problema para o indivíduo quando ele é constrangido a fazer algo que não faria por livre e espontânea vontade, ou quando deve agir de uma maneira que desaprova. Na medida em que a norma jurídica

* Advogada pela Universidade de Montreal, membro da Sociedade Canadense de Psicanálise.

corresponde à posição moral do indivíduo, a distinção entre a legalidade e a legitimidade da dominação não é conflitiva. A avaliação moral envolve a subjetividade. Ao contrário do que se possa crer, o recurso às normas jurídicas também o faz. Não me refiro aqui particularmente aos casos de oposição direta entre a avaliação moral e a norma jurídica, mas aos processos comuns que estão em jogo quando nos perguntamos como devemos agir para estar de acordo com o direito. A aplicação concreta de uma norma jurídica a uma situação particular implica sempre elementos subjetivos.

Por um lado, nós os encontramos nos processos de interpretação da regra do direito. Nenhuma regra é totalmente clara, já que ela deve ser aplicada a fatos particulares. Por outro lado, o elemento subjetivo se reencontra também no exercício de qualificação dos fatos, que constitui a outra vertente da interpretação. Nos dois casos, uma decisão pessoal está em jogo. De uma maneira geral, toda decisão, incluindo a de interpretar um texto jurídico ou a de se posicionar sobre o caráter legalmente obrigatório ou não de uma conduta, inclui um aspecto subjetivo, pois supõe o ato de um sujeito que decide. Essa situação está portanto na origem da responsabilidade moral: se cada decisão ou cada ação implica um sujeito que é imputável por ela, esse sujeito é responsável pelos atos que implicam essa decisão.

No campo do direito, a questão da imputabilidade não se apresenta da mesma maneira que no campo da moral: a dominação ou a subordinação, que envolvem as regras jurídicas, permitem, precisamente, escapar da imputabilidade pessoal, como por exemplo, nas relações de trabalho.¹

É por isso que a obediência requerida do soldado ou do funcionário tem por consequência separar sua responsabilidade pessoal em relação aos atos corretamente efetuados no escopo de suas funções, ou em relação às decisões tomadas em conformidade com as normas apli-

cáveis. Mesmo quando as dimensões jurídicas e morais às vezes se confundem, a ausência de responsabilidade jurídica não equivale à ausência de imputabilidade moral. Sobre o plano moral, qualquer que seja a força de constrangimento da regra ou do sistema, a subjetividade está imbricada na decisão de obedecer, de se conformar, ou de interpretar as normas em função das expectativas da hierarquia, pois, se há decisão, há, conseqüentemente, ação.

O comprometimento da subjetividade: um ponto de contato entre dominação, direito e psicanálise

Podemos postular que o momento em que a dominação, incluindo aí a dominação intermediada pelo direito, suscita uma questão moral constitui um tempo de contato entre o direito e a psicanálise, pois se trata de um momento no qual a subjetividade é colocada em pauta. De fato, é no registro da subjetividade e da elucidação dos fenômenos subjetivos que a psicanálise pode legitimamente intervir. Tal afirmação não quer dizer que a psicanálise não é interessante para as ciências sociais ou para o direito, muito pelo contrário. Tanto seria ilusório acreditar que os fenômenos coletivos e sociais, incluindo aí a reivindicação de emancipação, pudessem ser vistos somente sob o ângulo da psicologia individual, daqueles que com isso se comprometem, como seria totalmente abstrato supor que as lutas coletivas contra uma dominação injusta, ou por projetos coletivos de liberação, pudessem se concretizar na ausência de pessoas que os sustentam, que aderem e que se mobilizam subjetivamente. Da mesma forma, a menos que se aderisse a uma concepção teológica do direito, é preciso reconhecer que ele não se criou fora das relações sociais e políticas que envolvem protagonistas humanos, em que a subjetividade é também solicitada. A psicanálise pode trazer uma concepção específica e essencial sobre esses aspectos. Ela destacou concepções filosóficas e psicológicas do sujeito, incluindo um elemento,

1. Regras relativas à personalidade moral das empresas, à responsabilidade dos chefes e constituintes etc...

o inconsciente, cujo modo de ser se distingue daqueles atributos de intencionalidade e da lógica do sentido. Colocou em evidência que os seres humanos são habitados por energias contraditórias e conflitivas, que, de muito boa fé, dificilmente poderiam reivindicar como sendo suas, mas que se encarnam de forma muito real nas consequências de seus atos e decisões. A psicanálise nasceu da constatação de que o eu não é o senhor de sua casa, que se movimenta por forças que lhe parecem estranhas. Essas forças, que resistem às ações educativas, à boa vontade e às boas intenções, são irreduzíveis a uma teoria das necessidades e da motivação. Para a psicanálise, essas forças constituem as manifestações do inconsciente sexual, um inconsciente dinâmico, que não é observável de forma direta, e, portanto, as reconhecemos pela ação que deriva delas. O inconsciente sexual não é a subjetividade e, aliás, nem mesmo o eu. A subjetividade é um conceito muito mais amplo, que certamente não pode ser explicado apenas por fatores individuais: os sentidos, a consciência, o conhecimento e, assim, os códigos de ligação de sentido oferecidos ao eu são históricos e frutos de uma cultura e de uma sociedade, tributários da língua e dos meios de comunicação que aí prevalecem, como aliás os conteúdos do inconsciente e de seus derivados. Contudo, a menos que satisfaça uma descrição abstrata e parcial da subjetividade –e, conseqüentemente, com uma descrição de uma pseudosubjetividade–, a dimensão introduzida pela psicanálise se afirma como essencial para descrever as questões de seu compromisso.

Por outro lado, para estabelecer uma relação entre psicanálise e direito, as condições que afetam tanto o direito como a psicanálise devem ser reunidas. No que se refere ao direito, a relação entre direito e psicanálise supõe que o conceito de inconsciente seja considerado dentro do campo de estudos do direito, o que não pode ser feito de maneira arbitrária e nem submetida a qualquer aspecto do direito. É necessário que se concentre sobre um aspecto que mobilize a dimensão subjetiva. A dominação e sua implicação restritiva sobre a deci-

são e a ação constitui um desses aspectos. Isso envolve sempre a subjetividade, mesmo se a norma jurídica que efetua a regulação assume um caráter objetivo. De fato, uma restrição para obedecer supõe sempre uma restrição para a ação –para pensar, ou para decidir–, o que exige a mediação de um sujeito. O laço que liga o inconsciente e a dominação passa pelas formas híbridas que assumem os derivados do inconsciente sexual. Esses derivados se manifestam nas condutas e atitudes que correspondem a uma descrição fenomenológica da dominação ou de seus efeitos, por exemplo, a propensão ao conformismo, a fascinação pelo poder, a submissão à autoridade, os comportamentos autodestrutivos, a força das representações fantasmáticas e sua influência sobre a regulação das relações econômicas e sociais.

No que concerne à psicanálise, para estabelecer uma ligação entre psicanálise e direito, é preciso que a teoria psicanalítica à qual nos referimos contemple o inconsciente sexual e as características que acabamos de descrever. Essa teoria deve, portanto, conter um reconhecimento daquilo que constitui o inconsciente sexual, seu modo de ser e suas modalidades de ação. Ela deve abordar o lugar central da sexualidade infantil, no sentido freudiano do termo, no processo de subjetividade e na elaboração da subjetividade. Deve também poder detectar o caráter erotizado e invasivo dos derivados do inconsciente no conjunto das atividades humanas. As teorias psicanalíticas não são todas equivalentes quando se trata de examinar esses aspectos.

A seqüência de nossa reflexão sobre o interesse da psicanálise para compreender os mecanismos envolvidos na dominação implica, portanto, dois desenvolvimentos. De um lado, no escopo restrito deste artigo, trata-se de precisar um aspecto da dominação que o conceito de inconsciente sexual é capaz de esclarecer. E de outro lado, deve-se proceder a uma escolha entre as diferentes teorias psicanalíticas no que se refere ao trato que dá às noções de sexualidade e de inconsciente sexual.

Dominação e servidão voluntária

A dominação é sinônimo de regulação social e, como tal, não mobiliza uma reflexão sobre o inconsciente sexual. É difícil imaginar uma sociedade ou, até mesmo, relações humanas sem dominação. Apesar de que os grupos dominantes e dominados mudam de acordo com as épocas, sociedades e culturas, as reivindicações por justiça e liberdade constituem temas universais da história da humanidade.

Elas se expressam não apenas nos combates e lutas políticas, mas também na literatura e nas artes, com frequência, como importante fonte de inspiração. Essas lutas, no melhor dos casos, levaram à elaboração de um direito, que, sob certos aspectos, foi feito de uma forma mais em conformidade com a justiça.

Que a dominação provoque lutas e revoltas não é nada surpreendente. Há portanto um retorno a essa questão, retorno que nos aproxima do campo de estudos da psicanálise. Por que a revolta é tão rara? De fato, a luta contra a opressão e a injustiça não é a regra, bem ao contrário. Nos seus trabalhos sobre psicodinâmica do trabalho, Dejours (1998/2009) destacou a importância do conceito de servidão voluntária para tratar do fato de que a “a maioria das pessoas pode estar a serviço de um sistema do qual ela desaprova profundamente os métodos. E (...) que essa mobilização pode ser obtida sem uso da força”. Ele também demonstrou que as “motivações subjetivas” do consentimento à dominação – sobre as quais se baseia a colaboração dada à injustiça – solicitam diversos registros de estratégias defensivas destinadas a evitar ou a atenuar o sofrimento provocado, seja pela organização do trabalho e sua avaliação, seja pela própria colaboração.

Portanto, a pertinência do inconsciente sexual para o estudo da dominação torna-se mais aparente no caso da submissão considerada como injusta ou fonte de injustiça. Por outro lado, as forças contraditórias a serviço da dimensão subjetiva da obediência aparecem, mais expressivamente, no caso da colaboração com essa dominação injusta e, mais ainda, quando se trata de zelar por ela. Esse último aspecto

evoca a realidade da servidão voluntária descrita por La Boétie (1995) e retomada por Dejours.

A referência ao conceito de servidão voluntária é particularmente interessante quando examinamos as relações entre dominação e psicanálise. Dois elementos destacados merecem particular atenção dentro desse tema:

1) La Boétie estabelece uma distinção entre servidão imposta e servidão voluntária. A dominação que resulta da força e da coerção é um infortúnio. Não se questiona o fato de que a repressão, a violência e a força podem tornar virtualmente impossível a resistência à dominação. Abaixar a cabeça nem sempre é uma manifestação de servidão voluntária. O ensaio de La Boétie (1995) não é um ensaio sobre a tirania, mas principalmente sobre a colaboração que garante à tirania não apenas o apoio de que ela precisa para se manter, mas para expandir sua influência e sua capacidade de suscitar o medo e desencorajar qualquer possibilidade de oposição.

2) Ao fazer essa distinção, La Boétie mostra que a servidão voluntária se situa acima das relações de dominação/servidão numa determinada sociedade, e que ela a constitui, se não como uma condição de possibilidade, pelo menos como a condição graças à qual a sociedade pode se manter. Coloca em evidência um mecanismo que encontra a sua fonte no mais íntimo da consciência individual, pela qual os humanos procuram facilmente não apenas se conformar à vontade do tirano – mais do que o medo e a violência poderiam obter –, mas se dedicam a estar a seu serviço, procuram agradá-lo, implorando seus favores e fazendo tudo para antecipar seus desejos.

Não basta que façam o que ele ordena, mas que, frequentemente, eles pensem no que ele quer e também, para satisfazê-lo, que antecipem seus próprios desejos. Não se trata só de obedecê-lo, é preciso agradá-lo; é preciso que se rompam, se atormentem, se matem para tratar de suas (dele) questões, e que só tenham prazer com o prazer do outro (La Boétie, 1995, p. 43).

Essa passagem enfatiza o zelo que os dominados podem colocar a serviço daquilo que garante o sucesso da sua dominação ou a de seus semelhantes. Esse aspecto interessa diretamente à psicanálise: por que os humanos são assim tão fascinados pelo poder e pela dominação, a ponto de prestar fidelidade e, sem constrangimento exercido pela força, colaborar voluntariamente, favorecer com lealdade o alcance dos seus objetivos, por mais injustos que sejam? A dominação exerce uma sedução?

Psicanálise e dominação: a posição originária do masoquismo na sexualidade humana

Como já mencionamos, as teorias psicanalíticas não são equivalentes entre si, pois se trata de ver em que a psicanálise pode contribuir para a compreensão das questões de dominação. De fato existem diferenças significativas entre elas tanto na delimitação de seu campo epistemológico quanto na determinação de seu objeto de estudo. Ora, a questão que estamos propondo visa o objeto da psicanálise. Em que esse objeto está envolvido na sedução que a dominação exerce?

A utilização do termo sedução não é neutra. Refere-se à dimensão erótica, especialmente ao investimento libidinal evocado na descrição de La Boétie. Implica, portanto, uma referência ao inconsciente sexual. Na verdade, a psicanálise, além de ser uma prática que, no melhor dos casos, tenta localizar as condições que permitem acessar processos anímicos inacessíveis de outra forma (Freud, 1923), é também uma antropologia. Como escreve Laplanche (1997), ela busca “as categorias universais do humano e do vir a ser do homem” (p. 332). E, entre essas categorias, ela destacou a sexualização. Demonstrou que o processo de humanização ocorre na passagem da ordem do vivo para a ordem do humano, implica a formação de um inconsciente sexual, resultante de um processo, o recalçamento, que o constitui como parte separada do restante da alma. A constituição do inconsciente caminha com a formação de uma sexualidade infantil autoerótica, perversa e po-

limorfa. Essa sexualidade não equivale à sexualidade do ser vivo em geral: não se trata de uma sexualidade biológica, anatômica ou hormonal, mas de uma sexualidade especificamente humana, anterior à diferença entre os sexos, que não é ligada à procriação e cuja fonte é o fantasma. A psicanálise não inventou o inconsciente sexual. Ele existia antes dela e existe independentemente dela. A psicanálise encontrou, portanto, seu modo de ser: o de uma força de desligamento que ataca o eu a partir do seu interior, que resiste à educação e aos bons sentimentos... O inconsciente sexual não é uma entidade metafísica: é constituído de fragmentos de cenas e representações. Ele corresponde a conteúdos particulares, individuais, que sob a forma mais ligada à fantasia “constitui na sua ligação original com a excitação (...) o domínio próprio, não especulativo da psicanálise” (Laplanche, 1997, p. 449). Ela age sobre o corpo, é indissociável da subjetividade, do funcionamento cognitivo, dos estados afetivos, e, dessa forma, é parte intrínseca das relações sociais.

Laplanche ressaltou a posição originária do masoquismo na sexualidade humana. Sem retomar aqui o conjunto da teoria da sedução generalizada, insistiremos sobre três motivos que colocam o masoquismo em primeiro lugar no processo de sexualização. Eles resultam das características da sexualidade infantil. Trata-se: 1) da essência do fantasma que aí está não para ser traduzido, mas para ser satisfeito; 2) da satisfação que o fantasma visa, que consiste numa busca de excitação; e 3) de seu caráter autoerótico.

Para colocar o masoquismo em primeiro lugar na sexualidade humana, entra em consideração ainda uma outra dimensão: ela se encontra na fonte “da essência do que é passível de ser seduzido”: a sedução em sua dimensão antropológica se define como uma relação atividade/passividade (Laplanche, 1997, p. 333). É preciso esclarecer que, na teoria de Laplanche, a passividade não está ligada a uma situação de dependência, mas sim à impossibilidade de simbolizar o que se passa dentro de nós provocado pelo outro.

Os laços entre masoquismo e dominação são clássicos.

Conhecemos a importância da relação feitor/escravo nos comportamentos praticados pelos grupos BDSM,² que, além do mais, incluem constrangimentos e sevícias físicas, humilhações situacionais (expectativas, interdições), humilhações verbais, assim como regras de comunicação que devem demonstrar a subordinação ou a dominação. A posição originária do masoquismo na sexualidade humana e a definição da sexualidade, no sentido freudiano, como uma sexualidade infantil sadomasoquista, são frutíferas para refletir sobre a servidão voluntária e a perenidade da dominação.

Vale ressaltar, no entanto, que essa concepção da sexualidade não é unânime na psicanálise e nem mesmo muito difundida. Embora seja encontrada em parte na teoria de Freud, ela é recortada por outros desenvolvimentos que levaram à definição clássica de sexualidade em psicanálise. Pode-se resumir da seguinte forma: a pulsão tem origem somática, e seus representantes psíquicos se manifestam sob a forma de conteúdos originários e universais do inconsciente. Esses conteúdos traçaram a diferença entre os sexos e assumem formas mito-simbólicas ligadas à filogênese, tal como aparecem nos grandes complexos da psicanálise, especialmente o de Édipo e a castração.

Essa definição do inconsciente sexual é problemática em mais de um sentido no que diz respeito à contribuição da psicanálise sobre os propulsores psíquicos da dominação. Além do fato de que, ao não contemplar muito o caráter disruptivo e anárquico dos derivados do inconsciente sexual, ela recorre às relações de dominação de gênero como fundamento de sua argumentação. De fato, o primado do falo,

a lógica fálico/castrado, o papel fundamental atribuído à diferença entre sexos na origem da pulsão e dos conteúdos do inconsciente, o recurso aos conceitos de função paterna e materna refletem práticas sociais e estereótipos cuja âncora sócio-histórica se revela cada vez mais à medida que se modificam essas condições sócio-históricas.

Por outro lado, a referência a categorias tais como feminino e masculino, mesmo se elas não correspondem ao sexo biológico, não tem uma essência menos a-histórica de estereótipos sexistas e uma representação normativa da parentalidade. Podemos até nos perguntar se as teorias psicanalíticas clássicas sobre a sexualidade não refletem uma atração, que permaneceu protegida de qualquer análise crítica, pelas relações de dominação de gênero que predominavam na época da elaboração dessas teorias e que, em parte, podem continuar a legitimá-las. Dentro da teoria psicanalítica, elas reproduzem, na verdade, a dominação das mulheres, instituída pelo direito de sua época, para criar uma categoria universal da estruturação psíquica.

A tentativa de estabelecer pontes entre direito e psicanálise baseada em tal definição da sexualidade e do inconsciente sexual não é desejável. A psicanálise se encontra em situação de sustentar posições jurídicas as mais conservadoras, especialmente nos assuntos de família. Avaliando o direito, em um de seus cânones ela oculta o fato de que este nasceu precisamente das relações sociais de dominação refletidas pelo direito de uma outra época. Favorece, portanto, uma concepção de que o direito teria uma origem supra-humana, posição que só pode desacreditar a psicanálise, transformando-a em um instrumento normativo de respeito à ordem estabelecida.

2. Nota da editora: A sigla inglesa BDSM apareceu nos anos 1990 e é um acrônimo que engloba os três grandes conjuntos de atividades ligadas às trocas de poderes eróticos.

1) Servidão & Disciplina: restrição de movimentos

2) Dominação & Submissão: jogos de papéis eróticos

3) Sadismo & Masoquismo: jogos de dor/prazer

O conformismo: uma reflexão a ser desenvolvida

Insistir sobre a posição originária do masoquismo e sobre os fantasmas sadomasoquistas, constitutivos da sexualidade infantil, é um ponto de partida para elaborar uma contribuição da psicanálise para a reflexão sobre a dominação e a servidão voluntária. Porém, o inconsciente sexual não é o único componente dessa sexualidade. Ele é submetido, também, pela força de ligação que emana do narcisismo e, conseqüentemente, adota formas mais integradas às demandas sociais, principalmente a do conformismo. Essa reflexão merece ser desenvolvida. Se examinarmos as defesas apresentadas *a posteriori* por aqueles que ativamente colaboraram no seu trabalho com práticas que em seguida foram rigorosamente condenadas e reprovadas, elas se referem frequentemente a uma variante da definição de passividade, segundo a qual o indivíduo sofreu algo não causado por ele (Tessier, 2014), e onde sua ação

apenas respondeu a algo que dele era esperado. A teoria da “engrenagem”, abundantemente utilizada no campo do trabalho, poderia ser examinada sob o ângulo da ligação da sexualidade sadomasoquista. Numa outra ordem de ideias, uma tal pista poderia dar início a uma análise das razões pelas quais as sanções às transgressões, não apenas em direito criminal, mas também, no passado, no direito do trabalho e em questões escolares e familiares, nunca se limitaram apenas a cessar o comportamento proibido, mas acrescentaram um elemento a mais para fazer sofrer o transgressor. Podemos legitimamente indagar se o escândalo do sexual, tão frequentemente evocado na psicanálise, ao contrário da opinião geralmente difundida, não consistiria na primazia do sadomasoquismo na regulação das relações sociais. Nesse caso, a renúncia pulsional que Freud descreveu implicaria, em primeiro lugar e antes de tudo, a renúncia à satisfação derivada do fantasma sadomasoquista e de sua realização.

Referências

Dejours, C. (2009). *Souffrance en France*. Paris: Seuil. (Trabalho original publicado em 1998)

La Boétie, E. (1995). *Discours de la servitude volontaire* (Trad. S. Auffret). Paris: Mille et Une Nuits.

Freud, S. (1923). *Oeuvres complètes – Psychanalyse* (Vol. 16). Paris: PUF.

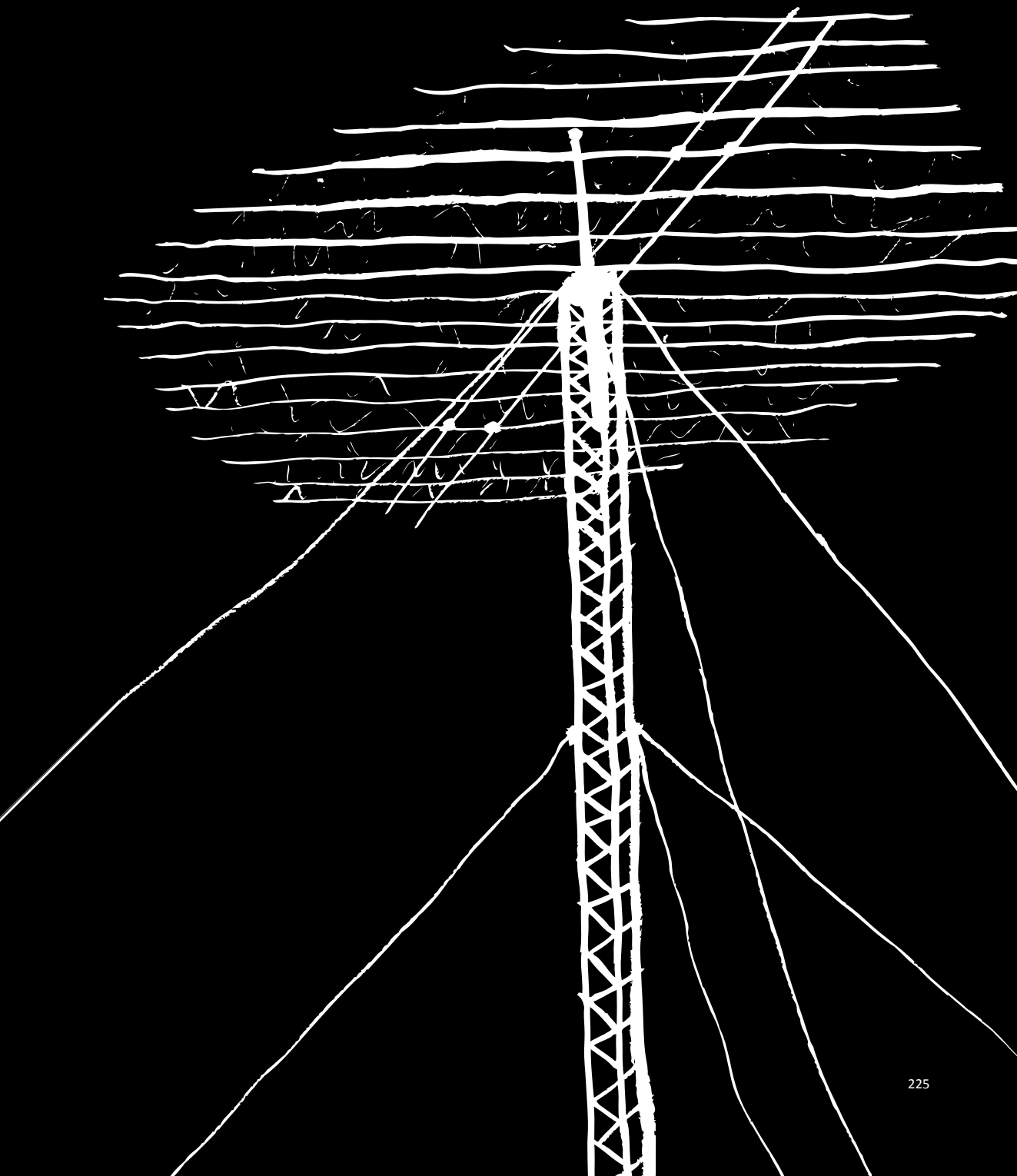
Laplanche, J. (1997). *Le primat de l'autre en psychanalyse*. Paris: Flammarion.

Tessier, H. (2014). *Rationalisme et émancipation en psychanalyse: l'oeuvre de Jean Laplanche*. Paris: PUF.

Weber, M. (1971). *Économie et société*. Paris: Plon.



Fora de Campo



A escrita em psicanálise: Sobre o discurso freudiano**

I. Preâmbulo

O que estará em pauta neste ensaio é a circunscrição teórica do tema da *escrita em psicanálise*. Contudo, para a leitura pertinente dessa questão, é preciso indagar fundamentalmente, como eixo norteador deste ensaio, se existe uma *especificidade* dessa escrita, de fato e de direito (Kant, 1971, pp. 20-40). Assim, se ela existe efetivamente, a escrita em psicanálise seria marcada por uma *singularidade* que a diferenciaria de outras modalidades de escrita, sejam elas a *literária*, a *filosófica* e a *científica*. O que implicaria dizer, enfim, que a escrita em psicanálise teria uma *diferença* eloquente face a outras modalidades de escrita.

No entanto, se essa especificidade de escrita não existe, é preciso perguntar, em seguida, se a escrita em psicanálise seria similar a alguma dessas diversas modalidades de escrita acima mencionadas. No que concerne a isso, é preciso então indagar inicialmente se a dita escrita seria similar à da *literatura*, nas suas características *poética* e *ficcional*. É preciso indagar, em seguida, se a escrita em psicanálise seria similar à escrita em *filosofia*, marcada que seria esta pela dominância eloquente da *argumentação*.

Contudo, deve-se indagar ainda se a escrita em psicanálise seria próxima à que se empreende no campo da *ciência*. Nesse caso, porém, é preciso saber se a escrita em psicanálise seria similar à que se encontra no campo das *ciências naturais*, caracterizada pela *matematização dos enunciados* e pela *verificação das provas*, ou, então, à do campo das *ciências humanas*, nas quais, se existiriam a *consistência teórica dos enunciados* e a *referência a um campo de empiricidade*, não existiriam, em contrapartida, nem as marcas da *matematização dos enunciados* nem tampouco as dos procedimentos de cálculo.

Evidentemente, a escrita em psicanálise não se pauta pelos procedimentos existentes nos diversos discursos das *ciências naturais*, carente que é de qualquer enunciado *matematizável* e onde a *verificação das provas* é de ordem *qualitativa*, e não *quantitativa*. Dessa maneira, a escrita em psicanálise seria mais próxima da que se encontra no campo das *diferentes ciências humanas*. Porém, pela presença de alguns procedimentos *ficcionais*, a escrita em psicanálise seria

* Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos.

** Este texto foi escrito a partir das notas que me orientaram na conferência realizada no colóquio “Psicanalisar: da escritura à escrita”, organizado pela revista *Calibán* e pela Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro no MAR, em 24/10/2013.

próxima do discurso literário, sendo enfatizado aqui seja o discurso psicanalítico sobre a clínica, seja o da metapsicologia. No entanto, a presença de um certo estilo argumentativo na metapsicologia aproximaria a escrita em psicanálise da escrita filosófica. Enfim, essas considerações preliminares nos permitem orientar e pensar a questão da escrita em psicanálise, caso ela não seja caracterizada pela especificidade e pela singularidade.

Porém, supondo que existe a dita especificidade da escrita em psicanálise, a pergunta que se coloca em seguida é se a comunidade psicanalítica atual tem exercido a singularidade dessa escrita. Se a resposta para essa indagação é negativa, a pergunta que se impõe então, necessariamente, é quais seriam as razões disso. Com efeito, como se poderia situar efetivamente os impasses presentes na comunidade psicanalítica para o exercício pleno da escrita em psicanálise.

Assim, essas três indagações vão me orientar neste percurso teórico, dentre as quais uma delas condensa a minha questão fundamental, qual seja, se existe ou não uma escrita psicanalítica propriamente dita. As duas outras questões são subsidiárias e complementares certamente, mas são também cruciais para o estabelecimento dessa *problemática*. Digo isso no sentido de que teorizar é *problematizar* conceitualmente um *problema*, de acordo com as formulações de Foucault (1944, pp. 250-300) e Deleuze e Guattari (1980, Capítulo I).

II. Ruídos e desentendimentos

Para iniciar esse percurso, o meu ponto de partida é o comentário inicial de Freud, na *Correspondência com Fliess* (Freud, 1887-1902/1973c, pp. 240-242) e no ensaio sobre a *Psicoterapia da histeria* (Freud, 1895/1975e, pp. 250-252), em que dizia que as suas *narrativas clínicas* eram lidas por seus colegas médicos como se fossem *narrativas literárias*, e não como *narrativas científicas* de casos clínicos. Freud estava assim se referindo às suas narrativas clínicas realizadas nos ensaios intitulados *As psiconeuroses de defesa* (Freud, 1894/1973e) e os *Novos comentários sobre as psiconeuroses de defesa* (Freud, 1896/1973d), publicados em 1894 e 1896, respectivamente, assim como às diversas narrativas clínicas que foram por ele realizadas nos *Estudos sobre a histeria*, obra publicada em 1895 (Freud e Breuer, 1895/1975).

O que esse comentário de Freud coloca em evidência? Antes de mais nada, a amargura de Freud de que o discurso teórico e o dispositivo clínico que estaria então forjando, que desembocaria logo em seguida na psicanálise, não fossem reconhecidos como modalidades do discurso científico, de fato e de direito. O que implica dizer que Freud gostaria que seu discurso teórico fosse reconhecido efetivamente como inserido nos campos dos discursos da ciência e da medicina. Além disso, é preciso destacar que Freud ironizava os seus colegas neurologistas por essa surdez e pelo não reconhecimento de seu trabalho científico, considerando-o pois como uma produção literária, similar que seria à *narrativa romanesca*.

Logo em seguida, com a publicação em 1905 do *Fragmento de uma análise de histeria*, Freud enfatizou a mesma posição, evidenciando a mesma amargura e ironizando igualmente os seus colegas médicos. Afirmava então, efetivamente, que os neurologistas consideravam as suas narrativas clínicas similares às narrativas romanescas, e não narrativas clínicas de cunho estritamente científico (Freud, 1905/1966c).

Ao lado disso, na conferência pronunciada na Sociedade Médica de Viena em 1896 e publicada em seguida sob o título *A etiologia sexual da histeria* (Freud, 1896/1973b), Freud escutou do importante neuropsiquiatra e sexólogo austríaco Kraft-Ebing que o que apresentara não passava de um “conto de fadas científico” (Jones, 1970, pp. 113-116).

Com a publicação de *A interpretação dos sonhos* (Freud, 1900/1976a), em que Freud sustentou não apenas que o sonho tinha um *sentido*, mas que este estaria centrado na *realização do desejo* (Freud, 1900/1976a, Capítulo 2) —criticando de maneira sistemática a tese da neuropsiquiatria de então, de que o sonho não teria sentido e que seria a resultante das descargas nervosas oriundas do estado funcional do sono—, a recepção da obra colocou em destaque a sua dimensão *estética*, e não científica. Com efeito, Havelock Ellis e Stern, dentre outros, destacaram os procedimentos estéticos presentes em suas leituras dos sonhos e a ausência de qualquer rigor científico (1900/1976a, Capítulo 7).

Assim, no espaço de poucos anos, no qual o discurso psicanalítico estava efetivamente se constituindo, um conjunto de desentendimentos foi gerado entre a pretensão de Freud, no que concerne à cientificidade da psicanálise, e a comunidade médica. Esses ruídos se concentravam em duas frentes. A primeira se centrava no *estilo* presente na escrita clínica de Freud —aproximando-a da literatura e especificamente da escrita do romance, e não da escrita presente na clínica médica. A segunda indicava a proximidade da teoria freudiana com a arte e a literatura, sejam estas representadas pelos contos de fadas, seja pela metodologia elaborada por Freud para a leitura do sonho. Portanto, da escrita sobre a experiência psicanalítica à escrita inicial da metapsicologia, o discurso freudiano foi considerado *estranho* aos cânones teóricos então presentes nos discursos da neurologia e da clínica médica, por um lado, assim como ao discurso da ciência, pelo outro.

Trata-se de um *mal-entendido*? Vale dizer, a comunidade médica não entendeu que o discurso freudiano se inscreveria no campo teórico da medicina, não obstante as diferenças existentes nas suas escritas? Ou, então, trata-se efetivamente de um *bem-entendido*, pois o corpo da medicina científica reconhecia desde então que os cânones teóricos presentes no discurso psicanalítico não se adequavam aos cânones teóricos da medicina científica? Nessa perspectiva, a diferença existente na composição psicanalítica da escrita, em oposição à presente na medicina científica, não evidenciaria justamente isso?

Será com relação à ênfase colocada nesse *imbróglío*, isto é, entre o mal-entendido e o bem-entendido existente entre os discursos da medicina e da psicanálise, que vou centrar inicialmente o desenvolvimento deste ensaio. No entanto, esse debate teórico sobre a especificidade teórica da psicanálise e de sua escrita em relação à medicina desdobrou-se num outro debate, qual seja, a relação da psicanálise com o discurso da ciência. Se Freud insistiu durante muito tempo em que o discurso psicanalítico seria de ordem estritamente científica e seguia os pressupostos presentes no discurso da ciência, em contrapartida, as comunidades científicas e filosóficas enunciavam que a psicanálise não se inscreveria efetivamente naqueles pressupostos epistemológicos.

Retomemos então separadamente esse duplo embate teórico —as oposições psicanálise/medicina e psicanálise/ciência—, para conjugá-los em seguida no *imbróglío* sobre a escrita em psicanálise.

III. Linguagem, fantasma e intensidade

Para sublinhar ainda mais a pertinência da oposição existente entre os discursos da psicanálise e da medicina, no interior do discurso freudiano, vou enfatizar agora como essa oposição foi relançada posteriormente no percurso teórico de Freud, não se circunscrevendo, pois, ao início deste. Tanto no ensaio publicado em 1923, sob o título *Uma neurose demoníaca do século XVII* (Freud, 1923/1952), quanto no livro publicado em 1926, intitulado *A questão da análise profana* (Freud, 1926/1984a), Freud colocou em destaque as diferenças entre a psicanálise e a medicina, pela ênfase colocada em diversos critérios.

Assim, no ensaio sobre *Uma neurose demoníaca do século XVII*, Freud enunciou uma tese surpreendente, qual seja, a de que existiria mais verdade na teoria demonológica da Idade Média do que na teoria somática da medicina científica, pois naquela se reconhecia efetivamente a presença dos “espíritos” na experiência da possessão, tese esta que foi colocada em suspensão pelo positivismo médico moderno (Freud, 1923/1952). Seria, portanto, por esse viés, na segunda tese formulada por Freud nesse ensaio, que existiria mais proximidade teórica entre a psicanálise e a demonologia, pois com a psicanálise os ditos “espíritos” seriam representados pela valoração conferida ao *fantasma* no psiquismo (Freud, 1923/1952). Seria ainda em decorrência disso que a psicanálise se distanciaria da medicina científica, na medida em que esta não reconhecia a pertinência efetiva do fantasma nas perturbações corporais (Freud, 1923/1952). Enfim, numa estrita perspectiva genealógica, existiria a articulação possível entre a demonologia e a psicanálise, assim como a ruptura teórica desta com a medicina científica, pela ênfase colocada no critério diferencial do fantasma (Freud, 1923/1952).

No ensaio sobre a análise profana, Freud enfatizou a oposição existente entre a psicanálise e a medicina pelo destaque conferido agora à *linguagem* na experiência psicanalítica (Freud, 1926/1984a). Retomou então uma tese enunciada em 1891, num ensaio intitulado *Tratamento psíquico* (Freud, 1890/1984b), na qual sustentava que o tratamento psíquico se sustentava no campo do *discurso*.

Porém, se o tratamento psíquico se realizava pelo discurso, isso se devia à condição básica do psiquismo, qual seja, de que este seria um *aparelho de linguagem* (Freud, 1891/1963). Essa foi a primeira versão metapsicológica do psiquismo, na medida em que Freud transformou a ideia de *aparelho da alma*, formulado por Wernick, em aparelho de linguagem (Freud, 1891/1963). No entanto, no ensaio intitulado *Projeto de uma psicologia científica*, escrito em 1895, Freud concebeu o *aparelho psíquico* pela articulação existente entre os registros da linguagem e da *intensidade* (Freud, 1895/1973a).

A oposição do discurso freudiano ao discurso da medicina, nos primórdios da psicanálise, implicou a retomada estratégica da linguagem no campo da experiência psicanalítica, que tinha sido decididamente abolida do campo da clínica médica com a constituição da medicina científica, no final do século XVIII (Freud, 1890/1984b).

Com efeito, com a emergência do discurso da *anátomo-clínica*, na aurora do século XIX, em que se estabeleceu as relações de fundação existentes entre os registros da *lesão* e da *enfermidade*, a medicina científica aboliu qualquer referência à linguagem na experiência clínica, tal como fazia anteriormente na

idade clássica (Foucault, 1963). Portanto, foi com a medicina pré-moderna que a psicanálise se articulou para conferir à linguagem uma posição estratégica na experiência analítica (Freud, 1890/1984b).

Porém, o registro da intensidade seria articulado pelo viés do registro do fantasma, tal como Freud introduziu de maneira sistemática na metapsicologia desde *A interpretação dos sonhos* (Freud, 1900/1976a) e em oposição à teoria inicial da sedução. Foi esse critério diferencial, face ao discurso da medicina científica, que Freud evocou no comentário sobre *A neurose demoníaca do século XVII* (Freud, 1923/1952), como indiquei acima. Enfim, seria pela *conjunção* entre os registros da linguagem, da intensidade e do fantasma que o discurso freudiano se oporia ao discurso da medicina moderna, marcando então as dissonâncias existentes entre as suas experiências clínicas.

IV. Inconsciente e escrita

Todas essas questões já nos indicam, portanto, o caminho teórico para pensar na diferença existente entre a escrita psicanalítica e a da clínica médica desde os primórdios da psicanálise, na medida em que inicialmente os registros da palavra e da intensidade demarcavam a oposição existente entre os dois campos. Em seguida, o registro do fantasma delineava ainda mais a diferença existente entre esses discursos, em conjunção com os outros registros. Pode-se afirmar assim que a comunidade médica tinha razão para estranhar a escrita teórica e clínica de Freud, que não se adequava aos cânones da medicina científica. Existia, portanto, um mal-entendido entre o discurso freudiano e o discurso da medicina científica, não obstante a amargura de Freud de não obter o reconhecimento científico para o novo discurso que estava então forjando.

Como delinear devidamente a diferença em pauta?

Assim, se examinarmos rigorosamente as narrativas clínicas realizadas pela clínica médica e pela neurologia, o que estava em pauta nelas era a posição estratégica conferida à figura da *enfermidade* a partir dos *sintomas* e *sinais* apresentados pela figura do enfermo, para que fosse devidamente estabelecida a relação causal existente entre aquela e o registro da lesão, de acordo com os pressupostos teóricos do discurso da anátomo-clínica (Foucault, 1963).

Em contrapartida, o que estava em pauta nas narrativas clínicas realizadas inicialmente por Freud era o esforço em circunscrever a figura do *sujeito* a partir do campo do sintoma, de maneira a interpretar os caminhos tortuosos pelos quais uma *história* foi efetivamente constituída, tal como Freud estabeleceu o método de maneira sistemática desde o ensaio sobre a *Psicoterapia da histeria* (Freud, 1895/1975). Posteriormente, com a crítica da teoria da sedução e o estabelecimento da teoria do fantasma, foi o registro da fantasia que também se inscreveu na narrativa clínica, marcando as variações ao longo da história do sujeito.

Além disso, é preciso evocar ainda que no campo dessas diferentes narrativas clínicas o sintoma assumia conotações diversas e até mesmo opostas. Com efeito, se na clínica médica o sintoma tinha um valor *negativo*, pois seria o signo infalível de uma lesão do organismo, a ser regulado pela intervenção médica de caráter terapêutico, na experiência analítica, em contrapartida, o sintoma tinha um valor *positivo*, pois seria a partir dele que a *interpretação* de uma

história poderia ser efetivamente realizada, para colocar em evidência o sujeito e os seus impasses face ao mundo.

Em decorrência dessas diferenças cruciais, as narrativas em questão forjaram *composições* textuais diversas e até mesmo opostas, centrada que seria, a da psicanálise, na figura do sujeito e na da enfermidade, na medicina científica, de forma que em ambas o sintoma teria valências diferentes. Daí porque o discurso freudiano se valeu do modelo de *romance* na narrativa psicanalítica, para colocar em evidência o registro do sujeito e de seus impasses. Além disso, é preciso dizer ainda que a composição da narrativa psicanalítica enfatizava o registro da *ficção*, ausente na narrativa da clínica médica, pois seria o contraponto necessário de uma experiência clínica norteadá pela interpretação e pela elucidação sistemática da trama fantasmática que marcaria o sujeito.

Foi em decorrência dessa articulação entre os registros da interpretação, do fantasma e da ficção, que Freud pôde conceber o aparelho psíquico desde o livro sobre a interpretação dos sonhos (Freud, 1900/1976a), em que se estabeleceu a oposição entre a *realidade psíquica* e a *realidade material*, de maneira a cadenciar pelo fantasma as intensidades que permeariam o psiquismo. Em contrapartida, desde os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, obra publicada em 1905, Freud concebeu o registro das intensidades pelo viés do conceito de *pulsão*, sendo esta a exigência de trabalho feita ao psiquismo em função da sua articulação com o organismo (Freud, 1905/1962).

Portanto, a escrita em psicanálise colocaria em evidência como o sujeito teria como coordenadas fundamentais os registros da linguagem (interpretação), da ficção (fantasma) e da intensidade (pulsão). Porém, se essa escrita procura evidenciar a condição do sujeito na experiência analítica, ela também coloca o sujeito em evidência nas diferentes *formações do inconsciente* (Lacan, 2010), como diria Lacan, quais sejam, o *sintoma*, o *sonho* (Freud, 1900/1976a), o *lapso* (Freud, 1901/1973f), o *ato falho* (Freud, 1901/1973f) e a *piada* (Freud, 1905/1980).

Enfatizando ainda mais a importância da questão da narrativa clínica no discurso freudiano, é preciso evocar devidamente que Freud publicou uma enorme quantidade de narrativas sobre a experiência psicanalítica. Publicou certamente muito mais do que qualquer outro analista ao longo da história da psicanálise, mesmo dentre aqueles que constituíram novas teorias e forjaram outras traduções psicanalíticas, como Ferenczi, Melanie Klein, Lacan e Winnicott. Com efeito, além dos textos já citados acima, ao longo deste artigo, Freud publicou as experiências analíticas do pequeno Hans (Freud, 1909/1966a), do *Homem dos ratos* (Freud, 1909/1966a), do *Homem dos lobos* (Freud, 1918/1966b) e da jovem homossexual (Freud, 1920/1973g), assim como transformou a sua leitura das *Memórias de Schreber* (Schreber, 1903/1975) numa narrativa psicanalítica (Freud, 1911/1966d), ao destacar nela as articulações existentes entre a psicose e a história infantil de Schreber (1903/1975).

O que caracterizava todas essas narrativas clínicas era a articulação existente entre o registro dos sintomas e a história fantasmática dos analisandos, articulação esta que era norteadá e atualizada pela colocação em primeiro plano das coordenadas presentes no campo transferencial.

Por isso mesmo, Freud pôde também publicar narrativas analíticas que fracassaram e não tiveram êxito, como aconteceu com as análises com *Dora* (Freud,

1905/1966c), com a jovem homossexual (Freud, 1920/1973g) e com o *Homem dos lobos* (Freud, 1918/1966b), na medida em que o que era fundamental nelas era a colocação em evidência, nas suas experiências analíticas em questão e balizadas no contexto transferencial em pauta, dos impasses dos sujeitos em questão. É claro que o imperativo dessas publicações clínicas, assim consideradas, era o de realizar a *transmissão* da experiência analítica, com vista a formar jovens analistas e fazer assim a difusão da psicanálise (Birman, 1989).

No entanto, a composição textual dessas narrativas clínicas remete certamente ao *estilo* do romance, sem ser uma narrativa romanesca no sentido estrito do termo, pois existem considerações de ordem metapsicológica e o delineamento do campo transferencial que se inscreveram nesses textos. Porém, evocam inequivocamente o estilo romanesco pois o que estaria sempre em pauta nessas narrativas clínicas seria o registro do sujeito, articulado intimamente aos registros do fantasma e da intensidade, tal como ocorre na escrita literária, centrada nos percursos tortuosos dos personagens. Além disso, essas narrativas clínicas remetem a figuras reais, e não inventadas pelo narrador.

Seria em decorrência disso que, na sua grande maioria, tais textos são intitulados seja pelo nome do sujeito em questão na experiência analítica em pauta — *Fräulein Emmy von N* (Freud, 1893-1895/1975c), *Fräulein Lucy R* (Freud, 1891/1975d), *Katharina* (Freud, 1891/1975a), *Fräulein Elizabeth von R* (Freud, 1891/1975b), *Dora* (Freud, 1905/1966c) e *Schreber* (Freud, 1909/1966a)—, como se fosse um *personagem* de um romance, por um lado, seja pelo nome da cena fantasmática originária que nortearia a histeria do sujeito em questão, como o *Homem dos ratos* (Freud, 1909/1966a) e o *Homem dos lobos* (Freud, 1918/1966b), pelo outro.

Portanto, a dívida da psicanálise em relação à *literatura* é evidente, pois esse foi certamente o modelo de escrita pelo qual o discurso freudiano se norteou para empreender as suas narrativas clínicas, balizando pelos critérios teóricos acima destacados. No entanto, a *dívida simbólica* de Freud em relação à literatura não se restringiu ao registro da escrita clínica, mas fez-se presente também na escrita da metapsicologia, na qual procurou articular o registro da interpretação (linguagem) com o do fantasma (ficção), promovendo assim uma escrita permeada pelas intensidades. Não foi justamente isso o que disseram os críticos iniciais da psicanálise, que não a reconheceram como inscrita no campo do discurso da ciência e a aproximaram então do campo da literatura (Kraft-Ebing) e da estética (Havelock Ellis)?

Dessa maneira, não foi certamente um acaso que o método das *associações livres*, que como regra fundamental delineia as coordenadas do campo da experiência psicanalítica, tivesse uma inspiração literária, originando-se no romantismo alemão. Com efeito, Freud acabou por confessar inesperadamente a Ferenczi, em 1920, que tinha lido na adolescência todas as obras de Borne, dentre elas a que ensinava como se tornar escritor e escrever uma obra. Para isso, seria necessário que o aprendiz de escritor deixasse as ideias fluírem livremente na sua imaginação, sem censura e sem que o escritor se preocupasse com os critérios de realidade imediata presentes na existência cotidiana (Freud, 1920/1973g). Portanto, pela suspensão provisória da realidade material e pela ênfase colocada no livre curso da imaginação, uma obra poderia ser construída pelo escritor. Foi a partir dessa referência literária que Freud elaborou efetiva-

mente a técnica da livre associação na experiência analítica, mas a recalcou posteriormente às suas origens e a rememorou apenas quando Ferenczi lhe apontou a similaridade existente entre o procedimento de Borne e o procedimento psicanalítico.

Assim, pelo procedimento da livre associação, o sujeito em análise seria colocado numa posição de deixar fluir os seus pensamentos, deixando-os correndo ao léu, dando então livre curso à sua imaginação e sem contrapor a isso qualquer censura. Assim, como a figura do escritor, o analisando poderia criar ficções sobre a sua existência e a sua história, sendo levado a isso pelo fluxo de suas intensidades e de seus fantasmas. Enfim, o sujeito reinscreveria na análise a história de sua existência, atravessando os seus impasses e as suas angulações vertiginosas, tal como o escritor enuncia na produção romanesca.

Seria por conta dessa produção do aparelho psíquico, centrada que seria na linguagem, na ficção e nas intensidades, que remeteria efetivamente às condições de possibilidade da escrita literária, que Derrida conceituou o modelo do aparelho psíquico estabelecido por Freud como sendo a cena da escrita, na medida em que os traços psíquicos seriam inscrições pelas quais circulariam as intensidades moduladas pelos fantasmas. No ensaio *Freud e a cena da escrita*, de fato, Derrida (1967) percorreu a obra de Freud, desde o *Projeto de uma psicologia científica* (Freud, 1895/1973a) até o ensaio sobre *Nota sobre o bloco de notas mágico* (1925/1985a), para demonstrar não apenas que o inconsciente se constituiria como uma cena escriturária, mas também para propor que o aparelho psíquico seria uma *máquina de escrever*, pela qual as ditas inscrições seriam efetivamente produzidas (Derrida, 1967). No entanto, se no *Projeto de uma psicologia científica* o pensamento freudiano anunciara já um discurso sobre o traço, foi com *A interpretação dos sonhos* que o traço foi transferido a uma escrita, na medida em que Freud lançou mão dos hieróglifos egípcios e da escrita chinesa como modelos para conceber o campo do inconsciente.

É claro que com essa formulação teórica Derrida empreendeu a crítica indireta da teoria de Lacan sobre a psicanálise, na medida em que este enunciara desde 1953 que a psicanálise seria o campo da *fala* e da linguagem (Lacan, 1953/1966). Para Derrida, com efeito, a psicanálise seria o campo da escrita e da linguagem, de forma que os campos da fala e do discurso seriam os desdobramentos e as derivações importantes do campo da escrita, que seria constitutiva do inconsciente.

V. Romantismo e neopositivismo

Assim, nos registros da metapsicologia e da narrativa clínica o discurso freudiano indicava pela sua escrita os ruídos que ela promovia com o discurso da ciência, na medida em que o embate com o campo da medicina científica colocava em cena e em ato o *não reconhecimento* da psicanálise como um discurso científico, de fato e de direito. A forma de recepção teórica do discurso freudiano, por Kraft-Ebing e Havilock Ellis, colocava já isso em evidência, certamente. Por isso mesmo, o discurso freudiano foi aproximado dos campos da literatura e da estética.

É claro que Freud buscou de maneira insistente o reconhecimento científico da psicanálise, apesar da impossibilidade que experimentou em relação a isso

durante quase todo o seu percurso teórico. Freud não foi vítima de ninguém, mas apenas de seu desejo de reconhecimento. Nos ensaios sobre o narcisismo (Freud, 1914/1969) e sobre a pulsão, Freud (1915/1968) procurou sustentar que os conceitos fundamentais de qualquer disciplina científica não se enunciavam no tempo histórico inicial da constituição desta, mas apenas posteriormente, quando o campo científico em questão tivesse já acumulado as suas evidências empíricas e estivesse então em franco desenvolvimento teórico. Arguia então que se exigia da psicanálise essa consistência conceitual desde os seus primórdios, quando isso não acontecia na história dos demais discursos científicos. Enfim, não teria sido isso o que ocorreu nos campos da física, da química e da biologia, mas era o que se exigia, em contrapartida, no que tange ao campo da psicanálise, afirmava Freud de maneira perplexa.

No entanto, o que estava em questão nesse debate sobre o não reconhecimento científico da psicanálise era o modelo de cientificidade que começava a se impor como um paradigma epistemológico desde o início do século XX e que culminou na constituição do Círculo de Viena, no final dos anos 20 do século XX (Jacob, 1980). O que estava então em pauta, efetivamente, era o modelo *neopositivista* de ciência, que teve em Carnap um de seus sistematizadores maiores, pela formulação de algumas de suas teses fundamentais (Bouveresse, 1973).

Qual era o argumento crucial expresso por Carnap? Segundo ele seria preciso opor devidamente os enunciados *com sentido* e *sem sentido* dos diferentes discursos teóricos, nos quais os primeiros poderiam e deveriam ser *decompostos* em enunciados *mais simples*, nos quais estes teriam então uma *referência empírica* segura. Estaria assim em pauta a questão da verificação empírica dos enunciados das proposições. Somente assim os enunciados teriam sentido, o que não ocorreria com os enunciados sem sentido, nos quais essa operação de decomposição enunciativa e essa referencialidade empírica não teriam acontecido (Lacan, 1953/1966). Enfim, se os enunciados com sentido seriam considerados *verdadeiros*, os enunciados sem sentido seriam falsos.

Nessa perspectiva, o discurso da ciência seria constituído então por enunciados com sentido, enquanto que os discursos da filosofia, da literatura e das diversas ciências humanas seriam constituídas por enunciados sem sentido e não poderiam rigorosamente falando serem inseridos no discurso da ciência. Portanto, o discurso freudiano não era então reconhecido como um discurso científico propriamente dito, na medida em que seria constituído por enunciados sem sentido, isto é, sem referência empírica consistente e rigorosamente estabelecida.

Esse debate epistemológico atravessou o século XX de fio a pavio, de forma que a psicanálise não foi reconhecida efetivamente como uma ciência, na medida em que esta era concebida segundo os critérios epistemológicos do discurso do neopositivismo. Na tradição anglo-saxônica, a psicanálise não foi jamais reconhecida como uma ciência, na medida em que não se pautava pelos critérios teóricos de neopositivismo. No início dos anos 50, em *Função e campo da fala e da linguagem*, Lacan (1953/1966) enfatizava que a psicanálise não era ainda uma ciência, mas que poderia seguramente vir a ser desde que fosse orientada pelos pressupostos teóricos das ciências conjecturais, isto é, das ciências com fundamento lógico, matemático e probabilístico. Porém, já no final dos anos 50 e início dos anos 60, Lacan não propunha mais que a psicanálise deveria ser

uma ciência, pois assumia a nova proposta teórica de que a psicanálise seria uma *ética* (Lacan, 1973/1986).

O que me interessa enfatizar é que Freud buscou o reconhecimento teórico da psicanálise como uma ciência, pelos critérios epistemológicos do neopositivismo. Com efeito, norteado que era pelo critério teórico da referência empírica dos enunciados, tal como era exigido pelo discurso científico, isto é, o critério da *verificação* dos enunciados, Freud publicou fartamente as suas narrativas clínicas como nenhum outro analista na posterioridade da história da psicanálise, porque pensava que as ditas narrativas poderiam ser consideradas a verificação empírica dos enunciados metapsicológicos da teoria psicanalítica. No entanto, apesar disso, as comunidades científica e epistemológica não reconheceram essa pretensão da psicanálise à cientificidade.

Porém, nos anos 30, Freud desistiu definitivamente dessa demanda de reconhecimento científico para a psicanálise. Na obra intitulada *Novas conferências introdutórias da psicanálise* (Freud, 1934/1985b) no capítulo sobre a pulsão, Freud escreveu que o conceito de pulsão era o *mito* da teoria psicanalítica. Pode-se até mesmo afirmar que o conceito de pulsão seria o mito fundador da psicanálise. O que implica dizer, bem entendido, que sustentar que a pulsão como conceito fundamental da metapsicologia era da ordem de mito, no contexto teórico triunfante do neopositivismo, era assumir efetivamente que a psicanálise não era uma ciência, pois não poderia ser verificada pelos critérios empíricos, como se exigia no discurso epistemológico do neopositivismo.

No entanto, se examinarmos o discurso freudiano por outra perspectiva teórica, podemos afirmar que a metapsicologia freudiana se adequa efetivamente às regras teóricas de cientificidade do romantismo alemão, que se opunha frontalmente aos imperativos epistemológicos do neopositivismo. Com efeito, a vasta obra crítica de Gusdorf sobre o romantismo alemão colocou em destaque nesse movimento uma outra tradição de cientificidade, na qual a *imprecisão* dos enunciados eram valorizados positivamente, e não desvalorizados, como foram na tradição cientificista de neopositivismo (Gusdorf, 1983).

Dessa maneira, podemos afirmar que o discurso teórico da metapsicologia se norteia pelos critérios de cientificidade do romantismo alemão, e não pelos critérios teóricos da tradição neopositivista, que teve em Goethe um de seus teóricos maiores. Por isso mesmo, registro da metapsicologia quando não da narrativa clínica, de forma que o discurso freudiano foi aproximado dos campos da literatura e da estética desde o início de seu percurso teórico. Estaria assim plasmada a marca inconfundível da escrita psicanalítica, enfim, no discurso freudiano.

VI. Conclusão

A tradição psicanalítica pós-freudiana não se pautou por essas marcas do romantismo alemão, que seriam inconfundíveis no discurso freudiano. As narrativas clínicas da psicanálise e da metapsicologia pós-freudiana passaram a ser pautadas pelas regras da psicopatologia geral e, mais recentemente, pelas normas da psicopatologia fundamental, pelas quais a comunidade psicanalítica procurou se adequar aos critérios de cientificidade presentes no discurso da psiquiatria.

Além disso, as longas narrativas clínicas foram se tornando *raras* na história da psicanálise pós-freudiana, na medida em que a escrita psicanalítica passou a se valer da experiência clínica de forma periférica e volátil, já que esta passou a se transformar em *vinheta clínica*, isto é, passaram a ser utilizadas na escrita psicanalítica como exemplificações de um certo conceito teórico.

Porém, se o discurso psicanalítico se transformou tão radicalmente na sua escrita, dos tempos primordiais da constituição da psicanálise quando se forjou o discurso freudiano até a atualidade, isso se deve ao imperativo teórico presente na comunidade psicanalítica de se pautar pelos critérios de cientificidade do neopositivismo e pela interminável busca de reconhecimento científico da psicanálise. Enfim, seria por isso mesmo que a psicopatologia geral e a psicopatologia fundamental se transformaram em modelos teóricos na história pós-freudiana do campo da psicanálise.

Resumo

A intenção deste ensaio é a de destacar as características fundamentais da escrita em psicanálise, pela leitura que realiza do discurso freudiano. Em decorrência disso, aproxima o discurso freudiano do campo da literatura e da tradição científica do romantismo alemão, que se opõem aos critérios de cientificidade oriundos do neopositivismo.

Palavras-chaves: Escrita, Literatura. **Candidata a palavra-chave:** Neopositivismo

Abstract

The intention of this essay is to highlight the key features of writing in psychoanalysis by reading that performs the Freudian discourse. As a result, approaches the Freudian discourse of the field of literature and scientific tradition of German Romanticism, which oppose scientific criteria derived from the neo-positivism.

Keywords: Writing, Literature. **Candidate to keyword:** Neopositivism

Referências

- Birman, J. (1989). *Freud e a interpretação psicanalítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Bouveresse, J. (1973). La théorie et l'observation dans la philosophie des sciences du positivisme logique. In F. Chatelet, *Le XX^e siècle. Histoire de la philosophie* (Vol. 7, pp. 76-134). Paris: Hachette.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1980). *Capitalisme et schizophrénie 2: Mille Plateaux*. Paris: Minuit.
- Derrida, J. (1967). "Freud et la scène de l'écriture". In *L'écriture et la différence* (pp. 293-340). Paris: Seuil.
- Foucault, M. (1963). *Naissance de la clinique: Une archéologie du regard médical*. Paris: PUF.
- Foucault, M. (1994). *Dits et écrits 1980-1988* (Vol. 4). Paris: Gallimard.
- Freud, S. (1952). Une névrose démoniaque au XVII^e siècle. In *Essais de psychanalyse appliquée* (pp. 215-253). Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1923)
- Freud, S. (1962). *Trois essais sur la théorie de la sexualité*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1905)
- Freud, S. (1963). *Contribution à la conception des aphasies*. Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1891)
- Freud, S. (1966a). Analyse d'une phobie chez un petit garçon de cinq ans (le petit Hans). In *Cinq psychanalyse* (pp. 93-198). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1909)
- Freud, S. (1966b). Extrait de l'histoire d'une névrose infantile (L'homme aux loups). In *Cinq psychanalyse* (pp. 325-420). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1918)
- Freud, S. (1966c). Fragment d'une analyse d'hystérie. In *Cinq psychanalyse* (pp. 1-92). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1905)
- Freud, S. (1966d). Remarques psychanalytiques sur l'autobiographie d'un cas de paranoïa: Dementia Paranoides (Le Président Schreber). In *Cinq psychanalyse* (pp. 263-324). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1911)
- Freud, S. (1966e). Remarques sur un cas de névrose obsessionnelle (L'homme aux rats). In *Cinq psychanalyse* (pp. 199-262). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1909)
- Freud, S. (1968). Pulsions et destins des pulsions. In *Metapsychologie* (pp. 11-44). Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (1969). Pour introduire le narcissisme. In *La vie sexuelle* (pp. 81-105). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (1973a). Esquisse d'une psychologie scientifique. In *La naissance de la psychanalyse* (pp. 315-396). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1895)
- Freud, S. (1973b). Étiologie de l'hystérie. In *Névrose, psychose et perversion* (pp. 83-112). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1896)
- Freud, S. (1973c). *La naissance de la psychanalyse: Lettres à Wilhelm Fliess, notes et plans (1887-1902)*. Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1887-1902)
- Freud, S. (1973d). Nouvelles remarques sur les psychonévroses de défense. In *Névrose, psychose et perversion* (pp. 61-82). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1896)
- Freud, S. (1973e). Les psychonévroses de défense. In *Névrose, psychose et perversion* (pp. 1-14). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1894)
- Freud, S. (1973f). *Psychopathologie de la vie quotidienne*. Paris: Payot. (Trabalho original publicado em 1901)
- Freud, S. (1973g). Sur la psychogénèse d'un cas d'homosexualité féminine. In *Névrose, psychose et perversion* (pp. 245-270). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (1975a). Katharina. In S. Freud & J. Breuer, *Études sur l'hystérie* (pp. 119-127). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1891)
- Freud, S. (1975b). Mademoiselle Elisabeth von R. In S. Freud & J. Breuer, *Études sur l'hystérie* (pp. 128-169). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1891)
- Freud, S. (1975c). Mme Emmy von N. In S. Freud & J. Breuer, *Études sur l'hystérie* (pp. 46-102). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1893-1895)
- Freud, S. (1975d). Miss Lucy R. In S. Freud & J. Breuer, *Études sur l'hystérie* (pp. 103-118). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1891)
- Freud, S. (1975e). Psychothérapie de l'hystérie. In S. Freud & J. Breuer, *Études sur l'hystérie* (pp. 230-267). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1895)

- Freud, S. (1976a). *L'interprétation des rêves*. Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1976b). Sur la préhistoire de la technique analytique. In *Résultats, idées, problèmes* (Vol. 1, pp. 255-258). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (1980). *Le mot d'esprit et sa relation à l'inconscient*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1905)
- Freud, S. (1984a). *La question de l'analyse profane*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1926)
- Freud, S. (1984b). Traitement psychique. In *Résultats, idées, problèmes: 1890-1920* (Vol. 1, pp. 1-23). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1890)
- Freud, S. (1985a). Notes sur le bloc-note magique. In *Résultats, idées, problèmes* (Vol. 2, pp. 119-124). Paris: PUF. (Trabalho original publicado em 1925)
- Freud, S. (1985b). *Nouvelles conférences sur la psychanalyse*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1934)
- Gusdorf, G. (1983). *Le romantisme* (Vols. 1-2). Paris: Payot.
- Jacob, P. (Comp.). (1980). *De Vienne à Cambridge*. Paris: Gallimard.
- Jones, E. (1970). *La vie et l'œuvre de Sigmund Freud* (Vol. 1). Paris: PUF.
- Kant, E. (1971). *Critique de la raison pure*. Paris: PUF.
- Lacan, J. (1966). Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse. In *Écrits* (pp. 237-323). Paris: Seuil. (Trabalho original publicado em 1953)
- Lacan, J. (1973). *Le séminaire, livre 11: Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Paris: Seuil.
- Lacan, J. (1986). *Le séminaire, livre 7: L'éthique en psychanalyse*. Paris: Seuil.
- Lacan, J. (2010). *Le séminaire, livre 5: Les formations de l'inconscient*. Paris: Seuil.
- Schreber, P. (1975). *Mémoires d'un névropathe*. Paris: Seuil. (Trabalho original publicado em 1903)

Cidades Invisíveis



Buenos Aires, quando eu volto a te ver...

*Não nos une o amor, mas sim o espanto,
talvez por isso eu a queira tanto!*

J.L. BORGES

Conheci Buenos Aires quando morei em Madrid. Descobri a cidade em sua ausência. Antes... teria sido muda, invisível? Descobri lá o eco do poeta: “Esta ciudad que yo creí mi pasado/ es mi porvenir, mi presente;/ los años que he vivido en Europa son ilusorios,/ yo estaba siempre (y estaré) en Buenos Aires”.² E com ele posso dizer: “As ruas de Buenos Aires já são minha entranha”.³

Eu me pergunto qual será, então, “minha cidade” e se será a mesma quando eu terminar estas linhas. Olho-a de novo para escrever sobre ela, com suas margens evanescentes, como em uma viagem por territórios desconhecidos, um pouco estrangeira, tornando visível o que o hábito invisibiliza, aquilo com que, no cotidiano, me mimetizo.

Percebo suas calçadas largas protegidas por árvores que dão sombra para amenizar o calor do asfalto do verão portenho com acordes de Piazzola. Sinto saudades da minha praça e da sua magnólia, fios da minha lembrança encoberidora com sabores e aromas da infância.

Sobram já poucos bancos ocupados por mães com tempos infinitos, vizinhas conver-

sando e tricotando amizades da vida, que durarão por anos, ou crianças brincando com areia, construindo mundos de fantasia.

Os paralelepípedos das ruas de pedra ficaram lisos debaixo do asfalto; outros foram removidos para ser vendidos e recolocados em pátios de casas recicladas ou para a “valorização” de espaços históricos. Buenos Aires constrói, destrói, desconstrói, reconstrói... O visitante descobrirá que não é fácil se perder em Buenos Aires, com o seu padrão quadriculado de quarteirões ordenados e numerados de forma crescente a partir do rio.

“Buenos Aires, a Rainha do Prata”, canta a valsinha de María Elena Walsh,⁴ apesar de Buenos Aires dar as costas para o Rio da Prata e jogar nele seus resíduos industriais, deixando marrons as margens da grande cidade. Foram o rio e o porto que batizaram o morador da cidade com o gentílico: o portenho. Quinquela Martín deu cores ao porto e à Boca, que hoje continuam a encantar os turistas que passeiam entre souvenirs portenhos, adivinhando essa promessa de futuro que ficou parada no tempo entre pontes e ferros de barcos desprezados. Esse caráter pitoresco surge no terraço da Fundação Proa, um ponto de referência para a arte contemporânea da cidade de Buenos Aires, com sua fachada de vidro transparente para comu-

* Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires.

1. “Buenos Aires”, do conjunto de poemas *Para las seis cuerdas* (1965), de Jorge Luis Borges.

2. “Esta cidade que eu acreditava meu passado/é meu futuro, meu presente;/os anos em que vivi na Europa são ilusórios,/eu estava sempre (e estarei) em Buenos Aires”, em tradução livre de “El arrabal”, do conjunto de poemas *Fervor de Buenos Aires* (1923), de Jorge Luis Borges.

3. “Las calles”, do conjunto de poemas *Fervor de Buenos Aires* (1923), de Jorge Luis Borges.

4. Da canção *Vals municipal*, de María Elena Walsh.

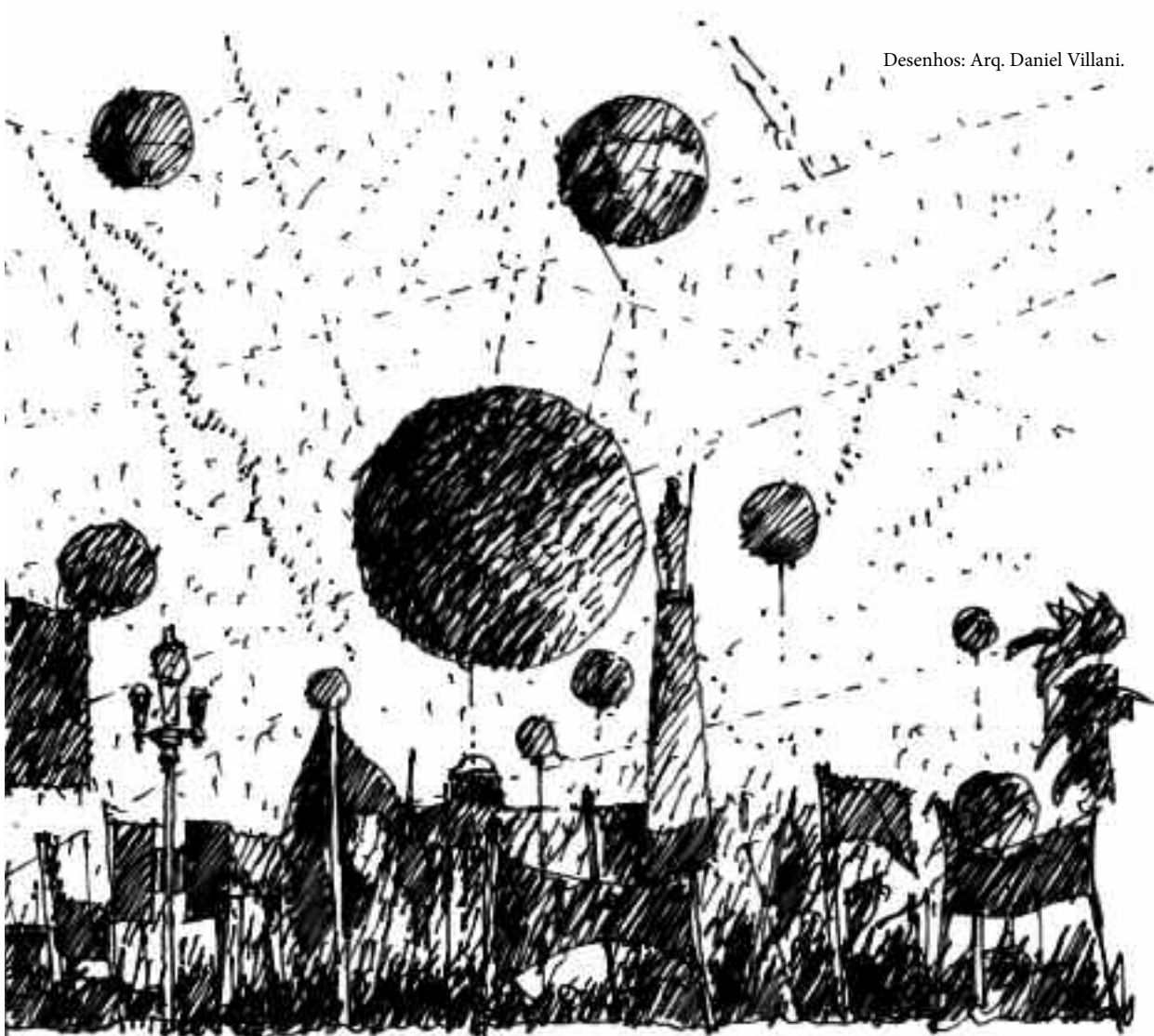
nicar experiências, do interior para o bairro –já originalmente também habitat de artistas.

Costumava-se dizer, não faz muito tempo, que Buenos Aires era a cidade que não dormia; sua atividade cultural, sua *calle* Corrientes, os teatros, os bares abertos até qualquer hora já não são insones. Mas a vida cultural da cidade expandiu suas fronteiras; multiplicaram-se as salas de teatro *off*, os museus, as salas de concerto; provavelmente o turista não vai querer perder a visita ao teatro Colón, expoente do ecletismo arquitetônico, com sua escada de mármore imponente, seu lustre ou sua cúpula pintada por Raúl Soldi, que abrigam uma acústica extraordinária.

Na saída, o palácio de Tribunales, a Plaza de La República e a diagonal que se abre para a Plaza de Mayo, cenário cotidiano de manifestantes permanentes ou ocasionais, que se apropriam do espaço público para que suas reivindicações sejam ouvidas. Desse lugar tomaram seu nome as *Madres* (mães) que começaram a se reunir ali em 1977, anos de ditadura, colocando em suas cabeças as fraldas dos seus seres queridos, e que depois se tornou o lenço branco que virou um símbolo, percorrendo o mundo sem se resignar à insolência da linguagem que chamava seus filhos de desaparecidos.

A praça sempre clama: trabalho, justiça, memória, palavras gritadas ou pintadas em

Desenhos: Arq. Daniel Villani.





bandeiras e cartazes de todas as cores políticas lembram que esse é o centro da cidade. No entanto, Buenos Aires já tem outro centro. A velocidade da vida contemporânea lhe impôs vários centros e provavelmente apenas a percorremos de forma concêntrica.

Entre aquilo que conserva e o que se renova, entre o esquecimento e a lembrança de si mesma, a cidade naturaliza o presente em seus cartões-postais e deixa gravado o tempo, faz com que acreditemos que encontramos então uma identidade formada por uma superposição de lugares comuns e pela ênfase no traço (in)significante: o bairro da Boca, o Caminito, o obelisco, o táxi preto com teto amarelo ou as pernas entrelaçadas de um casal de tango sobre um filé portenho constroem sua iconografia naturalizada.

A psicanálise é quase, também, um ícone do portenho, que chama qualquer profissional “psi” de analista, sem distinção de raça ou cor: psicoterapias sugestivas, terapeutas sistêmicos, cognitivos ou alternativos não se diferenciam na boca dos leigos. Poderia parecer obscena a multiplicidade de instituições e propostas “psi” na cidade, onde a oferta de cursos, seminários, jornadas, congressos e tratamentos psicanalíticos a baixos preços é de tal magnitude e diversidade que dá ao interessado um magma confuso no qual não é fácil diferenciar o joio do trigo.

A metrópole costuma ser vista pelos colegas que a visitam, vindos das cidades do interior

do país, como uma meca herdeira do esplendor da psicanálise europeia dos 1900, que encontrou no Rio da Prata um terreno fértil onde floresceu, conduzida por imigrantes ou filhos de imigrantes. Foi aqui, em Buenos Aires, onde autores como Racker, Pichon Rivière, os Baranger, Álvarez de Toledo, Liberman e Bleger enfatizaram “a co-determinação recíproca de analisando e analista dos fenômenos que acontecem na situação analítica”.⁵

Devemos a Mimi Langer os estudos sobre a mulher, que abasteceram as investigações feministas, e a Arminda Aberastury a evolução da psicanálise de crianças. Os nomes de Garma, C. Cárcamo, Rascovsky e Horacio Etchegoyen, entre muitos outros sem dúvida, ressoam na genealogia da psicanálise portenha, que se ramificou dentro e fora das instituições que pertencem à IPA. Por conta de Oscar Masotta foi introduzido o estudo da obra de Lacan nestas terras, o que originou a proliferação de instituições de cunho lacaniano cujos representantes hoje ocupam lugares relevantes nas universidades. Casais, famílias e grupos conseguiram ingressar nos consultórios analíticos graças à psicanálise das configurações vinculares, que começou seu desenvolvimento na Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo (AAPPG).⁶ O impulso da psicanálise portenha não se deteve ante a exclusão sofrida, anos atrás, pelos psicólogos para se formar nas sociedades da IPA e encontrou na Asociación Escuela de Psicoterapia para Graduados

5. “Los conceptos de vínculo y espiral dialéctico: un puente entre la intra e intersubjetividad”, de Ricardo Bernardi e Beatriz de León, Fórum Debate do *Libro Anual de Psicoanálisis* (2013).

6. Fundada em 1954.

(AEAPG)⁷ a hospitalidade que lhes havia sido negada anteriormente.

Buenos Aires continua a ser hoje, neste século XXI, cidade de estrangeiros; se já não de espanhóis ou italianos, de imigrantes peruanos, bolivianos, paraguaios e orientais de olhos puxados, que buscam um futuro melhor para seus filhos e se estabelecem em bairros onde se ouvem línguas e dialetos estrangeiros e onde se saboreia uma gastronomia globalizada, tão em moda. A cidade aloja também jovens estrangeiros que passam uma temporada estudando nas universidades locais, beneficiados pela diferença de câmbio; alguns inclusive escolhem estas terras como sede de sua formação analítica.⁸

É possível escandir a cidade em seus notáveis edifícios ou em suas avenidas largas, em seus centros comerciais, mas também nas ocupações dos despossuídos que ficaram abaixo da linha de pobreza; hoje, esses são os subúrbios dentro das próprias fronteiras da cidade, que nos levam a andar com rodeios e escotomizar a malha urbana. São seus moradores que costumam povoar com as suas misérias – não só neuróticas – os consultórios dos serviços de saúde fazendo-se ouvir em espaços de supervisão hospitalar, apesar de os serviços públicos serem também hoje o lugar de consultas de uma classe média empobrecida e que em outros tempos não estaria ali.

Se algo caracteriza também a Buenos Aires dos psicanalistas, são os cafés. Cada psicanalista nessa cidade tem o seu, no quarteirão ou na esquina do seu consultório, do qual se tornam habitués seus pacientes, nesse espaço intermediário semipúblico, semiprivado. Nos cafés de

Buenos Aires são vistos livros verdes de Freud ou os seminários de Lacan, e já não só naquele bairro norte conhecido nos anos 70 como Villa Freud; hoje, os consultórios dos analistas ocuparam totalmente a cidade.

Já não é fácil locomover-se rapidamente, em poucos minutos, pela cidade, cujas ruas estão transbordando, com um volume de carros que se multiplicou de maneira desmedida e onde o transporte público entra em colapso de vez em quando. Hoje, quando alguém pensa em se analisar, não é incomum que considere onde fica o consultório, e as distâncias e os tempos são incorporados às suas considerações sobre o trabalho que terá que ter. Já não escuto apenas no sentido de mundo interno o paciente que se refere ao fato de haver demorado por não encontrar lugar para estacionar e reponho a hora de quem não conseguiu chegar porque na saída do trabalho foi surpreendido por uma greve no metrô e não pôde viajar.

As cidades são um conjunto de muitas coisas: memórias, desejos, signos de uma linguagem: são lugares de troca, como explicam todos os livros de história da economia, mas essas trocas não são só de mercadorias, são também trocas de palavras, de desejos, de lembranças (Calvino, 1972/1983).⁹

É o que nos diz Calvino em *As cidades invisíveis*, que folheio sentada em uma dessas livrarias tão portenhas, que se encarregam de desmentir a profecia agourenta que declara a morte do livro. Lá descobro *La ciudad vista*, de Beatriz Sarlo (2009), que me ajuda a encontrar as teorias da

7. A associação está completando 50 anos de existência.

8. “A abertura para o estudo próprio e alheio do psiquismo termina sendo na cidade um valor agregado em sua cultura, encontrar-se em diferentes âmbitos com conhecimentos sobre psicanálise, reflexões sociais a partir de um olhar psicanalítico, compreensão e vinculação nos diversos ambientes da sociedade: acadêmicos, políticos, sociológicos e médicos permitem fazer do estudo da psicanálise um ambiente com maior oportunidade de estudo e reflexão, o que faz com que os que optamos em ser psicanalistas em Buenos Aires tenhamos um espaço maior de conhecimento tanto teórico como pessoal. Em uma cidade onde a psicanálise tem um lugar de tal importância, o acesso a estudos teóricos, discussões contínuas e com diferentes olhares clínicos e teóricos entre colegas de dentro e de fora do país facilitam e enriquecem o processo de formação pessoal e profissional.” Nancy Moreno Dueñas, colega colombiana em formação na Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires. Comunicação pessoal.

9. Do livro *Las ciudades invisibles* (1972) de Ítalo Calvino.

cidade nas ficções de Borges, na metáfora mundo/labirinto/cidade. Quando ele volta da Europa (em 1921), caminha por Buenos Aires quarteirão por quarteirão, revisitando nos seus poemas a cidade transformada pela modernização. “O incerto ontem aqui, e o hoje distinto/Aqui os banais casos me deparam/De toda sorte humana; aqui armaram/Meus passos o incontável labirinto.”¹⁰

Eu me pergunto o que Borges diria se soubesse que, daquelas quatro ruas onde ele situou a fundação mitológica de Buenos Aires, a *calle* Serrano hoje tem seu nome e rodeia a praça Cortázar de um dos bairros *fashion*, americanizado como Palermo Soho. Região de moda e design, ali foram reciclados antigos casarões, transformados em lojas, galerias de arte, bares e restaurantes que hospedam uma “cena” jovem.

As paredes também falam no espaço urbano; Buenos Aires se expressa em seus muros ocupados pela arte de rua nos últimos anos, onde a imagem, o grafite, o rock e a crítica social desenhavam mensagens que se apropriam do espaço público sem pedir permissão. No entanto, há áreas da cidade que são controladas e de acesso controlado; sendo espaços abertos que não podem ter suas portas fechadas, o excesso de controle policial ou a falta de acesso através do transporte público constituem portas virtuais que delimitam áreas protegidas e populações excluídas, como acontece no novo bairro de Puerto Madero, com suas torres espelhadas e suas ruas desertas, que parecem imagens do futuro apesar de já serem parte de decisões do presente.

Buenos Aires convida a percorrê-la apesar das suas distâncias enormes, olhando ou sem olhar, procurando ou encontrando; não há cidade sem *flâneur*, o observador melancólico e vagabundo que Baudelaire imortalizou; mas prefiro a figura daquele texto de Arlt (1958)

em suas *Águas-fortes portenhas*, o vagabundear à deriva sem sentido fixo, “sem memória nem desejo”, deixando-se surpreender pelo gesto espontâneo ou pelas redundâncias com que constrói narrativas urbanas.

Começo por declarar que acredito que para vagabundear necessita-se de excepcionais condições de sonhador (...). Antes de mais nada, para ser um desocupado é preciso estar despido por completo de preconceitos e em seguida ser um tiquinho cético (...), que grandes, que cheias de novidades estão as ruas da cidade para um sonhador irônico e um pouco alerta! Quantos dramas escondidos nos sinistros apartamentos! Quantas histórias cruéis nos semblantes das mulheres que passam! Quanta canalhice em outras caras! Porque há semblantes que são como o mapa do inferno humano. (...) O profeta, diante deste espetáculo, se indigna. (...) O palerma não vê nada e o vagabundo se regozija. Entendamo-nos. Regozija-se diante da diversidade de tipos humanos¹¹ (Arlt, 1958).

Acaso nossa tarefa de psicanalistas não é semelhante à do vagabundo de Arlt?:

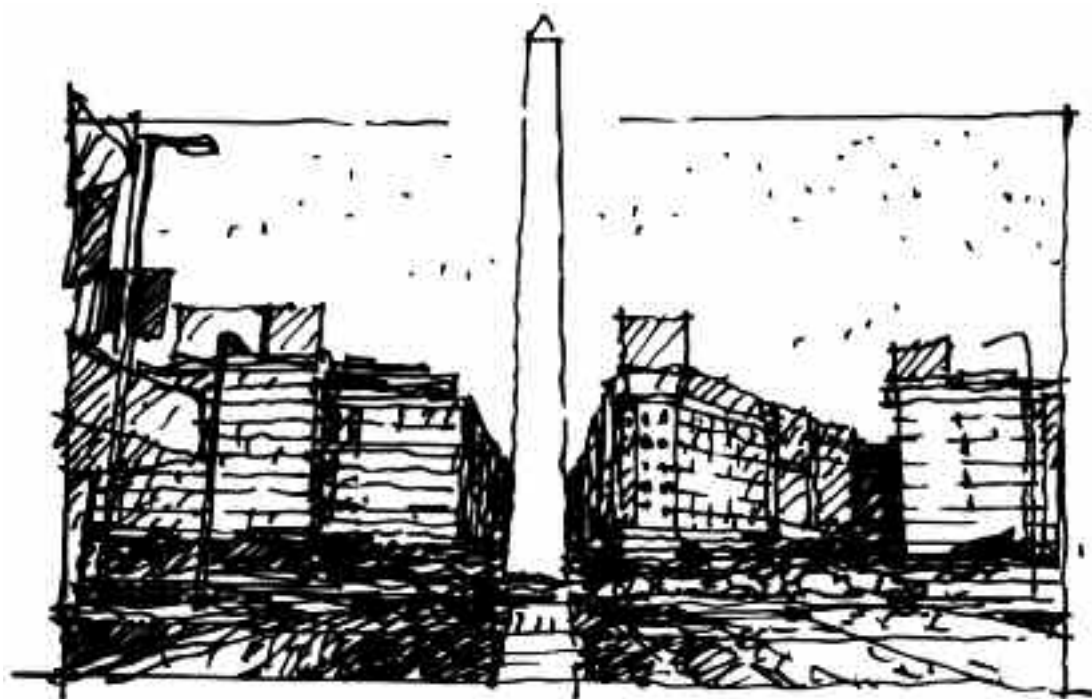
(...) Os extraordinários encontros (da rua).¹² As coisas que se vê. As palavras que se escuta. As tragédias que se chega a conhecer. E de repente a rua (...) se transforma numa vitrine, aliás, em um palco grotesco e espantoso onde, como nas gravuras de Goya, os endemoniados, os enforcados, os enfeitados, os enlouquecidos dançam sua sarabanda infernal (...) para deixar fluando no ar azedo as nervuras da dor universal¹³ (Arlt, 1958).

10. “Buenos Aires”, do conjunto de poemas *Para las seis cuerdas* (1965), de Jorge Luis Borges.

11. De *Aguafuertes porteñas* (1958) de Roberto Arlt. O livro é uma coletânea dos artigos publicados por Arlt no jornal *El Mundo*, de Buenos Aires, nas décadas de 1920 e 1930. Todos os trechos aqui citados têm tradução ao português de Maria Paula Gurgel Ribeiro.

12. Os parênteses são meus.

13. *Ibidem*.



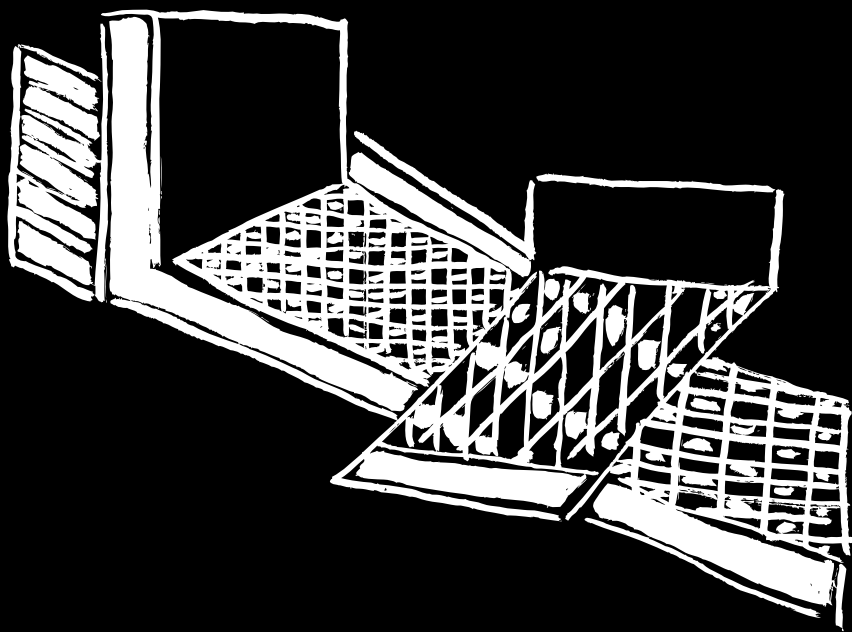
Será por isso que vagar pela cidade e se deixar surpreender pelo detalhe dá sentido à epígrafe borgiana; talvez não no modo disjuntivo, mas sim conjugando espanto e amor para amá-la tanto. Talvez por isso, ao voltar de uma cidade estrangeira sem deixar de olhar como estrangeira, digo como Arlt:

Cheguei à conclusão de que aquele que não encontra todo o universo encerrado nas ruas de sua cidade não encontrará uma rua original em nenhuma das cidades do mundo. E não a encontrará, porque o cego em Buenos Aires é cego em Madri ou em Calcutá...¹⁴ (Arlt, 1958).

Referências

- Arlt, R. (1958). El placer de vagabundear. In R. Arlt, *Agua-fuertes porteñas*. Buenos Aires: Lozada.
- Borges, J. L. (1965). Buenos Aires. In J. L. Borges, *Para las seis cuerdas*. Buenos Aires: Emecé.
- Borges, J. L. (2007). Arrabal. In J. L. Borges, *Fervor de Buenos Aires*. Buenos Aires: Emecé. (Trabalho original publicado em 1923)
- Borges, J. L. (2007). Las calles. In J. L. Borges, *Fervor de Buenos Aires*. Buenos Aires: Emecé. (Trabalho original publicado em 1923)
- Calvino, I. (1983). *Las ciudades invisibles*. Barcelona: Minotauro. (Trabalho original publicado em 1972)
- Sarlo, B. (2009). *La ciudad vista*. Buenos Aires: Siglo XXI.

14. Ibidem.



Clássica & Moderna

Willy Baranger e a psicanálise de hoje

Em um episódio de transmissão oral –daqueles que são um componente essencial do caudal de formação de um psicanalista–, ouvi Willy Baranger dizer que uma pendência da psicanálise era transcrever a metapsicologia freudiana em termos bipessoais (hoje diríamos *relacionais*). Não sei se Willy levou essa afirmação a bom porto em sua obra escrita, mas certifico que foi uma constante no seu itinerário de reflexão e de suas convicções.

A implicação da pessoa do analista (seja chamada de *contratransferência* ou de *desejo do analista*) no processo da cura é, ainda, uma questão litigiosa no movimento psicanalítico contemporâneo. Muitos autores e escolas a desaprovam e inclusive a condenam, ao percebê-la como um tobogã que facilita o *laissez-faire* e o vale-tudo. Outros a consideram uma zona problemática a ser evitada ou, na falta disso, a ser tratada com assepsia cirúrgica, se for dado o mau passo e isso trazer a queda no pântano. Finalmente estão os menos numerosos –e nisso a psicanálise do Rio da Prata tem um distintivo de originalidade– que consideram que as ideias, a sensibilidade e os pontos cegos da mente do analista são um ingrediente inevitável de todo processo clínico, que forma parte das suas vicissitudes e que complementa ou interfere no trabalho interpretativo que cada praticante tenta realizar com a sua experiência e com a sua bagagem teórica. Essa renúncia a uma neutralidade asséptica foi recebida como um escândalo nessa época.

Vai-se saber se as marcas do meu próprio perfil vêm da leitura ou do divã, mas se escolho essa aresta de uma obra com tantos pontos relevantes e de excelência não é só pelos efeitos que teve na minha prática e na minha trajetória, senão porque é o *carrefour* ou divisor de águas que define opções de comensurabilidade (ou não) entre diferentes concepções para definir o que é a psicanálise (a noção de *contratransferência* ou *desejo do analista*).

Na cultura psicanalítica de meados do século passado –a partir da minha perspectiva como candidato em formação, que não era “objetiva”, mas também não era arbitrária– o mito do analista-espelho era hegemônico. Da sua torre panóptica, munido de uma “boa teoria”,¹ ele observava as mudanças do conflito

* Asociación Psicoanalítica del Uruguay.

1. Em *Lacan y el debate sobre la contratransferencia*, Alberto Cabral trata do tema de forma mais extensa, com esmero e precisão. Em “El jarrón y las semillas de girasol. Apuntes para una tradición por venir”, apresentado no Congresso da Fepal de 2012, Mariano Horenstein (2014) afirma o seguinte: “Deveríamos repensar o lugar das teorias nessa tradição. Apesar de cada teoria ser um sistema autorreferencial, que organiza os fenômenos inteligíveis em um campo que cria,

interno do paciente, fazendo com que seu trabalho interpretativo consistisse na explicitação do interjogo entre as ansiedades e as defesas do analisando. O analista-espelho observava as mudanças do conflito interno do paciente, as convulsões do vaivém introjetivo-projetivo, onde apareciam, nus, os impulsos de amor e ódio, a tensa rivalidade entre as ansiedades paranóides que empurravam para a inveja e os sentimentos depressivos que conduziam à reparação. A função interpretativa consistia em evidenciar e explicar esses mecanismos arcaicos em ação. De algum modo, o analista era testemunha ou observador participante do cenário do mundo interno do seu paciente. Neutralidade evasiva que confirmava a metáfora freudiana do cirurgião: eu opero ou analiso; é a natureza que produz a cura.

Recordemos que, na prática clínica de então, era algo indiscutível que uma análise implicava quatro ou cinco sessões semanais, de 50 minutos cada uma, como requisito para que a regressão no “aqui, agora, comigo” atualizasse a “assembleia de objetos internos”, os objetos arcaicos ativos na alvorada da vida psíquica, promovendo o clima emocional da loucura transferencial.

O kleinismo, então hegemônico, havia desistido da noção freudiana do fantasma, enquanto híbrido entre sistemas (pré-consciente-inconsciente), para promover a visualização direta da fantasia inconsciente que entrava em cena na loucura transferencial. Toda neurose teria um fundo psicótico, postularia Gilberto Koolhaas, nosso importante mestre uruguaio. Essa mobilização de objetos arcaicos, própria do tempo do *infans*, foi a meta da regressão transferencial.

Os emergentes do mundo “exterior”, do mundo social e relacional da consciência, eram farinha de outro saco, interferências que vinham perturbar a força da emergência dessas etapas fundadoras da vida psíquica, do tempo ancestral do primeiro ano de vida, no máximo dos dois primeiros. Uma perspectiva de ontogênese desenvolvimentista onde o arcaico era –em uma causalidade linear—determinante do que viria depois. As ideias de Paula Heimann sobre o princípio de continuidade genética são paradigmáticas quanto a esse enfoque. A teoria kleiniana das posições, as angústias sem nome ou agonias primitivas de Donald Winnicott ou a relação ocnofílica de Michael Balint marcam a convergência de uma massa crítica de investigadores em torno do psiquismo primitivo como referência primordial, senão exclusivo. O Édipo precoce de Melanie Klein questionava o complexo de Édipo freudiano de uma etapa mais tardia como “complexo nuclear da neurose”.

O retorno a Freud proposto por Jacques Lacan e pela escola francesa atribuirá outro lugar à linguagem e à cultura como referências da estruturação psíquica, habilitando outra porosidade entre o mundo relacional da consciência e a atemporalidade pré-subjetiva do psiquismo primitivo. A linearidade da ontogênese do desenvolvimento psicosssexual, na linhagem dos *Tres ensayos* (Freud, 1905/1993), seguida por Karl Abraham e Melanie Klein, será substituída pela noção de *estrutura* e pelos mecanismos de ressignificação (*nachträglichkeit*, *apres-coup* ou retroação).

ao mesmo tempo, deveríamos nos inclinar por teorias que não se apresentem como sistemas fechados, que saibam alojar sua falha, sua incompletude e, a partir daí, que sejam teorias que abram espaço ao novo ainda não inventado. Só assim, com um encadeamento genealógico entre teorias e também entre mestres, onde o que for transmitido seja uma falta, contaremos com uma tradição que foi atualizada, longe do museu ou da história”.

A noção de *regressão* no processo analítico se tornará problemática e controversa; a guerra de crenças entre os que se dizem kleinianos e os que se chamam lacanianos vai exacerbar um combate inútil, onde a dificuldade real na clínica residirá na administração da loucura transferencial promovida e desencadeada pelo dispositivo analítico, sobretudo onde as patologias fronteiriças, com suas falhas na simbolização, em que o valor das palavras é diferente do que encontramos na neurose tradicional, requerem outro posicionamento por parte do terapeuta.

Jamais reneguei o valor dessas experiências, especialmente quando as estruturas fronteiriças prevalecem na clínica, mas é necessário distinguir se essa perspectiva (que considero fecunda) é exclusiva ou só hegemônica, ou se é um parâmetro entre vários no leque de uma multicausalidade. A diferença entre uma postura e outra é profunda, e por isso foi e continua a ser motivo de muito debate. É nesse contexto histórico e no interior do kleinismo do Rio de Janeiro (até onde sei, alheio ou ignorante do enfoque inaugurado por Lacan com a prioridade do Outro) onde surge a noção de *campo dinâmico bipessoal*. A concepção panóptica do analista-espelho que traz consigo o risco de convertê-lo em um amo normalizador é derrubada e substituída pela fantasia básica de uma *folie à deux*.

É difícil sintetizar as consequências clínicas e a mudança axiológica contidas nesse giro ao variar sua perspectiva sobre a implicação ou participação dos afetos do analista.

Nessa conjuntura histórica –de tempo e lugar– onde o psicanalista era um observador neutro da vida mental e dos conflitos internos do seu paciente, a criação das noções de *campo bipessoal* e *fantasia básica de campo* foi, no melhor dos casos, uma ruptura, quando não um escândalo. Que a paixão transferencial promovida pelo dispositivo implicasse a participação afetiva e emocional do analista, criando um cenário inédito e artificial –diferente de um vínculo relacional discriminado–, reformulava os achados freudianos de compulsão à repetição.

Nas antípodas do analista-espelho que evita e se esquiva da simbiose, Willy Baranger e outros herdeiros da estirpe de Pichon-Rivière se deixarão capturar pela loucura do paciente para olhar e sentir esses movimentos de dentro, como *carrefour* transitório, mas necessário, e iniciar, a partir daí e palmo a palmo, uma discriminação gradual e paulatina da desmesura que o havia capturado. O mundo louco da causalidade fantasmática poderia, assim, ser reformulado e sucederia a mudança psíquica (que era chamada então de *insight bipessoal*).

Diferentemente da análise mútua ou recíproca de Sándor Ferenczi, o campo bipessoal continua a sustentar posições assimétricas, onde a contratransferência não é uma patologia a ser extirpada para resgatar uma neutralidade equânime, mas sim um ingrediente imprescindível do campo dinâmico. O posicionamento dos membros do par analítico é decisivo para promover a reciprocidade amorosa e hostil, e para trabalhar rumo ao exorcismo da idealização e da submissão obediente provocadas pela observação a partir da torre panóptica. A jogada não está isenta de riscos e excessos, mas abre labirintos que, de outra forma, ficariam fechados.

A repetição demoníaca trazida pelo paciente captura o analista, mas este, ao invés de resistir a ser possuído, deixa-se capturar (transitoriamente) por ela,

criando um tempo de simbiose transferencial, pedra angular onde uma transferência quente –como o ferro na forja– permite urdir a mudança psíquica em uma dessimbiotização gradual.

A noção de *baluarte*, e a descrição das suas formas clínicas, será a face oposta do *insight* buscado e do fracasso da simbiose enquanto pedra angular da mudança psíquica. Ao criar esse dispositivo conceitual operatório, original e inédito, Willy se ocupa dos seus limites e fracassos: riscos inerentes e inevitáveis do trabalho em sessão. Nesse ir e vir, o leitor respira um autor crítico de si mesmo, oposto à afirmação dogmática que tanto mal nos faz. Desde Sigmund Freud até Willy Baranger, a leitura transmitida pela incompletude das teorias é contrária à coerência e à redondeza demonstrativa dos (espíritos de) cientistas.

As teorias ou ficções teóricas com que trabalhamos nunca são inocentes. São imprescindíveis para ordenar o caos da experiência e uma bússola ou leme da atenção flutuante, mas colegas demais as utilizam como um teorema a ser aplicado ao caso particular, como chave que abre a fechadura de todos os enigmas, considerando que *saber* em psicanálise é aplicar aos seus protocolos o dialeto ou o jargão próprio de um autor reconhecido em nossa disciplina; apagando as sombras e opacidades que são uma companhia perpétua do nosso ofício. Isso faz com que naveguemos boa parte do tempo na incerteza ou na ignorância.

Para além do valor intrínseco que dermos à originalidade dos achados ou descobertas dos Baranger (e aqui falo de Willy e também de Madeleine, sua companheira), que podem voltar a ser visitados através da leitura do seu livro *Problemas del campo psicoanalítico* (Baranger & Baranger, 1969), um aspecto que me parece exemplar da reflexão e desse percurso é a leitura e assimilação crítica das teorias vigentes, que sustentam o perfil singular de uma postura: assimilar uma herança para transgredi-la e enriquecê-la. Só assim a psicanálise pode permanecer como pensamento vivo em perpétua evolução, e não como leitura submissa de um autor ou de uma escola de referência, o que nos torna mais adeptos do que criativos. Usar as teorias como um *pai-nosso* é um perigo, sempre mais ativo do que pensamos conscientemente.

Esse posicionamento de Willy Baranger foi tão constante como em Freud. Em algum congresso da Fepal, alguns bons alunos o questionaram, citando-o, sobre o fato de não ser congruente com um texto prévio. Sua resposta simples foi: “... Claro que não estou de acordo com o Baranger de dez anos atrás”. A psicanálise vai passando por mutações ou deixa de ser psicanálise. Se é verdade que sem herança não há futuro, também não há futuro apenas com herança e sem ruptura.

Ao fundar junto à sua esposa Madeleine a Asociación Psicoanalítica del Uruguay, promoveu desde o começo a publicação de uma revista semestral, que em pouco mais de meio século chegou ao nº 118. A psicanálise plural, o arco-íris de referências teóricas e a diversidade de interesses nessa publicação são expressão de uma controvérsia interminável. Não faltam tensões, mas não chegamos nem ao fratricídio nem às separações. Presumo que isso pode ser uma herança dos pais fundadores, não dita como mandato ou lema, mas sim pregada com o exemplo.

Willy –como antes Freud– não se contentava em conservar o saber adquirido, senão que foi um inquieto explorador de novos horizontes. Do seu profundo conhecimento da obra kleiniana é testemunha seu livro *Posición y objeto en la obra de Melanie Klein* (Baranger, 1976). Considero que esse livro expõe de modo sistemático e didático algumas das teorias kleinianas que na autora original são mais difíceis de apreender por estarem dispersas na gradualidade das suas descobertas. Mas, ao chegar a esse ponto e ao voltar de visita à nossa casa montevideana, vindo de sua pátria adotiva que era Buenos Aires, disse sem rodeios, do seu trono de mestre e com a informalidade própria do seu estilo: “Não vamos jogar fora a velha Klein, mas já assimilamos à exaustão seus ensinamentos e descobertas, e é hora de explorar novos pensamentos”. Com esse lema promoveu a visita de Octave e Maud Mannoni e a de Serge Leclaire à APA e à APU para ministrar extensas e fecundas jornadas de introdução ao pensamento e à obra de Jacques Lacan, que tiveram um impacto profundo e renovador na psicanálise do Rio da Prata, talvez na psicanálise latino-americana. Outros grupos afins ao pensamento lacaniano estabelecem seus inícios na tarefa de transmissão realizada por Oscar Masotta e Raúl Sciarreta, mas para nossas tribos (APA e APU), o marco originário foi, sem a menor dúvida, Leclaire e os Mannoni. Houve certa inquietude –e até tremor– em alguns, por conta da heresia de que nossos conferencistas não fossem membros da IPA, mas, até onde sei, “o sangue nunca chegou ao rio”.²

Talvez essa crônica descritiva de acontecimentos mereça uma análise mais profunda que a meramente anedótica, porque apresenta um problema que não só não sei resolver, senão que –muito pior– sei que existe, mas apenas tenho balbucios para formular a interrogação. É o que Mariano Horenstein formula como “genealogia” de uma tradição (ver nota de rodapé anterior) e que eu “traduziria” como a interfase entre os traços peculiares de uma cultura (necessariamente local) e o legítimo desejo de valor universal de uma teoria. Como influenciam, na tarefa clínica de um praticamente, as ideias preponderantes ou hegemônicas da comunidade à qual pertence? Que relação existe (ou não) entre psicanálise e cultura local?

Nossa avidez eurocêntrica é detectável facilmente pela observação de que quase 100% das nossas referências bibliográficas são dessa origem. Uma colega compatriota, apenas uma década mais jovem do que eu, teve contato com a obra de Willy Baranger quando o viu citado pelo psicanalista italiano Antonino Ferro.

Caberia –em um trabalho mais extenso e sistemático– considerar as semelhanças e as diferenças da polêmica entre o analista-espelho e o campo bipessoal, e a confrontação entre Sándor Ferenczi e Sigmund Freud sobre a natureza da transferência exposta nos diários clínicos do primeiro. Um excelente texto do amigo e colega Pedro Boschan, falecido recentemente, intitulado “Transferencia y contratransferencia en el Diario Clínico de Sándor Ferenczi” (Boschan, 2010), resume a questão e nos mostra como a figura do analista no processo da cura é um tema recorrente.

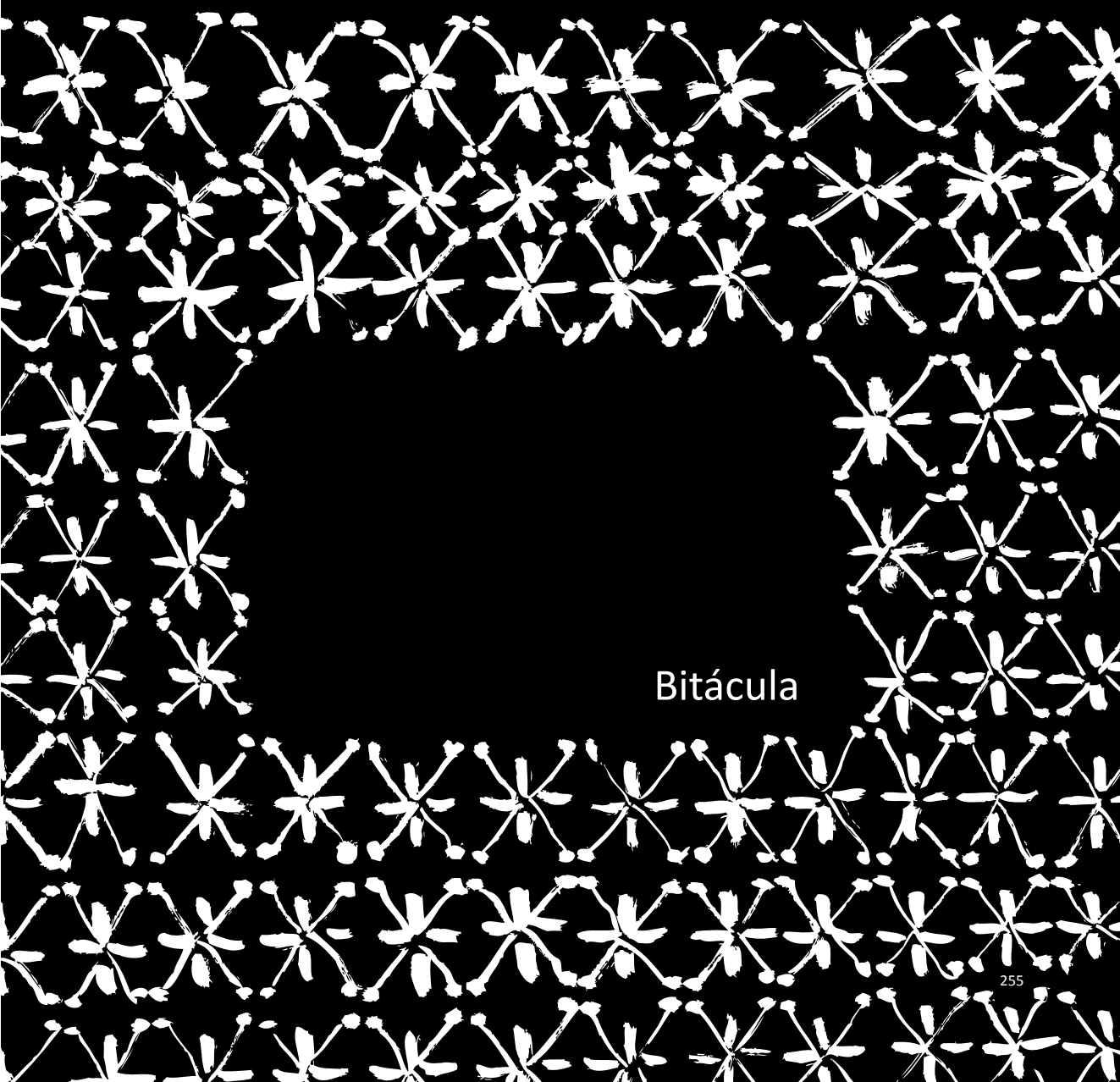
2. N. do T.: Expressão que em castelhano significa que um confronto ou situação difícil não levou a maiores consequências.

Desde aquele ato pioneiro e transgressor de Willy Baranger, não poucos colegas do continente foram marcados profundamente pelo pensamento de Lacan e dos seus sucessores, e do que convencionou-se chamar de *escola francesa de psicanálise*. Mas certamente as marcas identificatórias prévias não se apagaram e a partir dessa antropologia originária temos a pendência de ir tecendo nossa própria originalidade.

Quando Willy Baranger dá título à sua última compilação, realizada com Raquel Zak de Goldstein e Néstor Goldstein, *Artesanías psicoanalíticas* (Baranger, Zak de Goldstein & Goldstein, 1994), acolhe a incompletude do teorizar, endossando a renúncia da ciência contemporânea a ser portadora de verdades universais e perenes, assumindo o caráter conjectural e efêmero do saber nas ciências humanas e tomando a incerteza probabilística como substituto do ideal de um determinismo universal demonstrável.

Referências

- Baranger, W. & Baranger, M. (1969). *Problemas del campo psicoanalítico*. Buenos Aires: Kargieman.
- Baranger, W. (1976). *Posición y objeto en la obra de Melanie Klein*. Buenos Aires: Kargieman.
- Baranger, W., Zak de Goldstein, R. & Goldstein, N. (1994). *Artesanías psicoanalíticas*. Buenos Aires: Kargieman.
- Boschan, P. (2010). Transferencia y contratransferencia en el Diario Clínico de Sándor Ferenczi. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, (110), pp. 131-143.
- Cabral, A. (2009). *Lacan y el debate sobre la contratransferencia*. Buenos Aires: Letra Viva.
- Freud, S. (1993). Tres ensayos de teoría sexual. In *Obras completas* (Vol. 7). Amorrortu: Buenos Aires. (Trabalho original publicado em 1905)
- Horenstein, M. (2014). El jarrón y las semillas de girasol. Apuntes para una tradición por venir. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*, 34(121), pp. 223-234.



Bitácula

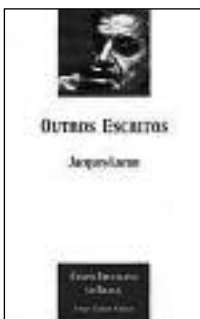


Dar (el) tiempo

Jacques Derrida

Esse livro pode ser resenhado com uma referência à epígrafe do capítulo 1: “O rei toma todo o meu tempo; dou o resto a Saint-Cyr, a quem gostaria de dar tudo”. São palavras de Madame Maintenon (amante de Luís XIV). Saint-Cyr foi uma instituição criada por ela para a educação de moças pobres e de boa família. Derrida equipara o tempo ao dom. O tempo não “é”, não se “tem”. Só “há” tempo, só há dons que devem fluir. (Oswaldo César Canosa)

**Buenos Aires:
Paidós, 1995**

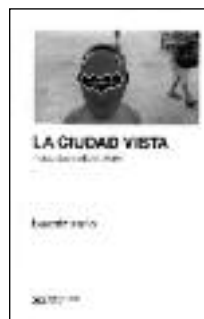


Outros escritos

Jacques Lacan

Trata-se de uma coletânea de textos do autor, na maioria já publicados em vida, mas avulsos. Foram reunidos proporcionando uma visão de continuidade ao seu correlato *Os escritos* (1966), publicado em 2001, em comemoração do centenário de nascimento de Jacques Lacan. Apresenta conceitos marcantes da obra, desde a noção de objeto “a”, que reduz ao que chama de “semblante”, até a questão do gozar. Apresenta, ainda, trabalhos que falam da “minha Escola” desde o ato de fundação até a carta de dissolução. (Maria Elisabeth Ciment)

**Rio de Janeiro:
Jorge Zahar, 2001**



La ciudad vista. Mercancías y cultura urbana

Beatriz Sarlo

A vida urbana como foi vista e escutada por Sarlo, através da câmera fotográfica com que saiu para percorrê-la e que depois foi sedimentada nesse ensaio. Vistas de Buenos Aires, objeto de crítica cultural. Cidade de mercadorias, pobres, estrangeiros, cidade real e imaginada, cidade de narrativas e de poemas. Nenhuma dessas vistas pretende coagular uma identidade, mas sim perguntar qual identidade expressa essa cidade, a dela, na polifonia das suas versões discursivas, para convencer a outros e convencer a si mesma. (Mónica Vorchheimer)

**Buenos Aires:
Siglo XXI, 2009**



Problemas del campo psicoanalítico

Willy Baranger e Madeleine de Baranger

Para além do valor intrínseco que atribuíamos à originalidade dos achados ou das descobertas dos Baranger —e aqui falo de Willy e também de Madeleine, sua companheira—, que podem voltar a ser vistos na leitura desse livro, um aspecto que creio exemplar da reflexão e desse percurso é a leitura e a assimilação crítica das teorias vigentes, sustentando o perfil singular de uma postura: assimilar uma herança para transgredi-la e enriquecê-la.

(Marcelo Viñar)

**Buenos Aires:
Kargieman, 1969**



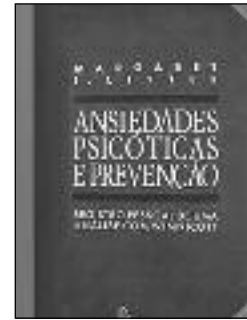
The grand design

Stephen W. Hawking e Leonard Mlodinow

Trata-se de um dos livros que mais me inspiraram para meu artigo, sem ser um livro psicanalítico. Como em outras obras desse estilo, encontrei saídas refrescantes do clima (para mim) sufocante de certos textos estritamente psicanalíticos. Pude entender, por exemplo, o valor da observação para determinar o que chamamos de *realidade* e o valor de considerar que na maioria dos casos *construímos* uma história (um passado) para tolerar a presença do que é radicalmente novo, ao transformá-lo em outra faceta do mesmo.

(Julio Moreno)

**Estados Unidos:
Bantam Books, 2010**



Ansiedades psicóticas e prevenção. Registro pessoal de uma análise com Winnicott

Margaret I. Little

Escrito por Margareth I. Little, em 1990, aborda com honestidade o relato de sua análise com Winnicott. Inicia descrevendo suas experiências analíticas anteriores, inclusive sua análise didática. O enfoque repousa naquilo que a autora julga ser um equívoco de diagnóstico: o aspecto neurótico escondendo uma estrutura mais regressiva. Isso produz intensa sensação de futilidade e desesperança no paciente ameaçando o futuro da análise. É um livro técnico, escrito por uma analista inteligente e sensível. Além de ser um relato comovido da sua luta para alcançar uma existência viva. (Anette Blaya Luz)

**Rio de Janeiro:
Imago, 1992**



Texto/contexto

Anatol Rosenfeld

“Mario e o cabotismo” é parte do volume e cerne da obra de Mario de Andrade: busca da genuinidade na identidade em choque com a consciência dividida da subjetividade. O tema aparece tanto na prosa quanto na poesia de Mario, escritor modernista que enfrentou o dilema da nacionalidade, tentando desalienar a língua portuguesa de suas amarras falsificadoras. Mostra que o problema da autenticidade do idioma se liga ao da própria identidade. Para Rosenfeld, escritores “desmascaradores do real”: Shakespeare, Thomas Mann, Kafka, entre outros. (Yudith Rosenbaum)

São Paulo:
Perspectiva, 1978



Construcciones en psicoanálisis

Sigmund Freud

O material constituído pelas lembranças perdidas do paciente são como as estratificações de uma cidade, onde elementos arquitetônicos de diferentes épocas convivem a despeito da coerência. O trabalho de *construir* ou *reconstruir* se assemelha ao que acontece nas cidades, onde, a modo de palimpsesto, coexistem camadas de “escrituras” “esquecidas”, à espera do leitor em latência, e das quais surge a interpretação de rasgos, superposições e dobras, como uma tarefa específica relativa ao “resto” constituído pela acumulação de fragmentos de várias urbanidades sobrepostas. (Jorge Mario Jáuregui)

Buenos Aires:
Amorrortu, Tomo XXIII, p. 255



Cortázar por Buenos Aires, Buenos Aires por Cortázar

Diego Tomasi

Esse livro não é uma biografia nem um estudo crítico. É a crônica da relação do escritor com sua cidade: uma pesquisa pelo tempo e pelas pegadas perdidas dos seus passos em Buenos Aires, em sua personalidade e em sua literatura. Apesar de Cortázar ter ido para Paris por volta de seus 40 anos, voltou várias vezes a Buenos Aires, mas, sobretudo, sempre a levou consigo. Sem dúvida, foi em suas calçadas que desenhou *O jogo da amarelinha*. (Gloria Gitoroff)

Buenos Aires:
Seix Barral, 2012

relacionados com a importância da literatura na formação psicanalítica.

osvaldocanosa@yahoo.com.ar

Francesco Castellet y Ballarà

Neurologista e psiquiatra.

Membro da Sociedade Psicanalítica Italiana e da IPA. Membro do *European Board* do comitê de relações IPA-IPSO. *Chair* de um grupo de discussão sobre “Enfrentar a dor de se tornar analista”, no congresso da IPA de 2013, em Praga. Seus principais interesses de pesquisa atualmente são a interação entre a situação econômica e o setting e o processo psicanalítico, neuropsicanálise, arte e psicanálise.

francesco.castelletyballara@fastwebnet.it

Maria Elisabeth Cimenti

Membro didata da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA). Mestre em psicologia clínica pela PUC-RS. Diretora científica da SPPA.

bethcimenti@hotmail.com

Wania Maria Coelho Ferreira Cidade

Psicanalista, SBPRJ. Redatora dos programas de rádio *Perguntar e pensar*, da SBPRJ, e *Psicanálise e interface social* – Propis, desde 2007. Coeditora do jornal *Intervalo Analítico*, da SBPRJ (2006-2008), e membro

da equipe 2013-2014 de publicação, divulgação, arquivo e biblioteca. Membro da equipe editorial do jornal *50 Minutos* (2008-2010) da SBPRJ.

waniacidade@globo.com

Antonino Ferro

Psicanalista, Sociedade Psicanalítica Italiana. Trabalha especialmente em análise de crianças e de patologias graves. Aprofundou-se na relação entre narrativa e psicanálise, particularmente sob a forma do diálogo analítico e na modalidade de interpretação. Entre outros livros, publicou *Evitar as emoções, viver as emoções; La sesión analítica; A psicanálise como literatura e terapia*.

hmdefe@tin.it

Elvio Eduardo Gandolfo

Escritor, tradutor e jornalista argentino. Em 2014 recebeu o Prêmio Konex - Diploma ao Mérito como um dos melhores contistas do período 2009-2013. Publicou, entre outros livros, *Boomerang* (1992); *Pa-rece mentira* (1993); *Cuando Lidia vivía se quería morir* (2000); *Ómnibus* (2006). Alguns dos seus contos foram traduzidos para o francês e o italiano.

elviogan@hotmail.com

Graciela Frigerio

Doutora em ciências da educação pela Universidade de Sorbonne Paris V com estudos

aprofundados em psicologia e ciências da educação em Paris X. Diretora do doutorado em educação da Uner (Argentina), coordenadora da Escola Internacional de Pos-Graduação do Clacso no Haiti (convênio Clacso-UEH). Escreveu *Saberes alterados* (Frigerio & Diker, 2010) e, entre outros artigos, *En la cinta de Moebius* (2005).

frigeriograciela@gmail.com

Raul Hartke

Possui graduação em medicina pela Universidade Federal de Santa Catarina (1975), especialização em psiquiatria pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1978) e formação psicanalítica pela Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (1992). Integra a Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. Escreveu, entre outros textos, *Repetir, simbolizar e recordar; La situación traumática básica en la relación analítica*.

rahartke@brturbo.com.br

Jorge Mario Jáuregui

É “arquitetourbanista”; membro da instituição psicanalítica Letra Freudiana do Rio de Janeiro. Elabora e materializa soluções com qualidade estética e pertinência social para as metrópoles contemporâneas. Diretor do escritório Atelier Metropolitan do Rio de Janeiro,

expositor convidado de museus de arte contemporânea de diferentes países.

jorge@jauregui.com.br

Roger Alan Koza

Crítico argentino de cinema. Membro da Federação Internacional de Críticos de Cinema (Fipresci). Programador da seção “Vitrina” do Festival Internacional de Cinema de Hamburgo, Alemanha; programador do Festival Internacional de Cinema da Unam (Ficunam). Foi jurado em diversos festivais de cinema internacionais. Publicou, entre outros, *Con los ojos abiertos: Crítica de cine de algunas películas recientes*.
kozaelvengador@usa.net

Celmy Araripe Quilelli Corrêa

Psicanalista, membro efetivo e analista didata da SBPRJ. Presidente atual da SBPRJ. Psicanalista de crianças e adolescentes. Ex-diretora do Instituto de Ensino (2012-2013). Prêmio Durval Marcondes (2003) com *Sodoma e Gomorra – Mille e tre ensaios sobre a sexualidade*. Diretora científica do Congresso da Febrapsi (1993). Artigos publicados na *RBP*, *Trieb*, *RPPA*.
celmy.araripe@infolink.com.br

Elias Mallet da Rocha Barros

Analista didata e supervisor da SBPSP. *Fellow* da British Society

of Psychoanalysis e do Institute of Psychoanalysis. *Chair* da IPA-Capsa (2005-2009). Premiado com o *Sigourney Award* (1999). Autor de cerca de 80 artigos, alguns deles publicados em inglês, francês, alemão, italiano, espanhol, turco e russo. Autor do *keynote paper* da Conferência Anual da Federação Europeia de Psicanálise (Basel, 2012).
ebarro@terra.com.ar

Julio Moreno

Psicanalista, APA. Professor titular da especialização em psicanálise e do mestrado em família do Instituto Universitário de Saúde Mental (Iusam). É professor titular da pós-graduação da Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Publicou *Ser humano: La inconsistencia de los vínculos, la crianza* (2002-2010) e o livro *Tiempo y trauma: Continuidades rotas* (2010).
julmoreno@gmail.com

Yudith Rosenbaum

Professora de literatura brasileira da Faculdade de Letras da USP. Psicóloga, PUC-SP. Orientadora educacional e em clínica psicanalítica por dez anos. Pesquisa a interface da literatura com a psicanálise, autores e obras do século XX. É autora dos livros *Manuel Bandeira: Uma poesia da ausência* (1993); *Metamorfoses do mal: Uma leitura de Clarice Lispector*

(1999); *Clarice Lispector* (2002) e *O livro do psicólogo* (2007).
yudith@uol.com.br

José Sahovaler

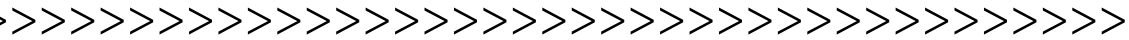
Psicanalista, APA. Diretor do Departamento de Crianças e Adolescentes. Professor do Instituto de Psicanálise Ángel Garmá. Docente no hospital infantil Ricardo Gutierrez. Autor de *Psicoanálisis de la televisión* (1997) e *La erótica del dinero* (2013). Publicou vários artigos sobre psicanálise de crianças e adolescentes.
josesahovaler@gmail.com

Hélène Tessier

Psicanalista, Sociedade Canadense de Psicanálise. Doutorado, Universidade de Paris VII, advogada pela Universidade de Montreal. Trabalhou em diversas áreas do direito, foi diretora da Comissão de Direitos do Indivíduo de Quebec, professora do programa de estudos de conflitos da Universidade de Saint Paul (Ottawa) e diretora do centro de pesquisas sobre conflito dessa universidade. Autora de diversos artigos nas áreas de direito e psicanálise.
tessierhelene7@gmail.com

Marcelo Viñar

Psicanalista da Asociación Psicoanalítica del Uruguay (APU). Ex-professor do Departamento de Educação Médica Continuada, Faculdade de Medicina.



Desde 1990 coordena um grupo de pesquisa de campo sobre adolescência marginalizada e menores de 18 anos fora da lei. Foi presidente da APU, da Fepal e representante frente ao *Board* da IPA. Autor de múltiplos livros e artigos psicanalíticos.
marcelo@belvil.net

Mónica Vorchheimer

Psicanalista, APA. Professora titular de especialização em psicanálise, Instituto Universitário de Saúde Mental (Iusam). Co-coor-

denadora da Equipe de Família e Casal do Centro Liberman da Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires (APdeBA). Membro do grupo de trabalho sobre psicanálise de casal e família da IPA. Docente titular da especialização em psicanálise da Asociación Escuela Argentina de Psicoterapia para Graduados. Membro honorário da Associação Aragonesa para a Investigación Psíquica da Criança e do Adolescente (Aa-pipna), em Zaragoza.
monicavorchh@gmail.com

Calibán – Revista Latino-Americana de Psicanálise é a publicação oficial da Federação Psicanalítica da América Latina (Fepal), organização vinculada à Associação Psicanalítica Internacional (API), editada regularmente, sob o título de *Revista Latino-Americana de Psicanálise*, desde 1994.

Sua proposta editorial tem por finalidade favorecer a difusão e o desenvolvimento do pensamento psicanalítico latino-americano em sua especificidade e promover o diálogo com a psicanálise de outras latitudes. Busca estimular a reflexão e o debate, inserindo as questões pertinentes à psicanálise nos contextos científico, cultural, social e político contemporâneos. Sua periodicidade é quadrimestral.

Cada número incluirá em seu conteúdo artigos em formato de ensaio, artigo científico, entrevista, resenha ou outros que os editores considerarem pertinentes. Os trabalhos a publicar serão inéditos e redigidos em espanhol ou português. No entanto, se na avaliação dos editores forem considerados de especial interesse, poderão ser editados trabalhos que tenham sido publicados ou apresentados em congressos, mesas-redondas etc., sendo informados data e lugar onde foram expostos originalmente. Poderão ser publicados trabalhos originais em outros idiomas que não contem com versões em espanhol ou português.

No caso de que seja incluído material clínico, o autor tomará as mais estritas medidas para preservar absolutamente a identidade dos pacientes, sendo de sua exclusiva responsabilidade o cumprimento dos procedimentos para alcançar tal finalidade ou obter seu consentimento.

As opiniões dos autores dos trabalhos ou das pessoas entrevistadas são de sua exclusiva responsabilidade. Sua publicação em *Calibán – Revista Latino-Americana de Psicanálise* não implica de nenhum modo que seus editores compartilhem os conceitos apresentados.

A publicação de trabalhos implica para o/os autor/es a cessão legal dos direitos, razão pela qual se proíbe sua reprodução escrita, impressa ou eletrônica sem a autorização expressa e por escrito por parte dos editores.

Os trabalhos apresentados serão objeto de uma avaliação independente com características de “duplo-cego”, por pelo menos dois integrantes do Comitê Revisor da *Revista*, que poderão fazer recomendações para sua eventual publicação. A avaliação será feita com critérios parametrizados e a eventual aceitação, negativa ou solicitação de mudanças ou ampliações nos textos

constituem tarefa do Comitê Revisor da *Revista*, que remeterá suas sugestões ao Comitê Editor. Os editores definirão, em razão da pertinência temática e das possibilidades da revista, a oportunidade da publicação.

Os trabalhos devem ser enviados por correio eletrônico para **fepal@adinet.uy** e **revista@fepal.org**.

A extensão dos textos não deverá exceder as 8.000 palavras em formato A4, fonte Times New Roman, tamanho 12, com entrelinhamento duplo. A bibliografia, que não será considerada para contabilidade da extensão máxima permitida, deverá ser a imprescindível e ajustar-se às referências explícitas no texto. Trabalhos para seções específicas da *Revista* poderão ter especificações adicionais. Os trabalhos poderão ser redigidos em espanhol ou em português, de acordo com o idioma de seu autor, e deverão ser enviadas duas cópias do texto, com o mesmo título. Uma delas deve informar o nome do autor (que será acompanhado de uma breve descrição curricular e de dados de contato), e a outra, apenas um pseudônimo. Recomenda-se extrair do corpo do trabalho toda menção ou inclusão bibliográfica que permita eventualmente identificar o autor.

Será acrescentado também um resumo em espanhol ou em português das principais ideias do trabalho, bem como um resumo em inglês (obrigatório para qualquer um dos dois casos), redigido em terceira pessoa e de aproximadamente 150 palavras. Serão incluídos todos os dados de referência das publicações citadas, com especial cuidado em esclarecer casos de citações de outros autores, e onde as mesmas forem fiéis ao texto original.

A bibliografia e as citações bibliográficas serão ajustadas às normas internacionais da American Psychological Association, indicadas em

http://www.bivipsil.org/bvs/documentos/instructivo_citas.pdf.

Os descritores serão obtidos no Tesouro de Psicanálise da Asociación Psicoanalítica Argentina. Ver Tesouro na página web da Biblioteca Virtual de Psicanálise da América Latina: <http://www.bivipsil.org>, seção “Tesouro” e depois “Listado alfabético simple”. Ou também é possível ver/baixar a lista, em ordem alfabética, em **<http://www.bivipsil.org/bvs/documentos/tesauro.pdf>**.



Calibán

Revista Latinoamericana
de Psicoanálisis



Realidades & Ficções

Argumentos: Painéis centrais do
30º Congresso Latino-Americano
de Psicanálise

Cidades Invisíveis: Buenos Aires

Dossiê: A época da psicanálise

Vórtice: O dinheiro em psicanálise

O Estrangeiro: Elvio Gandolfo

Textual: Élisabeth Roudinesco

Clássica & Moderna:

Willy Baranger por Marcelo Viñar

Fora de Campo & Bitácula

